

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

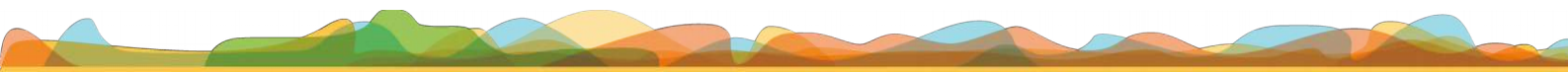
MARÇO/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN-TCU Nº 154, de 19 de Outubro de 2016, da Portaria-TCU Nº 59, de 17 de Janeiro de 2017, e tendo como base os dados e informações fornecidos por setores e órgãos da Universidade Federal do Cariri – UFCA e da instituição Tutora desta Unidade, a Universidade Federal do Ceará – UFC, conforme Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013.

Juazeiro do Norte - CE, março de 2017.



Administração Superior – Pró Tempore

Reitor

Ricardo Luiz Lange Ness

Vice-Reitor

Roberto Rodrigues Ramos

Assessor Especial

Ivânio Lopes de Azevedo Júnior

Assessor Especial

Eduardo Vivian da Cunha

Chefe de Gabinete

Valderez Oliveira Filgueira

Unidade de Auditoria Interna

Waleska James Sousa Félix

Pró-Reitor de Administração

Silvério de Paiva Freitas Júnior

Pró-Reitor de Cultura

José Robson Maia de Almeida

Pró-Reitor de Ensino

Ericsson Venâncio Coriolano

Pró-Reitora de Extensão

Cláudia Araujo Marco

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Roberto Rodrigues Ramos

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Juscelino Pereira Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

Jeová Torres Silva Júnior

Procurador

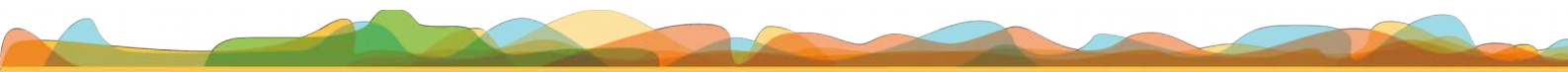
Aluisio Martins Sousa

Ouvidora Geral

Aretuza Sousa Tenório

Diretor de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade

João Luiz Soares Studart Guimarães



Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Ledjane Lima Sobrinho

Secretaria de Cooperação Internacional

David Vernon Vieira

Diretora de Comunicação

Cristina Carneiro Menezes

Diretor de Gestão de Serviços

Milton Jarbas Rodrigues Chagas

Diretor de Infraestrutura

Cleirton André Silva de Freitas

Diretora de Sistema de Bibliotecas

Lucélia Mara de Souza Serra

Diretor de Tecnologia da Informação

Herbert Novais Onofre

Coordenadora da Coordenadoria dos Órgãos de Deliberação Coletivo

Lia Maria Silveira David

Diretora do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade (CCAB)

Edilza Maria Felipe Vásquez

Coordenador do Curso de Agronomia

Irani Ribeiro Vieira Lopes

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)

Maria Cleide Rodrigues Bernadinho

Coordenador do Curso de Administração

Virgínia Cavalcante Coelho

Coordenadora do Curso de Administração Pública

Augusto de oliveira Tavares

Coordenador do Curso de Biblioteconomia

Alexandre Pereira de Souza

Diretor do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT)

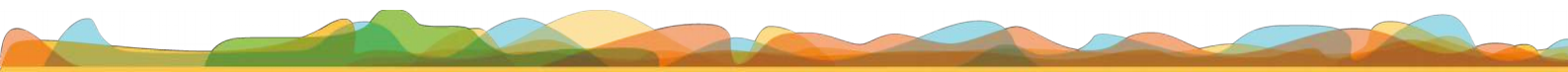
Ary Ferreira da Silva

Coordenador do Curso de Engenharia Civil

Cleirton André Silva de Freitas

Coordenador do Curso de Engenharia de Materiais

Carlos Marley de Souza Júnior



Diretor da Faculdade de Medicina (FAMED)

Cláudio Gleidiston Lima Da Silva

Coordenador do Curso de Medicina

João Ananias Machado Filho

Diretora do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA)

João Adolfo Ribeiro Bandeira

Coordenador do Curso de História

Jucieldo Ferreira Alexandre

Diretor do Instituto de Formação de Educadores (IFE)

Jacqueline Cosmo Andrade

Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza

Bruno Peixoto De Oliveira

Diretor do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte (IISCA)

Márcio Mattos Aragão Madeira

Coordenadora do Curso de Design de Produto

Ana Neuza Botelho Videla

Coordenador do Curso de Filosofia

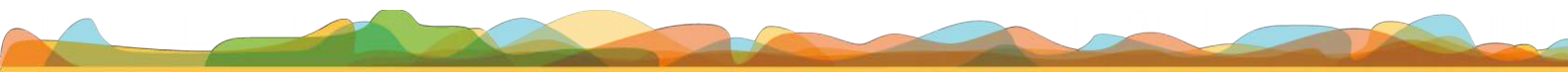
Renato Mendes Rocha

Coordenador do Curso de Jornalismo

Ricardo Rigaud Salmito

Coordenador do Curso de Música

Italo Romulo de Holanda Ferro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Órgão Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão da UFCA:

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN

Pró-Reitor: Prof. Jeová Torres Silva Júnior

E-mail: proplan@ufca.edu.br

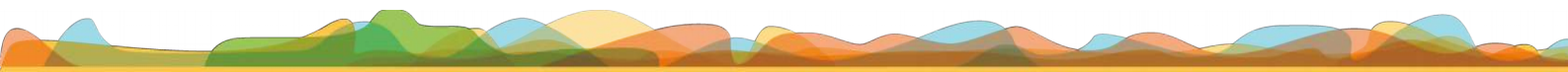
Equipe Técnica:

Coordenação de Transparência, Governança e Gestão de Riscos - CTGR

Coordenador: Tiago de Alencar Viana

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão 2016

Comissão de Revisão do Relatório de Gestão 2016



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

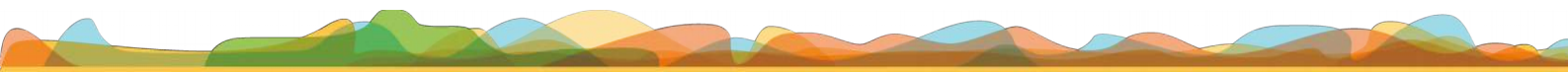
AG	Alunos Regularmente Matriculados na Graduação
AGE	Número de Alunos Equivalentes da Graduação
AGTI	Alunos da Graduação em Tempo Integral
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APG	Alunos de Pós-Graduação
AR	Alunos de Residência Médica
ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAB	Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia
CEDEP	Centro de Desenvolvimento Profissional
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGERH	Companhia Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
CONSUP	Conselho Superior
CINAI	Coordenadoria de Informação e Avaliação Institucional
CPCO	Coordenadoria de Planejamento e Controle Orçamentário
CPGE	Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica
CPAD	Corregedoria de Processo Administrativo Disciplinar
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CTGP	Coordenação de Transparência, Governança e Gestão de Projetos
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCI	Diretoria de Cooperação Internacional
DCOM	Diretoria de Comunicação
DIARI	Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade
DGS	Diretoria de Gestão de Serviços
DIAP	Diretoria de Informação e Apoio
DINFRA	Diretoria de Infraestrutura
DIRF	Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DTG	Divisão de Transparência e Governança
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EAP	Estrutura Analítica do Projeto
FAP	Faculdade Paraíso
FAMED	Faculdade de Medicina
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FJN	Faculdade de Juazeiro do Norte
FLS	Faculdade Leão Sampaio
FMJ	Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPE	Grupo de Estudo em Planejamento Estratégico
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GPE	Grau de Participação Estudantil
GTs	Grupos de Trabalhos
GTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
HU	Hospital Universitário
IESA	Instituto de Estudos do Semiárido
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFE	Instituto de Formação de Educadores
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IISCA	Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPE	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
LAI	Lei de Acesso à Informação
LNC	Levantamento de Necessidade de Capacitação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NASSE	Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor
NUBE	Núcleo Brasileiro de Estágios LTDA
OCI	Órgão de Controle Interno
ORSALC	<u>Observatório de Responsabilidade Social para América Latina e Caribe</u>
ORSUB	Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAINT	Plano de Atividades de Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PPA	Planejamento Plurianual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCULT	Pró-Reitoria de Cultura
PRODER	Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RFB	Receita Federal do Brasil
RMC	Região Metropolitana do Cariri
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIBI	Diretoria do Sistema de Bibliotecas
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SINFO-UFRN	Superintendência de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SISP	Sistema de Administração e Recursos de Tecnologia da Informação
SISU	Sistema de Seleção Unificado
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG
SOENCO	Sociedade de Engenharia e Construção
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SRFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Conta
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

ÍNDICE DE FIGURAS

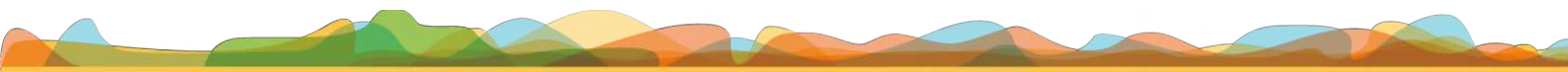
Figura 1: Mapa da Região do Cariri.....	28
Figura 2: Matriz SWOT.....	29
Figura 3: Modelo Institucional CANVAS.....	30
Figura 4: Ciclo de Gestão.....	45
Figura 5: Série Histórica do Índice de Qualificação do Corpo Docente – UFCA – 2012-2016.....	75
Figura 6: Série Histórica do Indicador Taxa de Sucesso da Graduação – UFCA – 2012-2016.....	76
Figura 7: Estrutura de tomada de decisão.....	80
Figura 8: Representação concursos realizados por Unidade Acadêmica.....	95
Figura 9: Fluxograma Cadastro Servidor SISAC.....	99
Figura 10: Posicionamento geográfico dos campi.....	118
Figura 11: Organograma da DTL.....	132
Figura 12: Quantitativo por tipo de atendimento.....	147
Figura 13: Numero por tipo de atendimentos.....	148
Figura 14: Atividades para atendimento de recomendações.....	173
Figura 15: Ações de Comunicação e Integração da AUDIN.....	199
Figura 16: Processo Global de Auditoria.....	200
Figura 17: Processo e papéis.....	200
Figura 18: Capacitações realizadas com servidores da AUDIN.....	201
Figura 19: Declaração de integridade e completude dos contratos.....	208
Figura 20: Atos de admissão.....	209
Figura 21: Atos de Aposentadorias.....	210
Figura 22: Declaração de bens e rendas.....	211



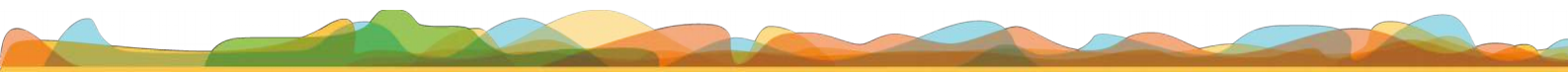
ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual.....	23
Quadro 2: Principais instituições gratuitas de Ensino Superior na Região do Cariri – Graduação presencial.....	30
Quadro 3: Roteiro do questionário aplicado em consulta pública sobre desafios da UFCA.....	32
Quadro 4: Roteiro do questionário semiestruturado com lideranças interna e externa sobre desafios da UFCA.....	33
Quadro 5: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	34
Quadro 6: Macroprocesso Ensino.....	39
Quadro 7: Macroprocesso Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	39
Quadro 8: Macroprocesso Extensão.....	39
Quadro 9: Macroprocesso Cultura.....	39
Quadro 10: Descrição dos Objetivos Estratégicos.....	43
Quadro 11: Portfólio de Projetos Estratégicos da UFCA (Em Dezembro de 2016).....	48
Quadro 12: Organização de equipes do trabalho do PEI.....	49
Quadro 13: Pregões Fracassados.....	50
Quadro 14: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	51
Quadro 15: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	53
Quadro 16: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	53
Quadro 17: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	54
Quadro 18: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	54
Quadro 19: Despesas totais por modalidade de contratação.....	56
Quadro 20: Concessão de suprimento de fundos.....	59
Quadro 21: Utilização de suprimento de fundos.....	59
Quadro 22: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	59
Quadro 23: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	62
Quadro 24 - Restos a pagar não processados.....	63
Quadro 25: Assistência ao Estudante de Ensino Superior.....	64
Quadro 26 :Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	65

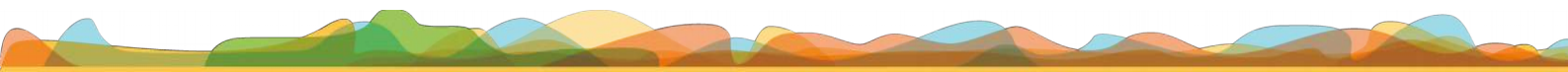
Quadro 27: Pregões fracassados.....	67
Quadro 28: Ações da auditoria interna no exercício de 2016.....	82
Quadro 29: Processos Disciplinares Instaurados no exercício de 2016:.....	88
Quadro 30: Processos Disciplinares Instaurados no exercício de 2015 e julgados em 2016:.....	89
Quadro 31: Concursos realizados em 2016 por Unidade Acadêmica.....	94
Quadro 32: Cargos Efetivos Admitidos em 2016.....	95
Quadro 33: GECC: Atividades e Valor da Hora Trabalhada.....	99
Quadro 34: Composição da força de trabalho.....	103
Quadro 35: Tipologia dos cargos.....	104
Quadro 36: Tipologia dos Cargos em comissão e das funções gratificadas.....	104
Quadro 37: Cursos realizados e quantidade de capacitações.....	109
Quadro 38: Servidores afastados para pós-graduação stricto sensu.....	112
Quadro 39: Veículos em uso ou na responsabilidade da UJ.....	115
Quadro 40: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União....	119
Quadro 41: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial cedidos para uso da UFCA.	120
Quadro 42: Riscos relacionados a gestão de imóveis.....	120
Quadro 43: Cessão para Uso exclusivo do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará - ADUFC -Cariri.....	121
Quadro 44: Cessão para reprografia.....	121
Quadro 45: Cessão para Cantina.....	122
Quadro 46: Estrutura da UFCA Física em m².....	123
Quadro 47: Ocupações dos Espaços Físicos Barbalha.....	123
Quadro 48: Ocupações dos Espaços Físicos Brejo Santo.....	124
Quadro 49: Ocupações dos Espaços Físicos Brejo Santo.....	124
Quadro 50: Ocupações dos Espaços Físicos Crato.....	125
Quadro 51: Ocupações dos Espaços Físicos Icó.....	125
Quadro 52: Ocupações dos Espaços Físicos Juazeiro.....	127
Quadro 53: Organização do CGTI.....	127
Quadro 54: Reuniões realizadas.....	128
Quadro 55: Capacitações Realizadas.....	128
Quadro 56: Quantidade de bolsistas por campus e turno.....	132
Quadro 57: Catálogo de serviços ofertado à comunidade.....	133
Quadro 58: Os projetos desenvolvidos no exercício 2016 estão apresentados na tabela 9.....	133



Quadro 59: Contratos de tecnologia da informação.....	136
Quadro 60: Principais Sistemas de Informação.....	138
Quadro 61: TAP do PLS.....	141
Quadro 62: EAP e Cronograma do Projeto.....	141
Quadro 63: Lista de alunos que declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial..	150
Quadro 64: Ações realizadas pelo projeto de extensão UFCA Acessível.....	153
Quadro 65: Ingressos.....	158
Quadro 66: Dispêndios.....	159
Quadro 67: Ajudas de custo do Programa Paidéia.....	162
Quadro 68: Diárias e Passagens do Programa Paidéia.....	163
Quadro 69: Diárias e Passagens do Programa Nas Ondas da Terra.....	163
Quadro 70: Diárias e Passagens do Projeto Música nas escolas.....	163
Quadro 71: Diárias e Passagens do PROEXT.....	164
Quadro 72: Bolsas mantidas por agências de fomento.....	164
Quadro 73: Depreciação acumulada do bens móveis.....	165
Quadro 74: Recomendação 166656.....	167
Quadro 75 Recomendação 166657.....	167
Quadro 76: Recomendação 166658.....	168
Quadro 77: Recomendação 166659.....	168
Quadro 78: Recomendação 166660.....	169
Quadro 79 Recomendação 166661.....	169
Quadro 80 - Recomendação 166662.....	169
Quadro 81 Recomendação 166663.....	170
Quadro 82 Recomendação 166664.....	170
Quadro 83 Recomendação 166665.....	171
Quadro 84: Recomendação 166666.....	171
Quadro 85 Recomendação 166667.....	171
Quadro 86 Recomendação 166668.....	172
Quadro 87:Despesas com Publicidade.....	174
Quadro 88: Cursos de graduação que ofertam libras com disciplina obrigatória.....	175
Quadro 89: Apuração da materialidade.....	178
Quadro 90: Apuração da Relevância.....	178
Quadro 91: Apuração da Criticidade.....	179
Quadro 92: Ação de auditoria no gestão de execução orçamentária.....	180

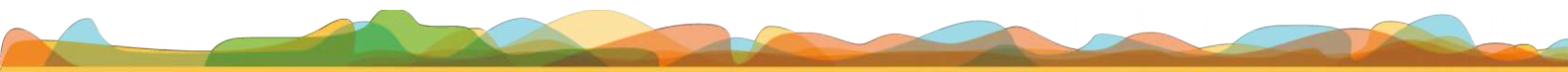


Quadro 93: Síntese das ações executadas em 2016.....	184
Quadro 94: S.A.'s referentes a pagamentos adicionais de insalubridade e periculosidade.....	186
Quadro 95: S.A's referente a contratações públicas de obras e serviços de engenharia.....	187
Quadro 96: S.A.'s referentes a licitações dos meses de abril a dezembro de 2015.....	187
Quadro 97: Ações planejadas pra 2017.....	188
Quadro 98: Plano de Providencias Permanentes.....	189
Quadro 99: Pontos críticos em recursos humanos.....	190
Quadro 100: Pontos críticos em fiscalização de contratos - terceirização.....	191
Quadro 101: Pontos críticos em obras.....	192
Quadro 102: pontos críticos em processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade.....	194
Quadro 103: pontos críticos no inventário de bens móveis.....	195
Quadro 104: pontos críticos na gestão da execução orçamentária e financeira.....	196
Quadro 105: Informações quantitativas e qualitativas da auditoria.....	201



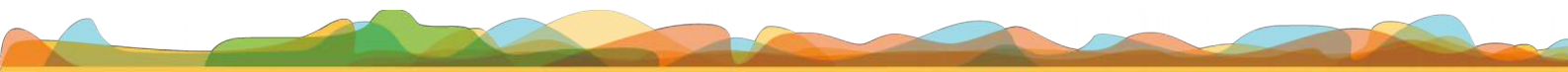
ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Restos a pagar de exercícios anteriores.....	52
Tabela 2: Informação sobre a realização das receitas.....	55
Tabela 3: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	56
Tabela 4: Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002 – UFCA – 2016.....	69
Tabela 5: Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 – UFCA – 2016.....	71
Tabela 6: Quantidade de editais de concursos professor efetivo e despesas por concurso.....	92
Tabela 7: Quantidade de editais de seleção de professor substituto e despesas por seleção.....	92
Tabela 8: Quantitativo de Processos Admissionais – 2016.....	95
Tabela 9: Quantidade de professores substitutos contratados em 2016 por Unidade Acadêmica.....	96
Tabela 10: Quantidade de Atividades realizadas pela divisão de legislação.....	97
Tabela 11: Processos de Pagamento de GECC em 2016.1.....	100
Tabela 12: Quantidade de Horas Executadas para Pagamento da GECC.....	102
Tabela 13: Faixa etária do quadro de pessoal.....	105
Tabela 14: Regime de Trabalho dos Servidores.....	105
Tabela 15: Despesas com pessoa;.....	106
Tabela 16: Áreas temáticas de capacitação.....	111
Tabela 17: Participação em pós-graduação na instituição.....	112
Tabela 18: Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos.....	116
Tabela 19: Idade média da frota.....	116
Tabela 20: Custo de manutenção da frota.....	117
Tabela 21: Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	119
Tabela 22: Quantidade de servidores por coordenação e cargo.....	132
Tabela 23: Quantidade de servidores por cargo.....	132
Tabela 24: Demandas de manifestações SET/OUT 2016 - Ouvidoria UFCA.....	147
Tabela 25: Quantitativo de bolsas pagas pelas ações do PROEXT/2016.....	162

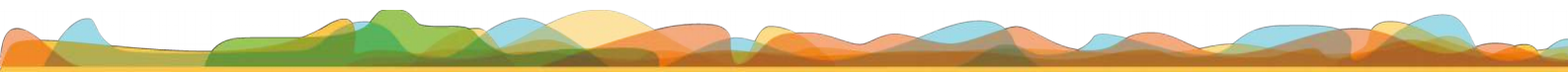


SUMÁRIO

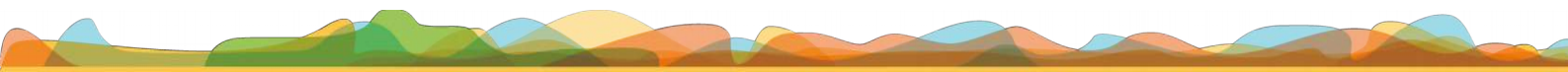
APRESENTAÇÃO.....	22
1 VISÃO GERAL.....	23
1.1 Finalidades e competências.....	23
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	25
1.3 Ambiente de atuação.....	26
1.3.1 Histórico e contexto de atuação.....	26
1.3.2 Ambiente de atuação segundo a construção do Planejamento Estratégico Institucional.....	28
1.3.3 Visão geral sobre a Educação Superior na região do Cariri.....	30
1.3.4 Expectativa da comunidade acadêmica e da população da região do Cariri quanto à atuação da UFCA.....	31
1.4 Organograma.....	34
1.5 Macroprocessos finalísticos.....	38
1.5.1 Ensino.....	39
1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	39
1.5.3 Extensão.....	39
1.5.4 Cultura.....	39
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	41
2.1 Planejamento Organizacional.....	41
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	42
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	44
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	45
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos.....	47
2.2.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos.....	47
2.2.2 Organização das equipes e quantitativo de esforço do Planejamento.....	49
2.3 Desempenho Orçamentário.....	50
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	50
2.3.2 Fatores intervenientes do desempenho orçamentário.....	50
2.3.3 Obrigações Assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	51
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	52



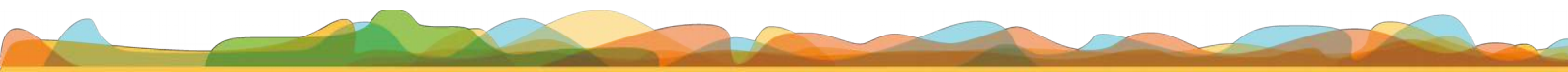
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	53
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	55
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	56
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal (CPGF).....	59
2.4 Desempenho Operacional.....	59
2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	67
2.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	69
2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	77
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	78
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	78
3.1.1 Governança de TI da UFCA.....	79
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	81
3.2.1 Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna.....	83
3.2.2 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna.....	83
3.2.3 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.....	84
3.2.4 Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta (UPC).....	85
3.2.5 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.....	86
3.2.6 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.....	86
3.2.7 Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.....	87
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	88
3.4 Gestão de riscos e controles internos.....	89



4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	92
4.1 Gestão de pessoas.....	92
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	103
4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal.....	106
4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	106
4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	108
4.1.5 contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	114
4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	114
4.2.1 Gestão de frota de veículos.....	114
4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	117
4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	118
4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	121
4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	122
4.2.6 Informações sobre a infraestrutura física.....	123
4.3 Gestão da tecnologia da informação.....	127
4.3.1 Principais sistemas de informação.....	138
4.4 Gestão Ambiental e sustentabilidade.....	139
4.4.1 O plano de logística sustentável – PLS da UFCA-CGU.....	139
4.4.2 Outras Ações de Sustentabilidade da UFCA.....	143
5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	144
5.1 Canais de acesso do cidadão.....	144
5.2 Carta de serviços ao cidadão.....	145
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	146
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	148
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	150
5.5.1 Atividades desenvolvidas.....	150
5.5.2 Como Lidar com o Aluno com Deficiência: Superando Barreira Atitudinais.....	155
5.5.3 Acessibilidade na Prática: Didática para Alunos com Necessidades Especiais.....	155
5.5.4 tradução e interpretação em libras.....	156
6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	158
6.1 Desempenho financeiro no exercício.....	158



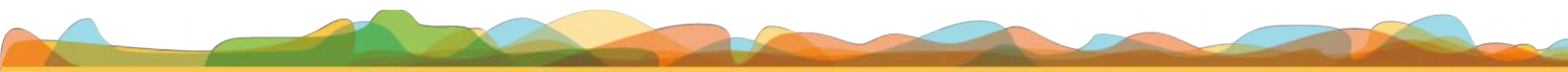
6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	160
6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.....	160
6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	161
6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	165
6.3.1 Depreciação.....	165
6.3.2 Amortização e Exaustão.....	165
6.3.3 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	166
6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	166
6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	166
6.6 Doação de bens da Universidade Federal do Ceará para Universidade Federal do Cariri.....	166
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	167
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	167
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Internos.....	167
7.3 Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por Dano ao Erário.....	173
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	173
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	174
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	174
7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	175
8 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	176
8.1 Relatório e/ou parecer da Unidade de Auditoria.....	176
8.1.1 Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;.....	177
8.1.2 Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;.....	180
8.1.3 Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;.....	183
8.1.4 Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;.....	183



8.1.5 Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.....	184
8.1.6 Área controle da gestão.....	188
8.1.7 Área gestão de recursos humanos.....	190
8.1.8 Área gestão de suprimentos, bens e serviços.....	191
8.1.9 Área gestão patrimonial.....	195
8.1.10 Área gestão orçamentária e financeira.....	195
8.1.11 Área operacional.....	197
8.1.12 Reserva Técnica.....	197
8.1.13 Gestão da Auditoria.....	198
8.1.14 Normativos e Controles Internos da Auditoria.....	199
8.1.15 Conclusão.....	202
8.2 Parecer de Colegiado.....	204
8.3 Relatório de Instância ou Área de Correição.....	207
8.4 Declarações de Integridade.....	208
8.4.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	208
8.4.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	209
8.4.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	211
8.4.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	212
8.4.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	213
8.4.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	214
9 Informações suplementares.....	215
9.1 Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.....	215
ANEXOS E APÊNDICES.....	216
Anexo I.....	217



Anexo II.....	220
Anexo III.....	227
Anexo IV.....	229
Anexo V.....	253
Anexo VI – Declaração de Aprovação do Colegiado.....	255



APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta ao Tribunal de Contas da União – TCU a prestação de contas da gestão da Universidade Federal do Cariri – UFCA no exercício do ano de 2016. Trata-se do cumprimento aos termos do artigo 70 da Constituição Federal (1988), que solicita a apresentação desta prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública, à comunidade universitária e ao público em geral.

A estrutura de conteúdos do documento, assim como o formato de apresentação dos dados e informações, foram definidos com vistas a atender às definições normativas a partir dos conteúdos de relatórios e instrumentos de planejamento, de gestão e de avaliação institucional da própria UFCA como Unidade Prestadora de Contas – UPC.

A elaboração deste documento segue as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU, tendo por referência os seguintes instrumentos legais: a Portaria-TCU Nº 59, de 17 de Janeiro de 2017, com base na Decisão Normativa-TCU Nº 154, de 19 de Outubro de 2016, que define as unidades jurisdicionadas, cujos responsáveis devem apresentar processos de contas relativas ao exercício de 2016. Foi observado a Decisão Normativa - TCU Nº 156, de 30 de Novembro de 2016, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2011, que apresentou as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs que terão processos de contas constituídos, dentre elas a UFCA. Especificando dessa forma, os prazos e conteúdo de sua apresentação; dispondo sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão; e as orientações do órgão de controle interno, sobre a organização e formalização do processo anual de contas concernente ao presente exercício.

Diante do contexto apresentado, foram criadas duas comissões através das Portarias Nº 03 de 09 de Janeiro de 2017 e Nº 38 de 24 de Fevereiro de 2017, designadas como a comissão de Elaboração e a de Revisão do Relatório de Gestão 2016 da UFCA. Ambas, possuem atribuições definidas e foram responsáveis pela construção do presente documento.

Os conteúdos ausentes pela inaplicabilidade à UPC, dado a sua natureza jurídica de autarquia educacional, estão em conformidade com a Portaria-TCU Nº 59, de 17 de Janeiro de 2017. Já itens obrigatórios que não tiveram todos os conteúdos contemplados, foram devidamente justificados pela indisponibilidade de dados ou informações, dada a atual situação de instituição ainda em fase de implantação.

1 VISÃO GERAL

Quadro 1: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	
Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de vinculação: Ministério da Educação	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas	
Código SIORG: 244	
Denominação Completa: Universidade Federal do Cariri	
Denominação Abreviada: UFCA	
Código SIORG: 122391	
Código LOA: 26449	
Código SIAFI: 158719	
Natureza Jurídica: Autarquia Especial do Poder Executivo	
CNPJ: 18.621.825/0001-99	
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação	
Telefones/Fax de contato: (088) 3572-7200 (088) 3572-7201	
Endereço Eletrônico: reitor@ufca.edu.br; gabinete@ufca.edu.br	
Página na Internet: http://www.ufca.edu.br	
Endereço Postal: Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N – Bairro: Cidade Universitária, Juazeiro do Norte – Ceará, CEP: 63048-080	

1.1 Finalidades e competências

A UFCA - Universidade Federal do Cariri é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, criada em junho de 2013 pela Lei Federal nº 12.826, a partir do desmembramento do campus Cariri da Universidade Federal do Ceará – UFC. A UFCA é sediada em Juazeiro do Norte, principal cidade da RMC – Região Metropolitana do Cariri, e possui outros quatro campi nas cidades de Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó, todas localizadas ao sul do estado do Ceará.

Com apenas três anos de criação, a UFCA ainda encontra-se em processo de consolidação e expansão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, contando em 2016 com um total de

quatorze cursos de graduação e oito de pós-graduação, sendo quatro mestrados Stricto Sensu, um Mestrado Profissionalizante e três especializações Lato Sensu, além de um Doutorado Interinstitucional em parceria com a Universidade de Brasília (UnB),

No Campus de Juazeiro do Norte funcionam dez cursos de graduação (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Design de Produto, Filosofia – Licenciatura, Filosofia – Bacharelado, Administração Pública, Música, Comunicação Social – Jornalismo), o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), o Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) no formato semipresencial, o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico na área de Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM), o Mestrado do Profissional Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) e as especializações em Inovação Social em Economia Solidária e em Gestão em Ambientes de Informação.

No Campus de Barbalha funciona o curso de graduação em Medicina e a Residência Médica em Cirurgia Geral, Clínica Médica, Medicina de Família e Comunidade, Obstetrícia/Ginecologia e Pediatria.

No Campus do Crato, o curso de graduação em Agronomia e a especialização em Permacultura. O Campus de Brejo Santo sedia o Instituto de Formação de Educadores, com o curso de Licenciatura em Ciências Naturais. O curso permite a formação de professores em quatro áreas de conhecimento: Matemática, Física, Química e Biologia. O Campus de Icó sedia o Instituto de Estudos do Semiárido, atualmente só com o curso de História em funcionamento.

A Lei Federal que a criou, define que a UFCA deve ser pautada por princípios orientadores que visem à integração da região e o desenvolvimento dos municípios que perfazem a região do Cariri e seu entorno, logo, a UFCA tem como objetivo maior promover conhecimento para o desenvolvimento territorial sustentável do Cariri.

A universidade baseia suas ações em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. As Instituições de Educação Superior – IES têm centrado seus esforços tradicionalmente em três dimensões fundamentais para viabilizar seu projeto de atuação. São elas: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A esse modelo já consagrado a UFCA acrescenta a Cultura, a partir do entendimento como dimensão fundamental e transversal de formação universitária. Este quarto pilar promove ações e programas no âmbito da Cultura; fomenta os projetos existentes na própria comunidade acadêmica; contribui para a formação universitária através da elaboração e realização de disciplinas livres; estabelece parcerias estratégicas com entidades públicas e universidades; compõe os diversos fóruns de cultura no nível local e estadual; e promove o programa anual de bolsas na temática cultural.

Desde sua criação oficial em junho 2013, a UFCA tem a Universidade Federal do Ceará – UFC como instituição tutora dos seus primeiros passos. Além de já possuir natureza jurídica e estrutura organizacional própria, em 2016 a UFCA avançou bastante no seu processo de autonomia da UFC e passou a realizar alguns dos procedimentos administrativos, como os processos licitatórios, contratos e execuções de obras, que até 2015 ainda eram realizadas na UG 153045 (UFC) e, após a sua homologação, eram sub-rogados para a UG 158719 (UFCA).

Por isso, tramita na UFC o processo nº Processo nº 122391.002190/2016-90 que trata dos procedimentos necessários para a plena autonomia financeira e orçamentária da UFCA em relação à UFC. O Termo de Cooperação objetiva viabilizar o compromisso da UFC em cooperar com a UFCA, até que a UFCA instale as suas unidades acadêmicas e administrativas e tenha condições de realizar todas as ações voltadas à ministração do ensino superior, desenvolvimento de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promoção da extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi. O Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação, na sua

cláusula segunda, alterou o Termo de Cooperação excluindo da tutoria as atividades que sejam pertinentes à licitações, contratos e execuções de obras e serviços, pois considera que a UFCA já dispõe de aparatos funcionais aptos a consecução dessas atividades a partir de janeiro de 2016. O Quinto Termo Aditivo prorroga o prazo da vigência do Termo de Cooperação - Protocolo de Transição por 12 (doze) meses a partir da data de assinatura em 22 de agosto de 2016.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2373.htm
 - Lei de Criação da UFC (UG 153045): Lei Federal nº 2373, de 16 de dezembro de 1954, publicada em 23 de dezembro de 1954
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/L Lei/L12826.htm
 - Lei de Criação da UFCA (UG 158719): Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas

- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/cooperacao-ufc>
 - Termo de Cooperação para Tutoria da UFCA pela UFC
 - Extrato de convênio do Termo de Cooperação entre UFC e UFCA
 - 1º ao 5º Aditivos do Termo de Cooperação entre UFC e UFCA
 - Resolução do CONSUP de Adoção do Estatuto e do Regimento Geral da UFC
 - [Regimento Geral da UFC](#)
 - [Estatuto da UFC](#)
- <http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/portarias-2/consup-9/531--441/file>
 - Portaria do Gabinete da Reitoria que define a administração pro tempore da UFCA
- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/consup/resolucoes-consup>
 - Resoluções do Conselho Superior Pró-tempore (CONSUP);
- <http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/resolucoes-29/consup-8/1288--902/file>
 - Resolução do Conselho Universitário Pro Tempore sobre sua composição
- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/consup/documentos-consup>
 - Outros Documentos Oficiais do Conselho Superior Pró-tempore(CONSUP): Estatuto,

Regimentos, Regulamentos, Atos Decisórios, Notas, Moções e Atas;

- <http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online>
 - Outros Documentos Oficiais da UFCA, Resoluções, Portarias, Atos Decisórios, Convênios, Editais, etc;

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/referencial-estrategico>
 - Referencial Estratégico da UFCA
- <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/pdi>
 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- <http://www.ufca.edu.br/portal/relatorios-de-avaliacao>
 - Relatórios de Autoavaliação Institucional
- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proplan/censo>
 - Relatórios do Censo da Educação Superior
- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proplan/relatorios-de-gestao>
 - Relatórios de Gestão e Prestação de Contas para o TCU (anos anteriores)
- <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proplan/ufca-em-numeros>
 - UFCA em Números

1.3 Ambiente de atuação

1.3.1 Histórico e contexto de atuação

A UFCA - Universidade Federal do Cariri é uma instituição de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, criada em junho de 2013 a partir do desmembramento do *campus* Cariri da Universidade Federal do Ceará – UFC. Atuando inicialmente na RMC (Região Metropolitana do Cariri), no sul do estado do Ceará, e tendo sede na cidade de Juazeiro do Norte e *campi* nas cidades de Crato e Barbalha. Em 2014, criava-se dois novos *campi* nas cidades de Brejo Santo e Icó.

A implantação do Campus avançado da UFC no Cariri, assim como seu posterior desmembramento e a criação da UFCA, ocorreu em um contexto regional de crescente desenvolvimento – impulsionado principalmente pelas atividades comerciais e industriais – e de uma política nacional de ampliação da oferta de educação superior, através da expansão e interiorização das universidades federais.

Em junho de 2013, após aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial do PL 2.208/2011, passa a vigorar a Lei Ordinária Nº 12.826, de 5 de Junho de 2013, que criou a Universidade Federal do Cariri – UFCA por desmembramento da Universidade Federal do Ceará – UFC, a qual é a responsável pela tutoria e assistência à nova instituição, conforme previsto na lei de criação e implementada através de Termo de Cooperação / Protocolo de Transição e de três aditivos para Tutoria da UFCA pela UFC. Adicionalmente, a Resolução do CONSUP Nº 02/2014, de 30 de janeiro de 2014, define a adoção do Estatuto e do Regimento Geral da UFC até que a UFCA tenha seus próprios instrumentos normativos para as atividades acadêmicas e administrativas. Todos estes documentos encontram-se disponíveis para consulta em: <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/cooperacao-ufc>.

Ainda em 2013, com a nomeação da Profa. Suely Salgueiro Chacon como primeira Reitora *Pró-tempore* da UFCA e a constituição do Conselho Superior *Pró-tempore* – CONSUP, foi formalizada – através da Resolução Nº 10/2013-CONSUP, de 31 de outubro de 2013 – a criação da estrutura administrativa inicial da UFCA, composta, em caráter *Pro Tempore*, pela Reitoria, as Pró-reitorias, os Órgãos Suplementares e os Órgãos de Assessoramento à Reitoria.

Ao longo do ano de 2015, um projeto de elaboração do PEI foi desenvolvido por meio da realização de reuniões, capacitações, discussões, análise de documentos, entrevistas e oficinas, visando a construção coletiva de dois instrumentos principais de planejamento: o Plano Estratégico - PEI UFCA 2025 e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFCA 2020. Como um dos principais resultados e produtos parciais deste processo, foi homologado em Outubro de 2015, mediante a resolução nº 40 do Conselho Superior *Pró-tempore* - CONSUP, o Referencial Estratégico da Universidade Federal do Cariri, que define a Missão, a Visão, os Princípios, os Objetivos Estratégicos e o Mapa Estratégico da UFCA (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/referencial-estrategico>). Durante o ano de 2016, foi construído e validado junto a comunidade O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFCA 2020 (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/pdi>), que consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.

Se por um lado a UFCA foi criada em junho de 2013 já herdando um considerável legado acadêmico e administrativo do campus Cariri da UFC, por outro lado as justificativas para sua criação colocaram enormes desafios para sua implantação e expansão inicial, prevista para ocorrer até o ano de 2018. Além dos 11 cursos de graduação remanescentes que tinham 1.928 alunos e ofereceram 570 vagas em 2012, a UFCA herdou um quadro funcional ativo de 189 servidores docentes e um total de 68 servidores técnico- administrativos (19 de nível superior e 49 de nível médio).

Da meta inicialmente prevista para implantação de 2 novos campi e 15 novos cursos de graduação, ofertando 6.490 novas vagas, já foram criados os campi de Brejo Santo e Icó com 2 novos cursos que disponibilizam um total de 250 novas vagas desde 2014.

Ainda em 2015, foram aprovados oito novos cursos no Conselho Universitário *Pro Tempore* com previsão de implantação dos mesmos até 2020. A seguir, a relação dos cursos que tiveram seus Projetos Pedagógico de Curso (PPC) aprovados, seus respectivos atos de criação e os *campi* onde os mesmos funcionarão:

- Geologia – Resolução 45/2015/Consup – Campus Juazeiro do Norte;
- Psicologia - Resolução 39/2015/Consup – Campus Barbalha;
- Matemática Computacional – Resolução 38/2015/Consup – Campus Juazeiro do Norte;
- Ciência da Computação – Resolução 37/2015/Consup – Campus Juazeiro do Norte;
- Ciências Contábeis – Resolução 36/2015/Consup – Campus Juazeiro do Norte;
- Design – Bacharelado – Resolução 52/2015/Consup – Campus Juazeiro do Norte;
- Medicina Veterinária – Resolução 35/Consup/2015 – Campus Crato;
- Gestão Pública - Resolução 07/2015/Consup - Campus Icó;



Figura 1: Mapa da Região do Cariri

Nos dois períodos letivos de 2016, a instituição ofertou 830 novas vagas, para as quais houve 25.998 estudantes inscritos nas duas edições do SiSU. Considerando as 162 vagas remanescentes de anos anteriores que foram preenchidas ao longo dos dois períodos, a UFCA teve 887 estudantes ingressantes em 2016 e atingiu 91% de taxa de ocupação, totalizando ao final do ano 2504 estudantes matriculados nos catorze cursos de graduação da UFCA. Foram 104 alunos diplomados na graduação ao final do período 2016.1, e mais 59 concluintes da pós-graduação em cursos de especialização e mestrado. Em termos de extensão universitária, foi realizado o X Encontro de Extensão com 126 participantes e foram cadastrados 98 novos programas ou projetos de extensão na universidade, que contaram com 100 bolsistas remunerados e 212 não remunerados abrangendo uma área de atuação que envolve 19 municípios da região. Na área de cultura, a universidade atendeu 120 estudantes com o programa de bolsas de Arte, Cultura e Esportes, além de realizar duas edições do Fórum de Cultura e o Censo de Cultura da UFCA.

Também merecem destaque a realização da III Mostra UFCA, que contou com 62 oficinas, 190 relatos de experiências e 12 apresentações artísticas culturais e esportistas, envolvendo diretamente mais de 300 estudantes da instituição; da III Feira das Profissões que atraiu mais de 1.700 estudantes do ensino médio como visitantes e do Fórum de Inovação e Empreendedorismo da UFCA com cerca de 390 participantes e apresentação de trabalhos. Em 2016 a instituição pagou 6.933 unidades de bolsas e auxílios de assistência, priorizando e garantindo a permanência de muitos estudantes na instituição.

1.3.2 Ambiente de atuação segundo a construção do Planejamento Estratégico Institucional

Durante o desenvolvimento do projeto de elaboração do Planejamento Estratégico da UFCA foi realizado um completo estudo do ambiente e contexto institucionais. Foram realizadas diversos tipos de atividades junto à comunidade acadêmica e à sociedade local, para aplicação de técnicas e instrumentos de levantamento de dados como questionários, formulários e entrevistas, visando conhecer o ambiente interno e externo no qual a instituição está inserida. Dentre estas atividades destacam-se a realização de entrevistas com lideranças internas e externas, a realização de um inventário documental da instituição e a aplicação de questionário para a participação da

comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

1.3.2.1 Matriz SWOT

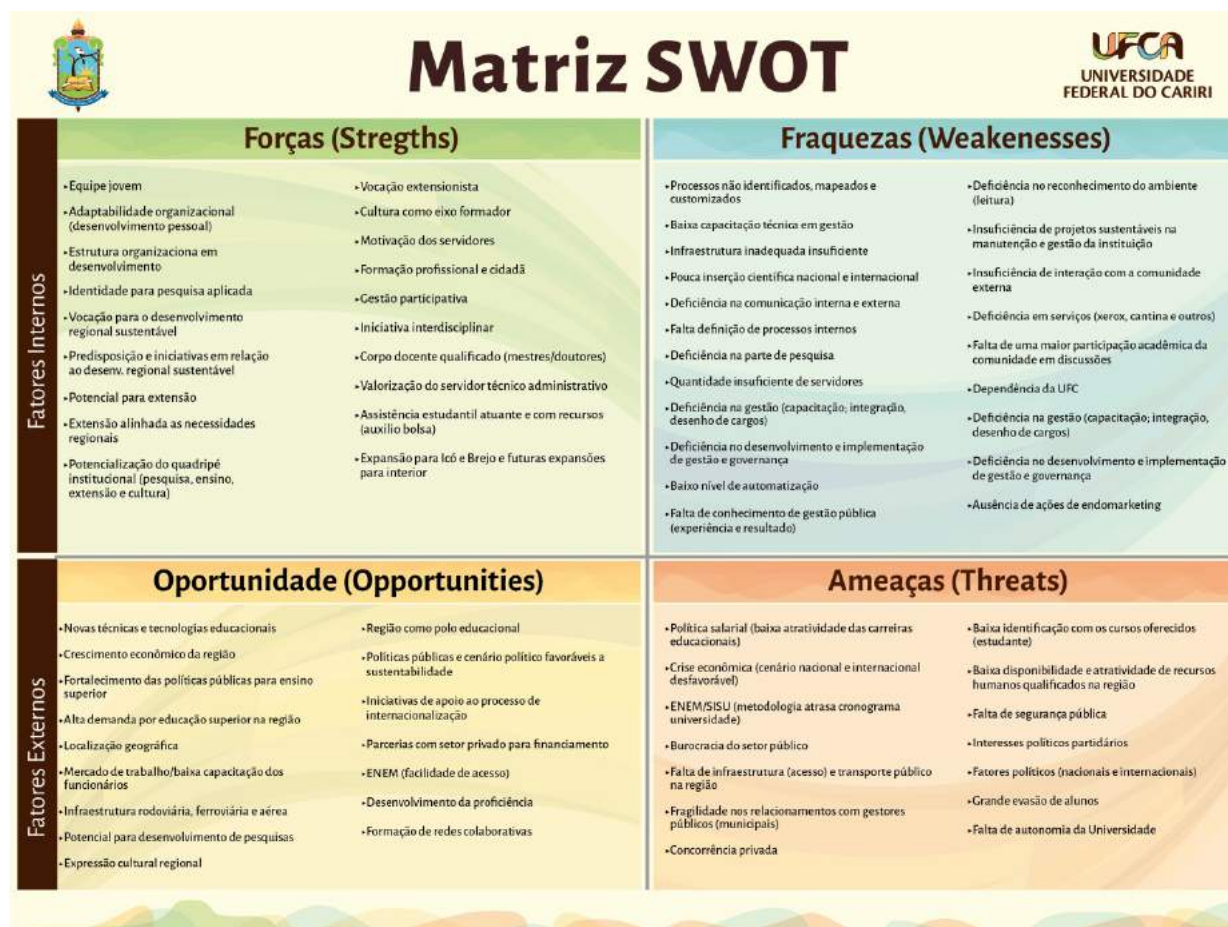


Figura 2: Matriz SWOT

A Matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*, em português - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é uma maneira bastante eficiente de identificar os pontos fortes e fracos de uma organização, bem como examinar as oportunidades e as ameaças que poderão ser enfrentadas no seu ambiente de atuação.

1.3.2.2 Modelo Institucional CANVAS

O Modelo Institucional ou “*Business Model Canvas*” é uma ferramenta colaborativa para modelagem do ambiente de negócios ou de organizações. É um mapa visual pré-formatado que permite descrever, desenhar, inovar e criar uma imagem estratégica da organização. Sua base está na tradução do negócio em nove elementos-chave: público-alvo e sua segmentação; proposta de valor da instituição; principais canais; forma de relacionamento com o público-alvo; fontes de receitas; principais atividades; recursos principais; estrutura ou principais direcionadores de custos; e principais parceiros. A proposta é cocriar uma imagem atual da instituição que represente, mais fielmente, a visão que seus colaboradores têm da mesma.



Figura 3: Modelo Institucional CANVAS

1.3.3 Visão geral sobre a Educação Superior na região do Cariri

As principais instituições públicas que atuam ofertando cursos de formação em nível superior similar ao da unidade jurisdicionada na região do Cariri são:

Quadro 2: Principais instituições gratuitas de Ensino Superior na Região do Cariri – Graduação presencial

Graduação - Presencial
Universidade Regional do Cariri – URCA (http://www.urca.br) Tecnólogo da Construção Civil Estradas Tecnólogo da Construção Civil Edifícios Teatro Pedagogia Matemática Letras História Geografia Física Engenharia de Produção Enfermagem Educação Física Direito Ciências Sociais Ciências Econômicas Ciências Biológicas Artes Visuais

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE (http://ifce.edu.br/)
Bacharelado em Engenharia Ambiental Licenciatura em Matemática Licenciatura em Educação Física Tecnologia em Automação Industrial Tecnologia em Construção de Edifícios
Universidade Vale do Acaraú – UVA (http://www.uvanet.br/)
Administração Ciências Biológicas Ciências Contábeis Ciências Sociais Educação Física Enfermagem Engenharia Civil Filosofia Física Letras Letras- Habilitação em língua inglesa – Parfor Matemática Pedagogia Química Tecnologia em Construção de Edifícios Zootecnia
Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC (http://www.centec.org.br/)
Agricultura Técnico Cozinha Eletroeletrônica Eletromecânica Eletrotécnica Irrigação e Drenagem Manutenção Industrial Mecânica Meio Ambiente Saneamento Ambiental Tecnologia de Alimentos

As principais instituições privadas que atuam na educação superior na região do Cariri são:

1. Faculdade Leão Sampaio – FLS (<http://www.leaosampaio.edu.br/>)
2. Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN (<https://www.fjn.edu.br/>)
3. Faculdade Paraíso – FAP (<https://www.fapce.com.br/>)
4. Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte – Estácio FMJ
(<http://portal.estacio.br/unidades/faculdade-de-medicina-estacio-de-juazeiro-do-norte>)
5. Universidade Católica do Cariri <http://www.catolicadocariri.edu.br/>)

1.3.4 Expectativa da comunidade acadêmica e da população da região do Cariri quanto à atuação da UFCA

1.3.4.1 Expectativa da comunidade acadêmica e da população da região do Cariri quanto à atuação da UFCA

Duas importantes formas de coleta da expectativa da comunidade acadêmica e da população da região do Cariri com relação à atuação da UFCA foram as entrevistas e consultas

públicas para análise do ambiente institucional e os seminários de gestão para definição do Referencial Estratégico, realizadas durante o processo de elaboração Planejamento Estratégico Institucional. Outra maneira de consulta direta sobre a expectativa e a satisfação com a atuação das universidades é a Autoavaliação Institucional, que é um processo anual de acompanhamento de desempenho institucional no qual são consultados os estudantes, docentes, técnicos administrativos e comunidade em geral. Formulários para avaliação da atuação dos docentes e dos coordenadores dos cursos pelo corpo discente, para avaliação da infraestrutura da instituição e para autoavaliação de estudantes e professores são alguns dos instrumentos utilizados no processo de Avaliação Institucional da UFCA. Outros aspectos principais da Avaliação Institucional bem como alguns dos resultados importantes e ações relevantes decorrentes desse processo avaliativo serão apresentados ao longo deste relatório de prestação de contas, já que o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/relatorios-de-avaliacao>) apresenta esses resultados e sua análise de forma integral.

Sobre a expectativa da comunidade acadêmica percebida durante o Planejamento Estratégico Institucional destaca-se a elaboração do Referencial Estratégico da UFCA como a mais importante entrega parcial do PEI, pois direciona as atividades de elaboração dos demais documentos e planos da estratégia institucional. O PEI foi desenvolvido segundo uma metodologia de Gestão por Resultados conhecida como BSC – Balanced Scorecard –, aplicada de forma específica para organizações públicas, e que, no caso da UFCA, tem atendido aos requisitos de um processo baseado na excelência técnica dos resultados, na transparência, na oportunidade de participação e no compartilhamento de decisões.

1.3.4.2 Instrumentos de Consulta à Comunidade

Na 1ª fase do planejamento estratégico da UFCA houve a oportunidade de participação direta de toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral. Foi aplicado um roteiro de perguntas que tinha o objetivo de colher a percepção individual acerca dos desafios estratégicos para a Universidade Federal do Cariri - UFCA. A partir das respostas, buscou-se identificar pontos de convergência em temas relacionados às dimensões: resultados, público-alvo e partes interessadas, processos internos, pessoas e inovação, tecnologia da informação, orçamento e logística.

O questionário para coleta de informações ficou aberto e disponível à comunidade por aproximadamente dois meses. Utilizando-se das respostas, houve uma proposta de Mapa Estratégico o qual apresentava os desafios para a Universidade a ser discutida em evento de validação.

Quadro 3: Roteiro do questionário aplicado em consulta pública sobre desafios da UFCA

Pesquisa Pública sobre o Planejamento Estratégico da UFCA
1. Missão Qual é, em sua opinião, a “razão de ser” da UFCA? Realizar uma reflexão sobre a identidade da Universidade, ou seja, qual a sua finalidade?
2. Visão de futuro No seu entendimento, qual é a visão de futuro para a UFCA para 2025?
3. Desafios Aponte até 05 grandes desafios para a UFCA no horizonte 2015-2025.
4. Comunicação Quais são os desafios relacionados a comunicação institucional? Existem desafios quanto à imagem da UFCA perante a outros órgãos e à sociedade?
5. Pessoas Quais são os principais desafios para quanto à gestão e o desenvolvimento de pessoas (servidores e pessoal terceirizado)?

6. Infraestrutura e Tecnologia

Há desafios para melhoria da infraestrutura física e de tecnologia da informação (software, hardware, comunicação)?

7. Potencialidades e Fraquezas

Quais seriam os pontos fortes e pontos fracos da UFCA?

1.3.4.3 Entrevistas com as Lideranças

Alinhado ao diagnóstico estratégico, foi captada a visão das lideranças sobre a UFCA. Para isso, foram realizadas 25 (vinte e cinco) entrevistas semiestruturadas com toda a alta administração e líderes setoriais da sociedade civil organizada com vistas a formar, por meio de percepções individuais, um consolidado sobre qual é a proposta de futuro para a instituição.

Para que fossem levantadas as opiniões e pontos de vista relacionados à UFCA, foram realizadas entrevistas internas e externas, com o objetivo de colher a percepção individual acerca dos desafios estratégicos a serem enfrentados, considerando-se o horizonte 2015-2025.

Nas entrevistas externas, foram escolhidos órgãos de influência em suas atividades, tais como: Prefeituras, Secretários Municipais, Lideranças do Comércio e Indústria e Lideranças da Região do Cariri.

Quadro 4: Roteiro do questionário semiestruturado com lideranças interna e externa sobre desafios da UFCA

Pesquisa Pública sobre o Planejamento Estratégico da UFCA
1. Missão Qual é, em sua opinião, a “razão de ser” da UFCA? Realizar uma reflexão sobre a identidade da Universidade, ou seja, qual a sua finalidade?
2. Visão de futuro No seu entendimento, qual é a visão de futuro para a UFCA para 2025?
3. Desafios Aponte até 05 grandes desafios para a UFCA no horizonte 2015-2025.
4. Qualidade de processo de ensino Quais os desafios para a UFCA aprimorar a qualidade de seu processo de Ensino?
5. Atividades de pesquisa e extensão Quais os desafios para a UFCA fortalecer suas atividades de Pesquisa? E quais os desafios para a UFCA fortalecer suas atividades de Extensão?
6. Parcerias Nacionais e Internacionais Há desafios para que a UFCA desenvolva uma estratégia de aproximação e/ou interlocução com outros atores no Estado ou no país (meio empresarial, governo, sociedade)? E com outras Universidades? Quais são estes desafios?
7. Tecnologias Educacionais Há desafios no campo das tecnologias educacionais (educação a distância, educação para portadores de necessidades especiais, e outros)?
8. Comunicação e Marketing Institucional Há desafios de comunicação e marketing institucional? Quais?
9. Gestão Interna Quais os desafios para a UFCA aperfeiçoar sua gestão interna (administração, processos de aquisição e de compra, tecnologia da informação, área financeiro-orçamentária, planejamento, controle interno)?
10. Pessoas Quais são os principais desafios para a gestão e o desenvolvimento de pessoas (servidores e pessoal terceirizado)?
11. Infraestrutura e tecnologia Há desafios para melhoria da infraestrutura física e de tecnologia da informação (software, hardware, comunicação)?

12. Orçamento

Há desafios perante a gestão orçamentária e perante a disponibilidade de recursos?

1.4 Organograma

A estrutura administrativa da gestão superior e da gestão acadêmica da UFCA é composta, em caráter Pro Tempore, pela Reitoria, pelas Pró-reitorias, pelos Órgãos Suplementares e pelos Órgãos de Assessoramento à Reitoria. Assim, com base na Resolução Nº 10/2013-CONSUP (disponível em: <http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/resolucoes-29/consup-8/616--493/file>), de 31 de outubro de 2013, foi definida a estrutura administrativa inicial da gestão superior da UFCA, com seus órgãos acadêmicos e administrativos dispostas no conforme Organograma Institucional apresentado a seguir:

Sobre a composição do corpo gestor da instituição, no exercício de 2016 merecem destaque a saída da primeira reitora pró-tempore Profa. Suely Salgueiro Chacon, por redistribuição para os quadros da UFC, e a sua substituição pelo Prof. Ricardo Lange Ness, ex-vice-reitor pró-tempore. Ao assumir, o novo reitor pró-tempore promoveu mudanças nos gestores de algumas pró-reitorias e diretorias, conforme especificadas no quadro adiante.

Em 2016 foi iniciada um esforço institucional para discussão e implementação de uma reestruturação administrativa da UFCA visando fortalecer a estrutura acadêmica e adequar a estrutura administrativa ao melhor cumprimento das atribuições institucionais e às suas demandas estratégicas. Para isso, foi instituído em setembro de 2016 um Grupo Técnico de Trabalho, formado por representantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos). Durante quatro meses, o grupo realizou uma série de encontros setoriais, que envolveram todos os setores da universidade (administrativos e acadêmicos), com o objetivo de propor mudanças para melhor redimensionar a instituição, priorizando os compromissos estratégicos. O resultado foi apresentado para toda a comunidade acadêmica em reuniões coletivas abertas para debate, antes de ser enviado para apreciação do Consup nos primeiros meses do ano de 2017.

No Quadro 5 abaixo são descritas as principais competências bem como seus gestores titulares e períodos de atuação nas respectivas áreas ou subunidades estratégicas representadas no organograma da UFCA, tendo como base a situação do final do ano de 2016.

Quadro 5: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

<i>Áreas / Subunidades Estratégicas</i>	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
REITORIA	Gestão e coordenação das políticas e diretrizes da UFCA.	Suely Salgueiro Chacon Ricardo Luiz Lange Ness	Reitora Reitor	De 01/07/2013 a 07/07/2016 Desde 08/07/2016
VICE-REITORIA	Substituir a Reitora em suas ausências e impedimentos; Executar funções específicas por delegação da Reitora.	Ricardo Luiz Lange Ness Roberto Rodrigues Ramos	Vice-Reitor Vice-Reitor	De 16/08/2013 a 07/07/2016 De 08/07/2016

ONSELHO SUPERIOR - CONSUP	Órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade, responsável por traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, de gestão econômico-financeira e de ensino, pesquisa, extensão e cultura.	Suely Salgueiro Chacon Ricardo Luiz Lange Ness	Presidente Presidente	De 01/07/2013 a 07/07/2016 Desde 08/07/2016
GABINETE DA REITORIA	Órgão de apoio, que tem por competências: assistir a Reitoria em suas funções e atribuições, bem como articular as relações com os públicos interno e externo.	Valderez Oliveira Filgueira	Chefe de Gabinete	Desde 01/11/2015
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEPE	Coordenar e executar a política de gestão de pessoas, integrando o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, com atribuições para a realização de procedimentos destinados a admissão de servidores, desenvolvimento de pessoal, registro e cadastro no SIAPE, direitos e vantagens relacionados a legislação de recursos humanos, dimensionamento, lotação e movimentação de pessoal e outros relacionados a administração de pessoal.	Roberto Rodrigues Ramos	Pró-Reitor	Desde 19/07/2013
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - PROPLAN	Coordenar e executar os processos de planejamento, orçamento e modernização administrativa e institucional da UDCA, assim como gerenciar e prover informações aos órgãos internos de gestão universitária.	Silvério de Paiva Freitas Júnior Jeová Torres Souza Júnior	Pró-Reitor Pró-Reitor	De 19/07/2013 a 15/11/2016 Desde 16/11/2016
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	Gestão das contratações públicas, de materiais e patrimônio e gestão financeira, orçamentária e contábil.	Francisco Dreno Viana da Silva Silvério de Paiva Freitas Júnior	Pró-Reitor Pró-Reitor	De 19/07/2013 a 15/11/2016 Desde 16/11/2016
PRÓ-REITORIA DE CULTURA - PROCULT	Promove ações e programas no âmbito da cultura; fomenta os projetos existentes na própria comunidade acadêmica; contribui para a formação universitária através da elaboração e realização de disciplinas livres; estabelece parcerias estratégicas com entidades públicas e universidades; compõe os diversos fóruns de cultura no nível local e estadual; promove programa anual de bolsas.	Ivânio Lopes de Azevedo Júnior Eduardo Vivian da Cunha José Robson Maia de Almeida	Pró-Reitor Pró-Reitor Pró-Reitor	De 19/07/2013 a 27/03/2016 De 28/03/2016 a 18/07/2016 Desde 19/07/2016

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN	Gestão de Atividades inerentes ao ensino de graduação: Estrutura de Currículos e cursos; Ingresso na universidade (SiSU, Transferência, Admissão de Graduados); Controle da vida acadêmica (matrícula, monitorias, trancamentos, conclusão de cursos, diplomação, identificação de taxas de evasão, retenção, sucessos); Criação, avaliação e reconhecimento de cursos; Gerenciamento de ações de ensino no SIGAA.	Ana Candida de Almeida Prado Ericsson Coriolano	Pró-Reitora Pró-Reitor	De 19/07/2013 a 15/11/2016 Desde 16/11/2016
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEX	Propor políticas e coordenar a viabilização de extensão da Universidade Federal do Cariri; Incentivar e realizar ações para o atendimento de demandas da sociedade; Articular parcerias com instituições externas à universidade que permitam maior alcance das suas atividades por meio da ampliação dos recursos humanos e materiais necessários à sua consecução; Avaliar a extensão na UFCA, em função dos indicadores dispostos no Plano Nacional de Avaliação da Extensão proposto pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.	Eduardo Vivian da Cunha Cláudia Araújo Marco	Pró-Reitor Pró-Reitora	De 19/07/2013 a 27/03/2016 Desde 28/03/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PRPI	Atuação nas áreas de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica por meio de políticas institucionais de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades vinculados à PRPI, bem como da divulgação dos resultados das pesquisas científicas realizadas no âmbito da Universidade.	Celme Torres Ferreira da Costa Francisco José de Paula Filho Juscelino Pereira Silva	Pró-Reitora Pró-Reitor Pró-Reitor	19/07/2013 a 12/01/2016 De 13/01/2016 a 15/11/2016 Desde 16/11/2016
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM A COMUNIDADE - DIARI	Articular a comunidade externa (sociedade) e interna (comunidade acadêmica) através de ações integradas com os demais órgãos da universidade com interesses convergentes; provocar e apoiar a institucionalização dessas iniciativas e servir como elemento de interlocução interna. Traz para si a tarefa precípua de se apresentar colaborativa em suas proposições, esperando contribuir para o fortalecimento de uma universidade que é de todos.	Polliana de Luna Nunes Barreto João Luiz Soares Studart Guimaraes	Diretora Diretor	De 19/07/2013 a 15/11/2016 Desde 16/11/2016
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - DAE	Desenvolvimento de Programas que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação. Gestão de políticas de assistência estudantil.	Claúdia Araújo Marco Ledjane Lima Sobrinho	Diretora Diretora	Desde 19/07/2013 a 28/03/2016 Desde 27/06/2016

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DCOM	Oferecer produtos e ações sistematizadas de comunicação para os públicos internos e externos. Trabalha com o intuito de fortalecer as ações que já vêm sendo realizadas pelas Coordenadorias de Comunicação e de Comunicação Visual, desenvolve a comunicação em nível organizacional, de forma que todos os públicos da UFCA sejam alcançados.	Ingrid Mazza Matos Ramos Cristina Carneiro Menezes	Diretora Diretora	De 23/01/2015 a 13/10/2016 Desde 14/10/2016
DIRETORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - DCI	Assessorar a UFCA/Reitoria junto às IES públicas ou privadas em âmbito internacional, através de políticas de relacionamento acadêmico e de internacionalização, com o objetivo de estimular a comunidade acadêmica, tanto docentes, discentes e técnico-administrativos a constituir intercâmbios técnico-científicos e culturais que fomentem o desenvolvimento institucional e regional.	Maria Cleide Rodrigues Bernardino	Diretora	De 19/07/2013 a 15/11/2016
DIRETORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - DGS	Gerenciamento e Manutenção dos Veículos Oficiais, fiscalização de contratos administrativos relativos a logística e apoio à terceirizados, bem como acompanhamento de liquidações e pagamentos de notas fiscais referentes às esses serviços, gerenciamento, atendimento e prestação de informação, auxilia as unidades acadêmicas na elaboração de termos de referências, acompanhamento de empenhos.	Milton Jarbas Rodrigues Chagas	Diretor	Desde 12/11/2015
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA - DINFRA	É responsável pela supervisão e elaboração de projetos, fiscalização de obras, planejamento, orientação sobre as edificações e infraestrutura da UFCA. Estabelece normas e procedimentos relativos ao planejamento, execução e fiscalização de obras. Coordena a elaboração do Plano Diretor de Obras, do Plano Diretor Físico e Urbanístico, supervisiona a elaboração de projetos de edificações e infraestrutura.	David Andriola Colares Cleirton Andre Silva de Freitas	Diretor Diretor	De 04/09/2015 a 16/11/2016 Desde 16/11/2016
DIRETORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO - SIBI	Desenvolver ações que facilitem o acesso à informação científica para a comunidade acadêmica, oferecendo suporte informacional para ensino, pesquisa, extensão e cultura, colaborando para o desenvolvimento da sociedade. Promover a divulgação da produção científica da UFCA no sentido de proporcionar uma maior visibilidade da instituição.	Glacínésia Leal Mendonça Lucélia Mara De Souza Serra	Diretora Diretora	De 19/07/2013 a 17/07/2016 Desde 18/07/2016
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI	Apoio técnico e negocial às áreas fins e administrativas da Universidade, através de Tecnologias da Informação e Comunicação. Elaboração do Plano Diretor de TI alinhado aos objetivos estratégicos da Universidade.	Herbert Novais Onofre	Diretor	Desde 19/07/2013

	Elaboração de projetos de aquisições e contratações de TI. Gestão e Fiscalização Técnica e Administrativa de contratos de TI. Apoiar a UFCA nas suas demandas de Tecnologia da Informação, planejando, propondo e executando ações efetivas, contribuindo com o desenvolvimento da Universidade. Prover serviços de TI que apoiem a UFCA na sua missão e desenvolvimento.			
COORDENADORIA DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA	Coordena as atividades administrativas dos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Cariri. Tem como competência realizar serviço de apoio às reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos Superiores, disponibilizando para fins de consulta e informação os documentos produzidos pelos conselhos superiores da universidade e executar outras atividades que lhe forem designadas pelo Presidente desses órgãos deliberativos.	Lia Maria Silveira David	Coordenadora	Desde 21/11/2013
AUDITORIA INTERNA - AUDIN	Assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento; Verificar o desempenho da gestão da Universidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de mais sistemas administrativos operacionais.	Waleska James Sousa Félix	Chefe da Auditoria Interna	Desde 04/2015
OUVIDORIA GERAL	Acompanhamento e encaminhamento na busca de soluções para as demandas registradas (Elogios, Críticas, Denúncias e Reclamações), visando proporcionar a melhoria contínua dos serviços oferecidos. Mediador nos conflitos de interesse envolvendo atores da comunidade acadêmica.	Aretuza Sousa Tenorio	Ouvidora	Desde 31.03.2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da UFCA, como Instituição Federal de Educação Superior (IFES), em linhas gerais, estão relacionado à oferta, ao desenvolvimento e ao fomento de ações de Ensino, Pesquisa e Inovação além de Extensão, principalmente por meio de cursos de formação universitária em nível de graduação e pós-graduação, e de ações de promoção e preservação das dimensões cultural e regional do Cariri.

Desta forma, estes macroprocessos são apresentados no quadro a seguir, de forma

vinculada aos respectivos setores que fazem a gestão das políticas e ações desenvolvidas e da oferta dos produtos e serviços à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

1.5.1 Ensino

Quadro 6: Macroprocesso Ensino

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO	Corresponde aos processos de programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes ao ensino de graduação.	Criação de cursos, estrutura de currículos e cursos, ingresso e matrícula de estudantes, monitorias voluntárias e remuneradas, estágios supervisionados, avaliações periódicas para gestão.	Docentes, Discentes ingressos, egressos e comunidade externa.	Pró-reitoria de Ensino - PROEN

1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Quadro 7: Macroprocesso Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	Refere-se aos processos de programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de relacionadas à pesquisa e à inovação	Fomento de Pesquisas, Inovações, Programas de Bolsas e Atividades científicas	Discentes, Docentes, Comunidades e Agências de Fomento	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PRPI

1.5.3 Extensão

Quadro 8: Macroprocesso Extensão

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
EXTENSÃO	Compreende os processos de promover, coordenar, supervisionar, fomentar, controlar e avaliar as atividades de Extensão da UFCA.	Projetos, Programas, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços relacionados às áreas da saúde, educação, comunicação, cultura, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, direitos humanos e justiça.	Discentes, Docentes, Comunidades externas e Agências de fomento.	Pró-reitoria de Extensão - PROEX

1.5.4 Cultura

Quadro 9: Macroprocesso Cultura

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
CULTURA	Refere-se aos processos de promover, fomentar, e coordenar	- Projetos, programas, cursos, atividades esportivas, apresentações artísticas,	Discentes, docentes, técnico-administrativos,	Pró-reitoria de Cultura

	as atividades relacionadas à oferta de bolsas de cultura, arte e esporte, à gestão cultural	exposições e parcerias estratégicas com entidades âmbito da cultura; - Concessão de apoio financeiros aos estudantes colaboradores de iniciativas da Procult	comunidade acadêmica, e entidades Culturais e Comunidade Externa	
--	---	---	--	--

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Diante da pressão do contexto de mudanças é preciso que as Organizações Públicas consigam resultados com menos recursos, tempo e cada vez mais qualidade. Realizar a gestão estratégica é, em muitos casos, escolher a mudança, buscar em curto prazo o envolvimento e a participação das pessoas. O que se pretende é promover reflexões e ações sistemáticas relativas aos processos de tomada de decisões da organização.

Uma análise sociopolítica da situação e de como os atores envolvidos no contexto se relacionam é parte do desenvolvimento de um Planejamento Estratégico. Deve-se entender que, antes de tudo, um plano é um arranjo social e político de interesses e necessidades que precisam convergir para que se obtenha êxito. A sustentabilidade sociopolítica de um projeto é, portanto, condição preliminar para que esse possa ser iniciado.

No intuito de evitar desperdícios de recursos públicos, perda de foco nas frentes de atuação da Universidade (Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura) e na motivação original (interiorização do desenvolvimento), a PROPLAN apoia e desenvolve, por meio da gestão superior, dos setores administrativos e das unidades acadêmicas, um processo cíclico e contínuo de planejamento e gestão estratégica da instituição.

Visando à melhoria da educação superior brasileira, o Ministério da Educação introduziu como parte integrante do processo avaliativo das Instituições de Educação Superior, a prática do planejamento nas IES. A partir da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, institui-se a necessidade de elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Além disso o SINAES vincula a avaliação do desempenho institucional aos resultados previstos no PDI, em termos de cumprimento dos objetivos e alcance das metas estipuladas.

Por isso, como forma de subsidiar e viabilizar a elaboração do PDI da UFCA, ainda no de 2014 foi proposto e estruturado um projeto de elaboração do PEI - Planejamento Estratégico Institucional para os próximos dez anos da UFCA. Como primeiro desdobramento desta iniciativa foi organizado um grupo técnico de trabalho chamado GEPE (Grupo de Estudo do Planejamento Estratégico), composto por gestores, técnicos e docentes de áreas acadêmicas e setores administrativos, com o objetivo de elaborar um plano de trabalho para o PEI em que era contemplada a contratação de uma empresa para consultoria e assessoria especializada. Dois dos requisitos para a contratação desta consultoria e assessoria era o aproveitamento e consideração de todo o conteúdo e discussões sobre a criação da UFCA e planejamento institucional realizadas até então, além da participação ativa do seu corpo gestor e funcional dos setores administrativos e unidades acadêmicas.

O PEI é o processo para formulação e acompanhamento da estratégia de atuação da UFCA ao longo dos próximos dez anos. O objetivo principal do PEI foi produzir conhecimento sobre o ambiente ao qual a instituição está inserida, e conferir maior racionalidade às ações da universidade no alcance da sua visão de futuro e no cumprimento da sua missão institucional. O PEI deve fornecer direcionamento comum a ser seguido por toda a instituição, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, visando o alcance dos objetivos institucionais e a maximização dos resultados. Outro objetivo do PEI é subsidiar a elaboração do PDI.

A partir de 2015, o projeto de elaboração do PEI foi desenvolvido por meio da realização de reuniões, capacitações, discussões, análise de documentos, entrevistas e oficinas, visando a

construção coletiva de dois instrumentos principais de planejamento: o Plano Estratégico - PEI UFCA 2025 e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFCA 2020. Como um dos principais resultados e produtos parciais deste processo, foi homologado em Outubro de 2015, mediante a resolução nº 40 do Conselho Superior Pró-tempore - CONSUP, o Referencial Estratégico da Universidade Federal do Cariri, que define a Missão, a Visão, os Princípios, os Objetivos Estratégicos e o Mapa Estratégico da UFCA (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/referencial-estrategico>).

Ao longo de 2016, foi construído e validado junto a comunidade O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UFCA 2020 (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/pdi>), que consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, contempla o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Dessa forma, o PDI é o mais importante instrumento de gestão resultante do Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A elaboração do Referencial Estratégico iniciou com as primeiras discussões e resultados do planejamento institucional da UFCA, como a Carta de Princípios, e teve continuidade com a realização das primeiras fases e atividades previstas no projeto executivo do PEI. As etapas de Revisão Documental, Análise de Ambiente e Visão das Lideranças, bem como seus respectivos resultados (Catálogo de Documentos, Modelos SWOT e CANVAS, e Entrevistas com Líderes) foram essenciais para subsidiar pesquisas, discussões e diagnósticos que resultaram na definição do Referencial Estratégico.

A Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos (citados no subitem 2.1.1) que compõem o Mapa Estratégico da UFCA para os próximos 10 anos da instituição foram definidos por meio de dinâmicas de apresentações, discussões, proposições e validação consensual de cada um desses resultados. Essas dinâmicas ocorreram em oficina de gestão realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2015 na cidade de Juazeiro do Norte – CE, com a participação de todos os gestores e lideranças da instituição.

Missão

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. A UFCA como uma instituição pública tem o desempenho no cumprimento da sua missão como critério definitivo de sucesso.

Missão da Universidade Federal do Cariri:

“Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável.”

Visão

A visão é a idealização de um futuro desejado. A visão da UFCA indica o que a instituição gostaria de se tornar e como gostaria de ser reconhecida. A visão deve sensibilizar as pessoas que atuam na instituição, assegurando a sua mobilização e alinhamento aos temas estratégicos.

Visão da Universidade Federal do Cariri:

“Ser uma universidade de excelência em educação para sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura.”

Objetivos Estratégicos

Em abril de 2015, na construção do Mapa Estratégico, foram incorporados os Objetivos

Estratégicos da instituição. A partir destes objetivos, todos os setores deverão promover suas ações, ideias, planejamentos setoriais alinhados ao Planejamento Estratégico 2016-2025 da UFCA. O mapa estratégico foi construído após um processo de debates intensos, com ampla participação de lideranças e gestores da UFCA. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada pela Universidade.

Após a validação do Mapa Estratégico da UFCA, faz-se necessária a descrição dos objetivos estratégicos do Mapa, ou seja, traduzir de forma sucinta o teor de cada objetivo. Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela UFCA para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Constituem elo entre as diretrizes da Universidade e seu referencial estratégico, traduzem as demandas e expectativas das suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados pela instituição para os próximos anos. Foram elaborados 16 objetivos estratégicos para a UFCA, que de forma balanceada, estão distribuídos nas perspectivas do mapa estratégico.

Quadro 10: Descrição dos Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Descrição
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A DINÂMICA CULTURAL	Atuar para que as ações da UFCA tenham impacto significativo na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e na cultura local. Esta atuação deve ser pautada pelo respeito à diversidade cultural e às práticas já existentes, sem, contudo, abrir mão de uma perspectiva crítica e da proposição de novos modelos e soluções para os dilemas existentes na região.
FORMAÇÃO DE PESSOAS CAPAZES DE PARTICIPAR EM AÇÕES TRANSFORMADORAS DA SOCIEDADE	Auxiliar a formação de cidadãos com responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável, cientes das dimensões cultural, ambiental, social e financeira.
INTENSIFICAR E INTEGRAR AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA	Buscar o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, ao mesmo tempo em que se promove a articulação entre estas dimensões, tendo-se em vista os objetivos comuns da universidade. Esta articulação deve ocorrer reconhecendo e potencializando as especificidades de cada Pró-reitoria fim, assim como suas ações particulares.
ALINHAR, CONSOLIDAR E CRIAR CURSOS EM CONSONÂNCIA COM A ESTRATÉGIA	Aumentar o número de vagas para discentes na UFCA com a implantação de novos cursos de graduação, pós-graduação e expansão dos cursos já existentes, visando ao cumprimento do papel transformador e desenvolvedor do território no qual está inserida a UFCA. Cumpre ressaltar que a melhoria dos cursos já existentes também deve ser foco permanente.
PROMOVER METODOLOGIAS EDUCACIONAIS ADEQUADAS	Fazer com que as estratégias didático-pedagógicas descritas nos projetos pedagógicos dos cursos gerem impacto positivo no processo de aprendizagem do estudante, não só na dimensão quantitativa, mas também qualitativa.
IMPLANTAR E INTEGRAR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS	Prover sistemas de informação capazes de apoiar a gestão na tomada de decisão, tendo como foco a melhoria no ensino, pesquisa, extensão e cultura.
INTEGRAR A UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE E PROMOVER A INTERNACIONALIZAÇÃO	As ações acadêmicas da UFCA têm a finalidade de obter resultados em benefício social. Neste sentido, a universidade desenvolverá sua inserção e contribuição social por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura que contribuam para o diálogo com os diversos atores e segmentos sociais, e para a apresentação de alternativas diante dos problemas socioambientais caririenses. Divulgar a UFCA e promover a interação com organismos e instituições internacionais por meio de acordos de cooperação, objetivando fomentar as atividades acadêmicas em âmbito internacional e possibilitar o intercâmbio de pessoas.
AMPLIAR E APERFEIÇOAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	Assegurar o direito à informação à comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnico-administrativos) e ao público externo da UFCA, inserindo-a no circuito de divulgação da educação pública brasileira, sob os pilares da acessibilidade, internacionalidade, responsabilidade social e eficiência.
DESENVOLVER MODELO DE	Promover boas práticas de governança pública na instituição, levando em

GOVERNANÇA COM FOCO NA GESTÃO PARTICIPATIVA	consideração princípios norteadores tais como: cumprimento de leis, qualidade dos serviços prestados, transparência e gerenciamento de riscos. Proporcionar o acesso e o diálogo da comunidade acadêmica e da sociedade em geral com gestores, viabilizando uma gestão efetivamente participativa.
PROMOVER A OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO	Promover boas práticas de gestão pública e universitária com foco na melhoria contínua dos fluxos organizacionais, atendendo a critérios de avaliação da eficiência e da efetividade dos processos administrativos. Os modelos, métodos e sistemas de gestão devem permitir a integração das unidades e a desburocratização das atividades administrativas, apoiando a implementação da estratégia institucional e permitindo o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados e das informações fornecidas à comunidade interna e à sociedade em geral.
INTEGRAR AS AÇÕES DA GESTÃO ESTRATÉGICA	Realizar o planejamento e a gestão da estratégia institucional como um processo integrado e participativo que envolva os setores e as pessoas no desenvolvimento e na avaliação dos programas, projetos e iniciativas estratégicas. A gestão estratégica deve apoiar as unidades acadêmicas e administrativas na elaboração, execução e acompanhamento de planos e ações alinhados e integrados ao Planejamento Estratégico institucional.
ADEQUAR O QUADRO DE PESSOAL	Analisar as unidades acadêmicas e administrativas em relação à qualificação e quantificação do quadro de servidores existentes, identificando as não conformidades e equalizando as competências inerentes a cada cargo, distribuindo os servidores de acordo com as competências necessárias e as atribuições a serem desempenhadas.
CAPACITAR POR COMPETÊNCIAS, COM FOCO EM RESULTADOS INSTITUCIONAIS	Criar uma política de capacitação contínua e progressiva entre os servidores, baseada na gestão por competências, visando à estratégia da instituição. Refere-se à participação dos servidores em capacitações, qualificações internas e externas, de curta, média e longa duração a fim de oportunizar a formação e aperfeiçoamento da gestão, dos servidores docentes e técnico-administrativos. As capacitações devem atender ao plano anual de capacitação com ações específicas para o desenvolvimento de competências.
ATRAIR, VALORIZAR E ESTIMULAR A PERMANÊNCIA DE PESSOAS	Contribuir com a realização de atividades que visem ao fortalecimento da imagem da instituição, atraindo pessoas com competências que atendam as estratégias da universidade e a valorização do servidor através de ações voltadas para a qualidade de vida e incentivo ao seu desenvolvimento, a fim de construir um ambiente organizacional favorável ao crescimento e à realização das pessoas.
REDIMENSIONAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE	Adequar os espaços físicos existentes e dimensionar os futuros de maneira a atender as necessidades pontuais e coletivas da comunidade acadêmica, comprometendo-se com o conforto, a modernidade e o uso de novas tecnologias construtivas que utilizem os recursos naturais de forma inteligente para atingir gradativamente a sustentabilidade.
BUSCAR E GERIR ADEQUADAMENTE OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA E EXPANSÃO DA UFCA	Elaborar o planejamento e realizar a gestão do orçamento institucional, como um processo integrado, com foco no desenvolvimento econômico e sustentável, além de buscar alternativas para captação de recursos adicionais que não estejam previstos no orçamento anual e acompanhar a variação orçamentária para melhor aplicação dos recursos disponíveis.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Utilizando-se de técnicas de gerenciamento de projetos, buscou-se maior conhecimento e controle sobre o processo, o cronograma, as entregas e os recursos que serão utilizados no projeto de elaboração e implantação do Planejamento Estratégico. Conhecendo e controlando melhor o processo a equipe será mais eficiente, pois entregará o projeto com maior grau de acerto em termos de prazos e custos.

A metodologia de estruturação de projetos propõe uma abordagem cíclica do processo de gestão

estratégica. O ciclo de gestão constitui-se num conjunto de etapas que podem ser entendidas como macroprocessos que reúnem diversas outras atividades em seu contexto.



Figura 4: Ciclo de Gestão

Fonte: CPGE/PROPLAN

O objetivo do projeto é a modernização da gestão da Universidade Federal do Cariri a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão da estratégia e gestão de projetos, compartilhamento de resultados, racionalização de recursos, alinhamento da proposta de atuação tático e operacional, e implantar a cultura organizacional voltada ao alcance de resultados, à transparência e à prestação de contas.

A elaboração do PEI da UFCA está definida como um projeto composto de fases, atividades e suas respectivas entregas. A Estrutura Analítica do Projeto – EAP é uma ferramenta de comunicação que expõe, de forma sintética e direta, as principais entregas do projeto. Para cada entrega da EAP, houve a elaboração de um relatório específico e explicativo sobre os requisitos técnicos. Abaixo a EAP do PEI com um retrato da situação de andamento das fases e atividades do projeto em dezembro de 2015.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

2.1.3.1 Vinculação com as competências constitucionais das IFES - Instituições Federais de Educação Superior e da Lei de Criação da UFCA

Constitucionalmente as Instituições Federais de Educação Superior – IFES devem ter como atribuição precípua a promoção de ações em três dimensões fundamentais: Ensino, Pesquisa e Extensão. Os termos da Lei 12.828 de criação da UFCA reforçaram os objetivos constitucionais das universidades relativos à promoção de ações integradas em ensino, pesquisa e extensão e de forma complementar, define que a mesma deve ser pautada por princípios orientadores que visem à integração e o desenvolvimento dos municípios que perfazem a região do Cariri.

Não apenas o legado de cursos, corpo discente, quadro funcional de servidores docentes e técnicos administrativos, infraestrutura e equipamentos herdados do Campus Cariri da UFC, mas também os resultados alcançados subsequentes pela UFCA, em termos de número de profissionais formados, produção científica e de ações de extensão e cultura, são as maiores evidências da realização plena dos objetivos constitucionais de uma universidade.

A UFCA definiu a Cultura como mais uma área finalística da sua atuação, a partir do entendimento

da mesma como dimensão fundamental e transversal de formação universitária. A implementação deste princípio pela gestão da UFCA se deu pela criação de uma Pró-reitoria de Cultura, como órgão de promoção de atividades acadêmicas que, através do incentivo às ações culturais, fomenta a convivência e a formação cidadã. Suas ações pressupõem uma noção de educação global que assume uma relação de complementariedade constitutiva com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de uma noção ampla de cultura que a identifica com a produção simbólica do humano em seu contexto social.

A já referida lei de criação caracteriza ainda a inserção regional da UFCA mediante atuação *multicampi*, ao prevê a criação de novos campi nas cidades de Icó e Brejo Santo. A estrutura organizacional acadêmica da UFCA aprovada em 2014 pelo CONSUP é composta por sete unidades acadêmicas localizadas nos campi das cidades de Juazeiro do Norte (Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, e Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte – IISCA); Crato (Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade – CCAB); e Barbalha (Faculdade de Medicina – FAMED); além do Instituto de Formação de Educadores - IFE e do Instituto de Estudos do Semiárido - IESA localizados respectivamente nos novos campus de Brejo Santo e Icó. A presença e atuação direta da UFCA nestas cidades não apenas faz com que sejam ofertados oportunidades de formação universitária à população desses municípios, mas também promovem a integração e apoiam o desenvolvimento social e econômico e das microrregiões do Cariri cearense.

Evidencia-se com tudo isso que a UFCA cumpre de forma plena as características e objetivos definidos nas atribuições constitucionais das IFES e da lei de criação da universidade.

2.1.3.2 Alinhamento do PDI da UFCA com o PPA - Plano Plurianual e com o PNE - Plano Nacional de Educação

O PDI-UFCA 2016-2020 foi concebido de forma alinhada ao Eixo Estratégico “Educação de Qualidade como Caminho para a Cidadania e o Desenvolvimento Social e Econômico” e aos objetivos do “Programa Temático Educação de Qualidade para Todos” do Plano Plurianual do Governo Federal. O PPA 2016-2019 tem como uma das diretrizes estratégicas a “Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade, a expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, promoção da inclusão social e desenvolvimento econômico”. Para viabilizar a “Iniciativa 06RX: Implantação da UFCA” presente no PPA, são previstos recursos de R\$ 209.217.300 até o final do ano de 2018. Já a “Iniciativa 061S: Consolidação do processo de interiorização das universidades federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional” merece destaque por evidenciar o pleno alinhamento do planejamento institucional e da missão da UFCA com um projeto de desenvolvimento nacional.

O planejamento institucional da UFCA também está em consonância com as metas para Educação Superior do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Em pleno processo de crescimento com a criação de cursos de graduação e pós-graduação, a UFCA espera contribuir de forma exitosa para o alcance das Metas 12, 13 e 14 do PNE, as quais referem-se a elevar a quantidade de matrículas na graduação e na pós-graduação, e à melhoria da qualidade da educação superior por meio da contratação de docentes mestres e doutores.

A UFCA também contribui de forma efetiva para os Objetivos 15 e 16 do PNE, que tratam da formação específica e continuada de professores em cursos de licenciatura e pós-graduação na área de conhecimento em que atuam. O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – ProfMat, do qual a UFCA faz parte oferecendo 20 vagas anuais, os cursos de Licenciatura em Filosofia e Música bem como a criação de uma unidade acadêmica de formação docente, o Instituto de Formação de Educadores – IFE, no novo campus de Brejo Santo e as 200 vagas noturnas ofertadas no seu curso de Licenciatura em Ciências Naturais, evidenciam o completo alinhamento

do planejamento e a profícua colaboração da atuação da UFCA de forma direta com estes objetivos e de forma indireta com outros objetivos e estratégias presentes no PNE.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos

2.2.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado dos planos

2.2.1.1 *Portfólio de Projetos Estratégicos*

Um Portfólio de projetos refere-se a um conjunto de projetos ou programas e outros trabalhos, agrupados para facilitar o Gerenciamento eficaz desse trabalho, a fim de atingir os objetivos estratégicos da instituição. Os projetos ou programas do portfólio podem não ser necessariamente interdependentes ou diretamente relacionados.

Os Projetos Estratégicos são vitais para que a organização tenha o conhecimento sobre quais as iniciativas que gerarão os impactos a serem mensurados pelos indicadores e que nos permitirão dizer se os objetivos estratégicos da instituição estão sendo atingidos. O portfólio de projetos deve, em geral, trazer maior impacto com menor esforço de implantação.

Visando a construção do Portfólio de Projetos Estratégicos da UFCA, em 28 de julho ocorreu um *Workshop* de Ideias de Projetos, no qual foi realizado um nivelamento conceitual sobre projetos e uma oficina para proposição e pré-seleção de ideias de projetos estratégicos a serem desenvolvidos. Mais uma vez sob consenso dos participantes, foram validadas inicialmente 17 ideias de projetos considerados propostas relevantes e impactantes para o desenvolvimento da estratégia institucional. Em seguida, foi coordenado pela Proplan junto aos setores responsáveis pelos projetos, um processo de agrupamento e análise primária da viabilidade financeira e operacional dessas ideias, para um posterior estruturação e documentação das mesmas como projetos, ao final de 2015 o Portfólio de Projetos Estratégicos da UFCA continha 14 projetos estruturados e documentados cada um deles, por meio de um Plano de Projeto Estratégico composto pelos seguintes instrumentos e informações:

- **Termo de Abertura do Projeto - TAP:** O TAP pode ser descrito como a “carta de intenções” do que será executado no projeto. Ele contempla suas informações iniciais, permitindo à instituição o conhecimento sobre o que se pretende executar, bem como possibilita a tomada de decisão pelas lideranças sobre sua execução. O modelo de TAP utilizado para a UFCA contempla as seguintes informações:
 - Título do projeto: sugestão de nome do projeto a ser comunicado à instituição;
 - Líder do projeto: nome do responsável pela condução do projeto dentro da instituição;
 - Período do projeto: data de início e fim propostos para o projeto na instituição;
 - Valor total do projeto: valor inicial estimado para a realização das atividades e obtenção dos resultados propostos;
 - Contribuição para o Planejamento Estratégico: objetivos estratégicos diretamente impactados pelo projeto proposto;
 - Público-alvo: público ao qual o projeto se destina;
 - Objetivo do projeto: para que o projeto será realizado;
 - Resultados do projeto: resultados a serem obtidos por meio das etapas, ações e entregas previstas para o projeto proposto;
- **Estrutura Analítica do Projeto – EAP:** Conjunto sequenciado de Etapas e Atividades que compõem o projeto, relativos a todo o esforço necessário para realização dos objetivos do mesmo;
- **Cronograma:** Os prazos e datas previstas para conclusão de cada uma das atividades e entregas dos produtos e resultados parciais do projeto;
- **Matriz de Responsabilidades:** A definição dos membros da equipe de desenvolvimento do projeto, assim como dos papéis e responsabilidades de cada um deles no planejamento, na execução e no acompanhamento das atividades, prazos e entregas;
- **Estratégia de Execução:** Detalhamento de cada uma das ações previstas na EAP, realizado pelo Coordenador da Ação e contendo uma descrição básica, a estratégia de execução, dependências e histórico de registros de cada atividade do projeto;
- **Matriz de Comunicação:** Conjunto das ações e procedimentos planejados relativos à comunicação interna e externa do projeto. Para cada ação da Matriz de Comunicação são definidos qual a informação a ser comunicada além dos interessados, dos responsáveis, do canal e da frequência da mesma.

Como mecanismo de transparência, de incentivo à participação da comunidade e de prestação de contas sobre o andamento e os resultados destes projetos, o Portfólio e os Planos dos Projetos Estratégicos da UFCA podem ser consultados e estarão disponíveis de forma permanente e atualizada no portal da universidade no seguinte endereço: <https://www.ufca.edu.br/portal/pei/projetos-estrategicos>

Quadro 11: Portfólio de Projetos Estratégicos da UFCA (Em Dezembro de 2016)

Título do Projeto	Objetivo	Área Responsável
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO SEMIÁRIDO (CPPS)	Ampliar e consolidar os grupos de pesquisa e os programas de Pós-graduação no Âmbito da UFCA.	PRPI
INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFCA	Promover e incentivar a internacionalização da UFCA.	DCI
PLS – PLANO LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	Elaborar e implementar o Plano de Logística Sustentável como processo participativo com o mecanismo de avaliação da implementação das ações previstas. Planejar as etapas do sistema de gestão ambiental visando sua implementação após o término do projeto.	PROPLAN
GOVERNANÇA COM FOCO NA GESTÃO PARTICIPATIVA	Desenvolver ações que visem implementar boas práticas de governança pública e gestão participativa, visando maior transparência e alcance de resultados.	PROPLAN / DIARI
CENTRO DE CAPACITAÇÃO	Estruturar Centro de Capacitação para a promoção de ações de desenvolvimento e capacitação de servidores da UFCA e das demais instituições públicas da região do Cariri.	PROGEP
ENTRE DOCENTES – PLANO DE ADEQUAÇÃO DE METODOLOGIAS EDUCACIONAIS	Facilitar o alcance de melhores práticas educacionais, a partir de métodos ativos de ensino, de forma a apoiar a autonomia e relações de interação do aluno em seu aprendizado.	PROEN / UNIDADES ACADÊMICAS
EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA GRADUAÇÃO	Implantação de novos cursos e consolidação dos cursos existentes de graduação, com o uso de metodologias educacionais adequadas, visando a integração com a comunidade.	PROEN / PROPLAN
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	Mapear e adequar as competências com foco nos resultados institucionais, garantindo um melhor dimensionamento do quadro de servidores nas funções/cargos das unidades acadêmicas e administrativas.	PROGEP
ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	Elaborar o Plano Diretor e Garantir infraestrutura física adequada e necessária visando atender a expansão e o desenvolvimento da universidade com foco na sustentabilidade.	DINFRA/ PROPLAN
QUALIDADE DE VIDA	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica e administrativa da UFCA.	DAE/PROGEP
UFQUEM?	Tornar conhecida a UFCA, por meio da difusão dos serviços e ações da universidade, fortalecendo a marca junto a sociedade.	DCOM /DIARI
ESCRITÓRIO DE PROJETOS E PROCESSOS	Implementação da gestão estratégica da UFCA, por meio da implantação de uma metodologia de gestão de projetos e processos e da criação de uma unidade que permita o adequado gerenciamento dessas atividades.	PROPLAN /DTI / PROGEP
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Elaboração e implantação de Sistema de Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos na UFCA.	PROPLAN / PROAD /REITORIA

PDTI (PLANO DE AÇÃO 2016/2017)	Implementação das ações previstas para 2016/2017 do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFCA.	DTI
--------------------------------------	---	-----

2.2.1.2 Painel de Indicadores Estratégicos

Em maio de 2015, a Equipe de Desenvolvimento do PEI foi mobilizada para o estabelecimento de Painel de Indicadores Estratégicos como um mecanismo de medição e avaliação do desempenho institucional no cumprimento da sua missão por meio da realização dos seus objetivos estratégicos. O painel de indicadores é um modelo para monitoramento e avaliação focado em resultados. Indicadores são instrumentos de controle que objetivam medir o desempenho da instituição e são utilizados como ferramenta indispensável para a tomada de decisões que dizem respeito à alocação de recursos, à análise de gastos e à eficácia e continuidade de ações e projetos.

Durante a atividade, realizada com dinâmica do tipo oficina, foram sugeridos e analisados diversos indicadores e por consenso, foram pré-selecionadas 45 propostas de indicadores considerados os mais significativos e apropriados para a tomada de decisões, bem como mais pertinentes para o momento atual de implantação da Universidade. A partir de uma análise posterior e mais detalhada de viabilidade e disponibilidade dos dados e informações necessárias para o cálculo dos indicadores, foram elaborados planos de trabalho para coleta de dados e descartados ou substituídos os indicadores não considerados disponíveis a curto prazo.

2.2.1.3 Metas Estratégicas

Já em julho do mesmo ano foram definidas as Metas Estratégicas para os anos 2016, 2017 e 2018. Partindo de um nivelamento conceitual, foram também realizadas oficinas com a participação das mesmas áreas que participaram da definição do Painel de Indicadores, para definição de valores alcançáveis e desafiadores para os Indicadores do Painel Estratégico durante os próximos três anos. As Metas Estratégicas, expressam o nível de desempenho esperado para um determinado indicador e mobilizam toda a organização com foco em resultados tangíveis e mensuráveis.

Durante a atividade, foi possível mensurar metas para quase 40% dos indicadores, os quais já haviam disponíveis linha de base ou valores atuais já na primeira reunião. Outros indicadores foram considerados indisponíveis temporariamente, pois tratavam de assuntos referentes ao acompanhamento do Planejamento Estratégico ou tratavam de assuntos que dependiam de acontecimentos futuros. Neste caso foram elaborados Planos de Ações no intuito de obter-se a linha histórica do indicador. Após a consecução da linha de base histórica (2014 e 2015) é que se poderia fazer uma estimativa confiável para o valor do indicador nos próximos anos.

2.2.2 Organização das equipes e quantitativo de esforço do Planejamento

Considerando a quantidade de servidores envolvidos, é constatado o grande esforço institucional para a construção do Planejamento Estratégico da UFCA. Ao longo de todas as etapas do PEI mais de 100 servidores efetivos já participaram ativa e diretamente nas diversas atividades do projeto. No intuito de envolver o máximo possível o corpo gestor e funcional da universidade na execução do projeto, foram organizados os seguintes tipos de equipes de trabalho, as quais seus participantes se envolveram e desempenharam funções em diversos níveis ao longo do processo de elaboração do PEI. Uma Cartilha sobre como participar do PEI foi elaborada e divulgada para a comunidade acadêmica no seguinte endereço: <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/como-participar>.

Quadro 12: Organização de equipes do trabalho do PEI

ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES		
Equipe	Função	Participantes
COMITÊ GESTOR	Assuntos relativos à gestão do contrato, modificações e ajustes no mesmo.	Liderança da Instituição: Reitoria/Assessoria; Fiscal do Contrato da Instituição: PROPLAN/CPGE.
GRUPO EXECUTIVO	Gerenciamento operacional do projeto (contrato) de Implantação do Modelo de Gestão Estratégica na universidade.	Gestor do projeto da Instituição: PROPLAN/CPGE.
GRUPO DE VALIDAÇÃO	Responsável pela validação dos produtos gerados pelo trabalho.	Comitê Gestor; Grupo Executivo; Corpo Gestor Principal da UFCA (Pró-Reitores, Diretores Administrativos, Diretores Acadêmicos).
EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO	Responsável pela elaboração dos produtos em parceria com a consultoria e monitoramento dos trabalhos. Terão como responsabilidade a execução e a multiplicação futura do conhecimento.	Corpo Gestor Reitoria (Reitora, Vice-Reitor, Assessores); Dois gestores por unidade (Pró-Reitorias e Diretorias Acadêmicas e Administrativas); Coordenadores dos Cursos de graduação e pós-graduação.
EQUIPE TÉCNICA	Formada por especialistas da UFCA que participarão da elaboração dos produtos fornecendo apoio técnico especializado à equipe de desenvolvimento.	Coordenadores Administrativos; * Um técnico (preferencialmente Administrador) por unidade (Pró-Reitorias e Diretorias Acadêmicas e Administrativas). *Não integrantes da equipe de Desenvolvimento

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UPC não apresenta restos a pagar não processados de ações concluídas em 2015.

Ações – Orçamento de Investimento – OI

Este item não se aplica a UFCA, pois segundo a Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, esta UPC não recebe dotação do orçamento de investimento.

2.3.2 Fatores intervenientes do desempenho orçamentário

O contingenciamento realizado pelo Governo Federal no ano de 2016 ocasionou a inexecução da programação orçamentária na UFCA, haja vista que, os cortes orçamentários ocorreram nas despesas discricionárias, custeio e investimentos. Consequentemente, a SPO/MEC não repassou limite orçamentário suficiente para realização total do orçamento dessa Universidade. A realização de alguns pregões fracassados e itens cancelados no período de 2016 interferiram diretamente na execução orçamentária. Segue quadro abaixo com amostra de pregões:

Quadro 13: Pregões Fracassados

Pregão	Objeto	Situação
--------	--------	----------

217/2015	Registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de organização de eventos, com locação de espaço físico e serviços correlatos, compreendendo infraestrutura física, planejamento operacional organização, execução e acompanhamento	Licitação Fracassada
25/2016	Contratação de empresa de manutenção predial	Homologado com todos os Itens Cancelados
113/2015	Material de consumo de Informática	Licitação Fracassada

2.3.3 Obrigações Assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 14: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 17: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.311.04.00		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158719	07.047.251/0001-70	0,00	914,39	914,39	0,00
158719	10.013.974/0001-63	0,00	7.984,29	7.984,29	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.1.3.1.01.00		BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158719	158719	0,00	326.700,00	326.700,00	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.111.01.01		SALARIOS REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
1158719	Folha de pagamento	0,00	265.833,84	265.833,84	0,00

Fonte: SIAFI WEB, 2017

Os Passivos reconhecidos e demonstrados no quadro acima foram realizados a título de empenho com passivo anterior.

Para algumas despesas, os respectivos empenhos foram insuficientes no encerramento do exercício correspondente ao fato gerador, tratando-se de despesas com crédito orçamentário de exercício posterior a ocorrência do fato gerador da obrigação, conforme Macrofunção 02.11.40 que aborda os Reconhecimentos de Passivos. Em outros, as despesas ocorreram no exercício financeiro de 2016, sem o correspondente suporte orçamentário.

As despesas caracterizadas como Salário, Remunerações e Benefícios foram decorrentes de pagamento folha de pessoal de exercícios anteriores reconhecidas no exercício de 2016.

As Contas a Pagar Credores Nacionais referem-se ao pagamento das despesas com energia elétrica e serviços de limpeza e conservação, cuja fato gerador ocorreu no exercício de 2015 e não existia saldo suficiente de empenho para o pagamento da despesa 2016.

No caso da despesa com benefícios assistenciais a pagar, trata-se do pagamento de 33 bolsas no valor de R\$ 396.000,00 (Trezentos e noventa e seis mil reais) do Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde- PRODEPS, no período de janeiro/2016 à setembro/2016, uma vez que o Termo n.º 4809 cujo objeto é o financiamento de bolsas de tutoria acadêmica e preceptoria para supervisionar estudantes de medicina na etapa de internato médico em curso de Medicina sem hospitais próprios nas Universidade Federais só foi firmado entre a Universidade Federal do Cariri e Secretaria de Educação Superior vinculada ao Ministério da Educação no dia 26 de setembro de 2016, com Cronograma Financeiro para os 12 meses do ano de 2016.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 1: Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 1: Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
A n o d e Inscrição	M o n t a n t e e m 01/01/2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016	
2015	R\$ 291.965,16	R\$ 291.965,16		R\$	-
2014	R\$ 199.961,16	R\$ 199.518,66	R\$ 442,50	R\$	-
Restos a Pagar Não Processados					
A n o d e Inscrição	M o n t a n t e e m 01/01/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	S a l d o a pagar 31/12/2016
2015	R\$ 12.805.202,30	R\$ 7.660.834,16	R\$ 7.650.987,35	R\$ 1.008.433,59	R \$ 4.145.781,36
2014	R\$ 10.681.440,07	R\$ 7.811.027,90	R\$ 7.811.027,90	R\$ 483.469,54	R \$ 2.386.942,63

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores não geraram impacto na gestão financeira dessa UPC no exercício de referência decorrente desses pagamentos, uma vez que os valores são devidamente inscritos em Recursos a Receber/Liberar nessa unidade e na respectiva Setorial Financeira responsável pela liberação dos referidos recursos.

A inscrição de empenhos de 2015 para a condição de Restos a Pagar em 2016, assim como, a reinscrição de empenhos referentes a 2014, estão em conformidade com a legislação vigente.

Os restos a pagar, relativos aos exercícios de 2014 e 2015, têm em sua composição empenhos referentes às obras em andamento na UFCA, os quais representam 64,65% do total dos empenhos reinscritos em 2016. O restante representa, em geral, equipamentos e materiais permanentes ainda não entregues à UFCA até o término do exercício de 2016, e que em geral, estão vinculados ao término das obras. .

A permanência de empenhos na condição de restos a pagar por mais de um exercício financeiro é motivada por contratos relativos às obras ainda não concluídas, por equipamentos não entregues vinculados às obras não terminadas e a contratos com pendências jurídicas ainda não solucionadas.

A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças vinculada a PROAD tem realizado um trabalho periódico, intenso e sistemático, no acompanhamento da execução dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, junto às áreas demandantes da Universidade, visando à execução dos mesmos.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

2.3.5.1 Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

Quadro 15: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente						
Nome	Universidade Federal do Cariri					
UG/Gestão	158719/26449					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	-	-	-	-	-	-
T e r m o d e Cooperação/TED	2		2	49.253,80	6.691.008,32	1.547.110,04
Totais	2		2	49.253,80	6.691.008,32	1.547.110,04

Fonte: Relatório de Gestão 2015, SIAFI 2016.

As movimentações de crédito realizadas nos exercícios de 2014 e 2015 estão relacionadas aos contratos que foram sub-rogados a esta Universidade pela UFC, em razão de sua recente criação em 2013. Bem como, a necessidade de transferência dos sistemas SIG-UFRN para a UFCA, o que viabiliza a implantação de um novo sistema de gestão administrativa e uma melhor gerência de seus dados.

Quanto a 2016, a UFCA celebrou dois Termos de Execução Descentralizada com as escolas de governo ENAP e ESAF, com o objetivo de executar o Plano Anual de Capacitações. As transferências de crédito destinaram-se ao oferecimento de cursos de educação continuada para o desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores desta IFES.

2.3.5.2 Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos Pelos Recebedores

Quadro 16: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente				
Nome	Universidade Federal do Cariri			
UG/Gestã o	158719/26449			
Exercício	Quantitativos e montante repassado	Instrumentos (Quantidade e montante repassado)		
		Termos de Cooperação/TED	Convênios	
Exercício da Prestação de Contas				
2016	Contas Prestadas	Quantidade	2	-
		Montante Repassado	49.253,80	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-
		Montante Repassado	0	-

2015	Contas Prestadas	Quantidade	0	-
		Montante Repassado	0	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-
		Montante Repassado	0	-
2014	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-
		Montante Repassado	0	-

Fonte: CPCO/PROPLAN

Esta UPC na qualidade de concedente de créditos orçamentários celebrou quatro Termos de Cooperação/TED, sendo que dois ainda encontram-se vigentes. Dessa forma, a UFCA recebeu a prestação de contas dos que tiveram vigência até o término de 2016.

2.3.5.3 Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 17: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente				
Nome	Universidade Federal do Cariri			
UG/Gestão	158719/26449			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Termos de Cooperação/TED	Contratos de repasse	Convênios
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	-	-
	Quantidade reprovada	0	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	0	-	-
	Montante repassado (R\$)	0	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	-	-
	Montante repassado (R\$)	49.253,80	-	-

Fonte: CPCO/PROPLAN

Esta UPC está na fase de análise das contas prestadas pela ESAF e ENAP.

Quadro 18: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente					
Nome	Universidade Federal do Cariri				
UG/Gestão	158719/26449				
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Termos de Cooperação/TED	2				
Convênios	-	-	-	-	-

Fonte: CPCO/PROPLAN

As contas prestadas pelos recebedores dos recursos estão com a autoridade competente da

política, para análise e aprovação de relatório de cumprimento do objeto.

2.3.5.4 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Em 2016 a UFCA celebrou dois Termos de Execução Descentralizada com as escolas de governo ENAP e ESAF, com o objetivo de ofertar cursos de educação continuada para o desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores desta IFES. A fiscalização in loco dos termos para capacitação de servidores fica sob responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal vinculada a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que acompanha a execução física e analisa a prestação de contas dos acordos firmados para este objeto.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Tabela 2: Informação sobre a realização das receitas

Categoria Econômica	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Realizada	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas Correntes	R\$ 952.013,00	R\$ 1.667.893,00	R\$ 952.013,00	R\$ 1.667.893,00	R\$ 539.286,51	R\$ 458.970,23
Receita Patrimonial	R\$ 30.343,00	R\$ 24.000,00	R\$ 30.343,00	R\$ 24.000,00	R\$ 23.554,07	R\$ 16.114,84
Receita de Serviços	R\$ 921.670,00	R\$ 1.643.893,00	R\$ 921.670,00	R\$ 1.643.893,00	R\$ 481.022,31	R\$ 437.909,06
Outras Receitas Correntes	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ 34.710,13	R\$ 4.946,33

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

A receita prevista na lei orçamentária para o exercício de 2016 da UFCA é de R\$ 952.013,00, conforme quadro acima. Do valor previsto foi arrecado 56,65% o que corresponde a R\$ 539.286,51.

Analisando as receitas arrecadas da UFCA em 2016, observou-se que 89,2% fora relativas a Receitas de Serviços. Estão inclusos no montante das Receitas de Serviços, valores oriundos das taxas de concursos públicos e de fornecimento de refeições pelo Restaurante Universitário – RU.

Em relação a baixa arrecadação da receita temos a comentar:

Receitas de Serviços de Alimentação: Para o ano de 2016 estava previsto a expansão do refeitório para os campi de Brejo Santo e Icó, o que não se confirmou devido a baixa quantidade de alunos; bem como o desjejum nos três campi: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que não foi implementado com a nova contratada e ainda houve uma diminuição no consumo, por parte dos servidores da UFCA, em virtude do aumento do valor das refeições de R\$ 5,60 para R\$ 8,00 e de uma greve deflagrada no final de 2016, que provocou uma redução considerável no consumo de refeições.

Receitas de Serviços com taxas de Concursos Públicos: Para o ano de 2017 estavam previstos a criação de vários cursos na UFCA, o que não se confirmou, resultando na baixa arrecadação nas receitas de serviços com taxas de concursos Públicos.

O quadro demonstra também que houve um crescimento de aproximadamente 14,89% da receita realizada em 2016 em comparação ao ano de 2015, isso se deu, principalmente, em virtude do aumento do preço das refeições do restaurante universitário e dos novos contratos de concessão de espaço para funcionamento da cantina e da reprografia no campus de Juazeiro do Norte

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

A execução das despesas deve ser demonstrada pelo menos sob duas perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa.

Tabela 3: Despesas por grupo e elemento de despesa

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 18.644.748,20	21,15%	R\$ 16.712.948,28	22,93%	R\$ 6.951.995,69	9,21%	R\$ 4.219.610,89	7,06%
a) Convite	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,0	0,00%
b) Tomada de Preços	R\$ 214.009,74	0,24%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 214.009,74	0,28%	R\$ 0,0	0,00%
c) Concorrência	R\$ 6.556.025,58	7,44%	R\$ 5.238.493,98	7,19%	R\$ 274.993,25	0,36%	R\$ 0,0	0,00%
d) Pregão	R\$ 11.874.712,88	13,47%	R\$ 11.474.454,30	15,74%	R\$ 6.462.992,70	8,56%	R\$ 4.219.610,89	7,06%
e) Concurso	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,0	0,00%
f) Consulta	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,0	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,0	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 4.008.280,82	4,55%	R\$ 1.760.269,03	2,41%	R\$ 3.008.775,50	3,99%	R\$ 1.214.080,68	2,03%
h) Dispensa	R\$ 3.029.883,65	3,44%	R\$ 1.334.184,03	1,83%	R\$ 2.248.652,40	2,98%	R\$ 919.280,31	1,54%
i) Inexigibilidade	R\$ 978.397,17	1,11%	R\$ 426.085,00	0,58%	R\$ 760.123,10	1,01%	R\$ 294.800,37	0,49%
3. Regime de Execução Especial	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
j) Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 54.831.821,19	62,19%	R\$ 46.543.606,59	63,85%	R\$ 54.826.821,19	72,65%	R\$ 46.543.606,59	77,83%
k) Pagamento em Folha	R\$ 54.253.442,98	61,53%	R\$ 45.984.045,04	63,08%	R\$ 54.248.442,98	71,88%	R\$ 45.984.045,04	76,90%
l) Diárias	R\$ 578.378,21	0,66%	R\$ 559.561,55	0,77%	R\$ 578.378,21	0,77%	R\$ 559.561,55	0,94%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	R\$ 77.484.850,21	87,88%	R\$ 65.016.823,90	89,19%	R\$ 64.787.592,38	85,85%	R\$ 51.977.298,16	86,92%
6. Total das Despesas da UPC	R\$ 88.170.341,80	100,00%	R\$ 72.896.271,43	100,00%	R\$ 75.468.497,94	100,00%	R\$ 59.799.103,97	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Quadro 19: Despesas totais por modalidade de contratação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2016

1. Despesas de pessoal	R\$ 54.253.442,98	R\$ 45.984.045,04	R\$ 54.248.442,98	R\$ 45.984.045,04	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 54.248.442,98	R\$ 45.984.045,04
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R\$ 43.923.520,97	R\$ 37.406.097,82	R\$ 43.918.520,97	R\$ 37.406.097,82	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 43.918.520,97	R\$ 37.406.097,82
Obrigações patronais	R\$ 8.129.332,25	R\$ 6.990.966,41	R\$ 8.129.332,25	R\$ 6.990.966,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.129.332,25	R\$ 6.990.966,41
Demais elementos do grupo	R\$ 2.200.589,76	R\$ 1.586.980,81	R\$ 2.200.589,76	R\$ 1.586.980,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.200.589,76	R\$ 1.586.980,81
2. Juros e encargos da dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras despesas correntes	R\$ 23.845.617,46	R\$ 15.400.679,81	R\$ 20.308.786,78	R\$ 13.131.928,25	R\$ 3.536.830,68	R\$ 2.268.751,56	R\$ 20.260.592,73	R\$ 13.116.645,59
Outros serviços de terceiros PJ	R\$ 6.794.925,77	R\$ 3.637.354,05	R\$ 4.578.325,63	R\$ 2.791.856,89	R\$ 2.216.600,14	R\$ 845.497,16	R\$ 4.578.325,63	R\$ 2.787.878,42
Locação de mão de obra	R\$ 4.438.589,25	R\$ 2.173.161,10	R\$ 3.465.047,23	R\$ 1.269.667,17	R\$ 973.542,02	R\$ 903.493,93	R\$ 3.465.047,23	R\$ 1.258.362,98
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 4.184.021,91	R\$ 3.265.104,90	R\$ 4.184.021,91	R\$ 3.254.804,90	R\$ 0,00	R\$ 10.300,00	R\$ 4.184.021,91	R\$ 3.254.804,90
Auxílio-Alimentação	R\$ 2.743.562,90	R\$ 1.988.896,76	R\$ 2.743.562,90	R\$ 1.988.896,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.743.562,90	R\$ 1.988.896,76
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	R\$ 1.632.692,47	R\$ 1.104.246,80	R\$ 1.632.692,47	R\$ 1.104.246,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.632.692,47	R\$ 1.104.246,80
Demais elementos do grupo	R\$ 4.051.825,16	R\$ 3.231.916,20	R\$ 3.705.136,64	R\$ 2.722.455,73	R\$ 346.688,52	R\$ 509.460,47	R\$ 3.656.942,59	R\$ 2.722.455,73
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	R\$ 10.071.281,36	R\$ 11.511.546,58	R\$ 959.462,23	R\$ 975.095,84	R\$ 9.111.819,13	R\$ 10.536.450,74	R\$ 959.462,23	R\$ 698.413,34
Obras e Instalações	R\$ 6.632.351,32	R\$ 5.238.493,98	R\$ 351.318,99	R\$ 0,00	R\$ 6.281.032,33	R\$ 5.238.493,98	R\$ 351.318,99	R\$ 0,00
Equipamentos e material permanente	R\$ 3.375.480,04	R\$ 6.262.752,60	R\$ 608.143,24	R\$ 975.095,84	R\$ 2.767.336,80	R\$ 5.287.656,76	R\$ 608.143,24	R\$ 698.413,34
Outros serviços de terceiros PJ	R\$ 63.450,00	R\$ 10.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.450,00	R\$ 10.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6. Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

Análise crítica da realização da despesa

O Orçamento da UFCA para o Exercício Financeiro de 2016 foi dotado inicialmente no

valor de R\$ 84.435.076,00, teve suplementação de R\$ 11.983.215,00, sofrendo uma redução orçamentária referente ao Crédito Indisponível – Bloqueio de Crédito Orçamentário no valor de R\$ 1.796.989,00, perfazendo a dotação atualizada de R\$ 94.621.302,00 e a despesa empenhada foi de R\$ 88.170.341,80, representando um índice de execução de 93,18%. Verifica-se que do valor empenhado 85,65% foi liquidado.

No quadro denominado **Despesas por Modalidade de Contratação**, pode-se verificar que cerca de 62,19% (R\$ 54.831.821,19) da execução orçamentária da Universidade (R\$ 88.170.341,80) diz respeito às despesas para pagamento de pessoal, representadas, em sua maioria, pelo pagamento da folha de pessoal da UFCA que totaliza R\$ 54.253.442,98. Em segundo lugar, representando aproximadamente 21,15% da execução orçamentária dos créditos originários da universidade, encontram-se as despesas executadas por meio de licitações (R\$ 18.644.748,20), sendo representadas em sua maioria por pregão (R\$ 11.874.712,88).

A execução orçamentária por meio de contratações diretas equivale a 4,55% (R\$ 4.008.280,82), deste montante, a dispensa de licitação corresponde a R\$ 3.029.883,65. Nota-se que o valor empenhado das dispensas passou de R\$ 1.334.184,03 em 2015 para R\$ 3.029.83,65 em 2016. Esse aumento de aproximadamente 127% foi impactado, principalmente, pelo acréscimo de 102% ao valor global do Contrato 01/2014 firmado entre a UFCA e a COELCE e pelo valor empenhado para o Contrato nº 12/2015 firmado entre a UFCA e a empresa Serval Serviços e Limpeza Ltda. O Contrato 12/2016 que só teve início em 03/08/2015, no exercício de 2016, foi acrescido de aproximadamente 24,04% ao valor global do contrato (1º Termo Aditivo) e devido à convenção coletiva 2016/2016 foi repactuado (4º Termo Aditivo), acrescentando R\$ 309.206,66 ao valor contratual.

No quadro **Despesas por Grupo e Elemento de Despesa**, ao analisar as despesas correntes verifica-se que no grupo de despesas de Pessoal, o elemento que obteve a maior execução orçamentária e financeira, em 2016, foi "Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil", com R\$ 43.923.520,97, que representa cerca de 80,96% do total de despesas executadas de pessoal (R\$ 54.253.442,98); em segundo lugar, encontra-se o grupo de "Obrigações Patronais", com R\$ 8.129.332,25, que representa cerca de 14,98% das despesas de pessoal, os demais elementos de despesa de pessoal, com R\$ 2.200.598,76, representam quase 4,06% das despesas de pessoal. Neste grupo 99,99% das despesas empenhadas foram liquidadas no exercício.

No grupo de juros e encargos da dívida, não ocorreu movimentação orçamentária, nem financeira. Já no grupo das outras despesas correntes, observa-se que o elemento de despesa que apresentou a maior execução orçamentária e financeira, em 2016, foi "Outros serviços de terceiros PJ", com despesas empenhadas na ordem de R\$ 6.794.925,77, que representa cerca de 28,49% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 23.845.617,46); em segundo lugar, encontra-se o grupo "Locação de mão-de-obra", com R\$ 4.438.589,25, que representa aproximadamente 18,61% do total de outras despesas correntes empenhadas; em terceiro lugar, está "Auxílio financeiro a estudantes", com R\$ 4.184.021,91, que representa quase 17,55% do total de outras despesas correntes empenhadas. Neste grupo, cerca de 85,16% das despesas empenhada foram liquidadas ainda em 2016.

Consoante análise das despesas de capital, verifica-se que não ocorreu movimentação orçamentária e financeira nos grupos de despesas Inversões financeiras e Amortização da dívida, em 2016, assim como em 2015.

No grupo de Investimentos, o elemento que obteve a maior execução orçamentária, em 2016, foi o grupo Obras e Instalações, com R\$ 6.632.351,32, que representa cerca de 65,85% do total de despesas de capital empenhadas (R\$10.071.281,36). Em segundo lugar, tem-se as despesas com Equipamentos e Material Permanente, com R\$ 3.375.480,04, que representa aproximadamente

33,52% das despesas de capital. Em terceiro lugar, e último, encontra-se as despesas com outros serviços de terceiros PJ, com R\$ 63.450,00, que representa menos de 0,63% das despesas de capital. Deste grupo, aproximadamente 9,53% das despesas empenhadas (R\$ 10.071.281,36) foram liquidados ainda em 2016, enquanto cerca de 90,47% das despesas empenhadas foram inscritas em restos a pagar não processados.

2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal (CPGF)

Quadro 20: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158719	UFCA	-	-	1	R\$ 217.774,20	R\$ 500.000,00
2015	158719	UFCA	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Quadro 21: Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158719	UFCA	-	-	-	-	R\$ 217.774,20	R\$ 217.774,20
2015	158719	UFCA	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Quadro 22: Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158719	UFCA	339033	1	R\$ 217.774,20

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017.

Análise Crítica

A UFCA, no ano de 2016, utilizou o Cartão de Pagamento do Governo Federal para a compra direta de passagens aéreas. O Controle do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF é procedido por meio da conferência e ateste das faturas mensais emitidas pelo Banco do Brasil S/A. No exercício de 2015, não houve utilização de suprimento de fundos nesta UPC.

2.4 Desempenho Operacional

O orçamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no exercício de 2016 contemplou alguns programas previstos no PPA 2016-2019, sendo eles:

- **Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, relacionado com ações que se destinam ao apoio, à gestão e a manutenção da atuação do governo;

- Programa 0910: Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos
- e **Entidades Nacionais e Internacionais**, relacionado a despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.
- **Programa 2080: Educação de Qualidade para Todos**, orienta as ações governamentais voltadas para a entrega de bens e serviços à sociedade; e
- **Programa 2109: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Educação**, que assim como o Programa 0089, contém ações que objetivam o apoio, à gestão e a manutenção da atuação governamental.

Em 2016, o “Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União” teve uma dotação inicial de R\$ 390.000,00 e terminou o exercício com o mesmo valor. Sua única ação orçamentária, a operação especial: “0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis”, teve uma liquidação de R\$ 120.993,25.

O programa “0910: Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais teve somente uma ação orçamentária, a operação especial: “000L- Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica”, durante o exercício manteve uma dotação de R\$ 50.000,00. Sua execução em valor liquidado foi de R\$ 26.474,18.

Quanto ao “Programa 2080: Educação de Qualidade para Todos”, que aloca créditos orçamentários destinados à implantação da UFCA, a sua reestruturação, a assistência estudantil e o fomento de atividades acadêmicas, teve dotação inicial de R\$ 35.014.712,00 e no término do exercício dotação atualizada de R\$ 34.317.723,00. Suas ações são as seguintes:

- **4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior**: considerada uma atividade, objetiva democratizar o ensino superior, possibilitando o ingresso, a permanência e o sucesso dos discentes. Durante todo o exercício de 2015 sua dotação manteve-se na cifra de R\$ 4.637.167,00 e o seu valor liquidado foi de R\$ 3.901.184,00.
- **14XP: Implantação da Universidade Federal do Cariri**: considerada um projeto, busca instituir a UFCA por meio da construção da infraestrutura, instalações, assim como, licitações para contratações de obras, compras de equipamentos e mobiliários. Sua dotação inicial foi de R\$ 27.119.972,00, durante o exercício teve uma redução no valor de R\$ 696.989,00, o que ocasionou na diminuição do programa ao qual de vincula. Quanto à execução da meta física prevista na LOA (12% da Instituição Implantada), temos que o valor liquidado foi de R\$ 11.202.376,40. Considerando-se que o valor da dotação final para essa ação orçamentária tivesse sido todo liquidado, a UFCA teria sido implantada em 12%, contudo, o valor liquidado corresponde a uma execução da “14XP” em 5 %.
- **8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**: considerada uma atividade, destina-se a planos de reestruturação e expansão que visem à redução da evasão, à adequação e modernização da estrutura acadêmica e física. Durante o exercício financeiro sua dotação permaneceu em R\$ 3.104.363,00, tendo de despesas liquidadas o valor de R\$ 5.000,00.
- **20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**: considerada uma atividade, volta-se para o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação. Durante o exercício manteve sua dotação no valor de R\$ 153.210. Em razão da limitação orçamentária, o cumprimento da meta ficou comprometido.

O “Programa 2109: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Educação” teve uma suplementação de R\$ 10.883.215, o que fez este programa ser o maior em termos de dotação orçamentária, com valor de atualizado de R\$ 59.863.579,00, tendo alocado créditos orçamentários no exercício de 2016 para as seguintes ações orçamentárias:

- **20TP: Pagamento de Pessoal Ativo da União:** classificada como uma atividade, refere-se ao pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores. Teve uma dotação inicial de R\$ 37.858.036,00, posteriormente uma suplementação de R\$ 9.207.859,00, o que torna a ação orçamentária de maior dotação atualizada no orçamento na UFCA, pois seu valor atingiu R\$ 47.065.895,00, sua execução considerando os valores liquidados perfazem R\$ 46.306.912,59.
- **2004: Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União:** classificada como uma atividade, destina-se a concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores. Sua dotação inicial foi de R\$ 660.000,00, teve uma suplementação de R\$ 204.337,00, e alcançou uma dotação atualizada de R\$ 864.337,00. Quanto a sua execução, foi liquidado o valor de R\$ 863.679,57.
- **2010: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares:** voltada para a concessão do benefício pré-escolar aos servidores que tenham filhos em idade pré-escolar. Teve uma dotação inicial de R\$ 84.000,00, posteriormente acrescida em R\$ 332.012,00, terminando o exercício atingindo a cifra de R\$ 416.012,00. Sua execução considerando a liquidação perfaz o valor de R\$ 410.077,50.
- **2011: Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares:** denominada uma atividade, de natureza jurídica indenizatória, destina-se ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, para custeio parcial das despesas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual realizada pelos servidores. Durante o exercício sua dotação permaneceu no valor de R\$ 18.192,00 e sua execução, considerando o liquidado, foi de R\$ 8.591,91.
- **2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares:** classificada como uma atividade, concede em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores. Teve uma dotação inicial de R\$ 2.400.000,00, a *posteriori*, uma suplementação de R\$ 495.971,00, terminando o exercício financeiro com dotação atualizada de R\$ 2.895.971,00. Seus valores liquidados correspondem a R\$ 2.893.439,80.
- **00M1: Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade:** considerada uma operação especial, destina-se ao pagamento de auxílio-funeral devido à família do servidor falecido, assim como, o pagamento ao servidor por motivo do nascimento de filho. No decorrer do exercício sua dotação não sofreu mudança, perfazendo um total de R\$ 21.204,00, sua execução considerando o valor liquidado foi de R\$ 16.489,12.
- **09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais:** conhecida como uma operação especial, está relacionada ao pagamento da contribuição para o custeio de previdência dos servidores. Com dotação inicial de R\$ 7.150.000,00, posteriormente teve uma suplementação de R\$ 643.036,00, chegando a uma dotação atualizada de R\$ 7.793.036,00. Teve em valores liquidados R\$ 7.793.036,00.

- **4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** : destina-se a realização de ações diversas para treinamento de servidores. Teve durante o exercício a mesma dotação R\$ 767.332,00. Sua liquidação foi de R\$ 284.801,50.
- **216H- Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**: Não teve alteração em sua dotação, que foi de R\$ 21.600,00. Durante o exercício não teve execução nesta ação.

Quadro 23: Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		14XP				

Fonte: Tesouro Gerencial, 13/02/2017; SIMEC

Análise Situacional:

	tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos			Código: 2080	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26449- Universidade Federal do Cariri					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.104.363,00	3.104.363,00	1.185.511,08	5.000,00	5.000,00	0,00	1.180.511,08
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado			Unidade	1	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.476,66	7.476,66	0,00	Projeto Viabilizado		Unidade	0

Fonte: Tesouro Gerencial, 13/02/2017; SIMEC.

Análise Situacional:

Destina-se a planos de reestruturação e expansão que visem à redução da evasão, à adequação e modernização da estrutura acadêmica e física. Vale enfatizar que nesta ação, foram empenhados equipamentos de processamento de dados, que proporcionará uma melhor estrutura administrativa e acadêmica.

Quadro 25: Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Iniciativa	Informação opcional
Objetivo	1010-Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação

		2014-2024.				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		26449- Universidade Federal do Cariri				
Ação Prioritária		()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.637.167,00	4.637.167,00	4.111.751,77	3.901.184,77	3.901.184,77	0,00	210.567,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	2.285	0	8.459
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
205.531,95	77.567,08	127.964,87	Beneficio Concedido		Unidade	500

Fonte: Tesouro Gerencial, 13/02/2017; SIMEC

Análise Situacional:

A ação 4002 é realizada por meio da DAE que busca uma execução sintonizada com as ações de Assistência Estudantil representadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.417/2010, que apoia a permanência de estudantes, com base em critérios socioeconômicos, matriculados em cursos de graduação presencial das IFES.

Quanto a sua meta física, destacamos que foi atingida, em virtude da parcial execução do orçamento planejado para o restaurante universitário. Servidores e discentes participaram de atividades de greve, o que ocasionou a concessão de mais bolsas e auxílios. Dentre outros números, pode-se destacar que esta Universidade concedeu 2.327 auxílios-moradia e 1.774 auxílios-transporte.

Quadro 26 :Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	20GK Tipo: Atividade
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Iniciativa	Informação opcional
Objetivo	1010-Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão,

	bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26449- Universidade Federal do Cariri					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
153.210,00	153.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa Apoiada			Unidade	3	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	0		0	0

Fonte: Tesouro Gerencial, 13/02/2017; SIMEC

Análise Situacional:

Em virtude da incerteza orçamentária no exercício de 2016, o limite orçamentário disponibilizado para executar o orçamento foi alocado para as ações 14XP e 4002, o que comprometeu o atingimento das metas.

Ações não previstas na LOA do exercício- Restos a pagar não processados-OFSS

A UPC não apresenta restos a pagar não processados de ações concluídas em 2015.

Ações – Orçamento de Investimento – OI

Este item não se aplica a UFCA, pois segundo a Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, esta UPC não recebe dotação do orçamento de investimento.

Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário

O contingenciamento realizado pelo Governo Federal no ano de 2016 ocasionou a inexecução da programação orçamentária na UFCA, haja vista que, os cortes orçamentários ocorreram nas despesas discricionárias, custeio e investimentos. Consequentemente, a SPO/MEC não repassou limite orçamentário suficiente para realização total do orçamento dessa Universidade.

A realização de alguns pregões fracassados e itens cancelados no período de 2016 interferiram diretamente na execução orçamentária. Segue quadro abaixo com amostra de pregões:

Quadro 27: Pregões fracassados

Pregão	Objeto	Situação	Motivo
217/2015	Registro de preços para eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de organização de eventos, com locação de espaço físico e serviços correlatos, compreendendo infraestrutura física, planejamento operacional organização, execução e acompanhamento.	Licitação Fracassada	Propostas enviadas pelos licitantes para todos os itens com valores acima do preço estimado pela Administração.
25/2016	Contratação de empresa de manutenção predial	Homologado com todos os Itens Cancelados	Edital Publicado baseado em convenção coletiva anterior e com erro na tabela de formação de Preço.
113/2015	Material de consumo de Informática	Licitação Fracassada	Propostas enviadas pelos licitantes para todos os itens com valores acima do preço estimado pela Administração.

2.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

As IFES como um todo, e seus cursos, de forma individualizada, são continuamente avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) e órgãos de controle da União através de índices de produtividade administrativos e indicadores de desempenho acadêmico.

Como forma de promoção da melhoria contínua da qualidade dos serviços e resultados da universidade, motivado por diretrizes de governança, de transparência e de prestação de contas da instituição, a gestão da UFCA coleta, analisa e divulga resultados de diversas categorias de Indicadores de Desempenho Institucional, os quais podem ser consultados e estarão disponíveis de forma permanente e atualizada no portal da universidade no seguinte endereço: <https://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proplan/indicadores-de-desempenho-institucional>

a) Indicadores de Desempenho Acadêmico

Os Indicadores de Desempenho Acadêmico estão relacionados às atividades e resultados finalísticos da instituição. Apontam o nível de atingimento dos objetivos fins por meio das políticas e ações desenvolvidas pelas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

O Índice de Rendimento Acadêmico dos Discentes, as Taxa de Ocupação da Vagas, de Retenção, de Evasão e de Sucesso nos Cursos de Graduação são alguns dos indicadores relativos ao

Ensino, os quais são coletados, calculados, analisados e divulgados pela UFCA periodicamente.

Já o Índice de Produtividade Científica de Docentes e a Taxa de Envolvimento de Docentes com a Extensão são exemplos de alguns dos indicadores de Desempenho Acadêmicos acompanhados pela UFCA e associados respectivamente às áreas de pesquisa e extensão universitária.

b) Indicadores de Gestão da IFES segundo o TCU

Aplicando princípios de governança, de controle, auditoria e fiscalização de contas, o TCU tem orientado sobre a necessidade de apuração, a apresentação à população e o uso efetivo de seus próprios indicadores de desempenho pela gestão superior das IFES. O objetivo do conjunto de indicadores de desempenho do TCU é estabelecer uma série histórica para o monitoramento da evolução de aspectos importantes das atividades acadêmicas e, ao longo do tempo, direcionar as políticas públicas e a gestão da instituição no aperfeiçoamento ou na correção de eventuais disfunções.

A apresentação dos resultados da UFCA em 2015 e a série histórica de anos anteriores, bem como a análise dos Indicadores de Gestão do TCU são realizados no item 2.5 deste Relatório de Prestação de Contas com os conteúdos específicos da IFES.

c) Indicadores do FORPLAD e Outros Indicadores Gerenciais e Operacionais

O FORPLAD (Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração da IFES) elaborou e divulga um conjunto de indicadores propostos para acompanhamento dos resultados e do desempenho das ações e atividades da IFES. São recomendados diversos indicadores para as áreas de Ensino de Graduação, Pesquisa e/ou Pós-Graduação, Extensão, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Inovação.

Alguns desses indicadores do FORPLAD e outros Indicadores Gerenciais e Operacionais elaborados internamente foram adotados e são utilizados para dimensionar os resultados das ações realizadas e os resultados esperados das atividades planejadas pelos setores e unidades da UFCA.

d) Painel de Indicadores Estratégicos

Em dezembro de 2015, o Painel de Indicadores Estratégicos da UFCA contava com 38 indicadores estratégicos completamente definidos e documentados, agrupados de acordo com as perspectivas da metodologia BSC: Processos Internos, Pessoas e Tecnologias, Sociedade e Orçamento, e apresentados (disponível em <http://www.ufca.edu.br/portal/pei/painel-de-indicadores-estrategicos>) de acordo com os objetivos estratégicos aos quais estão mais diretamente relacionados:

Análise do Sistema de Medição de Desempenho Institucional

O Painel de Indicadores Estratégicos é um sistema de medição que enfoca tanto medidas financeiras, quanto não financeiras, visando fornecer à organização, informações para previsões e tendências a serem seguidas auxiliando na tomada de decisão e no Planejamento Estratégico da Instituição.

Construído a partir das perspectivas adotadas pelo BSC, os indicadores estratégicos foram fruto de um planejamento com identificação dos fatores essenciais a serem considerados nas

decisões do dia a dia dos gestores. Os próprios setores puderam estabelecer a fórmula de cálculo do indicador e analisar se cada um, referente a sua área, seria importante para a tomada de decisão.

Segundo a metodologia de construção do painel, o importante não é o número de indicadores para cada perspectiva, mas sim se o seu conjunto está alinhado às estratégias, às necessidades do mercado e às expectativas dos discentes e da sociedade.

A UFCA conta com um Painel de 40 Indicadores Estratégicos, mais do que a metodologia de elaboração recomenda (1,5 indicador para cada objetivo estratégico). Porém, em uma análise global, verificamos a necessidade deste quantitativo, visto que a Instituição está em fase de expansão.

As perspectivas do painel são explicitadas assim:

1. Sociedade: 15%
2. Processos Internos: 45%
3. Pessoas e Tecnologia: 32,5%
4. Orçamento: 7,5%

Percebemos a disparidade de esforço entre os indicadores relacionados aos processos internos e os demais. Esse fato ocorre por causa da fase de estruturação da Universidade. Atualmente, é gasta muita energia com a finalidade de organizar e planejar a Instituição.

Enquanto os Processos obtiveram 45% dos indicadores, a perspectiva Pessoas e Tecnologia tem cerca de 30%. A causa também é justificada pelo processo de estruturação da administração, tanto no quesito pessoas quanto no quesito tecnologia.

Durante o Projeto de elaboração do PEI, foi verificado a necessidade de adequar o quadro de pessoal às atribuições dos setores. Foi percebido também a necessidade de adequar a infraestrutura física e tecnológica ao aumento de servidores e de alunos ativos.

2.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Este item traz informações dos indicadores de desempenho que foram fixados pela Decisão nº 408/2002 – TCU – Plenário e que são incluídos nos Relatórios de Gestão das IFES desde 2002. O objetivo destes indicadores é construir de uma série histórica de dados para acompanhar a evolução do desempenho das IFES, identificando a necessidade de melhorias ou a correção de eventuais problemas.

O quadro abaixo apresenta o resultado da série histórica dos indicadores da UFCA nos últimos 5 anos.

Tabela 4: Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002 – UFCA – 2016

Indicadores Primários	Exercícios				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 69.210.663,58	R\$ 58.864.423,65	R\$ 41.478.749,48	-	-
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 69.210.663,58	R\$ 58.864.423,65	R\$ 41.478.749,48	-	-

Número de Professores Equivalentes	222,50	195,50	208,00	-	-
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	438,75	386,75	277,00	-	-
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	438,75	386,75	277,00	-	-
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	2.577,50	2242,50	2009,50	-	-
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	40,00	39,00	36,00	-	-
Alunos de Residência Médica (AR)	31,00	31,00	30,00	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	4.136,92	4.440,50	3.037,51	-	-
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	1.900,50	1909,11	1541,70	-	-
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	80,00	78,00	72,00	-	-
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	62,00	62,00	60,00	-	-

Fonte: NIG/PROPLAN/UFCA (2016)

Não há dados disponíveis dos anos anteriores a 2014 porque a UFCA ainda era um campus da UFC. Sendo assim, as informações referentes a esses exercícios não foram obtidas separadamente. Cabe salientar também que a UFCA não possui HU.

As informações abaixo tiveram como fonte a Coordenadoria de Planejamento e Controle Orçamentário (CPCO/PROPLAN), através de consulta ao Tesouro Gerencial:

1. Despesas correntes da UFCA (conta 3.30.00.00);
2. Aposentadorias e reforma (conta nº 3.31.90.01);

3. Pensões (conta nº 3.31.90.03);
4. Despesas judiciais (conta nº 3.31.90.91).

Foi utilizado o valor liquidado para o cálculo das despesas correntes da Universidade.

Já os dados abaixo foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP):

1. Custo de pessoal docente: custo do pessoal docente cedido com ônus para a UFCA, ressarcimento à UFCA do pessoal docente cedido, custo do pessoal docente cedido sem ressarcimento para a UFCA, despesa com afastamento de pessoal docente no País e no exterior;
2. Custo de pessoal técnico-administrativo: custo do pessoal técnico-administrativo cedido com ônus para a UFCA, ressarcimento à UFCA do pessoal técnico-administrativo cedido, custo do pessoal técnico-administrativo cedido sem ressarcimento para a UFCA, despesa com afastamento de pessoal técnico-administrativo no País e no exterior;
3. Docentes por regime de trabalho: total de docentes com 20 horas/semana, total de docentes com 40 horas/semana, total de docentes com dedicação exclusiva; docentes por titulação: total de docentes graduados, total de docentes especialistas, total de docentes mestres, total de docentes doutores;
4. Servidores técnico-administrativos efetivos vinculados à UFCA: total de servidores com 20h/semana, total de servidores com 30 horas/semana, total de servidores com 40 horas/semana, total de servidores cedidos e total de servidores afastados para qualificação.

Em relação ao quantitativo de técnicos-administrativos terceirizados, as informações foram repassadas pela Diretoria de Gestão de Serviços (DGS), que é a responsável pela administração desse pessoal na Universidade.

Os dados relacionados aos alunos da UFCA, como ingresso, matrícula, diplomação, por curso e por período de matrícula, na graduação, foram obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). As informações referentes à pós-graduação foram obtidas junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) e as de alunos residentes de Medicina na Coordenação de Residência Médica da Faculdade de Medicina (FAMED).

A partir desse conjunto sistematizado de informações, o Núcleo de Informações de Gestão (NIG), da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), procedeu ao cálculo dos indicadores de gestão da UFCA relativos ao ano de 2016, conforme a metodologia recomendada pelo TCU, tendo os resultados expressos no quadro a seguir.

Tabela 5: Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002 – UFCA – 2016

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 16.174,80	R\$ 12.851,10	R\$ 13.086,81	-	-
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 16.174,80	R\$ 12.851,10	R\$ 13.086,81	-	-

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	9,18	10,48	8,05	-	-
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,66	5,30	6,04	-	-
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,66	5,30	6,04	-	-
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,97	1,98	1,33	-	-
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,97	1,98	1,33	-	-
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,74	0,85	0,77	-	-
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,02	0,02	0,02	-	-
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,00	3,00	3,00	-	-
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,68	3,48	3,36	3,41	3,39
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	38,08%	45,34%	45,67%	54,47%	58,30%

Fonte: NIG/PROPLAN/UFCA (2016)

O indicador custo corrente sem hospital universitário por aluno equivalente, cuja fórmula está descrita a seguir, revela que houve um aumento de 25,86% no custo por aluno da UFCA em 2016, contrastando com uma redução de 1,80% no ano anterior. O resultado se explica, a princípio, pelo aumento no custo corrente da Universidade, devido ao seu processo de expansão. Além disso, observou-se uma redução do componente Aluno Equivalente, justificada pela queda na diferença entre o número de ingressantes e diplomados, especialmente em cursos com peso maior, como Medicina.

$$\text{Custocorrente por aluno equivalente} = \frac{\text{Custocorrentes em HU}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$$

- AgE = número de alunos equivalentes da graduação
- AgE = $\sum \text{ todos os cursos } \{ [N_{di} \times D_{pc}] \times [1 + (\text{Fator de retenção})] + [(N_i - N_{di})/4] \times D_{pc} \} \times \{ \text{peso do grupo em que se insere o curso} \}$
- N_{di} = número de diplomados
- D_{pc} = duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu
- Fator de retenção calculado de acordo com metodologia da SESu
- N_i = número de alunos ingressantes
- ApgTI = 2 x Apg
- Apg = número de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização
- ArTI = 2 x Ar
- Ar = número de alunos da Residência Médica

Ressalta-se que o semestre letivo de 2016.2 não havia sido concluído até o cálculo dos

indicadores, portanto, os dados de diplomados incluem alunos formados em 2015.2 e 2016.1.

Em relação ao indicador aluno tempo integral por professor equivalente, verificou-se uma queda de 12,40% no ano de 2016. Apesar do crescimento da quantidade de alunos em tempo integral, houve um aumento ainda maior do número de professores, com a volta de docentes que estavam afastados para capacitação e contratação de substitutos, contribuindo para a redução do resultado. Em 2015, o indicador havia apresentado uma elevação de 30,19%.

$$ATI_{por\ professor\ equivalente} = \frac{AgTI + ApTI + ArTI}{N^{\circ} de\ prof.\ equivalentes}$$

- $AgTI$ = número de alunos da graduação em tempo integral
- $ApTI = \sum todos\ os\ cursos \{ [Ndi \times Dpc] \times [1 + (Fator\ de\ retenção)] + [(Ni - Ndi)/4] \times Dpc \}$
- $Professor\ equivalente^1$ = professores em exercício efetivo no ensino superior + substitutos e visitantes – professores afastados em 31/12 do exercício

O terceiro indicador, aluno tempo integral por funcionário equivalente sem HU, mostrou uma redução de 12,07% em relação ao ano de 2015, variação similar ao ano de 2015 em relação a 2014. Pelo segundo ano seguido, o crescimento do número de funcionários foi proporcionalmente maior que o crescimento do número de alunos na instituição.

$$ATI_{por\ funcionário\ equivalente} = \frac{AgTI + ApTI + ArTI}{N^{\circ} de\ equivalentes\ sem\ HU}$$

- $Funcionário\ equivalente^2$ = servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade + contratados sob a forma de serviços terceirizados – funcionários afastados em 31/12 do exercício

O quarto indicador, representado abaixo, expressa a relação entre o número de funcionários equivalentes sem HU e o número de professores equivalentes. Observou-se uma redução de 0,51%, enquanto que, no ano anterior, houve um considerável aumento de 48,87%. Isso se deve ao fato de que, em 2016, a contratação de professores e funcionários se deu na mesma proporção (em torno de 13%), diferentemente do ano anterior, onde apenas o quantitativo de servidores cresceu.

$$FE/PE = \frac{N^{\circ} de\ equivalentes\ sem\ HU}{N^{\circ} de\ prof.\ equivalentes}$$

- FE = funcionário equivalente sem HU
- PE = professor equivalente

De acordo com o indicador grau de participação estudantil, a UFCA mostrou uma queda de 12,94% no ano de 2016, onde se verificou que houve uma redução do número de alunos em tempo integral relativamente ao quantitativo de alunos efetivamente matriculados na graduação. Em 2015, houve uma elevação de 10,39% no indicador.

$$Grau\ de\ participação\ estudantil = \frac{AgTI}{Ag}$$

O sexto indicador expressa o grau de envolvimento discente com pós-graduação. Não

1 Regime de dedicação: 20h/semana = peso 0,50; 30h/semana = peso 1,00; 40h/semana = peso 1,00

2 Regime de trabalho: 20h/semana = peso 0,50; 30h/semana = peso 0,75; 40h/semana = peso 1,00

houve variação nos últimos anos na Universidade, pois não houve criação de novos cursos de mestrado e/ou doutorado acadêmicos, com pouca variação no número de matriculados no mestrado de Desenvolvimento Sustentável. A instituição também possui o curso de Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) e o curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, porém não foram computados no cálculo, seguindo as orientações do TCU de não incluir mestrados profissionalizantes.

$$GEPG = \frac{Apg}{Ag + Apg}$$

• *GEPG = grau de envolvimento discente com pós-graduação*

O indicador que representa o conceito CAPES/MEC para a pós-graduação também se manteve estável no período considerado, pelo mesmo motivo exposto anteriormente e por não ter avaliação, pela CAPES, do curso de mestrado da UFCA em 2016.

$$Conceito\ CAPES/MEC\ da\ Pós-graduação = \frac{\sum \text{conceitos dos programas de pós}}{\text{Número de programas de pós}}$$

No que concerne ao Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), este mede a relação entre a quantidade de professores que possuem os mais altos níveis de formação e o total de professores da Universidade. Assim, quanto maior o número de doutores em relação ao total de docentes, melhor será o resultado do indicador. O IQCD varia de 1 a 5, em que o índice máximo significa que todos os docentes da instituição são doutores.

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

- *D = número de professores doutores*
- *M = número de professores mestres*
- *E = número de professores especialistas*
- *G = número de professores graduados*

No período de 2011 a 2013, a UFCA (ainda como campus da UFC no Cariri) mostrou crescimento no IQCD. Já em 2014 apresentou uma pequena queda de 3,84% no indicador, explicado pela ampliação na contratação de docentes substitutos com qualificação abaixo de doutorado, dadas as necessidades urgentes de preenchimento de vagas para professores nos cursos novos e a ausência de candidatos doutores para os certames abertos no período. No ano de 2015, o indicador cresceu 3,57%.

O gráfico a seguir mostra a evolução do IQCD nos últimos 5 anos na UFCA.

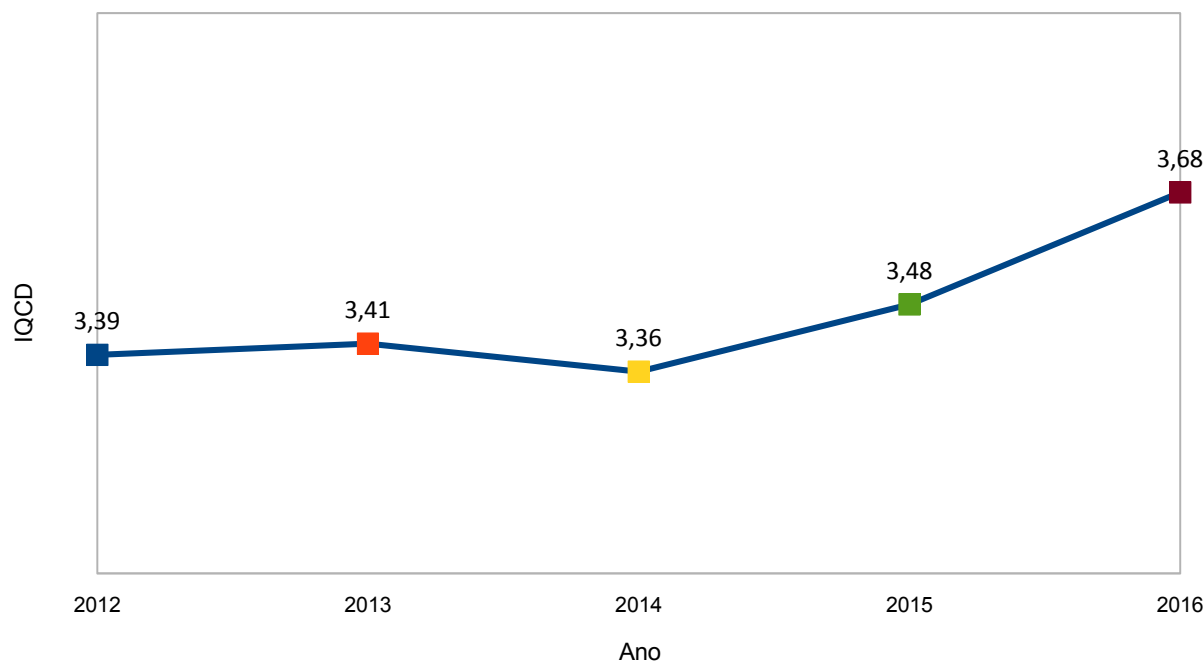


Figura 5: Série Histórica do Índice de Qualificação do Corpo Docente – UFCA – 2012-2016

Fonte: NIG/PROPLAN/UFCA (2016)

Em 2016, o IQCD evoluiu em 5,75%, uma vez que houve aumento da contratação de professores e uma procura por qualificação dos docentes da instituição. Enquanto o número de professores graduados caiu 39%, cresceu o número de especialistas em 41%. Há de se destacar também a evolução no quadro de docentes mestres (12%) e doutores (26%).

Por último, o indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na instituição e por um tempo de permanência esperado, fixado pela SESu/MEC para cada curso.

$$TSG = \frac{N_{di}}{N_i}$$

Destaca-se que o indicador TSG é o que melhor reflete o desempenho e a organização das Instituições Federais de Ensino Superior, pois mede a relação entre o número de diplomados e o número de alunos ingressantes, ou seja, a quantidade de alunos formados (em tempo regular) em relação ao número de alunos que entram na universidade a cada ano. Portanto, o indicador terá melhor resultado quanto mais próximo for de 100%, pois implicaria que todos os alunos que ingressaram na Universidade, em determinado período, graduaram-se no tempo regular.

O gráfico abaixo elucida a série histórica do TSG na UFCA.

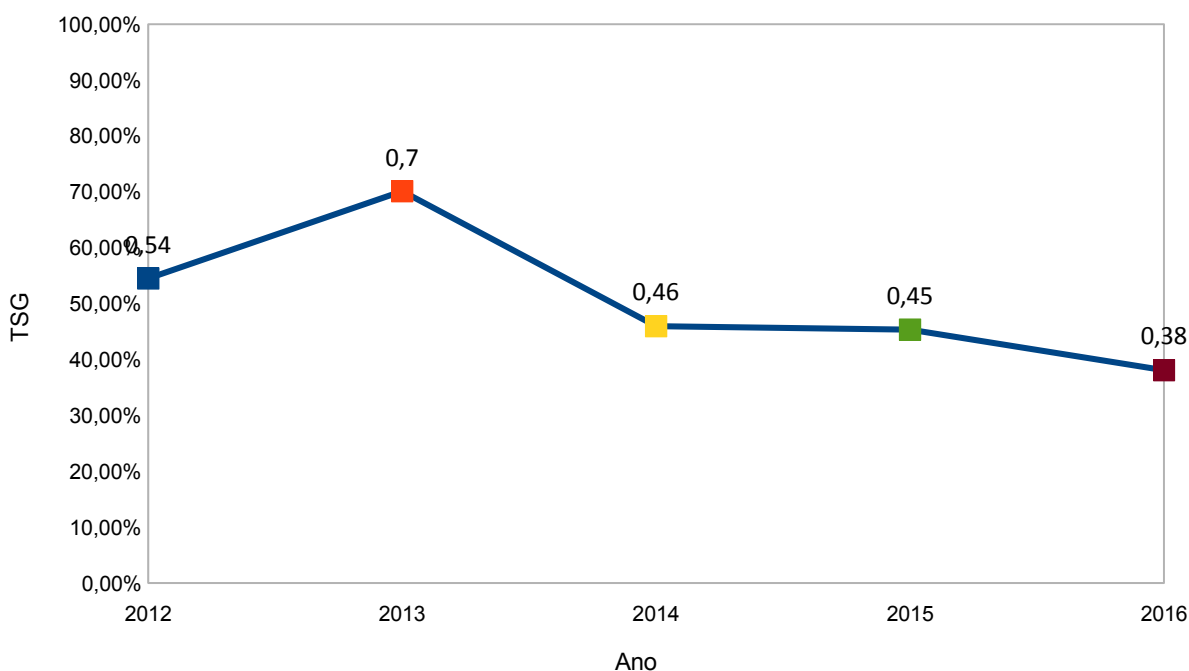


Figura 6: Série Histórica do Indicador Taxa de Sucesso da Graduação – UFCA – 2012-2016

Fonte: NIG/PROPLAN/UFCA (2016)

Enquanto campus da UFC no Cariri, a UFCA apresentou uma elevação no indicador do ano de 2012 (54,47%) para 2013 (70,08%). Como universidade independente da UFC, houve uma considerável redução, com um resultado de 45,95% no ano de 2014 e 45,34% em 2015.

No ano de 2016, o resultado da TSG reduziu novamente, atingindo 38,08%. A queda dos últimos anos é explicada pelo fato de que a proporção de diplomados não tem crescido na mesma proporção do número de ingressantes, o que provoca uma redução na relação entre ambos. Houve um aumento no quantitativo de ingressantes na Universidade nos últimos 5 anos (apenas em 2014 decresceu), porém o número de diplomados tem oscilado bastante (em 2016, por exemplo, caiu 7,57%). É válido lembrar que os dados utilizados para o cálculo são parciais, uma vez que o semestre 2016.2 não havia sido concluído, contribuindo para uma TSG abaixo do ideal.

Os cursos que apresentaram a melhor TSG na UFCA em 2016 foram: Medicina (76,92%), Filosofia – Bacharelado (70,59%) e Agronomia (41,56%). O curso de Engenharia Civil, que estava entre os destaques do ano anterior, apresentou apenas 31,75% de TSG, pois apresentou redução considerável de diplomados e aumento de ingressantes no ano-base de ingresso. O pior índice ficou com conta de Filosofia – Licenciatura com apenas 14,29%, puxando o resultado do indicador para baixo.

De acordo com consulta ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), os indicadores da UFCA em 2016, em sua maioria, ficaram abaixo da média nacional das IFES. Apenas o indicador funcionário equivalente / professor equivalente superou a média nacional (1,97 a 1,46). Os indicadores de custo ficaram abaixo da média, mas não implica necessariamente em um resultado ruim. Apesar do aumento do número de professores doutores e mestres, há de se qualificar ainda mais o corpo docente para ficar na média das IFES do país. Um dos pontos em que a Universidade precisa evoluir é no campo da pós-graduação, uma vez que em 2016 só um curso de mestrado entrou para o cálculo. Ainda, a UFCA deve se preocupar em melhorar a TSG, identificando os principais pontos de evasão e elaborando

estratégias para manter o aluno na Universidade.

Em relação às Universidades Federais do Ceará, a UFCA apresentou, em sua maioria, índices inferiores à UFC, mas apresentou resultados melhores que a UNILAB, exceto no que se refere ao IQCD e a TSG.

Já em comparação às Universidades Federais novas, criadas no mesmo período da UFCA, observou-se resultados parecidos. No que tange à TSG, a UFCA só fica atrás da UNIFESSPA. Todavia, apresentou IQCD menor que as demais (UNIFESSPA, UFOB e UFESBA).

2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Até o final de 2016 a DCI não teve em seu escopo nenhum projeto ou programa financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Contemplando as diretrizes da governança, a estrutura organizacional da UFCA tem centrado esforços para o desenvolvimento de uma instituição que prima pela transparência e atualização de seus dados e informações, além de trabalhar na busca da integração e comunicação entre seus diversos setores, que objetiva assegurar que as demandas das mais diversas tipologias sejam atendidas de forma coordenada.

A UFCA possui em sua estrutura organizacional a Coordenadoria de Transparência, Governança e Gestão de Projetos (CTGP), vinculada a PROPLAN, com o objetivo de dar suporte à gestão da instituição através das Divisões de Transparência e Governança, subsetores responsáveis diretos pelas atividades relacionadas à governança.

Como atribuições, a unidade administrativa responsável oficializou a missão de desenvolver ações que promovessem a avaliação da alta administração da UFCA; de contribuir para o direcionamento da atuação da gestão dentro da universidade; de monitorar as ações estratégicas e dialogar com a alta gestão da instituição em consonância com os princípios da Governança Pública; de coordenar e acompanhar a elaboração do presente Relatório de Gestão, desenvolvendo atividades que integrem os setores nos quais fornecerão as informações necessárias e de avaliar e incentivar a implementação de políticas que visem aumentar a capacidade gerencial e técnica da UFCA.

Das instâncias que normalmente fazem parte da governança institucional ainda não foi desenvolvido um conselho de administração e/ou um conselho fiscal. Entretanto, são instâncias que foram e tem sido constantemente citadas nas ações inerentes ao planejamento da instituição como de suma importância para o aporte administrativo que se almeja para os próximos anos.

Durante o ano de 2016, a UFCA buscou, através de estudos e análise organizacional, a definição e implantação de um modelo adequado de estrutura administrativa para a realidade interna e contexto externo, com a aplicação de modelos e mecanismos apropriados de liderança, de estratégia e de controle, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar em curto, médio e longo prazo a atuação e presença de sua gestão. O intuito consiste em satisfazer as necessidades da comunidade, colaborando para o desenvolvimento regional através da condução de políticas públicas, enaltecendo a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A estrutura de governança da UFCA é composta pelo sistema de correição, gestão de pessoas e TI. Em 2016, a UFCA teve, como uma de suas prioridades, a capacitação e o melhor aproveitamento de seu corpo de servidores, tendo em vista a melhor eficiência administrativa possível, inclusive nos setores que já se utilizam de formas de monitoramento e controle de suas atividades. Capacitações foram realizadas para trabalhar análise e melhoria de processos, visando o mapeamento dos processos e projetos que compõem as atividades em todos os níveis da instituição, com o objetivo de proporcionar um maior conhecimento dos procedimentos e rotinas, assim como de ações estratégicas, fortalecendo a tomada de decisão e o controle.

A efetivação de seus princípios de inclusão social e de gestão participativa contribuiu para o processo de implantação do sistema de governança da instituição. No que se refere aos seus processos organizacionais, a UFCA continuou incentivando a avaliação pelos seus servidores em busca de melhorias dos fluxos internos e no controle das licitações, da elaboração de seus termos de referência, na emissão de seus documentos oficiais etc., em suas respectivas unidades administrativas, referentes a processos de aquisição de bens públicos e/ou de serviços públicos com o propósito de atender as diversas necessidades da instituição.

Nesse contexto, algumas unidades iniciaram procedimentos de avaliação sistêmica de seus processos, que possibilitarão o desenvolvimento de indicadores e medição, de forma constante, o grau de eficiência da tramitação de processos, do nível de transparência dos fluxos internos e externos de processos e da rapidez de comunicação entre diferentes setores. Já se visualiza, de forma pontual, o início propriamente dito da gestão de processos organizacionais, principalmente com a criação da Coordenadoria de Gestão de Projetos e Processos. Ela tem a missão possibilitar a existência de uma orientação e acompanhamento institucional do mapeamento de projetos e processos, além de possibilitar a devida segurança e autonomia dos setores para controlarem e monitorarem suas atividades e projetos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Com a disseminação de uma cultura de processos, existirá um possível conhecimento do todo e consciência, por parte dos setores, de uma inter-relação entre todas as atividades institucionais, na busca de objetivos comuns à comunidade acadêmica.

Com o objetivo de elevar a qualidade e rigor dos controles internos, assim como possibilitar uma melhor comunicação e monitoramento interno para prevenir possíveis problemas, solucionar barreiras e proporcionar mais segurança na tomada de decisão, além de atender a instrução normativa conjunta MP/CGI nº 01, de 10 de maio de 2016, será criado o Comitê de Governança, Riscos e Controles. Ele deverá ser composto pelo dirigente máximo e pelos dirigentes das unidades a ele diretamente subordinadas, apoiado pelo Assessor de Controle Interno. A Assessoria visa dar suporte ao acompanhamento e solução de recomendações dos órgãos de controle, estabelecer e intermediar a comunicação entre a gestão e os órgãos de controle, bem como acompanhar as atividades referentes a gestão de riscos.

No final de 2016, a UFCA realizou seu primeiro Diagnóstico de Governança, promovendo a avaliação do modelo de governança, que identificou pontos positivos e negativos. E, a partir da identificação dos pontos negativos, realizar as ações necessárias para solucionar os possíveis problemas e elevar o padrão de qualidade e efetividade das práticas de boa governança da gestão no que se refere à transparência, liderança, compromisso, integração, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

3.1.1 Governança de TI da UFCA

Esta seção detalha como está organizada a estrutura de governança de TI na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Aborda o Comitê Gestor de TI (CGTI), Plano Diretor de TI (PDTI), Planejamento das contratações de TI, Metodologia de Monitoramento dos Projetos (MMP-DTI) e a Transparência com os Painéis de Monitoramento de TI (PMTI).

3.1.1.1 Comitê Gestor De TI-CGTI

Em 22 de abril de 2014 foi criado o Comitê Gestor de TI – CGTI em conformidade com as orientações da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. O comitê tem a natureza consultiva e deliberativa, caráter permanente e foi instituído pela Portaria nº 015/14. Ele tem como finalidade:

- Assegurar que a governança de TI seja considerada como parte da governança corporativa;
- Aconselhar sobre o direcionamento estratégico da área de TI;
- Orientar sobre políticas, diretrizes e planos relativos a TI.

A Figura a seguir representa como o CGTI está posicionado em relação ao organograma da Universidade, estando a DTI como órgão executivo, e o CGTI, como órgão estratégico, ambos ligados diretamente ao órgão máximo da instituição.

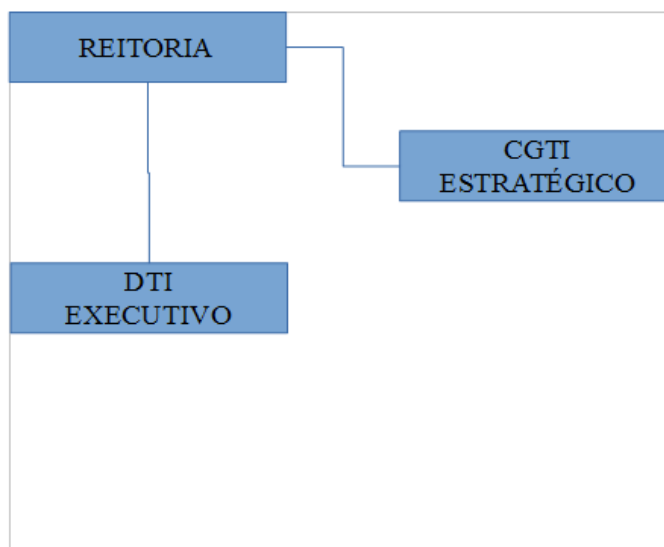


Figura 7: Estrutura de tomada de decisão.

3.1.1.2 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O PDTI foi publicado em 24 de fevereiro de 2015 através da Portaria nº 6. O plano tem a vigência de dois anos, 2015 e 2016, com revisões programadas a cada 6 meses. Na última revisão, em 2016, 44 ações foram distribuídas nas categorias Informação/Sistemas, Governança/Gestão, Pessoal, Infraestrutura/Serviço e Contratação. O PDTI está disponível no link <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/cgti/pdti>.

3.1.1.3 Planejamento das contratações de TI

Em 11 de fevereiro de 2015 foi criada pelo CGTI a Resolução nº 01/CGTI, que regulamenta e disciplina as contratações de soluções de TI, de acordo com a Instrução Normativa 04/2014 SLTI/MPOG. Todas as aquisições e contratações de TI obedecem aos ritos estabelecidos e estão alinhadas as ações do PDTI. Para mais informações sobre a resolução, acessa o link, <http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-antigos/1903--1337/file>. A execução das contratações podem ser acompanhadas por meio dos Painéis de Monitoramento da TI (PMTI), divulgados mensalmente em lista de E-mail e no Portal da UFCA.

3.1.1.4 Metodologia de monitoramento de projetos

Atualmente, a DTI segue a Metodologia De Monitoramento dos Projetos (MMP-DTI), que foi instituída pela Portaria nº 03/2016/DTI. Os projetos são acompanhados por meio das suas entregas previstas no Plano do Projeto. A MMP-DTI foi desenvolvida de acordo com Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP e está disponível na seção Governança e Gestão no link <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/dti/manuais>.

3.1.1.5 Transparência

A DTI envia mensalmente para uma lista de e-mails, em que participam todos os servidores da Universidade, os Painéis de Monitoramento de TI - PMTI, que contemplam as dimensões relacionadas abaixo:

- Painel de Atendimentos;
- Painel de Aquisições e Contratações;
- Painel de Atas e Contratos;
- Painel de Projetos;

- Painei do PDTI;
- Painei de Processos.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A estruturação da Auditoria Interna da Instituição somente se deu com a indicação da chefia do setor, Portaria nº 306/2015/PROGEP/UFCA e Resolução nº 13/2015/CONSUP/UFCA.

Embora a estruturação conste do dia 31 de outubro de 2013, Resolução nº 10/2013/CONSUP/UFCA, a indicação da chefia da Unidade de Auditoria Interna somente ocorreu no dia 08 de abril de 2015, através da Portaria e da Resolução supramencionada.

A aprovação da chefia pela Controladoria-Geral da União, nos termos do Decreto nº 3.571, ocorreu em 10 de setembro de 2015, conforme ofício recebido por esta unidade em 08 de outubro do mesmo ano.

No tocante ao funcionamento da Auditoria Interna ocorre por meio de quatro áreas estratégicas: auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e contabilidade; auditoria de suprimentos, bens e serviços; auditoria de controle e gestão de pessoas; e auditoria operacional.

Apresenta-se a seguir, de forma sucinta, as ações desenvolvidas pela Auditoria Interna no exercício de 2016:

Quadro 28: Ações da auditoria interna no exercício de 2016

ÁREAS DA AUDITORIA	AÇÕES REALIZADAS	PERÍODO PREVISTO	PERÍODO REALIZADO	RELATÓRIO GERADO	RESUMO DE DADOS DO RELATÓRIO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS/ ATENDIDAS PARCIALMENTE	ARQUIVOS ENVIADOS
Departamento de Auditoria Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contabilidade	4.1 – Verificar o Inventário Anual Bens Móveis	04/01/2016 a 31/03/2016	04/01/2016 a 31/03/2016	Relatório de Auditoria nº 001/2016	08 Constatações; 20 Recomendações	Atendidas: 06 Atendidas Parcialmente: 09	25 Acórdãos; 07 Portarias; 05 Decretos; DN nº 154/2016; IN TCU nº 76/2016; IN CONJUNTA CGU/MPOG nº 1/2016.
	5.1 – Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar	01/03/2016 a 31/05/2016	01/03/2016 a 31/05/2016	Relatório de Auditoria nº 004/2016	01 Informação; 07 Constatações; 12 Recomendações	Atendidas: 07 Atendidas Parcialmente: 05	
Departamento de Auditoria de Controle e Gestão de Pessoas	2.1 – Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade	01/03/2016 a 29/04/2016	01/03/2016 a 20/05/2016	Relatório de Auditoria nº 003/2016	09 Informações; 12 Constatações; 24 Recomendações	Atendidas: 06 Atendidas Parcialmente: 14	17 Acórdãos; 01 Decreto; 07 Portarias; 02 Orientações Normativas; ADI 3721/2016; Lei nº 13.324/2016 .
	5.2 – Concessão de Auxílio Financeiro e Ajuda de Custo	03/10/2016 a 30/11/2016	Em andamento	Não Iniciado	Não Iniciado	-	
Departamento de Auditoria de Suprimentos, Bens e Serviços	3.1 – Fiscalização de Contratos – Terceirização	01/03/2016 a 01/04/2016	01/03/2016 a 08/04/2016	Relatório de Auditoria nº 002/2016	06 Informações; 10 Constatações; 17 Recomendações	Atendidas: 15 Atendidas Parcialmente: 02	139 acórdãos.
	3.2 – Obras	01/04/2016 a 31/05/2016	01/04/2016 a 15/08/2016	Relatório de Auditoria nº 005/2016	10 Informações; 21 Constatações; 37 Recomendações	Atendidas: 06 Atendidas Parcialmente: 20	
	3.3 – Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade	01/08/2016 a 30/09/2016	01/08/2016 a 27/01/2017	Relatório de Auditoria nº 007/2016	17 Informações; 07 Constatações; 07 Recomendações	-	
Departamento de Auditoria Operacional	6.1 – Auditoria Baseada em Risco nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP)	01/02/2016 a 30/09/2016	01/02/2016 a 30/09/2016	Relatório de Auditoria nº 006/2016	-	-	21 Acórdã

Destaca-se que a ação que se encontra “em andamento”, no quadro acima, mesmo havendo o cumprimento inicial do prazo, durante a execução da ação, ocorreram casos fortuitos, os quais, conseqüentemente, a prolongou. Entre os dias 1º de novembro a 19 de dezembro/2016, houve a suspensão das atividades dos servidores técnico-administrativos em função da greve da categoria. Mesmo não subsistindo a paralisação das atividades na Unidade de Auditoria Interna, foi respeitado o direito de greve dos servidores, ficando suspensas possíveis exigências junto aos setores. Ademais, após o retorno das atividades acadêmicas, finda a greve, encontrava-se a Universidade em recesso de final de ano, conforme Ofício Circular nº 622/2016-MP, sendo os esforços empreendidos na ação somente retornados após o dia 02 de janeiro do presente ano.

Ressalta-se que a ação “Auditoria Baseada em Riscos” não possui constatações e recomendações, uma vez que essa teve como objetivo o levantamento de informações nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP), conforme quadro acima, bem como aplicação da Metodologia Auditoria Baseada em Riscos, em níveis estratégico e tático, com o intuito de elencar, por meio da Matriz de Risco, as áreas de maior vulnerabilidade. Diante dos exames realizados, foi possível apontar sugestões das ações a serem contempladas na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017.

3.2.1 Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

Auditoria Interna da Universidade Federal Cariri - UFCA foi criada pela Resolução nº 10/2013 – CONSUP – de 31 de outubro de 2013.

O Regimento Interno da mesma, em que constam a organização administrativa do setor, a competência, as áreas de atuação e os procedimentos a serem seguidos, foi aprovado pela Resolução nº 36/CONSUP, de 23 de maio de 2016, e encontra-se disponível no site da Universidade Federal do Cariri – UFCA, na aba Organização Administrativa - Auditoria Interna, conforme link abaixo:

http://www.ufca.edu.br/portal/files/Documentos/ANEXO_II__REGIMENTO_INTERNO.pdf

Ademais, em 2016, foi realizada a revisão do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna da UFCA, que tem por finalidade, promover a sistematização da estrutura em que se fundamenta os trabalhos da auditoria interna, por meio da inserção de conceitos básicos sobre a matéria, as principais normas e legislação correlata, plano de trabalho, programas e procedimentos de auditoria, organização, competências, forma de planejamento e execução das ações de auditoria e controle, comunicação por meio dos relatórios, pareceres e notas de auditoria, diretrizes gerais e o estabelecimento de procedimentos essenciais ao desenvolvimento das atividades de auditoria, objetivando, atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão.

O referido documento encontra-se disponível no site da Universidade Federal do Cariri – UFCA, na aba Organização Administrativa - Auditoria Interna, conforme link abaixo: http://www.ufca.edu.br/portal/files/Documentos/Manual_de_Auditoria_-_Atualizado_V_2016.pdf

3.2.2 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna

Conforme o INTOSAI GOV 9140, a Unidade de Auditoria Interna tem de exercer de maneira imparcial as suas atividades, desempenhando suas funções sem restrições – livre de interferências ou pressões da organização.

A Unidade de Auditoria Interna da UFCA, em cumprimento aos requisitos dispostos em

normativos, quanto à Independência e Objetividade, traz em seu Regimento Interno: a competência, a organização, as áreas de atuação e os procedimentos a serem adotados nos trabalhos desenvolvidos, dispondo também sobre a proibição da equipe de auditoria interna para auditar as operações para as quais tenham sido anteriormente responsável, e evita, deste modo, qualquer conflito de interesse.

A AUDIN elaborou o Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 36/CONSUP, de 23 de maio de 2016, e o Manual da Auditoria Interna, cuja eficácia independe de aprovação, como forma de embasar os trabalhos desenvolvidos. Na Resolução nº 10/2013 – CONSUP, Art. 2º, II, assim como no Regimento Interno, consta a vinculação do setor ao órgão máximo da Instituição, atuando como órgão de assessoramento da gestão, consoante aduz art. 4º, do Decreto 3.591/2000.

Participa a Unidade de Auditoria Interna, regularmente, das reuniões junto ao Conselho Superior Pro Tempore, levando as questões atinentes ao setor, cumprindo com sua função de assessoramento nas questões aduzidas pelo órgão máximo gestor, com o objetivo de agregar valor à gestão.

A chefia da Unidade de Auditoria Interna foi aprovada pela Resolução nº 306/2015/CONSUP/UFCA, assim como teve aprovação pela Controladoria Geral da União, por meio do Ofício nº 21171/2015/GM/CGU-PR.

3.2.3 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

De modo a estabelecer conformidade com as diretrizes gerais emanadas dos órgãos reguladores da atividade de auditoria no setor público, definidas a nível internacional, a Auditoria Interna da UFCA busca atuar com imparcialidade e independência, mediante a definição de uma pauta de ações coordenadas, consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

Para tanto, adota uma estratégia de atuação sistêmica, na qual as ordens de serviço são demandadas pela Chefe da Auditoria Interna aos demais integrantes da equipe, que, por sua vez, consolidam os resultados dos trabalhos em relatório a ser apresentado à Alta Administração e enviado ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Para a consecução da aludida estratégia, foi estruturada quatro áreas de atuação, congregando os auditores internos, de modo que desempenhassem suas funções com maior eficiência, sendo: Auditoria Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contabilidade; Auditoria de Suprimentos, Bens e Serviços; Auditoria de Controle e Gestão de Pessoas e Auditoria Operacional.

A Auditoria Interna elabora anualmente o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), a partir do qual inicia a execução das ações de auditoria. Para cada ação, é emitida a Ordem de Serviço pela Chefe da Auditoria Interna aos demais integrantes da equipe, e, conseqüentemente, elaborado o Programa de Auditoria, por meio do qual se planeja, em detalhes, a realização daquela determinada ação, bem como a elaboração dos papéis de trabalho, no período estabelecido no referido Plano. Os procedimentos, métodos e técnicas de auditoria têm o objetivo de embasar a opinião do auditor, mediante achados de auditoria relevantes e suficientes. Normalmente são aplicados: análise documental, indagação escrita e oral, aplicação de *check lists* e inspeção. Para obtenção das informações para subsidiar a elaboração da amostra e dos relatórios, bem como dirimir dúvidas durante a execução da ação, são encaminhadas as Solicitações de Auditoria para o setor auditado.

Munido das informações e dos documentos obtidos, são elaborados dois Relatórios: Preliminar e Final. Após a elaboração do primeiro, com a devida aprovação da chefia, é encaminhado para o setor auditado para conhecimento e agendamento de reunião de busca conjunta

de soluções, na qual serão apresentadas as providências para as recomendações geradas pela AUDIN. Por conseguinte, considerando as manifestações do setor auditado, é elaborado o Relatório Final de Auditoria, que é encaminhado para o Conselho Superior – CONSUP e para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, dando ciência das ações finalizadas.

Além disso, a unidade realiza o monitoramento acerca da aderência das providências implementadas referentes às recomendações apontadas no relatório final. O acompanhamento é realizado no intuito de verificar, à época acordada com os gestores das áreas auditadas, o atendimento à recomendação ou a assunção dos riscos pela não implementação das providências por parte da gestão.

No exercício seguinte, as informações, quanto à execução das ações do PAINT, constarão no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN.

3.2.4 Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta (UPC)

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Cariri, localizada no campus de Juazeiro do Norte, atua à frente de quatro áreas estratégicas para melhor desenvolver suas atividades. Além da chefia, há os departamentos de: auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e contabilidade; auditoria de suprimentos, bens e serviços; auditoria de controle e gestão de pessoas; auditoria operacional.

Atualmente, a estrutura funcional da Auditoria Interna da UFCA é composta por 05 (cinco) servidores concursados, dos quais 01 (um) com formação superior em Administração e especialização *strictu sensu* em Administração, 01 (um) com formação superior em Engenharia de Produção, com especialização *latu sensu* em Gestão Financeira, 01 (um) com formação superior em Ciências Contábeis, com especialização *latu sensu* em Auditoria, Gestão e Controladoria, 01 (um) com formação superior em Direito e 01 (um) com formação superior em Economia.

A Auditora Chefe, Waleska James Sousa Félix, SIAPE 1677086, em exercício desde o dia 08 de abril de 2015, foi escolhida mediante indicação da Reitora, com apreciação e aprovação do Conselho Superior Pro Tempore da Instituição – CONSUP, conforme Resolução nº 13/2015/CONSUP/UFCA, sendo, posteriormente, aprovada pela Controladoria-Geral da União, mediante Ofício nº 21171/2015/GM/CGU-PR, de 10 de setembro de 2015, cumprindo, na íntegra, o disposto na Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, que dispõe sobre a designação do titular da Auditoria Interna, bem como os requisitos necessários para a nomeação.

“A indicação para nomeação ou designação do titular da unidade de auditoria interna a ser submetida à Controladoria-Geral da União - CGU pelo dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo conselho de administração ou órgão equivalente, deverá ser acompanhada da Declaração preenchida e assinada conforme o modelo constante do Anexo e do currículo vitae, do qual deverão constar, além da formação acadêmica: I - os cargos e empregos eventualmente ocupados na Administração Pública, com o detalhamento das atividades desempenhadas; II - as áreas de atuação, o tempo de permanência e a descrição das atividades executadas e projetos mais relevantes desenvolvidos, com destaque para os efetuados no âmbito da entidade, quando houver; III - a descrição, o conteúdo programático e a carga horária de cursos realizados nas áreas de auditoria pública, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, ou correlatas; IV - comprovação de experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão pública, de auditoria, preferencialmente pública, de finanças públicas ou de contabilidade pública; e, V - comprovação de carga horária de, no mínimo, quarenta horas em curso de auditoria pública realizado nos últimos 2 anos que antecedem à indicação

para nomeação ou designação da titularidade do órgão de auditoria interna. (Art. 1º, Portaria 915/14)”

Consoante a Resolução nº 10/2013/CONSUP/UFCA, que dispõe sobre a estrutura da Administração Superior da Universidade Federal do Cariri, encontra-se a Unidade de Auditoria Interna subordinada à Reitoria, sendo que as atividades aprovadas por tal órgão máximo são levadas ao Conselho Superior *Pro Tempore*, para conhecimento da comunidade acadêmica.

3.2.5 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

No decorrer da execução de cada ação prevista no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, a equipe de auditoria elabora o Relatório Preliminar, o qual é encaminhado à unidade auditada para adoção de providências acerca das recomendações apontadas, que serão discutidas durante a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, como também, ser dada ciência ao Gabinete da Reitoria.

Após o término, há a elaboração do Relatório Final de Auditoria e do Plano de Providências Permanente - PPP, sendo posteriormente enviados à área auditada, para conhecimento dos resultados, conjuntamente com as recomendações e providências a serem adotadas. Ademais, um representante da Auditoria Interna apresenta ao Conselho Superior *Pro Tempore* da Instituição – CONSUP, no qual o reitor preside, o resumo do Relatório Final de Auditoria, de forma a dar ciência ao órgão máximo da Instituição, conforme preconiza o Art. 13 da Instrução Normativa 24/2015 - CGU.

Em atendimento ao § 1º do Art. 17, da IN supracitada, são realizadas, mensalmente, reuniões com representantes da Reitoria, com o objetivo de informar sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, bem como o acompanhamento das ações em execução.

Ao final do exercício, é elaborado o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, que informa todas as ações realizadas pela Auditoria da UFCA durante o ano. O RAIN é remetido ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e ao CONSUP, como preconiza o Art. 16 da IN nº 24/2015 – CGU.

Em se tratando dos riscos pela não implementação das recomendações, a Auditoria Interna elaborou um documento, denominado Termo de Assunção de Risco, no qual o gestor admite estar ciente da possibilidade de assunção de responsabilidade pelo não acatamento da medida recomendada, sendo disponibilizada cópia do termo, devidamente assinado, para o Conselho Superior da UFCA e para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Encontram-se publicados, na aba da Auditoria Interna, no site da Universidade Federal do Cariri, os Relatórios das ações, Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, assim como os documentos de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Os documentos podem ser encontrados no link a seguir:

<http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/auditoria>

3.2.6 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Participa, a Unidade de Auditoria Interna, das reuniões com o Conselho Superior *Pro*

Tempore - CONSUP, explanando sobre o resultado das ações, as recomendações, o monitoramento das recomendações e os riscos da não implementação dessas.

Essas reuniões ocorrem mensalmente, e a partir dessas, a Auditoria Interna informa aos gestores os conteúdos que versam sobre suas ações, previstas no PAINT, assim como, apresenta o relatório gerencial sobre a situação das recomendações, exigido na Instrução Normativa CGU nº 24/2015.

Ademais, durante as reuniões com os gestores, pode a Auditoria Interna exercer seu papel de assessoramento, nas questões levantadas pelos presentes, consoante sua competência regimental que assim prevê.

Há, outrossim, a divulgação, no site da Universidade Federal do Cariri, dos Relatórios produzidos pela Auditoria, assim como de demais documentos importantes para o conhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

No exercício seguinte, é apresentado o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna ao dirigente máximo da Instituição, com as conclusões das ações realizadas no ano anterior, bem como com todas as recomendações emanadas, com a quantidade atendida, em implementação e não implementada.

Em se tratando dos riscos pela não implementação das recomendações, a Auditoria Interna elaborou um documento, denominado Termo de Assunção de Risco, no qual o gestor admite estar ciente da possibilidade de assunção de responsabilidade pelo não acatamento da medida recomendada, sendo disponibilizada cópia do termo, devidamente assinado, para o Conselho Superior da UFCA e para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

3.2.7 Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A Auditoria Interna da UFCA foi criada pela Resolução nº 10/2013 – CONSUP, de 31 de outubro de 2013. No entanto, a aprovação da indicação da Chefia da Auditoria nos termos do art. 14, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e, conseqüentemente, a implantação da Unidade de Auditoria Interna ocorreu em 10 de setembro de 2015, conforme o ofício nº 21171/2015/GM/CGU-PR.

A Unidade de Auditoria Interna da UFCA iniciou os trabalhos em 2015, com uma equipe formada por cinco servidores, sendo uma servidora docente, administradora, na função de Chefe da Unidade, e quatro servidores técnicos, sendo um contador e três assistentes em administração, que atuam em quatro áreas estratégicas: auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e contabilidade; auditoria de suprimentos, bens e serviços; auditoria de controle e gestão de pessoas; auditoria operacional.

Embora tenha iniciado suas atividades em 2015, por meio de realização de cursos, online e presencial, visitas técnicas, elaboração do regimento interno, do Manual e dos papéis de trabalho, somente no ano de 2016 a AUDIN efetivamente realizou ações de auditoria.

Ademais, ressalta-se que a Auditoria interna não passou por alterações na sua estrutura organizacional interna. No entanto, com o processo de reestruturação proposto pelo Grupo Técnico de Trabalho, a Auditoria deixará de ser um órgão de assessoramento e passará a compor o quadro de órgãos complementares, mantendo a subordinação direta com a Reitoria.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Universidade Federal do Cariri (UFCA), executou suas atividades de correição, instaurando ao longo de 2016, cerca de 13 (treze) processos disciplinares, conforme apresentado na No quadro 29. Dentre eles, 5 (cinco) Processos Administrativo-Disciplinares-PAD, 7 (sete) sindicâncias investigativas e 1 (uma) Investigação Preliminar.

Dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs): 2 (dois) foram para apurar supostas irregularidades de discentes da Universidade (em andamento), 2 (dois) para apurar supostas irregularidades cometidas por servidores da Instituição (julgados) e 1 (um) para apurar supostas irregularidades de servidor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cometida nesta Instituição (aguardando julgamento).

Das Sindicâncias: 7 (sete) Sindicâncias Investigativas e todas estão em andamento.

Da investigação preliminar: 1 (uma), é referente a uma denúncia protocolada sob o nº 00106.003074/2015-12 pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e encaminhada pela Corregedoria Setorial da Área de Educação. Após apuração dos fatos, por meio de investigação preliminar, não foi detectado nenhum ato ilícito e, conseqüentemente, o processo foi arquivado.

Além disso, 5 (cinco) processos disciplinares instaurados no exercício de 2015 foram julgados no exercício de 2016, dentre eles, 3 (três) foram sindicâncias e 2 (dois) processos administrativos disciplinares (Quadro 30).

Conforme a Portaria-CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), a UFCA solicitou adesão ao referido Sistema em fevereiro de 2016, entretanto, com alegação de problemas técnicos, a CGU só liberou o acesso em 20 de dezembro de 2016. Após liberação, não houve instauração de nenhum processo disciplinar e por meio de sua Coordenadoria de Acompanhamento das Comissões Permanentes e Relacionamento com as Fundações de Apoio, iniciou o cadastro de todos os processos ulteriores.

Ante o exposto, informamos que a UFCA é um órgão comprometido com a excelência na prestação do serviço público. Neste sentido, no exercício de 2016, enviou dois servidores a Natal/RN para realizarem o curso promovido pela ESAF junto à CGU intitulado “Processo Administrativo Disciplinar para a Formação de Membros de Comissões”. A meta é que esses servidores difundam os conhecimentos adquiridos com outros servidores e, assim, possamos dar mais celeridade aos processos disciplinares instaurados no âmbito da UFCA.

Salientamos, ainda, que todos os processos disciplinares instaurados no âmbito desta Universidade, após conclusão dos trabalhos das comissões, são analisados pela Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Cariri, à luz do art. 131 da Constituição Federal e do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. O Reitor atua como autoridade instauradora e julgadora de todos os processos disciplinares contra servidores ou discentes desta instituição e todas as portarias relacionadas a processos disciplinares são publicadas no Portal desta Universidade.

Quadro 29: Processos Disciplinares Instaurados no exercício de 2016:

	Número do Processo	Ato de instauração	Tipo de Processo	Situação
1	23067.012292/2014-68	Portaria Conjunta UFCA-Unilab, n.º 01, de 14 de março de 2016. Publicada no DOU dia 15 de abril	PAD Rito Ordinário	Aguardando julgamento do Reitor da Unilab
2	23067.002945/2015-81 0122391.00000225/2016-20	Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2016	PAD Rito Sumário	Julgado

3	122391.000494/2016-24	Portaria nº 15, de 24 de fevereiro de 2016	PAD Rito Ordinário	Julgado
4	122391.001325/2016-68	Portaria nº 47, de 30 de maio de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
5	122391.001668/2016-22	Portaria nº 45, de 20 de maio de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
6	122391.002486/2016-52	Portaria nº 64, de 1º de agosto de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
7	122391.002942/2016-59	Sem portaria	Investigação Preliminar	Julgado
8	122391.003602/2016-87	Portaria nº 103, de 10 de novembro de 2016	PAD Discente	Ativo
9	122391.003628/2016-64	Portaria nº 107, de 17 de novembro de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
10	122391.003629/2016-37	Portaria nº 108, de 17 de novembro de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
11	122391.003632/2016-53	Portaria nº 109, de 17 de novembro de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
12	122391.003634/2016-96	Portaria nº 110, de 17 de novembro de 2016	Sindicância Investigativa	Ativo
13	122391.003659/2016-03	Portaria nº 113, de 17 de novembro de 2016	PAD Discente	Ativo

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento das Comissões Permanentes e Relacionamento com as Fundações de Apoio

Quadro 30: Processos Disciplinares Instaurados no exercício de 2015 e julgados em 2016:

	Número do Processo	Ato de instauração	Tipo de Processo	Situação
1	23067.003073/2015-79	Portaria nº 03, de 23 de fevereiro de 2015	Sindicância	Julgado
2	23067.0015856/2015-03	Portaria nº 92, de 01 de dezembro de 2015	Sindicância Investigativa	Julgado
3	23067.008120/2015-71	Portaria nº 26, de 04 de maio de 2015	PAD Discente	Julgado
4	23067.016046/2015-66	Portaria nº 83, de 27 de outubro de 2015	PAD Discente	Julgado
5	23067.014185/2015-55	Portaria nº 49, de 29 de julho de 2015	Sindicância Investigativa	Julgado

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento das Comissões Permanentes e Relacionamento com as Fundações de Apoio

3.4 Gestão de riscos e controles internos

A UFCA estabeleceu, em seu planejamento estratégico, atividades voltadas para a gestão de riscos, visando reduzir incertezas e possíveis barreiras ao alcance dos objetivos institucionais. Partiu-se nível estratégico de gestão, considerando a preocupação com as possíveis ameaças que podem atingir de forma negativa a missão da universidade.

Durante a construção da Matriz SWOT, realizada dentro do PEI, algumas fraquezas foram apontadas como a baixa capacitação técnica em gestão; a infraestrutura inadequada e insuficiente; a

quantidade insuficiente de servidores; a falta de conhecimento de gestão pública (experiência e resultado) e a própria deficiência inicial no desenvolvimento e implementação de gestão e governança, demonstrando claramente a visão da instituição quanto aos seus riscos. Quanto às ameaças apontadas na matriz, citam-se a baixa atratividade das carreiras educacionais, a burocracia do setor público, a falta de segurança pública, dentre outros. Com o intuito de mitigar os riscos, foi elaborado o Projeto Estratégico intitulado Governança com Foco na Gestão Participativa. Visa contribuir no Planejamento Estratégico da UFCA, integrando as ações da gestão estratégica, além de desenvolver um modelo de governança com foco na gestão participativa, ampliando e aperfeiçoando os canais de comunicação interna e externa.

Os resultados esperados do referido projeto contribuirão para a garantia, com segurança razoável da confiabilidade das informações financeiras produzidas; da obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; da salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; e da eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados porque ampliarão o acesso às informações institucionais; desenvolverão um sistema de monitoramento da gestão e de resultados; democratizarão a gestão, melhorarão o acesso e a qualidade das informações gerenciais; possibilitarão a realização de boas práticas de gestão de projetos e riscos e melhorarão a comunicação institucional..

Em 2016 a UFCA iniciou suas atividades para elaboração e implantação de sua política de gestão de riscos. Capacitações foram realizadas com servidores, buscando entendimento e compreensão dos conceitos e aplicações da gestão de riscos. A CTGP/PROPLAN ficou responsável por coordenar as atividades para elaboração da política e comunicação com a alta gestão da universidade, visando o equilíbrio das ações, discernimento de conceitos e consenso na definição de sua composição.

Um Grupo Técnico de Trabalho Permanente de Gestão de Riscos (GTTPGR) foi constituído com fins de estudo, análise e levantamento de informações sobre a gestão de riscos. Durante o período de estudos e pesquisas, trabalhos de investigação interna na instituição foram realizados visando mapear os setores e buscar identificar as ferramentas e metodologias para gerir riscos utilizadas e assim propor um modelo padronizado que possa ser replicado com as devidas adaptações na universidade.

O Grupo Técnico de Trabalho Permanente de Gestão de Riscos (GTTPGR) com o propósito de elaborar e implementar a Política de Gestão de Riscos, foi criado de acordo com as atribuições a seguir:

- Estudar detalhadamente a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01 que Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal;
- Realizar levantamento interno de servidores com conhecimento e experiência em Gestão de Riscos e Controles para estabelecer discussões, reuniões e parcerias;
- Investigar possíveis órgãos públicos que já estejam com a Gestão de Riscos em estágio avançado de implantação e realizar estudos de caso para buscar modelos;
- Realizar levantamento de Políticas de Gestão de Riscos já consolidadas em outros órgãos.
- Fazer diagnóstico interno sobre o atual nível de implantação de ferramentas de Gestão de Riscos e controles nos setores administrativos e acadêmicos da UFCA;
- Definir como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização;
- Estabelecer cronograma e plano de periodicidade segundo o qual serão identificados, avaliados,

tratados e monitorados os riscos;

- Definir ferramenta de medição de desempenho da gestão de riscos;
- Estudar, selecionar e definir metodologia, tecnologias e ferramentas para o apoio à gestão de riscos;
- Elaborar e desenvolver projeto-piloto.

Para complementar e fortalecer a gestão de riscos na universidade, a gestão visa realizar nos próximos meses e anos, o mapeamento dos processos institucionais, facilitando a identificação, avaliação, classificação e tratamento para possíveis riscos. Com o intuito de estabelecer maiores atenções e ênfase ao tratamento de riscos, foi atribuída à responsabilidade a Coordenadoria de Transparência, Governança e Gestão de Projetos, tornando-se Coordenadoria de Transparência, Governança e Gestão de Riscos, sendo acompanhada pela Coordenadoria de Gestão de Projetos e Processos, estabelecendo uma parceria entre mapeamento de processos e gestão de riscos.

4 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

4.1 Gestão de pessoas

(a) Admissão e Dimensionamento

A partir de janeiro de 2016, a quantidade de solicitações de admissões de servidores docentes aumentou consideravelmente em comparação aos anos anteriores. Esse aumento foi devido à criação de novos cursos e estruturação dos já existentes. Com o reforço no quadro de pessoal, foi possível o desenvolvimento de alguns projetos que geraram resultados significativos para a UFCA. Esses resultados serão descritos de forma detalhada a seguir.

(b) Processos seletivos Realizados

Em 2016, foram lançados 17 editais para realização de processos seletivos de professor efetivo e substituto. Esses editais contemplaram 113 setores de estudo. Desse total, ainda serão abertas inscrições para 28 setores de estudo referentes ao edital 57/2016. Nesse exercício, foi arrecadado, aproximadamente, R\$ 110.000,00 e uma despesa média com Diário Oficial da União (DOU) de aproximadamente R\$ 102.789,00 (considerando publicação de edital de abertura, retificações e editais de homologação dos resultados). A seguir serão expostos alguns números de forma mais detalhada:

Tabela 6: Quantidade de editais de concursos professor efetivo e despesas por concurso

Concursos Professor efetivo					
EDITAL Nº	Nº Setores de Estudo	Nº de Inscrições	Gasto/ Edital	Gasto/ Retificações	Gasto Médio/Setor de Estudo
Edital 03/2016	1	8	R\$ 6.772,51	R\$ 698,51	R\$ 7.471,02
Edital 04/2016	5	34	R\$ 8.564,34	R\$ 242,96	R\$ 1.761,46
Edital 05/2016	5	26	R\$ 8.108,79	R\$ 971,84	R\$ 9.080,63
Edital 06/2016	1	74	R\$ 7.713,98	R\$ 242,96	R\$ 7.956,94
Edital 08/2016	1	5	R\$ 6.833,25	R\$ 668,14	R\$ 7.501,39
Edital 43/2016	14	170	R\$ 7.440,65	R\$ 303,70	R\$ 553,17
Edital 57/2016	21*	196	R\$ 18.100,52	R\$ 1.639,98	R\$ 940,02

*Foram abertas inscrições para 21 setores de estudo do total de 49 até 31 de dezembro de 2016.

Tabela 7: Quantidade de editais de seleção de professor substituto e despesas por seleção

Seleção Professor Substituto					
EDITAL Nº	Nº Setores de Estudo	Nº de Inscrições	Gasto/ Edital	Gasto/ Retificações	Gasto Médio/Setor

		Deferidas			de Estudo
09/2016	10	33	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 600,00
21/2016	06	13	R\$ 5.770,30	R\$ 0,00	R\$ 961,71
11/2016	01	01	R\$ 4.950,31	R\$ 0,00	R\$ 4.950,31
36/2016	08	30	R\$ 5.405,86	R\$ 0,00	R\$ 675,73
42/2016	05	12	R\$ 3.796,25	R\$ 394,81	R\$ 832,81
48/2016	03	07	R\$ 3.978,47	R\$ 0,00	R\$ 1.326,15
53/2016	01	08	R\$ 4.008,84	R\$ 0,00	R\$ 4.008,84
56/2016	01	02	R\$ 4.008,84	R\$ 0,00	R\$ 4.008,84
61/2016	01	01	R\$ 607,40	R\$ 182,22	R\$ 789,62
62/2016	01	02	R\$ 3.856,99	R\$ 303,70	R\$ 4.160,69

Em 2016, buscou-se de forma mais efetiva o cumprimento dos princípios da administração pública como a eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos. Assim, se aperfeiçoaram as ferramentas utilizadas e desenvolvidas outras que proporcionaram o sucesso das ações como a redução dos gastos com publicações no DOU.

Como exemplo, pode-se comparar o edital 43/2016 (quatorze setores de estudo) com o edital 03/2016 (um setor de estudo). Nessa situação, constata-se uma redução com despesa financeira de aproximadamente 13 vezes o gasto médio por setor de estudo. Isso foi possível a partir do momento que uniram-se todos os setores de estudo que necessitavam de admissão, no mesmo período, em um único edital de abertura.

Para isso, realizaram-se várias revisões de texto do edital, as normas foram estudadas em conjunto com as metodologias e assim criou-se o edital modelo que coubesse todas e quaisquer áreas de conhecimento demandas pelas Unidades Acadêmicas. Essa melhoria no texto do edital também foi alinhada com o portal da UFCA (<http://www.ufca.edu.br/portal/concursos-e-selecoes/editais>).

Outro projeto desenvolvido em 2016 para melhorar a eficiência da utilização dos recursos da UFCA, foi a criação da resolução para seleção de professor substituto e a mudança no método de abertura dos editais. Atualmente, quando é solicitada uma contratação de professor substituto, lança-se um edital completo com base na necessidade de admissão. Em alguns casos, avalia-se se há outra Unidade Acadêmica com a mesma necessidade para otimizar o edital. Mas, na maioria das vezes, os prazos são emergenciais, não sendo possível aguardar surgimento de outra demanda.

Caso venha a surgir no mês seguinte outra demanda de contratação, a UFCA vai pagar por 90% das mesmas informações lançadas no edital anterior. Diante disso, adota-se o mesmo método da Universidade de Brasília (UNB), que publicou uma resolução, no DOU, que engloba todas as informações para qualquer seleção. Quando surge a necessidade de contratação, é lançado apenas um extrato com as informações específicas e obrigatórias para a contratação daquele determinado substituto. Ou seja, ao invés de se publicar um edital com 6 páginas com custo médio de R\$ 4.000,00, para cada solicitação de contratação, será publicado um extrato com apenas 1 (uma) página com valor médio estimado em R\$ 670,00. Dessa forma, reduz-se o custo com abertura de seleção em 85%. Um caso prático foi o edital 61/2016 para temporário (exposto na tabela 7), que foi necessário publicar apenas o extrato no DOU, e o edital com as informações gerais, foi

publicado apenas no Portal da UFCA.

Então, pretende-se, até março de 2017, aprovar a resolução de seleção de substituto no CONSUP e publicá-la no DOU. Essa resolução será a referência geral para todos os setores de estudo e a partir dessa ação, exercer com mais efetividade os princípios da economicidade e eficiência na Gestão Pública.

Em 2016, foram realizados 51 (cinquenta e um) concursos para cargo de professor efetivo e técnico de laboratório. Desse total, já foram admitidos 31 (trinta e um) aprovados sendo 04 (quatro) técnicos de laboratório e 27 professores. As demais vagas correspondem aos concursos realizados no final de 2016 e estão em fase de admissão ou em processos de dimensionamento. As discriminações das admissões por concurso estão informadas no quadro e gráfico que seguem.

Quadro 31: Concursos realizados em 2016 por Unidade Acadêmica

UA	Edital	Setor de Estudo	Qt. Vagas	Nº de Admissões
CCAB	03/2016	Agrometeorologia e Hidrologia	1	1
	43/2016	Engenharia Agrícola	1	1
CCSA	34/2015	Produção e Logística	1	1
		Administração Pública	1	-
	06/2016	Gestão Pública e Políticas Públicas	1	1
	43/2016	Economia e Finanças	1	-
	57/2016	Contabilidade e Finanças	1	-
CCT	32/2015	Cálculo Numérico	1	-
		Construção Civil – Instalações Prediais e Técnicas de Construção	1	-
		Construção Civil – Materiais de Construção Civil	1	-
		Estruturas	1	-
	44/2015	Técnico de Laboratório – Caracterização de Materiais	1	1
		Técnico de Laboratório – Cerâmica	1	1
		Técnico de Laboratório – Estruturas Materiais de Construção	1	1
		Técnico de Laboratório – Geotecnia/Pavimentação	1	1
	08/2016	Construção Civil – Instalações Prediais e Técnicas de Construção	1	1
	57/2016	Matemática	6	-
	Estatística	2	-	
IFE	05/2016	Estudos Educacionais Básicos	1	1
		Matemática	1	1
		Biologia Vegetal e Animal	1	1
		Física Geral e Ensino de Física	1	1
		Química	1	1
	43/2016	Química	2	2
		Física	1	1
	57/2016	Produção Textual/Libras	1	-
		Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	1	-
IISCA	44/2015	Produtor Cultural	1	1
	04/2016	Acordeom, Percepção e Solfejo	1	1
		Canto Coral e Técnica Vocal	1	1
		Percussão e Educação Musical	1	1
		Flauta Doce e Educação Musical	1	1
		Composição, Regência e Semiótica	1	1
	43/2016	Canto Coral e Técnica Vocal	1	1
		Prática Instrumental e Educação Musical	1	1
	57/2016	Práticas em Jornalismo: Áudio e Vídeo	1	-
		Práticas em Jornalismo: Convergência Midiática	1	-
		Práticas em Jornalismo: Imagem e Comunicação Visual	1	-
		Estudos Comunicacionais em Cultura e Arte	1	-
		Filosofia da Educação	1	-
		Linguística da Língua Brasileira de Sinais	2	-
Ensino de Libras e suas Literaturas/Libras		3	-	
FAMED	43/2016	Clínica Médica/Semiologia/Infectologia	1	-
		Clínica Médica/Semiologia/Gastroenterologia	1	1
		Clínica Médica/Semiologia/Pneumologia	1	1
		Anatomia Humana	1	-
		Clínica Médica/Semiologia/Geriatria	1	1
		Clínica Médica/Semiologia	1	1
		Ginecologia/Obstetrícia	1	1
		Saúde Coletiva/Semiologia	1	1
	57/2016	Saúde Materno-infantil/Pediatria/Internato	1	-
TOTAL		51	61	31

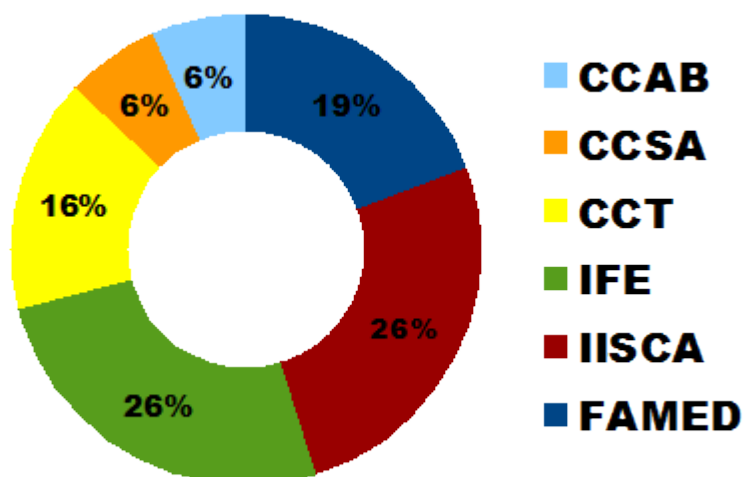


Figura 8: Representação concursos realizados por Unidade Acadêmica

(c) Admissões

Em 2016, foram realizadas 58 posses de servidores em cargo efetivos, 31 (trinta e um) deles através de concursos públicos e 28 (vinte e oito) através de processos de redistribuição por código de vaga ou permuta. Também, houve aproveitamento de aprovados em outros concursos. Além disso, foram feitos 31 contratos de substitutos e 32 renovações, totalizando 122 processos admissionais, representando uma média de 10 admissões por mês.

Tabela 8: Quantitativo de Processos Admissionais – 2016

Atividade	Quantidade
Posse em Cargo Efetivo	58
Contratação de Professor Substituto/Temporário	31
Renovação de Contrato de Professor Substituto/Temporário – 2016.2 – 2017.1	32

Quadro 32: Cargos Efetivos Admitidos em 2016

Unidade Acadêmica/Administrativa	Cargo	Quantidade
FAMED	Professor	10
IFE	Professor	10
	Bibliotecário	01
CCAB	Professor	02
	Secretária Executiva	01
IESA	-	00
CCT	Professor	03
	Técnicos de Laboratório	04
IISCA	Professor	08
CCSA	Professor	03
	Assistente em administração	01
DINFRA	Arquiteto e Urbanista	01

	Engenheiro Mecânico	01
PROGEP	Médico Perito	01
PROEN	Administrador	01
PROAD	Assistente em administração	02
	Contador	01
	Administrador	01
DIARI	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	01
DECOM	Administrador	01
PROCULT	Produtor Cultural	01
PROPLAN	Administrador	01
	Secretária Executiva	01
DAE	Pedagogo	01
	Assistente Social	01

Tabela 9: Quantidade de professores substitutos contratados em 2016 por Unidade Acadêmica

Unidade Acadêmica/Administrativa	Quantidade
CCAB	5
CCSA	6
CCT	6
FAMED	2
IESA	2
IFE	2
IISCA	9

(d) Análise de processos admissionais

Os processos admissionais são oriundos da Divisão de Admissão, que abre o processo, reúne e recebe os documentos trazidos pelos candidatos convocados. Logo após o processo é encaminhado para a Divisão de Legislação que realiza a análise dos documentos entregues, a fim de verificar a aptidão do candidato ao cargo.

Em se tratando de cargos efetivos a análise é feita sob a ótica da Lei nº 8.112/90, bem como determinações constitucionais e demais dispositivos legais pertinentes à matéria. No caso da contratação de professores substitutos/temporários também será observada a Lei nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

Ademais, analisa-se a verificação da acumulação ou não de cargos públicos ou privados pelos candidatos, pois é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o limite estabelecido na Constituição pela percepção cumulativa ou não da remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. (Art. 37, incisos XI e XVI da Constituição Federal/88 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e art. 118 da Lei nº 8.112/90).

Os servidores são obrigados a declarar, no ato de investidura e sob as penas da lei, quais os

cargos públicos, empregos e funções que exercem abrangidos ou não pela vedação constitucional, devendo fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada. (Art. 7º da Lei nº 8.027/90).

A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios. (Art. 37, inciso XVII da CF/88 com a redação dada pela EC nº 19/98 e art. 118, § 1º da Lei nº 8.112/90).

No caso de vínculos privados, a acumulação fica condicionada a comprovação da compatibilidade de horários em que não haja prejuízo para as funções a serem desempenhadas na Universidade, salvo disposição legal em contrário. É proibido ainda ao servidor participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou comanditário.

As normas de acumulação de cargos aplicam-se também ao pessoal contratado por tempo determinado (professor substituto ou visitante).

Após a emissão do parecer favorável, os interessados estão aptos a tomar posse e assinar contratos. No caso de cargo efetivo, o processo aguardará o Termo de Exercício (documento que atesta a efetiva apresentação ao trabalho) e seguirá para a Coordenadoria de Administração de Pessoal para cadastro na folha de pagamento e matrícula SIAPE.

Caso o parecer tenha entendimento desfavorável à admissão do interessado, o mesmo será notificado pela Divisão de Legislação do inteiro teor do documento, bem como da possibilidade de pedido de reconsideração e de recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99. O recurso administrativo será dirigido à Coordenadoria de Legislação de Pessoal e ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoas.

Tabela 10: Quantidade de Atividades realizadas pela divisão de legislação

Atividades	Quantidades
Análise Processos Redistribuição	19
Análise Processos Aproveitamento	3
Cadastros SISAC	106
Expedientes Termos de Posse	59
Expedientes Termos de Contrato	31
Expedientes Termos Aditivos	139
Expedientes Demandas Judiciais /MP/Recursos	11

(e) Cadastros no SISAC

Quando os processos admissionais retornam da Coordenadoria de Administração de Pessoal, é feito o cadastro no site do Tribunal de Contas da União - TCU, dos atos relativos a essas admissões através do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões -

SISAC. É obrigatório pelos entes federais a submissão do cadastro dos atos de admissão através do SISAC, considerando que cumpre ao TCU apreciar a legalidade dos atos de pessoal, concedendo o registro nos casos de julgamento pela legalidade, ou negando o registro quando, no mérito, concluir pela ilegalidade das admissões ou concessões.

As informações pertinentes aos atos de admissão e concessão deverão ser cadastradas no SISAC e disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação ou, em sendo esta dispensada, da data de assinatura do ato; da data do efetivo exercício do interessado, nos casos de admissão de pessoal; da data do apostilamento, no caso de alteração.

A Coordenadoria Admissão Dimensionamento (CAD) cadastra os processos no SISAC em um prazo médio de 29 dias, ou seja, leva-se menos de 50% do tempo determinado pela CGU. No entanto, aqueles casos que há ação judicial, geralmente levam mais tempo e, algumas vezes, superam o prazo de 60 dias, devido o prazo da decisão judicial para contratação ou não do candidato.

A Instrução Normativa nº 55/2007 do Tribunal de Contas da União determina que a autoridade administrativa responsável por ato de admissão ou de concessão de aposentadoria ou pensão, submeterá ao TCU, por intermédio do órgão de controle interno, os dados relativos a esses atos de pessoal. Nessa conformidade, a Controladoria Geral da União - CGU analisa e emite pareceres sobre a legalidade das concessões de aposentadorias e pensões e das admissões de pessoal.

Dessa forma, a Divisão de Legislação procede ao cadastro do ato de admissão no site do TCU e encaminha o processo físico para parecer sobre a legalidade da Controladoria Geral da União. Posteriormente a CGU devolve o processo físico com parecer legal ou ilegal.

No ano de 2016 foram cadastrados e enviados para a CGU, 106 processos admissionais, até o momento todos os processos admissionais enviados pela Universidade Federal do Cariri receberam parecer pela legalidade.

Para respeitar os prazos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 55/2007 do Tribunal de Contas da União e procurando otimizar a movimentação do processo admissional, do seu início até o cadastramento no Sistema SISAC, foram desenvolvidas planilhas de controle de prazo, identificando as principais causas de demora no procedimento.

Essas planilhas resultaram na elaboração de fluxogramas, que mapearam o andamento do processo admissional e aperfeiçoaram o trâmite do processo nos setores envolvidos. Essa ação configurou uma das metas assumidas junto à CGU e foram desenvolvidas conforme exposto a seguir:

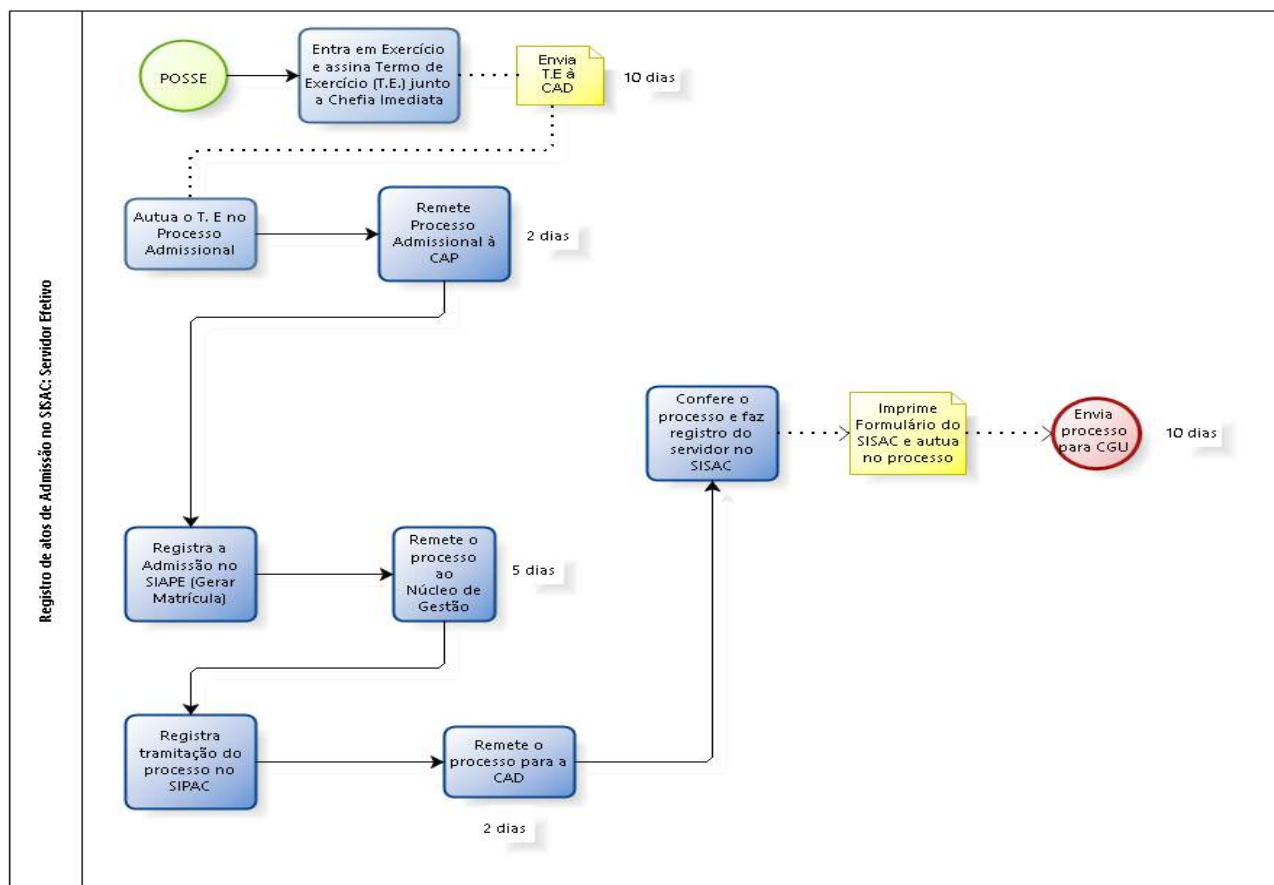


Figura 9: Fluxograma Cadastro Servidor SISAC

(f) GECC

A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC está prevista no Art. 76-A da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e regulamentada, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 6.114 de 15 de Maio de 2007, pela Portaria do MEC nº 1.084 de 02 de Setembro de 2008 e pela Portaria nº 02 de 09 de Janeiro de 2015 da Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na UFCA, a GECC é regulamentada também pela Portaria nº 19 de 07 de março de 2016, que dispõe sobre as atividades objetos do pagamento, a carga horária anual máxima permitida ao servidor para desenvolver atividades objeto da GECC, como se dá a instrução do processo e os valores financeiros por atividade desempenhada.

Essa gratificação é uma retribuição pecuniária paga ao servidor pelo seu desempenho eventual em cursos e concursos. Em relação aos concursos públicos, a GECC possui caráter motivador para participação de membros internos e externos na execução dos concursos públicos da UFCA em diversas atividades, como membros das comissões (executiva e julgadora), secretários, fiscais e demais participantes que se enquadrem dentro das atividades definidas no Quadro 03 a seguir:

Quadro 33: GECC: Atividades e Valor da Hora Trabalhada

Atividade	Descrição	Valor Máximo Da Hora Trabalhada
Instrutoria em Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento	Atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente	R\$ 60,00

	instituído no âmbito da administração pública federal.	
Correção de Prova Discursiva	Participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.	R\$ 60,00
Elaboração de Questão de Prova		R\$ 60,00
Julgamento de Recurso		R\$ 60,00
Prova Prática		R\$ 60,00
Análise Crítica de Questão de Prova		R\$ 60,00
Julgamento de Concurso		R\$ 60,00
Execução	Participar da logística de preparação e de realização de curso, concurso público – planejamento, coordenação, supervisão e execução.	R\$ 25,00
Aplicação de Fiscalização de Provas	Participar da aplicação, fiscalização ou supervisão de provas de exame vestibular ou de concurso público.	R\$ 25,00

Para abertura do processo são necessários os seguintes documentos:

1. Edital com anuência do magnífico reitor;
2. Nota de Empenho para despesa referente a GECC, no caso de servidores internos ou Dotação Orçamentária, quando se tratar de servidores externos;
3. Portaria de designação da banca julgadora e executiva;
4. Declaração de Execução e Solicitação de Inserção em Folha de Pagamento;
5. Formulário de Liberação para Execução de Atividades;
6. Tabela de Compensação de Horas, se for o caso;
7. Formulário de Declaração de Execução de Atividades;
8. Relatório da Atividade Objeto do Pagamento;
9. Despacho atestando a conformidade do processo com as normas que regem a GECC.

No ano de 2016 foram abertos 16 (dezesesseis) processos para pagamento da GECC devido a trabalhos realizados nos concursos públicos para Professor do Magistério Superior e Técnico Administrativo em Educação.

No total, foram R\$ 45.285,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais) pagos por atividades desempenhadas em 09 (nove) concursos, sendo 08 (oito) para professor do magistério superior, 01 (um) para Técnico Administrativo em Educação, e 01 (uma) seleção, conforme especificações a seguir:

Tabela 11: Processos de Pagamento de GECC em 2016.1

Nº do Processo	Edital	Setores de Estudo/Cargos	Quantidade de Servidores	Total a Pagar
122391.001379/2016-65	32/2015	Cálculo Numérico	02	R\$ 1.000,00
122391.001382/2016-81	34/2015	Probabilidade e Estatística	01	R\$ 600,00
122391.001277/2016-54	44/2015	Técnico de Laboratório – Cerâmica; Técnico de Laboratório – Caracterização de Materiais;	25	R\$ 10.215,00

		Técnico de Laboratório – Estruturas Materiais de Construção; Técnico de Laboratório – Geotecnia/Pavimentação e Produtor Cultural		
122391.001358/20 16-50	03/2016	Agrometeorologia e Hidrologia	01	R\$ 840,00
122391.001360/20 16-93	04/2016	Canto Coral e Técnica Vocal; Acordeom, Percepção e Solfejo; Percussão e Educação Musical; Flauta Doce e Educação Musical; Composição, Regência e Semiótica	05	R\$ 3.275,00
122391.001346/20 16-83	05/2016	Estudos Educacionais Básicos; Matemática; Biologia Vegetal e Animal; Física Geral e Ensino de Física; Química	19	R\$ 13.525,00
122391.001383/20 16-54	06/2016	Gestão Pública e Políticas Públicas	04	R\$ 2.400,00
122391.001381/20 16-11	08/2016	Construção Civil – Instalações Prediais e Técnicas de Construção	04	R\$ 2.650,00
122391.002733/20 16-76	43/2016	Canto Coral e Técnica Vocal	02	R\$ 975,00
122391.002736/20 16-92	43/2016	Clínica Médica/Semiologia/Pneumologia	02	R\$ 750,00
122391.002731/20 16-33	43/2016	Física	05	R\$ 2.600,00
122391.002734/20 16-49	43/2016	Clínica Médica/Semiologia	04	R\$ 1.600,00
122391.002738/20 16-38	43/2016	Química	05	R\$ 2.600,00
122391.002556/20 16-05	Seleção de Candidatos às Vagas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável Para o Curso de Doutorado Interinstitucional Para o Primeiro Período Letivo de 2016 – Seleção DINTER		01	R\$ 275,00
122391.003017/20 16-71	44/2015	Produtor Cultural	01	R\$ 1.080,00
122391.003016/20 16-98	04/2016	Percussão e Educação Musical	01	R\$ 900,00
Processos	Total Geral		81	R\$ 45.285,00

Para fins de cálculo do pagamento, é considerada a carga horária e o tipo de atividade desempenhada. Dessa forma, foram pagas um total de **1.271h (um mil duzentos e setenta e uma horas)** distribuídas entre as atividades de aplicação e fiscalização de provas, elaboração de questão de prova, execução e julgamento de concurso, conforme tabela 07 a seguir:

Tabela 12: Quantidade de Horas Executadas para Pagamento da GECC

Atividade	Valor da Hora (R\$)	Edital 32/2015	Edital 34/2015	Edital 44/2015	Edital 03/2016	Edital 04/2016	Edital 05/2016	Edital 06/2016	Edital 08/2016	Edital 43/2016	Seleção DINTER	Total de Horas por Atividade	Total a Pagar Por Atividade (R\$)
Aplicação e Fiscalização de Provas	25,00	00	00	57 h	00	00	00	00	00	00	11 h	68 h	1.700,00
Elaboração de Questão de Prova	60,00	00	00	50 h	00	00	00	00	00	00	00	50 h	3.000,00
Execução	25,00	40 h	00	30 h	00	35 h	337 h	60 h	70 h	245 h	00	817 h	20.425,00
Julgamento de Concurso	60,00	00	10 h	102 h	14 h	55 h	85 h	15 h	15 h	40 h	00	336 h	20.160,00
Total Geral		40 h	10 h	239 h	14 h	85 h	422 h	75 h	85 h	285 h	11 h	1.271 h	45.285,00

Para a montagem do processo os servidores preencheram e enviaram três formulários: declaração de execução de atividade, declaração de liberação da chefia imediata e tabela de compensação de horas. O método de recolhimento dos formulários foi através do e-mail dos servidores, para onde foram enviados os modelos de formulários e passadas as instruções de preenchimento com prazo para devolução. Esse prazo foi estabelecido tendo em vista a montagem dos processos e sua entrega ao setor de pagamento em tempo hábil de serem analisados e inclusos na folha de pagamento do mês de setembro de 2016.

Além dos formulários, em cada processo consta o edital do concurso, a nota de empenho para despesa referente à GECC, as portarias das comissões executivas e julgadoras, o calendário do concurso, o relatório das atividades desenvolvidas e despacho.

Os servidores externos, pertencentes aos quadros de outras instituições federais de ensino, não entraram nos processos objetos deste relatório pelo motivo de se fazer necessário abertura de processos diferenciados para os mesmos.

Dessa forma, os processos físicos contendo todas as documentações necessárias à instrução dos processos foram despachados no dia 30 de Agosto de 2016 para a Coordenadoria de Legislação de Pessoal – CLP onde realizou-se a análise legal do pagamento, e após parecer favorável, os mesmos foram encaminhados à Coordenadoria de Administração de Pessoal – CAP para inclusão na folha.

(g) Principais Projetos para Admissão e Dimensionamento em 2017

1. Implementar a Gestão de Risco em todos os processos finalísticos da CAD;
2. Aprovar Resolução Seleção Professor Substituto;
3. Reformular Modelo de edital de Seleção Professor Substituto;
4. Criar Modelo de Extrato Seleção Professor Substituto;
5. Criar Manual Seleção Professor Substituto;
6. Formulação do Kit de Seleção de Professor Substituto;
7. Reformular Formulários do Contrato de Professor Substituto;
8. Criar Manual Seleção Professor Substituto;
9. Criar Manual Concurso Professor Efetivo;
10. Criar e Validar Instruções normativas para Redistribuições e Remoções

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade**4.1.1.1 Composição de força de trabalho**

A Universidade Federal do Cariri contava no último dia de 2016 com a seguinte composição de força de trabalho:

- 557 (quinhentos e cinquenta e sete)¹ servidores distribuídos em seus 05 (cinco) Campi (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó), abrangendo, além dos efetivos, os professores substitutos;
- 01 (um) servidor exercendo apenas Cargo em Comissão;
- 01 (um) servidor em Exercício Provisório;
- 01 (um) servidor com exercício descentralizado;
- 05 (cinco) servidores que estão temporariamente em exercício junto a UFCA, por força da colaboração técnica entre a Universidade Federal do Ceará e esta instituição, que é tutora da UFCA, conforme Termo de Cooperação – Protocolo de Transição entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), publicado no DOU em 19/11/2015, Seção 03, página 79. A composição da força de trabalho da Universidade está demonstrada no quadro 04 a seguir:

Quadro 34: Composição da força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	599	527	63	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	599	527	63	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	599	525	63	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	01	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	01	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários	50	32	31	20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	00	01	00	00

4. Total de Servidores (1+2+3)	649	560	94	38
--------------------------------	-----	-----	----	----

**Desse total temos 03 (três) servidores cedidos e 02 (dois) em Colaboração em outras IFES.*

Considerou-se quantidade autorizada os cargos já liberados pelo MEC/MPOG para provimento, englobando os cargos vagos e os cargos ocupados (lotação efetiva), tomando como referência o dia 31 de dezembro de 2016. Como não houve novas liberações de códigos de vaga e a UFCA perdeu 01(um), com uma redistribuição unilateral, houve apenas essa pequena alteração em relação ao quantitativo do exercício anterior (600).

São 527 servidores de carreira que atuam junto à UFCA. Além desses, temos 05 (cinco) servidores que são do quadro permanente da Universidade Federal do Ceará, dos quais, 03 (três) estão ocupando cargo de direção e/ou função gratificada nesta IFES e 02 (dois) estão em Colaboração. Há ainda um servidor de carreira em exercício descentralizado, representado pelo Procurador Geral da Universidade, que pertence à carreira da Advocacia Geral da União e uma servidora em exercício provisório, por força de decisão judicial.

Complementando a composição da força de trabalho, há 01 servidor sem vínculo com a Administração Pública (servidor aposentado), ocupando cargo de direção na instituição, e 32 (trinta e dois) professores substitutos, sendo considerados lotação autorizada, para efeito deste item, o percentual de 20% de professores efetivos, conforme Art. §2º da Lei 8745/93.

Desse total de servidores da Universidade, 251 são da carreira docente, destinados primordialmente ao exercício da atividade-fim da Universidade (definida com atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura) e 275 servidores da carreira técnico-administrativa destinados primordialmente a atividade-meio (apoio técnico-administrativo). Essa distribuição está demonstrada no quadro 05 a seguir:

Quadro 35: Tipologia dos cargos

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	275	251
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	275	251
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	274	251
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	00
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	32
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	01	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	276	283

Ressalte-se, no entanto, que os servidores da carreira docente também desenvolvem atividades-meio, notadamente os docentes ocupantes de cargo de direção ou função de confiança (67 no total). Também os servidores da carreira técnico-administrativa podem desenvolver atividades de pesquisa, extensão e cultura.

Os cargos em comissão e funções gratificadas da UFCA estão detalhados no quadro a seguir:

Quadro 36: Tipologia dos Cargos em comissão e das funções gratificadas

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	92	79	41	21

1.1. Cargos Natureza Especial	--	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	92	79	41	21
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	--	77	41	21
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	--	01	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	--	00	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	--	00	00	00
1.2.5. Aposentados	--	01	00	00
2. Funções Gratificadas	392	140	92	14
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	392	140	92	14
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não Há	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	484	230	133	35

A Universidade foi criada há cerca de três anos e meio e no exercício de 2016 passou por mudanças significativas na Gestão Superior, fato que impactou nas alterações dos ocupantes de cargo de Direção e Função Gratificada.

Tabela 13: Faixa etária do quadro de pessoal

FAIXA ETÁRIA	Até 30 Anos	De 31 a 40 Anos	De 41 a 50	De 51 a 60 Anos	Acima de 60 Anos	Total
Servidores em Cargo Efetivo	156	237	110	45	11	559

Esses dados refletem que, tomando por referência o dia 31/12/2016, cerca de 70% dos servidores têm até 40 anos de idade. Esse fator denota que a expectativa de tempo para aposentadoria do quadro de pessoal permanecerá longa.

Com relação ao regime de trabalho e titulação, a composição de força de trabalho está demonstrada tabela a seguir:

Tabela 14: Regime de Trabalho dos Servidores

Cargo	Regime de Trabalho	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	2º Grau	Total
Professores efetivos	DE	100	85	4	2	0	191
	40h	4	6	0	1	0	11
	20h	10	13	19	7	0	49
	Total	114	104	23	10	0	251
Professores substitutos	40h	2	12	0	3	0	17
	20h	2	6	1	6	0	15
	Total	4	18	1	9	0	32
Servidores técnico-administrativos	40h	1	26	91	110	40	268
	25h	0	0	1	1	0	2
	20h	0	0	2	2	0	4
	Total	1	26	94	113	40	274

O desafio para a ampliação do quadro de servidores no ano de 2017 continua para a UFCA, tendo em vista que o seu quadro de pessoal ainda é insuficiente para atender a demanda de

uma Universidade que está em processo de construção e consolidação.

Praticamente, todos os cargos da carreira técnico-administrativa liberados pelo MPOG estão providos ou em processo de provimento, mas ainda está pendente a liberação da maioria dos cargos criados pela Lei 12.826/2013 (Lei de criação da UFCA), o que, quando acontecer, resolverá pelos próximos anos o problema de defasagem de pessoal.

Com relação à carreira docente, há 81 (oitenta e um) cargos não ocupados, sendo que desse total, 80 (oitenta) vagas já estão reservadas para os Editais vigentes, Redistribuição e Aproveitamento, havendo somente 01 (um) cargo vago totalmente livre. Por enquanto, ainda há possibilidade de contratação de pelo menos 18 (dezoito) professores substitutos (devido a saldo no banco de equivalência), o que permite suprir eventuais afastamentos dos professores efetivos, o que não acontece no caso de afastamento da carreira técnico-administrativa, em que não há possibilidade de contratação de substitutos.

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

A seguir serão detalhadas as despesas com pessoal:

Tipologia/ Código	Vencimento e Vantagens	Despesas							Despesas de Exercícios	Decisões	Total
		Salário	Adicional	Gratificação	Outras	Benefícios Assistenciais e	Demais Despesas				
Membros											
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão											
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores											
12	0	52.503,72	4.375,31	1.562,97	0	0	0	0	0	0	58.442,00
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto)											
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores											
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores											
12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 15: Despesas com pessoa;

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A análise dos fatores de riscos relacionados a pessoal perpassa pela constatação de se estar

em uma Universidade criada em junho de 2013, que teve seu primeiro concurso para a carreira técnico-administrativa homologado em julho de 2014 (com os servidores aprovados ingressando a partir de agosto de 2014). Ou seja, pouco mais de dois anos se passaram até que se iniciasse a estruturação de pessoal da Universidade.

Em decorrência disso, o primeiro fator de risco é a inexperiência dos servidores, inclusive dos ocupantes de cargo de direção, que exercem atribuições complexas nos mais diversificados setores de uma Universidade.

Para superar esse risco, desenvolveram-se ações capacitação e avaliação de desempenho. Essas ações vêm sendo implantadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal da PROGEP, com avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório realizada a cada 06 meses e dos servidores estáveis a cada ano, além das ações de capacitação interna e externa, especialmente com o atendimento da demanda de capacitação realizado através de Levantamento de Necessidade de Capacitação dos servidores técnico-administrativos. Além disso, as ações de avaliação de desempenho e de capacitação são integradas, uma vez que no próprio formulário de avaliação há um campo para a descrição da necessidade de capacitação para cada servidor.

Em 2016 foram realizadas diversas ações de capacitação e treinamento a fim de promover o desenvolvimento de servidores e equipes de trabalho e conferir maior segurança nos processos de trabalho. Nas ações, destacam-se os seguintes temas:

- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos
- Orçamento Público
- Conscientização e Controle Patrimonial
- Excelência no Atendimento ao Público
- Análise e Melhoria de Processos
- Contratação de Soluções de TI
- Elaboração de Termos de Referência
- Segurança da Informação
- Licitações Sustentáveis
- Licitação, contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia
- Gestão de Riscos
- Projeto Pedagógico e Legislação da Educação Superior

Outro fator de risco é a rotatividade dos servidores. No ano de 2016, houve 18 (dezoito) servidores egressos, vacância decorrente de posse em outro cargo, exoneração, redistribuição, etc., o que representa cerca de 3,22% dos servidores da instituição. As saídas são motivadas, na grande maioria, porque os servidores estão voltando para a sua região (tendo em vista que muitos dos servidores aprovados em concurso na UFCA não são do Cariri) ou estão indo para outras carreiras com remuneração melhor.

Uma medida adotada para amenizar os riscos com a rotatividade é a realização de redistribuição, que permite a chegada de servidores com a intenção de morar na região do Cariri. Algumas deficiências na legislação da carreira técnico-administrativa também impactam negativamente na política de gestão de pessoas, como a ausência de substitutos para o caso de afastamento de servidores dessa carreira, o que prejudica o funcionamento do setor no caso de

afastamento e licenças de caráter vinculante e dificulta a concessão de afastamentos e licenças de caráter discricionário.

Além disso, a ausência de previsão na carreira técnico-administrativa de servidor de nível superior com formação em Direito, dificulta a contemplação de servidores com essa importante formação, e que auxiliaria na análise de processos que envolvem legislação, especialmente em setores críticos da Universidade, como gestão de pessoas, licitação e contratação, processos administrativos disciplinares, etc.

Por último, ainda há a necessidade estruturação de alguns setores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que ainda não têm equipe suficiente para trabalhar exclusivamente neles. Setores estratégicos da área de gestão de pessoas, como admissão, dimensionamento, acumulação de cargos, capacitação, aposentadoria, ainda estão sendo implementados e demandam uma estrutura de pessoas e de tecnologia de informação ainda não disponível suficientemente.

No entanto, a Pró-Reitoria está desenvolvendo metodologias para otimizar o quadro de pessoal disponível. Inicialmente, realizam-se os mapeamentos das atividades fins da PROGEP com o objetivo de implementar a gestão de risco, para, dessa forma, tornar-se mais efetiva na execução das suas ações para a comunidade interna e externa.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações relativas à mão de obra terceirizada foi encaminhada a Diretoria de Gestão de Serviços (DGS), setor responsável por terceirização no âmbito da UFCA. Não há estagiários admitidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Política de Capacitação e Treinamento

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, é a unidade administrativa competente para a execução da política de capacitação e treinamento, promovendo o desenvolvimento dos servidores através de capacitação, qualificação, acompanhamento da carreira e gestão de desempenho. Isso se dá através de instrumentos previstos no Decreto 5.707/2006, dos planos de carreira docente e técnico-administrativa e do planejamento estratégico da UFCA.

Com o objetivo de atender ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), foram idealizados 02 projetos estratégicos. Atualmente se encontram na preparação da equipe sobre a temática. São eles:

1. Gestão por Competências, pelo qual se busca mapear e ajustar as competências com foco nos resultados institucionais através da adequada lotação, capacitação e avaliação de desempenho.
2. Centro de Capacitação, que tem o objetivo de otimizar as capacitações da Universidade, propiciando um ambiente físico adequado de aprendizado aos servidores.

Outro documento normativo é o Plano Anual de Capacitação (PAC) 2016, elaborado com base no Levantamento de Necessidade de Capacitação (LNC) realizado junto aos servidores técnico-administrativos em 2014. Não completamente explorado em 2015 e, junto aos docentes, concluído somente no final do ano 2016. De posse dessas informações, a Divisão de Capacitação elaborou o texto do PAC, que normatiza o funcionamento da capacitação interna e externa no âmbito da UFCA, assim como formulários, as áreas temáticas a serem exploradas, a oferta de capacitações e o calendário de cursos. Esse documento foi aprovado por meio da Portaria N° 46 de 30 de maio de 2016, pela reitoria da UFCA.

A seleção dos instrutores para as ações de capacitação de 2016 foi feita por meio do Edital de Instrutoria Interna, publicado em março de 2016 e incluía temáticas sugeridas no Levantamento de Necessidades de Capacitação. A seleção das propostas foi feita por uma comissão com 04 (quatro) pedagogos da UFCA. As ações aprovadas contemplaram o calendário de capacitações de 2016. Houve também servidores convidados de outras instituições, indicados pelos setores demandantes, ministrando ações de capacitação. Para isto, suas propostas pedagógicas foram devidamente aprovadas pela Divisão de Capacitação. O pagamento dos servidores internos foi normatizado pela Portaria Nº 19, que estabelece formulários, valores e trâmites do processo de pagamento de Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos, de em 07 de março de 2016 da Reitoria.

Em 2016, também foram realizados contratos com as escolas de governo, Escola Nacional de Administração e Pública (ENAP) e Escola de Administração Fazendária (ESAF), para que ofertassem cursos presenciais dentro da Universidade Federal do Cariri. Ambas ministraram 05 (cinco) cursos de capacitação, totalizando 10 (dez) cursos. Além disso, houve contratação de empresa especializada para oferecer capacitação interna. Segue dados das ações de capacitação de 2016:

Quadro 37: Cursos realizados e quantidade de capacitações

CURSO	CH	PERÍODO	INSCRITOS	CERTIFICADOS
Programação Neurolinguística	04 h	29/01	15	15
Curso Básico de Libras – Nível	60h	05/04 a 28/06 – terças e quintas – 14h às 17h	30	20
Acessibilidade na Prática: Didática para alunos com necessidades especiais	03h	17/03	29	29
Como lidar com aluno com deficiência: Superando barreiras atitudinais	04h	07/03	23	23
Fiscalização de Contratos	24h	11/04 a 13/04	33	22
Fiscalização de Contratos – PROAD	16h	14/04 a 15/04	05	04
Curso Básico LibreOffice Calc	20h	26/04 a 28/04	20	14
Orçamento Público	20h	10/05 a 12/05	31	23
Seminário de Conscientização e Controle Patrimonial	03h	31/05	38	38
Desenvolvimento Regional Sustentável	20h	29/06 a 01/07	20	07
Perspectivas da Administração Pública na Contemporaneidade*	20h	04/07 a 06/07	46	36
Relações Humanas no Trabalho: A Arte de Conviver	20h	19/07 a 21/07	27	14
Excelência no Atendimento ao Público	20h	26/07 a 28/07	43	30
Análise e Melhoria de	35h	01/08 a 05/08	30	19

Processos - Turma I				
Curso Básico LibreOffice Calc – Turma II	20h	08/08 a 12/08	19	09
Contratação de Soluções de TI	20h	15/08 a 17/08	09	07
Elaboração de Termos de Referência	20h	23/08 a 25/08	52	38
Workshop Segurança da Informação	20h	29/08 a 31/08	09	08
Autogerenciamento da Motivação e do Stress*	20h	06/09, 08/09 e 09/09	17	12
Análise e Melhoria de Processos - Turma II	35h	12/09 a 16/09	30	15
Licitações Sustentáveis	20h	20/09 a 22/09	18	15
Licitação, contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia	24h	27/09 a 29/09	35	33
Curso Básico de Libras – Nível I – Turma II	60h	06/09 a 01/11	33	22
Análise e Melhoria de Processos - Turma III	35h	03/10 a 07/10	24	15
Gestão de Riscos	20h	17/10 a 19/10	33	15
Gestão de Pessoas na Administração Pública*	32h	24/10 a 27/10	32	13
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	28h	08/11 a 11/11	30	17
Análise e Melhoria de Processos - Turma IV*	35h	21/11 a 25/11	26	17
Minicurso Projeto Pedagógico e Legislação da Educação Superior	08h	18/08	41	37
Treinamento sobre Assessoria Curricular	08h	19/08	20	19
Treinamento sobre os procedimentos na área de gestão de pessoas	04h	12/08	15	15
Audiodescrição para Vídeo	24h	17/08, 19/08, 24/08, e 26/08	23	15
TOTAL	702h	96 DIAS	856	616

**Cursos do Programa de Formação de Gestores*

No total, as atividades de capacitação envolveram 32 cursos, 30 instrutores, 702 horas de capacitação, 96 dias, 804 inscritos e 616 certificados expedidos, dos quais 566 certificados foram expedidos para servidores da UFCA. É importante ressaltar que foram contemplados 232 servidores do quadro de pessoal, evidenciando a participação destes em mais de uma ação, fortalecendo, assim, a capacitação interna.

Já em concordância ao Decreto 5.707/2006, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e da Recomendação do Acórdão 3023/2013-TCU, foi dado início ao Programa de

Formação de Gestores da Universidade Federal do Cariri, voltado principalmente para os gestores CD2, CD3, CD4, FG1 e FG2; também destinados para aqueles com interesse de ocuparem cargos de gestão futuramente. Neste programa, participaram 71 servidores (09 docentes e 62 técnico-administrativos) dos servidores que possuem CD2,CD3,CD4,FG1,FG2,FG3 ou FUC1. Houve uma adesão de 28% dos gestores da UFCA, em 2016, e participação de 19 servidores que não possuem função.

O programa contou com 04 (quatro) cursos de capacitação interna. Iniciou-se em agosto e foi concluído em novembro. A média de curso por servidor participante foi de 1,4 cursos. Em 2017 buscar-se-á aprimorar o programa para que haja uma maior adesão dos servidores.

Em relação à capacitação externa, foram 255 viagens para capacitação de curta duração (cursos e treinamentos) contemplando 134 servidores. As temáticas foram mais voltadas às áreas: administrativa, planejamento e fiscalização, compras e contratos públicos, e tecnologia de informação, conforme discriminado a seguir na tabela :

Tabela 16: Áreas temáticas de capacitação

Área Temática Pac	Curso	Encontro	Seminário	Visita Técnica/ Treinamento	Total
Administração	38	6	5	10	59
Arte Cultura E Comunicação	0	02	00	00	02
Comportamento Organizacional	8	00	00	01	09
Compras E Contratos Publicos	38	00	07	02	47
Comum A Todos Os Cargos	40	02	00	00	42
Educação	05	07	02	06	20
Gestão Da Informação	03	01	01	03	08
Infraestrutura	04	00	05	00	09
Legislação	06	00	00	00	06
Planejamento E Fiscalização	18	03	00	01	22
Projetos Estratégicos	00	00	00	00	00
Saúde	00	00	00	01	01
Secretariado	00	00	00	01	01
Tecnologia Da Informação	26	00	02	00	28
Outros	01	00	00	00	01
Total	187	21	22	25	255

Em eventos de capacitação internas e externas foi alcançado um público de aproximadamente 260 servidores. Desse total, 49 docentes (19,3% do total de servidores docentes na UFCA) e 211 técnico-administrativos (74,3% do total de servidores técnico-administrativos da UFCA) participaram de uma ou mais ações, seja de cursos internos e/ou cursos externos. Diante dos dados apresentados, a capacitação ofertou capacitação a uma média de 48,3% do quadro de pessoal efetivo da UFCA.

No quesito qualificação, há 11 servidores que participam ou participaram no ano de 2016 de programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* ofertados pela própria instituição, como tabela abaixo:

Tabela 17: Participação em pós-graduação na instituição

Curso	Quant. De Servidores Em 2016
Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER	04
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB	05
Especialização em Inovação Social em Economia Solidária – ISES	02
TOTAL	11

Além destes, 44 servidores estiveram no ano de 2016 ou ainda estão afastados para cursar programas de pós-graduação stricto sensu (nos termos do Art. 95 ou 96-A da Lei 8112/90), conforme quadro abaixo :

Quadro 38: Servidores afastados para pós-graduação stricto sensu

Nº	Servidor	Siape	Curso	Período	Situação	Previsão Término
01	Adriana Barroso Botelho	1772518	Doutorado em Artes	16/09/2016 a 15/09/2017	1º Prorrogação	16/09/2019
02	Alexandre Araújo Cavalcante Soares	1676693	Doutorado em Direito – DINTER - Estágio	01/08/2015 a 30/06/2016	Concluído	Concluído
03	Amanda Teixeira Da Silva	1497579	Doutorado em História	15/08/2016 a 30/03/2017	Concessão	15/08/2020
04	Ana Neuza Botelho Viedela	1772525	Doutorado em Design	01/04/2015 a 31/03/2016	Concluído	Concluído
05	Carla Façanha De Brito	1742401	Doutorado em Museologia	01/03/2016 a 27/02/2017	Improrrogável	27/02/2017
06	Cristiano Viana Cavalcanti Castelhão Tavares	1551565	Doutorado em Desenvolvimento Regional Sustentável	25/07/2017 a 02/01/2017	Improrrogável	02/01/2017
07	Débora Adriano Sampaio	2559893	Doutorado em Ciência da Informação	28/07/2015 a 27/07/2016	Concluído	Concluído
08	Deborah Macedo Dos Santos	2085983	Doutorado em Arquitetura	14/08/2016 a 13/08/2017	1º Prorrogação	14/08/2019
09	Deise Santos Do Nascimento	1637205	Doutorado em Ciência da Informação	01/03/2016 a 27/02/2017	2º Prorrogação	01/03/2018
10	Dimas De Castro E Silva Neto	1643876	Doutorado em Engenharia	22/08/2016 a 21/08/2017	Improrrogável	21/08/2017
11	Diógenes D'arce Cardoso De Luna	1809722	Doutorado em Ciência da Informação	01/09/2016 a 31/08/2017	Improrrogável	31/08/2017
12	Edicarlos Pereira De Sousa	2235030	Doutorado em Meteorologia	09/12/2015 a 04/02/2016	Concluído	Concluído
13	Edwin Dos Santos Carvalho	1963459	Doutorado em Jornalismo	21/07/2016 a 21/07/2017	Concessão	21/07/2020
14	Elieny Do Nascimento Silva	1676696	Doutorado em Ciências da Informação	01/03/2016 a 01/03/2017	Improrrogável	01/03/2017
15	Ericsson Venâncio Coriolano	1548707	Doutorado em Filosofia	01/03/2015 a 28/02/2016	Concluído	Concluído
16	Francilda Alcantara Mendes	1731088	Doutorado em educação Brasileira	11/04/2016 a 11/04/2017	Concessão	11/04/2020
17	Francisco Das Chagas Alexandre Nunes	1803496	Doutorado em Cultura e Sociedade	02/03/2016 a 01/03/2017	1º Prorrogação	02/03/2019
18	Francisco José Pereira De Almeida	2658709	Doutorado em Engenharia de Transportes	01/08/2016 a 31/07/2017	Concluído	Concluído
19	Francisco Ranieri Moreira Da Silva	2080200	Doutorado em Administração	04/03/2016 a 12/03/2017	Concessão	14/03/2020
20	Glacinesia Leal Mendonça	1666992	Doutorado em Ciências da Informação	14/07/2016 a 14/08/2017	Concessão	14/07/2020
21	Hanna França Menezes	1954186	Mestrado em Design	15/02/2016 a 14/02/2017	Concessão	15/02/2018

22	Isaura Rute Gino De Azevêdo	1764605	Doutorado em Educação	05/01/2016 a 03/01/2017	1º Prorrogação	03/01/2019
23	Ives Romero Tavares Do Nascimento	1053060	Doutorado em Administração	01/03/2017 a 26/02/2018	1º Prorrogação	01/03/2020
24	Ivna Ribeiro Salmito Melo	1755713	Doutorado em Bioquímica	10/02/2016 a 08/02/2017	2º Prorrogação	10/02/2019
25	Jeová Torres Silva Júnior	1466058	Doutorado em Administração	Sem dados SIAPE	Concluído	Concluído
26	Lilian Medeiros Gondim	1676595	Doutorado em Engenharia de Transportes	01/04/2016 a 30/03/2017	Improrrogável	30/03/2017
27	Lucas Almeida Serafim	2535687	Doutorado em Ciência da Informação	01/03/2016 a 30/09/2016	Concluído	Concluído
28	Lucimar Da Silva Santiago	1677103	Doutorado em Engenharia de Transportes	01/04/2016 a 27/02/2017	Improrrogável	27/02/2017
29	Marcelo Eduardo Leite	1772197	Pós-Doutorado em Fotografia	01/08/2016 a 31/07/2017	Improrrogável	31/07/2017
30	Marcelo Parente Oliveira	2486738	Doutorado em Cirurgia	08/07/2015 a 07/07/2016	Concluído	Concluído
31	Marcius Aristoteles Loiola Lopes	1608047	Doutorado em Filosofia	12/09/2016 a 12/09/2017	Concessão	12/09/2020
32	Marcos José Timbó Lima Gomes	1677118	Doutorado em Engenharia de Transportes	01/08/2016 a 31/07/2017	2º Prorrogação	01/08/2018
33	Marcus Henrique Linhares Ponte Filho	1677118	Doutorado em Educação	01/03/2016 a 13/09/2016	Concluído	Concluído
34	Maria Célia Dos Santos	1677131	Doutorado em Filosofia	28/03/2016 a 26/03/2017	Improrrogável	26/03/2017
35	Maria Inês Escobar Da Costa	2459726	Doutorado em Educação	01/08/2016 a 01/08/2017	1º Prorrogação	01/08/2019
36	Patrick De Oliveira Almeida	1652702	Doutorado em Filosofia	01/04/2016 a 30/03/2017	Improrrogável	30/03/2017
37	Rafael Perazzo Barbosa Mota	1570709	Doutorado em Ciências da Computação	01/02/2015 a 31/01/2016	Concluído	Concluído
38	Raul Azevedo	1886621	Mestrado em Bioprospecção Molecular	18/08/2015 a 17/08/2016	Concluído	Concluído
39	Ricardo Dias Almeida	1772097	Doutorado em Filosofia	24/01/2016 a 30/03/2017	Improrrogável	30/03/2017
40	Rochelande Felipe Rodrigues	1761286	Doutorado em Ciência e Matemática	01/03/2016 a 13/03/2017	Concessão	14/03/2020
41	Rodrigo Capistrano Camurça	2140735	Doutorado em História	14/03/2016 a 14/03/2017	Concessão	14/03/2020
42	Rosane Da Silva Nunes	2331206	Doutorado em Educação	01/02/2016 a 30/01/2017	Concessão	01/02/2020
43	Sionara Melo Figueiredo De Carvalho	2472780	Doutorado em Ciências da Saúde	06/05/2016 a 04/05/2017	Improrrogável	04/05/2017
44	Tiago Coutinho Parente	1803846	Doutorado em Memória Social	02/03/2016 a 28/02/2017	1º Prorrogação	02/03/2019

No âmbito das atividades de Qualidade de Vida, está sendo implementado o Projeto Estratégico Qualidade de Vida, previsto no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade, que tem o objetivo de intensificar esses tipos de ações no âmbito da Universidade bem como está sendo projetado a criação da Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho, a fim de lidar diretamente com a promoção destas ações.

Percebe-se que, embora se tenha desenvolvido mais ações relacionadas a desenvolvimento de pessoal (com boa parte dos servidores contemplados com algum tipo de atividades), o setor ainda tem grandes desafios para o ano de 2017. Urge desenvolver mais ações dirigidas aos técnicos, gestores e, principalmente, aos docentes, como as Ambientações e Programa de Formação Docente.

Ações dotadas para identificar eventual irregularidade Relacionada ao pessoal

A análise de acumulação de cargos dos servidores é feita no momento da admissão do servidor em cargo efetivo e em eventuais pedidos de alteração de regime de trabalho. A partir de maio de 2015, passou-se a fazer a análise de acumulação nos processos de nomeação também de função gratificação ou cargo de direção.

Durante o ano de 2016 ainda foi feita a análise de acumulação de cargos dos servidores ocupantes de cargo de direção CD2 e CD3.

A análise é feita a partir de declaração de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas ou privadas, fornecida pelo servidor (conforme Art. 7º da Lei nº 8.027/1990), bem como uma declaração de bens e valores (que pode ser substituída pela Declaração de Imposto de Renda, a critério do servidor).

Além disso, ao assumir cargo (efetivo ou de direção) ou função gratificada, os servidores entregam formulário de Autorização de Acesso à Declaração Anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações, em conformidade com o Art. 3º §2º do Decreto 5.483/2005 combinado com o Art. 13 da Lei 8.429/1992.

Em 2016 foi estruturada a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, estando entre suas atribuições:

- I- Apurar os casos de possível irregularidade na acumulação de cargos, empregos ou funções públicas ou no exercício de demais atividades remuneradas;
- II- Verificar a compatibilidade de horários e da natureza das atividades desempenhadas pelos servidores da Universidade Federal do Cariri quando da existência de outro vínculo laboral;
- III- Homologar o parecer quanto à regularidade da situação de acumulação nos processos de admissão, alteração de regime de trabalho, designação de cargo de direção e função gratificada, e demais processos que exijam análise sobre acúmulo de cargos; quando no processo de verificação preliminar for detectado a existência de outro vínculo;
- IV- Instituir rotina permanente de controle e verificação de acúmulo de cargos, empregos e funções públicas, notificando os servidores para apresentação dos documentos necessários a análise.

4.1.5 contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1 Gestão de frota de veículos

(a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: (por ordem cronológica):

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950.
- Instrução Normativa nº 183, de 8 de setembro de 1986.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008.
- Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012.
- Portaria nº 001/2014/DGS/UFCA, de 01 de setembro de 2014.
- Portaria nº 079/GR/UFCA, de 14 de setembro de 2016.
- Portaria nº 90/GR/UFCA, de 07 de outubro de 2016.

(b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos institucionais tem, para a UFCA, importância fundamental, por oferecer o apoio logístico relativo à mobilidade urbana, necessário para a consecução das diversas atividades da instituição, relacionadas ao Ensino, Pesquisa, Cultura, Extensão e às demandas de caráter administrativo, desenvolvidas no dia a dia.

(c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Quadro 39: Veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Veículo	Placa	Categoria	Regionalização/Lotação
RANGER	OCL 2632	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
FRONTIER	HXN 9212	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
L-200	HYZ 5112	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
GOL	HWX 8775	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
MICRO-ÔNIBUS	HYB 8352	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
MICRO-ÔNIBUS	OCN 9141	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
ÔNIBUS	PMU 0853	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
ÔNIBUS	PMU 0683	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
ÔNIBUS	OCR 8392	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
SPIN	PME 7944	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
SPIN	PME 8004	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
SPIN	PNG 1119	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
SPIN	PNG 0329	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
SPIN	PNG 1339	Veículo de Serviços Comuns	Gabinete da Reitoria /Juazeiro do Norte
AMAROK	PMA 5532	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
AMAROK	PMA 5542	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte

AMAROK	PMA 5552	Veículo de Serviços Comuns	Sede/Juazeiro do Norte
--------	----------	----------------------------	------------------------

(d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Tabela 18: Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

TOTAL DE VEÍCULOS POR GRUPO	TOTAL DE KM RODADOS NO ANO DE 2016	MÉDIA DE KM POR ANO
17	283.321 Km	1.5

(e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Tabela 19: Idade média da frota

VEÍCULO	ANO DE FABRICAÇÃO	IDADE/VEÍCULO	IDADE MÉDIA DA FROTA
RANGER (OCL 2632)	2011	6 anos	4,65 anos
FRONTIER (HXN 9212)	2005	12 anos	
L-200 (HYZ 5112)	2008	9 anos	
GOL (HWX 8775)	2006	11 anos	
MICRO-ÔNIBUS (HYR 8352)	2007	10 anos	
MICRO-ÔNIBUS (HYR 8352)	2011	6 anos	
ONIBUS (OCR 8392)	2010	7 anos	
ÔNIBUS (PMU 0683)	2016	1 ano	
ÔNIBUS (PMU 0853)	2016	1 ano	
AMAROK (PMA 5552)	2015	2 anos	
AMAROK (PMU 5542)	2015	2 anos	
AMAROK (PMU 5532)	2015	2 anos	
SPIN (PME 7944)	2015	2 anos	
SPIN (PME 8004)	2015	2 anos	
SPIN (PNG 1119)	2015	2 anos	
SPIN (PNG 0329)	2015	2 anos	
SPIN (PNG 1339)	2015	2 anos	

(f) Custos associados à manutenção da frota:*Tabela 20: Custo de manutenção da frota*

Gastos 2016	
Abastecimento	R\$ 144.044,36
Manutenções	R\$ 69.917,85

Fonte: www.ufca.edu.br/portal

(g) Plano de substituição da frota:

Ainda não existe um plano de substituição da frota.

(h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A frota de veículos da UFCA veio a ser composto, inicialmente, por 07(sete) veículos provenientes da Universidade Federal do Ceará, considerando os termos da Lei de Criação da UFCA, Lei 12.826, de 12 de junho de 2013, que instituiu, em seu Art. 5º, que o patrimônio da UFCA seria constituído, dentre outros, por “bens patrimoniais da UFC disponibilizados para o funcionamento dos campi de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, na data de publicação da referida lei. Posteriormente, foram adquiridos mais 10 (dez) veículos, 02 (dois) ônibus urbanos, 03 (três) Amaroks e 05 (cinco) Spins, nos anos de 2015 e 2016.

Em 2014, não existia registro de que à época do encaminhamento da licitação, tenha sido realizado um processo de pesquisa e análise de critérios para escolha entre a locação e/ou a aquisição de veículos. Já em 2016, a Divisão de Transportes foi incumbida de realizar o processo de pesquisa e análise de critérios para escolha entre a locação e/ou a aquisição de veículos da frota. Contudo, foi suspenso por ocasião da publicação da Portaria nº 67/MPOG, de 1 de março de 2016, que suspendia a realização, no âmbito de alguns órgãos (entre os quais o Ministério da Educação), das novas contratações relacionadas, dentre outras, à locação de veículos.

(i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

- Registra-se o arquivamento dos dados referentes às solicitações recebidas pelo setor, mediante utilização de planilhas eletrônicas e a elaboração de relatórios e gráficos.
- Realização de pesquisa de satisfação junto à comunidade acadêmica, a fim de aferir a satisfação com os serviços prestados, bem como levantar opiniões, sugestões, críticas e elogios, que subsidiem a melhoria da prestação do serviço.
- Designação de servidor específico para acompanhar as manutenções realizadas nos veículos (preventivas e corretivas), com vistas à adequada utilização dos recursos direcionados para tanto.
- Realização periódica de reuniões voltadas aos condutores dos veículos (prestadores de serviço) com vistas à constante adequação e aperfeiçoamento na prestação dos serviços.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Divisão de Transportes utilizará como parâmetro, para eventuais alienações de veículos

da frota, o que institui a IN nº 205/SEDAP, de 8 de Abril de 1988, que trata da racionalização dos custos com materiais no âmbito da União, determinando, no seu item 9.3, que: “A recuperação somente é considerada viável se a despesa envolvida com o bem móvel orçar no máximo a 50% (cinquenta por cento) do seu valor estimado no mercado; se considerado antieconômico ou irrecuperável, o material será alienado, em conformidade com o disposto na legislação vigente”.

Nesses termos, ressalta-se que nenhum dos veículos oficiais da UFCA, até o presente momento, se enquadra nessa condição prescrita pela norma. Não houve, portanto, nenhum processo de alienação.

Há, na frota, o veículo de placa HYZ 5112, modelo MMC/OTDOOR, chassi 93XPNK7408C841356, tipo utilitário, cabine dupla, movido a diesel, 4 cilindros, 140 CV, 2007/2008, cor branca, tração 4x4, proveniente da UFC, que se encontra “fora de uso” por ter apresentado problemas mecânicos no motor. Foi objeto do processo de avaliação e cotação do serviço de recuperação, com vistas a verificar a efetiva possibilidade de recuperação ou alienação, conforme menciona a Instrução Normativa citada..

4.2.2.1 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros:

A UFCA não utiliza veículos automotores contratados de terceiros.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

(a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada

A UFCA possui 5 *campi* localizados nas cidades de Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Crato e Icó no estado do Ceará. A Figura abaixo ilustra o posicionamento geográfico dos *campi*.

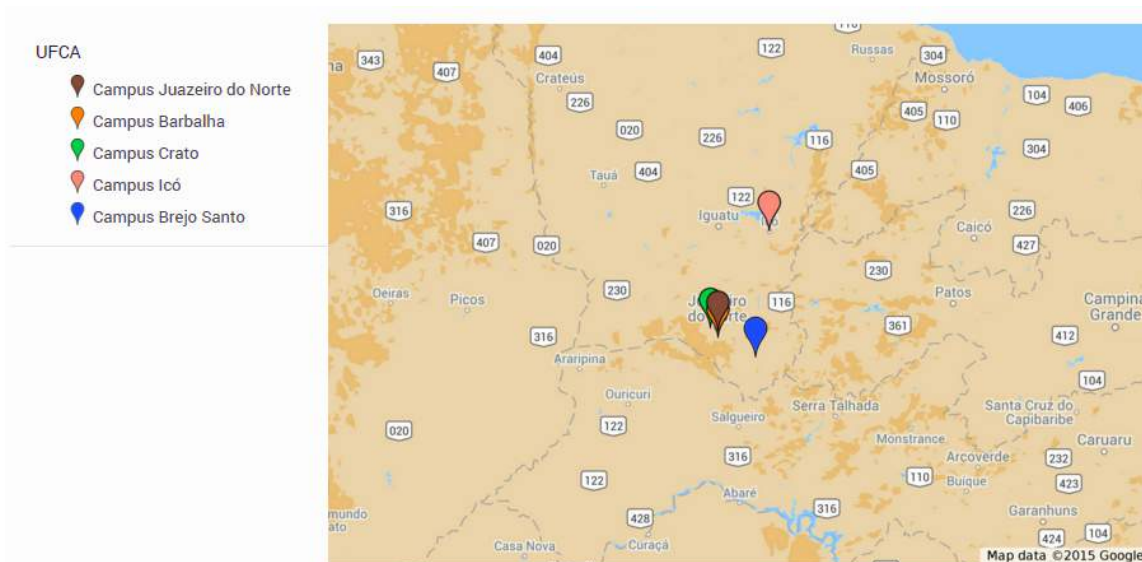


Figura 10: Posicionamento geográfico dos campi.

Fonte: UFCA

Na UFCA, a DINFRA é responsável por estabelecer normas e procedimentos relativos ao planejamento, execução e fiscalização de obras. Coordena a elaboração do Plano Diretor de Obras, do Plano Diretor Físico e Urbanístico, supervisiona a elaboração de projetos de edificações e infraestrutura. É a unidade responsável pela supervisão e elaboração de projetos, fiscalização de

obras, planejamento, orientação sobre as edificações e infraestrutura e pela manutenção dos imóveis sob responsabilidade da UFCA. Já a PROAD é responsável pela cessão de espaço físico a terceiros, desde a abertura de procedimento licitatório para a utilização dos espaços físicos da Universidade, a formalização dos contratos de concessão de uso de imóveis e termos aditivos, fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais e os registros contábeis relativos aos imóveis.

(b) Distribuição geográfica dos imóveis da União

O Quadro a seguir sistematiza a distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União responsabilidade da UFCA, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis no final dos exercícios 2015 e 2016.

Quadro 40: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	CEARÁ	3	3
	JUAZEIRO DO NORTE	1	1
	CRATO	1	1
	BARBALHA	1	1
Total		3	3

Fonte: UFCA, 2017

(c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet

Segundo o Art. 5º da Lei Federal nº 12.826, o patrimônio da UFCA será constituído por:

- I - bens e direitos que adquirir;
- II - bens e direitos doados pela União, Estados, Municípios e por entidades públicas e particulares; e
- III - bens patrimoniais da UFC disponibilizados para o funcionamento dos campi de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos de regência.

No entanto, a Universidade Federal do Ceará não formalizou, até o ano de 2016, a transferência dos imóveis previstos no artigo supracitado. Por este motivo, informs que, embora os imóveis estejam sob a responsabilidade desta universidade, os registros das informações dos imóveis no SPIUnet são feitos pela UFC, como demonstra o quadro abaixo:

Tabela 21: Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Valor do imóvel	Data da Avaliação
153045	1337.00006.500-9	Uso em Serviço Público	R\$ 6.526.200,01	31/12/2014
153045	1385.00035.500-7	Uso em Serviço Público	R\$ 8.548.880,01	31/12/2014
153045	1447.00030.500-3	Uso em Serviço Público	R\$ 12.717.896,86	31/12/2014

Fonte: SPIUnet, 2017.

Já os imóveis utilizados para instalação dos *campi* de Icó e de Brejo Santo foram cedidos para uso pelos governos municipais e estaduais respectivamente. O Governo do Estado do Ceará cedeu também espaço no Centro Multiuso localizado em Juazeiro do Norte para funcionamento das áreas administrativas da UFCA. O quadro abaixo permite a identificação do quantitativo de imóveis cedidos para uso da UFCA no final dos exercícios 2015 e 2016.

Quadro 41: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial cedidos para uso da UFCA.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS CEDIDOS PARA USO DA UFCA	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	CEARÁ	3	3
	ICÓ	1	1
	BREJO SANTO	1	1
	MULTI USO	1	1
Total		3	3

Fonte: UFCA

(d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão

Foram cedidos a terceiros no exercício de 2016, três espaços de imóveis da União sob a responsabilidade da UFCA (ver os quadros dos itens 4.2.4).

(e) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

A UFCA não possuía contratos de manutenção durante o ano de 2016, por este motivo não constam despesas referentes a estes serviços.

Encontra-se vigente desde do dia 31 de março de 2016 o contrato N° 06/2016, referente ao processo n° 23067.014652/2015-47, pregão eletrônico N° 179/2015, que tem como objeto a prestação de serviços comuns de engenharia: adequação de espaço físico com instalações elétricas (quadros, eletrodutos, eletrocalhas, cabeamento, disjuntores, entre outros), sistema de drenagem para splits cassetes (tubulações, conexões, acessórios, entre outros), tubulações frigorígenas e conclusão para rede estruturada, bem como a instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo split cassete no Centro Multiuso, que abrigará a Administração Superior da Universidade Federal do Cariri – UFCA, incluindo carga de gás, filtros de ar e demais componentes necessários para a fiel execução dos serviços.

Os serviços estão sendo prestados pela empresa Ferrara Construções LTDA, inscrita no CNPJ 16.552.800/0001-55, no qual o valor da contratação é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Até a presente data, concluiu-se, aproximadamente, 41%, totalizando a primeira medição em R\$ 102.433,00 (cento e dois mil e quatrocentos e trinta e três reais), sendo esta liquidada no exercício de 2016. Ressalta-se que os referidos serviços está em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre do ano de 2017.

(f) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Quadro 42: Riscos relacionados a gestão de imóveis

RISCOS	CONTROLES PARA MITIGÁ-LOS

Falta de manutenção	Dimensionamento de equipe e elaboração de termo de referência para contratação de serviços.
Sinistros	Readequação do sistema de prevenção e controle de incêndios e aquisição de novos extintores. Redimensionamento dos projetos de acordo com as condições atuais de ocupações prediais.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os Quadros a seguir visam caracterizar a cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União na responsabilidade da UFCA.

Quadro 43: Cessão para Uso exclusivo do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará - ADUFC -Cariri.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N , Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63048-080.
Identificação do Cessionário	CNPJ	06.929.400/0001-62
	Nome ou Razão Social	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará - ADUFC
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de organizações sindicais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso exclusivo do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará - ADUFC -Cariri.
	Prazo da Cessão	Até 28.02.2017
	Caracterização do espaço cedido	Área total do terreno: 2.578 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 855,37 (Mensal)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta Contábil: 111122001. UG: 158719 Gestão: 26449. Fonte: 0250264490. Código de Recolhimento: 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido é contabilizado como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pagamento do percentual de 25% da mensalidade correspondente a despesas de limpeza, energia elétrica, água e vigilância.

Fonte: PROAD/Coordenadoria de Contratos

Quadro 44: Cessão para reprografia

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N , Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63048-080.
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.076.079/0001-50
	Nome ou Razão Social	G.M. Feitosa-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de reprografia e digitalização de documentos
	Prazo da Cessão	Até 13/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área total do terreno: 13,42 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 498,75 (Mensal)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta Contábil: 111122001. UG: 158719 Gestão: 26449. Fonte: 0250264490. Código de Recolhimento: 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido é contabilizado como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pagamento do percentual de 25% da mensalidade correspondente a despesas de energia elétrica e recolhimento de lixo no recinto do imóvel.

Fonte: PROAD/Coordenadoria de Contratos

Quadro 45: Cessão para Cantina

Identificação do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N , Juazeiro do Norte – CE, CEP: 63048-080.
Identificação do Cessionário	CNPJ	23.902.668/0001-20
	Nome ou Razão Social	Maria das Graças Araújo Sampaio Santana-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de cantina
	Prazo da Cessão	Até 13/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área total do terreno: 21,30 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.501,25 (Mensal)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Conta Contábil: 111122001. UG: 158719 Gestão: 26449. Fonte: 0250264490. Código de Recolhimento: 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido é contabilizado como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Pagamento do percentual de 25% da mensalidade correspondente a despesas de energia elétrica e recolhimento de lixo no recinto do imóvel.

Fonte: PROAD/Coordenadoria de Contratos

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não se aplica a realidade da UFCA no exercício de 2015, já que esta Unidade não possui imóveis locados de terceiros.

4.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

Atualmente o aumento da infraestrutura física da Universidade Federal do Cariri é notável, porém aqui são descritos apenas as áreas úteis ocupadas e as áreas construídas de cada Campus até o final ano de 2016.

As áreas úteis são os espaços utilizáveis e habitáveis da edificação, já as áreas construídas são projeções de todas as áreas cobertas das edificações, somando cada pavimento. Segue abaixo o quadro com suas respectivas áreas construídas e áreas úteis

Quadro 46: Estrutura da UFCA Física em m²

CAMPUS	Área Construída (m ²)	Área útil (m ²)
Juazeiro do Norte	17804,94	20.730,50
Crato	6087,38	6.329,11
Barbalha	6433,62	3.293,05
Brejo Santo	1610,42	1.291,06
Icó	681,39	499,91
CMS	1.416,56	1.416,56

Fonte: DINFRA

4.2.6.1 Infraestrutura dos Campi da Universidade Federal do Cariri

Barbalha

O Campus de Barbalha é formado por quatro edificações: prédio central com 2 pavimentos; biotério; centro acadêmico e o restaurante universitário. Para a ministração das aulas, o campus possui 8 salas de aula, com capacidade para 320 alunos no total; um anfiteatro de anatomia para 50 alunos e uma sala de cirurgia experimental. A biblioteca possui capacidade para comportar 38 estantes de face dupla, 100 alunos sentados e espaço para 4 postos de trabalho administrativo.

A respeito dos laboratórios, há 16 no total: 1 laboratório de microbiologia, imunologia e parasitologia; 1 sala de meio de cultura; 1 laboratório biomédico; 2 salas de esterilização; 2 laboratórios de microscopia com capacidade total para 96 alunos; 1 laboratório multidisciplinar para atender 48 alunos; 1 apoio para bioquímica, imunologia, biologia celular, genética; 1 laboratório de informática com capacidade para 12 alunos; 1 laboratório de Anatomia com 10 mesas de dissecação; 2 laboratórios de pesquisa; 1 laboratório de histopatologia; 1 laboratório de entomologia; 1 sala de clivagem.

Quanto às instalações administrativas, há 13 salas com capacidade para abrigar os postos de trabalho. Os gabinetes para professores somam 3 salas, podendo comportar no total 5 professores. São destinadas 3 salas para a coordenação do curso de Medicina e diretoria do campus.

O restaurante universitário comporta 85 pessoas sentadas. Por média, pode atender 340 pessoas durante 2h de atendimento. Além destas instalações, o campus conta ainda com 4 salas de ambulatório; 2 salas para consultório; 1 sala para pequenos procedimentos; 1 sala de coleta; 1 sala para NUAP; 3 salas para o SVO; 1 garagem; 4 salas para abrigo de animais de pequeno porte no biotério; 1 sala para o freezer do biotério; 1 sala para cantina com capacidade para 12 pessoas sentadas; 3 salas para uso das atividades do Centro Acadêmico.

Quadro 47: Ocupações dos Espaços Físicos Barbalha

BARBALHA
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES

Sala Administrativa	17
Sala de Aula	09
Almoxarifado	03
Copa	01
Refeitório	01
Depósito	01
Laboratório de Informática	01
Banheiro	12 (6 MASCULINO E 6 FEMININO)
Biblioteca	01
Sala de apoio	06
Sala de Vídeo - Conferência	01
Sala de serviços	19
Laboratório de Medicina	15

Fonte: DINFRA

Brejo Santo

Devido ao projeto de reforma do prédio do *campus* Brejo Santo, foi feita uma parceria com a Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC, através da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 20ª. Assim todas as atividades estão sendo realizadas em dois colégios estaduais do município de Brejo Santo, a saber:

Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Joaquim Gomes Basílio, Localização: Rua Genésio Ricart, 301, São Francisco - Brejo Santo. Segue descrição das ocupações:

Quadro 48: Ocupações dos Espaços Físicos Brejo Santo

BREJO SANTO	
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES	
Sala Administrativa	01
Sala de Aula	03
Cozinha	01
Banheiro	02

Fonte: IFE

Escola de Ensino Médio Liceu Professor José Teles de Carvalho Localização: Av. Antônio Florentino de Araújo, 800, São Francisco, Brejo Santo. Segue descrição das ocupações:

Quadro 49: Ocupações dos Espaços Físicos Brejo Santo

BREJO SANTO	
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES	
Sala Administrativa	01
Sala de Aula	13
Laboratório	03
Biblioteca	01
Cozinha	01
Banheiro	04

Fonte: IFE

Crato

O Campus Crato é composto por seis edificações: bloco administrativo; bloco de laboratórios; bloco da oficina; bloco de salas de aula; bloco de gabinetes, espaço para refeição universitária e cantina que possui uma área protegida por cobertura de aproximadamente 380 m² para realização das refeições tanto da cantina quanto do refeitório universitário. Para a ministração das aulas, o campus possui 6 salas de aula, com capacidade para 50 alunos cada. A biblioteca possui um espaço provisório com 30 m² para comportar o acervo do curso de graduação que ali funciona. A respeito dos laboratórios, há 6 no total, cada um deles com 2 salas de apoio. Além destas instalações o bloco administrativo apresenta 1 sala de coordenação, 3 salas administrativas e copa. O bloco de gabinetes apresenta 6 unidades com capacidade para 2 professores cada. Estacionamento e guarita de acesso ao campus estão em fase de conclusão das obras.

Quadro 50: Ocupações dos Espaços Físicos Crato

CRATO	
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES	
Sala Administrativa	10
Sala de Aula	06
Copa	01
Refeitório	01
Lanchonete	01
Laboratório	06
Banheiro	12 (2 Acessíveis, 5 Masculinos e 5 Femininos)
Sala de apoio aos laboratórios	14

Fonte: DINFRA

Icó

Até o mês de fevereiro de 2017, as instalações ocupadas pelo IESA estavam distribuídas em dois espaços localizados na Avenida Ilídio Sampaio:

- 1) O escritório, funcionando em prédio do Centro Histórico, que abrigava a parte administrativa da unidade durante a manhã e a tarde;
- 2) A Escola de Ensino Fundamental Lourdes Costa, onde se davam as aulas das duas turmas matriculadas no curso de História, no período noturno.

Ante as estruturas precárias dos dois equipamentos, em negociação com a Prefeitura Municipal, conseguiu-se que esta alugasse outro prédio, com capacidade de abrigar tanto a parte administrativa quanto as aulas do curso. O equipamento em questão foi construído, originalmente, para abrigar uma escola de ensino infantil privada e depois foi locada pela Prefeitura para funcionamento de setores administrativos.

A mudança para o novo prédio se deu após o Carnaval, nos primeiros dias de março. O mesmo está endereçado na Rua Raimunda Pereira de Melo, 1010, Centro, Cep 63430-000.

A seguir, segue a descrição das ocupações:

Quadro 51: Ocupações dos Espaços Físicos Icó

ICÓ	
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES	

Sala Administrativa	04
Sala de Aula	03
Copa	01
Laboratório de informática	01
Banheiros	06
Biblioteca	14

Fonte: DINFRA

Juazeiro do Norte

O Campus Juazeiro é composto por blocos de arquitetura semelhante. Estes são denominados por letras e atualmente são 8 blocos de letra A, B, C, D, E, F, G, H e I. Os blocos A, C, E e G são compostos de dois pavimentos e os blocos B, D, F e H pavimento único. Estacionamento para servidores e estacionamento para visitantes e alunos. O bloco A é composto por 7 salas de aula, sendo que destas, três com capacidade para 50 alunos, duas com capacidade para 25 alunos e duas com capacidade para 18 alunos cada. quatro laboratórios, sendo um de informática com capacidade para 30 alunos, um de multimídia, um de telejornalismo, e outro de planejamento e operações de transporte. possui 10 salas de apoio administrativo, entre pró-reitorias, diretorias, coordenadorias, salas técnicas e reitoria. para professores, existem 5 gabinetes, e para as unidades acadêmicas, 4 salas de apoio. além disto, o bloco conta ainda com sala para diretório central de estudantes (DCE), duas salas de telemática, banheiros e depósito de material de limpeza.

O bloco B possui 4 laboratórios com duas salas de apoio cada: química geral, engenharia de materiais, física e materiais de construção, uma sala de apoio administrativo e uma sala de gabinete de professores. Além disto, o bloco possui depósito para o laboratório de química, copa, banheiros para servidores, depósito de material de limpeza e casa de bombas.

O bloco C conta com uma biblioteca de aproximadamente 150m², 4 salas de aula, com capacidade para 50 alunos cada, 4 salas de apoio administrativo, 10 salas de gabinetes de professores e 3 salas para coordenações de curso. Além disto, existem ainda 7 salas de apoio acadêmico, duas salas de telemática, copa, banheiros e depósito de material de limpeza.

O bloco D possui 4 laboratórios: central analítica, recursos hídricos, mecânica dos solos e saneamento, os três últimos contando ainda com três salas de apoio, 2 salas de apoio administrativo. Além disto, o edifício conta ainda com uma sala de apoio acadêmico, copa, banheiros para servidores, depósito de material de limpeza e casa de bombas.

O bloco E possui 6 salas de aula com capacidade para 50 alunos cada. Um auditório com capacidade para 80 pessoas. Para apoio administrativo existem 8 salas, destinadas às diretorias e 4 salas de gabinetes para professor. Além disto, existem ainda no prédio, 9 salas de apoio acadêmico, banheiros e depósito de material de limpeza.

O bloco D possui 3 laboratórios com uma sala de apoio cada um, sendo eles: jóias, pavimentação e estruturas. Além disto, o bloco possui uma área utilizada pelo setor de almoxarifado com aproximadamente 160m². O bloco G possui 5 salas de aula com capacidade para 50 alunos cada e 7 laboratórios. Entre os laboratórios, fotografia, metais, computação gráfica, desenho de observação, desenho, cerâmica e caracterização. Existem ainda 8 salas de gabinetes de professores. Além disto, o bloco possui 8 salas de prática instrumental, banheiros e depósito de material de limpeza.

O bloco H possui um auditório com capacidade para 300 pessoas, e 2 laboratórios para o curso de jornalismo. No bloco existem ainda, sala de edição, camarim, sala de apoio para o palco,

foyer, anexo para serviço de buffet em eventos, recepção, depósito e banheiros internos e para o público. O bloco I possui 31 salas administrativas, 05 salas de aula, 13 banheiros e 01 depósito.

Quadro 52: Ocupações dos Espaços Físicos Juazeiro

JUAZEIRO DO NORTE									
DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES									
	BLOCO								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Sala Administrativa	32	10	26	10	21	05	09	07	31
Salas de Aula	07	-	06	-	06	-	15	-	05
Laboratório de informática	01	-	-	-	-	04	01	-	-
Laboratório insalubre	-	04		04	-		06	01	
Copa	-	01	01	01	-	-	-	01	-
Depósito	02	02	02	04	02	-	-	-	01
Banheiro	08	02	08	02	04	-	04	08	13
Auditório	-	-	-	-	01	-	-	01-	-
Biblioteca	-	-	01	-	-	-	-	-	-

Fonte: DINFRA

4.3 Gestão da tecnologia da informação

(a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), através do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) tem direcionado diversas estratégias de otimização da gestão e governança de TI na Administração Pública Federal (APF).

O PDTI da UFCA tem o objetivo de orientar e direcionar ações de TI garantindo alinhamento estratégico com os objetivos da Universidade. Considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está em elaboração e sabendo que ele é fundamental para o alinhamento do PDTI, outras alternativas foram buscadas, como a dinâmica de Brainstorm com a participação das unidades administrativas e acadêmicas para coleta de necessidades.

(b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) da UFCA tem natureza consultiva e deliberativa, de caráter permanente, instituído pela Portaria nº 015/14, de 22 de Abril de 2014, em conformidade com as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. Ele tem como finalidade: I – Assegurar que a governança de TI seja considerada como parte da governança corporativa; II – Aconselhar sobre o direcionamento estratégico da área de TI; III – Orientar sobre políticas, diretrizes e planos relativos a TI. O CGTI está organizado conforme Tabela 1 - Organização do CGTI, e no exercício de 2016 foram realizadas as reuniões conforme Tabela 2 - Reuniões realizadas.

Quadro 53: Organização do CGTI

Representante	Função	Área	Substituto
Ricardo Luiz Lange Ness	Presidente	Reitor	Secretário
Herbert Novais Onofre	Secretário	Diretoria de Tecnologia da Informação	-
-	Membro	Representante da Pró-reitoria de Planejamento	-
-		Representante da Pró-reitoria de Administração	-
-		Representante da Pró-reitoria de Cultura	-
-		Representante da Pró-reitoria de Ensino	-
-		Representante da Pró-reitoria de Extensão	-
-		Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	-
-		Representante da Coordenadoria de Acessibilidade	-
-		Representante da Diretoria de Assistência Estudantil	-

Quadro 54: Reuniões realizadas

Ano	Tipo de reunião	Pauta	Encaminhamentos
2016	Ordinária	1. Segunda Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015/2016; 2. Inclusão do Módulo de Certificado dos SIG/UFRN	1. Aprovação unânime da Segunda Revisão do PDTI 2015/2016; 2. A inclusão do Módulo de Certificado não foi aprovada, para ser inserida como ação no PDTI, no entanto, ficou acordado que Diretoria de Tecnologia da Informação daria suporte com uma solução alternativa, para emissão de certificados.

(c) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Apesar da ausência do Plano de Capacitação, mesmo assim, no exercício de 2016 foram executadas as capacitações conforme Tabela 4 - Capacitações Realizadas.

Quadro 55: Capacitações Realizadas

Descrição	Local	Quant (horas)	Período	Servidor
Introdução à Gestão de Processos	ENAP	20	08 a 28/03/2016	Jefeson Alves Bezerra de Oliveira
Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR.		20	04 a 24/10/2016	
Elaboração de Plano de Dados Abertos.		20	08 a 28/11/2016	
Análise e melhoria de processos		35	21 a 25/11/2016	
Gestão de Riscos no Setor Público	UFCA	20	17 a 19/10/2016	
Seminário Nacional Avançado Pregão e SRP	Inove	20	05 a 07/12/2016	Ivanildo Luciano Nogueira
Fiscalização de Contratos	UFCA	24	11 a 13/04/2016	
Gestão de Riscos no Setor Público		20	17 a 19/10/2016	
Fiscalização e Gestão de Contratos	UFC	20	25 a 29/04/2016	
Elaboração de Termo de Referência	ESAF	20	23 a 25/08/2016	
Análise e melhoria de processos	ENAP	35	21 a 25/11/2016	
Seminário Nacional Avançado Pregão e SRP	Inove	20	05 a 07/12/2016	Cícero Samuel
eMAG Conteudista	ENAP	20	22 a 11/04/2016	

Introdução à Gestão de Processos		20	08 a 28/03/2016	Clemente Rodrigues
Gestão da Informação e Documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental		20	03 a 23/05/2016	
Análise e Melhoria de Processos	ENAP	35	12 a 16/09/2016	Marcos Aurélio da Silva Amorim
Gestão de riscos no Setor Público	UFCA	20	17 a 19/0/2016	
Treinamento de Avaliadores das Ações de Extensão		4	25 a 25/01/2016	
Análise e Melhoria de Processos	ENAP	35	03 a 07/10/2016	Darnel Amaro dos Santos
Gestão de Riscos no Setor Público	UFCA	20	17 a 19/10/2016	
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	ENAP	20	19 a 11/05/2016	Francisco Ildo Furtado dos Santos
Ética E Administração Pública	Instituto Legislativo Brasileiro - ILB	40	11 a 24/08/2016	
Contratações de Soluções de TI - Instrução Normativa IN04 SLTI MPOG	UFCA	20	15 a 17/08/2016	
Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	ESR/RNP	40	30 a 03/06/2016	Renan Oliveira Nunes
CACTI e SmokePing	WTI/WTR/IFCE/Po P-CE	4	19 a 21/10/2016	
PFSense	WTI/WTR/IFCE/Po P-CE	4	19 a 21/10/2016	
Planejamento e Contratação de Serviços de TI	ESR/RNP	40	25 a 29/04/2016	Marcos Iury Fernandes Maia da Silva
PFSense	WTI/WTR/IFCE/Po P-CE	4	19 a 21/10/2016	Marcos Iury Fernandes Maia da Silva
CACTI e SmokePing	WTI/WTR/IFCE/Po P-CE	4	19 a 21/10/2016	
Elaboração do Termo de Referência	ESAF	20	23 a 25/08/2016	
Fiscalização de Contratos – Treinamento de cronogramas para gestores, fiscais de contratos administrativos	UFCA	24	11 a 13/04/2016	
Administração de Banco de Dados	ESR/RNP	40	30 a 03/06/2016	Cícero Tadeu Pereira Lima França
e-MAG Desenvolvedor	ENAP	30	15 a 11/04/2016	
IPv6	WTI/WTR/IFCE/Po P-CE	8	19 a 21/10/2016	Taciano Pinheiro de Almeida Alcântara
Workshop de Segurança da Informação	UFCA	20	27 a 28/07/2016	Paulo Sérgio da Costa Lima
Desenvolvimento Regional Sustentável	UFCA	20	29 a 31/08/2016	
Gerenciamento de projetos PMBOK	DevMedia	55	13 a 07/01/2016	Cícera Cláudia Marciano Monteiro
Introdução à Engenharia de Requisitos	DevMedia	22	27 a 18/01/2016	
Análise e Projeto Orientado a Objetos	DevMedia	60	14 a 14/03/2016	
Conhecendo o Product Owner do Scrum	DevMedia	23	15 a 07/04/2016	
Gestão da Informação e Documentação – Conceitos básicos em Gestão Documental	ENAP	20	27 a 17/10/2016	
Gestão de Pessoas na Administração Pública	ESAF	32	24 a 27/10/2016	
Capacitação em Análise de Pontos	FATTO Consultoria	16	30 a 01/12/2016	Mário Santos Sousa

de Função: Medição e Estimativa de Software	e Sistemas			
Contratação de Soluções de TI – Instrução Normativa IN04	UFCA	20	15 a 17/08/2016	
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	ENAP	28	08 a 11/ 11/2016	
Banco de dados	ESAB	40	06 a 26/01/2016	
Teste de Software		40	17 a 03/08/2016	
Modelagem de banco de dados	RNP	40	09 a 13/05/2016	
eMAG Desenvolvedor	ENAP	30	15 a 11/04/2016	
Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medição e Estimativa de Software	FATTO Consultoria e Sistemas	16	30 a 01/12/2016	Karlos Kelvin Alves dos Santos
Contratação de Soluções de TI – Instrução Normativa IN04	UFCA	20	15 a 17/08/2016	
Introdução à Interoperabilidade	ENAP	20	22 a 11/04/2016	Francisco Arkson Costa batista
eMAG Desenvolvedor	ENAP	30	15 a 11/04/2016	
Gestão de Riscos no Setor Público	UFCA	20	17 a 19/10/2016	
MASP - Análise e Melhoria de Processos	ENAP	35	21 a 25/11/2016	
Arquitetura de Computadores	ESAB	40	23 a 11/02/2016	Thalita Maria Firmino de Moura
Banco de Dados	ESAB	40	22 a 11/04/2016	
Gerência de Projetos	ESAB	40	01 a 17/06/2016	
Teste de Software	ESAB	40	27 a 18/05/2016	
Fundamentos de Sistemas de Informação	ESAB	40	18 a 03/01/2016	
Contratação de Soluções de TI – Instrução Normativa IN04	UFCA	20	15 a 17/08/2016	José Daniel Tavares Silva
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	ENAP	28	08 a 11/11/2016	
Gestão da Informação e Documentação – Conceitos básicos em Gestão Documental	ENAP	20	27 a 17/10/2016	Wagner Silva
Orçamento Público	UFCA	20	10 a 12/05/2016	
HTML Básico	Cursos Virtuais.Net	100	11 a 19/01/2016	
Gestão de Riscos no Setor Público	UFCA	20	17 a 19/10/2016	Artur Luiz da Silva Oliveira
Gestão de Pessoas na Administração Pública	ESAF	32	24 a 27/10/2016	
MASP - Análise e Melhoria de Processos	ENAP	35	21 a 25/11/2016	
Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medição e Estimativa de Software	FATTO Consultoria e Sistemas	16	30 a 01/12/2016	Pablo Diego Alencar Cardoso

(d) d) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Concernente à força de trabalho, a TI da Universidade Federal do Cariri configura-se como

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), na qual há a Direção, Núcleo de Gestão e 3 (três) Coordenadorias.

Na Figura 1, o organograma é exibido com a estrutura organizacional das coordenadorias e divisões. A tabela 5 detalha a quantidade de servidores por coordenação e cargo, a saber, 7 (sete) Analista de TI, 21 (vinte e um) técnicos de TI, 1 (um) administrador e 1 (um) secretário-executivo. O quantitativo informado está distribuído conforme tabela 5: 2 (dois) para direção, 5 (cinco) para CGSI, 9 (nove) para CITI e 14 (quatorze) para CSI, totalizando 30 (trinta) servidores.

Na tabela 6, são exibidos os cargos, distribuídos entre servidores, terceirizados, bolsistas e estagiários do Liceu. Nesta mesma tabela, são exibidos os servidores cedidos para outros setores.

Na tabela 7, é exibido o quantitativo de bolsistas distribuídos nos campi: 11 (onze) para o campus Juazeiro do Norte, 1 (uma) para Reitoria, 1 (uma) para campus Barbalha, 1 (uma) para campus Brejo Santo, 1 (um) para campus Crato e 1 (uma) para campus Icó.

No exercício de 2016, alterações no organograma foram experimentadas a fim de melhorar a estrutura da DTI.

Na CGSI foram criadas 2 (duas) novas divisões, Divisão de Gestão Administrativa (DGA) e Divisão de Serviços de TI (DSTI). A DGA foi criada com intuito de organizar toda a área administrativa da DTI e a DSTI, gerenciar os atendimentos solicitados pela comunidade e destinados à DTI.

Na CITI, 2 (duas) divisões foram extintas: Divisão de Operação e Controle (DOC) e Divisão de Projetos de Infraestrutura (DPI). Em contrapartida, foram criadas 3 (três) novas divisões: Divisão de Redes e Telefonia (DRT), Divisão de Data Center (DDC) e Divisão de Administração de Dados e Gerenciamento de Configuração (DADGC). Tais mudanças ocorreram tendo em vista a melhoria na organização do setor por áreas afins, em que cada divisão é responsável pelos projetos e operação relacionados à respectiva área. No modelo anterior, a DPI desenvolvia todos os projetos, e a DOC operava todos os serviços. Este modelo não funcionou em virtude da grande variedade de projetos e operações, o que tornava as atividades dos setores muito complexas.

O organograma da Coordenadoria de Sistemas de Informação (CSI) foi elaborado com base nas áreas-fins da Universidade e voltado para os Sistemas Integrados de Gestão (SIG), principal sistema da Universidade. Assim, surgiram as divisões: Divisão de Sistemas de Recursos Humanos (DSRH), Divisão de Portais e Sistemas de Pesquisa, de Extensão e de Cultura (DPSPEC), Divisão de Sistemas de Ensino (DSE), Divisão de Sistemas Administrativos (DSA). O modelo antigo, que considerava as áreas da engenharia de software como a divisão de negócio e a divisão de sistemas de informações, ficou inviável, pois os recursos humanos da instituição são insuficientes para englobar muitas áreas da engenharia de software. No modelo atual, a equipe de cada divisão consegue realizar as diversas tarefas no processo de desenvolvimento de software, ficando mais independente das outras divisões. Existem 16 bolsistas integrantes do Programa de Bolsas de TI (PBTI) da UFCA, que tem como objetivo contribuir com a formação dos discentes. Eles estão distribuídos em todos os *Campi*, conforme apresentado na Tabela 7.

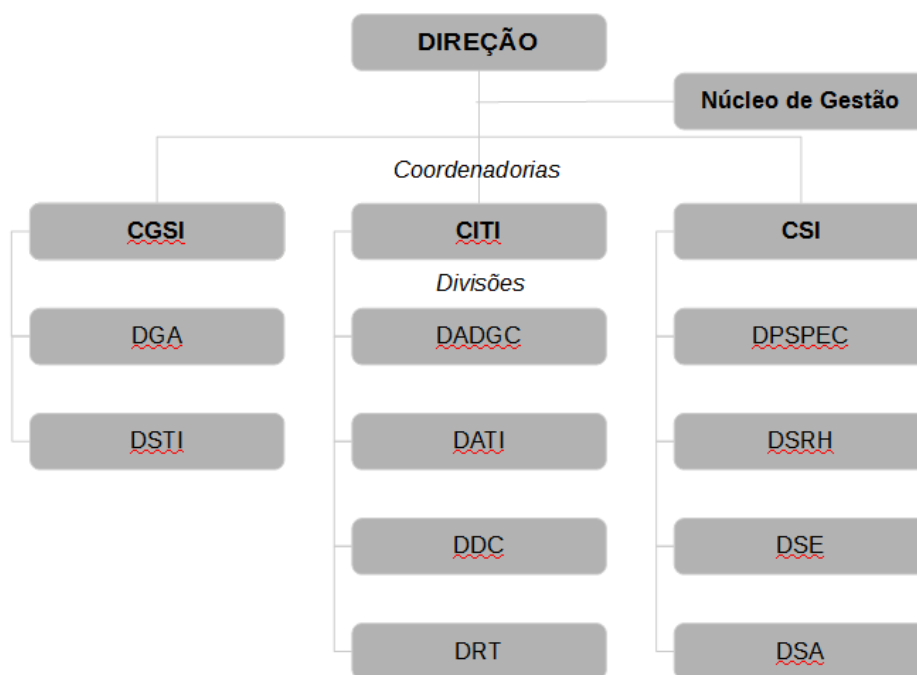


Figura 11: Organograma da DTI

Tabela 22: Quantidade de servidores por coordenação e cargo

Sector	Analista de TI	Técnico de TI	Administrador	Secretário-Executivo	Total
Direção	1	-	-	1	2
CGSI	-	4	1	0	5
CITI	2	7	0	0	9
CSI	4	10	0	0	14
Total	7	21	1	1	30

Tabela 23: Quantidade de servidores por cargo

Cargo	Alocados na DTI	Cedidos	Total
Técnico de TI	21	0	21
Analista de TI	7	1	8
Administrador	1	0	1
Sec. Executivo	1	0	1
Terceirizado	1	0	1
TOTAL	31	1	32

Quadro 56: Quantidade de bolsistas por campus e turno

Área da Bolsa	Localidade	Turno	Vagas
Apoio de TI	Campus Juazeiro do Norte	Manhã	4
	Campus Juazeiro do Norte	Tarde	4
	Campus Juazeiro do Norte	Noite	3
	Reitoria (Prédio do Vapt-Vupt)	Tarde	1
	Campus Barbalha	Tarde	1
	Campus Brejo Santo	Tarde	1
	Campus Crato	Tarde	1
	Campus Icó	Tarde	1
Total			16

(e) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A Central de Serviços possui uma divisão institucionalizada, chamada de Divisão de Serviços de TI (DSTI), que está vinculada à Coordenadoria de Gestão e Segurança da Informação (CGSI), e apresenta um catálogo de serviços, conforme Tabela 8. Possui dois servidores alocados, um Técnico de TI, com o papel de gerente da divisão DSTI e um terceirizado, responsável pela triagem dos atendimentos e relatórios dos atendimentos. O atendimento é automatizado numa plataforma de software livre, OsTicket. Está em curso um projeto de melhoria dos processos de gestão de serviços.

Quadro 57: Catálogo de serviços ofertado à comunidade

Descrição
Computadores e Aplicativos
e-mails e listas
Internet e Telefonia
Portais e Sites
Sistemas Institucionais

(f) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quadro 58: Os projetos desenvolvidos no exercício 2016 estão apresentados na tabela 9.

Descrição	Resultados esperados	Alinhado ao PDTI	Valor orçado no PDTI	Valor despendido	Prazo	Observação
Licenciamento da solução de rede sem fio	Melhorar o gerenciamento da solução de rede sem fio, tornando-o centralizado.	Sim	R\$ 18.400,00	R\$ 18.400,00	2016.1	
Aquisição de aparelhos voip	Melhorar a comunicação entre os campi com a tecnologia voip, trazendo uma redução de custo direto nas ligações.	Sim	R\$ 80.000,00	R\$ 119.948,00	2016.1	O contexto orçamentário referente ao valor orçado não atenderia a necessidade em sua totalidade. No segundo semestre de 2016, houve uma maior disponibilidade orçamentária que permitiu atender a total necessidade.
Serviço de cabeamento	Melhorar a infraestrutura de tomadas e pontos de rede nos laboratórios e salas	Sim	R\$ 693.315,00	R\$ 0,00	2016.1	O valor orçado é referente a três ordens de serviço emitidas em 2016 e estão sendo

	administrativas.					executadas. Devido a emissão ter sido em dezembro, não foi possível a conclusão em 2016 e a mesma foi incluída em restos a pagar.
Implantação da solução de backup	Evitar perda de dados nos sistemas de informação com a solução de backup.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	Solução adquirida em 2015.
Implantação do Data Center	Melhorar disponibilidade e segurança aos sistemas de informação.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	Solução adquirida em 2015.
Implantação do sistema de firewall em Juazeiro do Norte	Garantir segurança aos sistemas de informação, melhorar a segurança de borda e perímetro da rede de computadores.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	Solução adquirida em 2015.
Aquisição de ativos de rede	Melhorar a comunicação de rede entre blocos, laboratórios e salas administrativas.	Sim	R\$ 250.000,00	R\$ 1.047.382,00	2016.2	O contexto orçamentário referente ao valor orçado não atenderia a necessidade em sua totalidade. No segundo semestre de 2016, houve uma maior disponibilidade orçamentária que permitiu atender a total necessidade.
Aquisição de Projetores	Garantir uma melhor qualidade para as aulas ministradas em salas e/ou laboratórios.	Sim	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	2016.2	Foi empenhado R\$ 247.000,00, porém devido ao não recebimento, o valor não pode ser executado em 2016 e o mesmo foi inscrito em restos a pagar.
Módulo de almoxarifado	Melhoria nos processos do almoxarifado com a informatização através do sistema de informação.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	
Módulo de catálogo de materiais	Cadastro e manutenção de todos os materiais da instituição, sejam eles bens de	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	

	consumo ou materiais permanentes.					
Plano de implantação do sigaa	Planejamento da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), considerando a migração de dados do sistema antigo hospedado na UFC e a contratação de uma empresa terceirizada para auxiliar na implantação dos módulos desse sistema.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	
<u>Provedor de identidade / CAFE@RNP</u>	Garantir a autenticação dos usuários nos sistemas de informação através de uma credencial única.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	
Política de comunicação digital (e-mail)	Padronizar comunicação via e-mail e listas.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	
Catálogo de compras de TI – CCTI	Garantir um melhor planejamento das compras anual.	Sim	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2016.1	
Contratação de serviço telefônico fixo	Garantir a comunicação de voz através da telefonia fixa.	Sim	R\$ 167.159,44	R\$ 35.223,42	2016.1	
Sistema de Biblioteca	Melhoria nos processos da biblioteca com a informatização através do sistema de informação.	Sim	R\$ 22.130,00	R\$ 19.010,00	2016.1	
Serviço de migração e implantação dos sigs	Contratação de empresa para migrar a base de dados de alunos e servidores do sistema de informação SIGAA e SIGRH da UFC para UFCA.	Sim	R\$ 201.466,50	R\$ 20.000,00	2016.1	O valor orçado é referente a cinco ordens de serviço emitidas em 2016, onde as ordens 2, 3, 4 e 5 estão sendo executadas. No ano de 2016, somente foi executada a ordem 01, cujo valor é, R\$ 20.000,00.
Suprimentos de TI	Garantir a operação do atendimento/suporte ao usuário de	Não	-	R\$ 0,00		Foi empenhado R\$ 19.537,00, porém devido ao não recebimento,

	informática, com peças, ferramentas e materiais para manutenções no parque computacional.					o valor não pode ser executado em 2016 e o mesmo foi inscrito em restos a pagar.
Outsourcing de impressão	Contratação de empresa responsável em fornecer as impressoras e os suprimentos necessários para o seu devido funcionamento, ficando somente o papel por conta do órgão.	Sim	R\$ 18.900,00	R\$ 15.343,55	2016.2	

Tabela - Projetos realizados

(g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

O plano de capacitação, atualmente em fase de construção, visa preparar os servidores da DTI para que a equipe fique independente tecnicamente de empresas terceirizadas.

Dos sistemas em fase de planejamento, implementação e implantação na Universidade Federal do Cariri (UFCA), apenas 03 precisam de serviço terceirizado. São eles: SIGAA, SIGRH e Pergamum. No plano de execução desses sistemas, a UFCA já incluiu tarefas para transferência de tecnologia e conhecimento das empresas terceirizadas para a instituição, no intuito de manter a Universidade independente das empresas terceirizadas após a implantação desses sistemas.

Quadro 59: Contratos de tecnologia da informação

Número do contrato	11/2015
Objeto do contrato	Serviço de acesso à internet – Campus Juazeiro do Norte
Empresa terceirizada	ENTERIW Provedor de Internet LTDA – ME
Medidas tomadas	Atualmente o Campus Juazeiro do Norte já possui um link da RNP e não existe dependência tecnológica com a contratada e decidimos não renovar o contrato.

Número do contrato	65/2010
Objeto do contrato	Serviço de telefonia fixa no Campus Juazeiro do Norte
Empresa terceirizada	Embratel
Medidas tomadas	Nenhuma. Telefonia é um serviço essencial que não há como ter independência do serviço.

Número do contrato	11/2015
Objeto do contrato	Serviço de acesso à internet - Campus Brejo Santo
Empresa	ENTERIW Provedor de Internet LTDA – ME

terceirizada	
Medidas tomadas	Atualmente o Campus Brejo Santo já possui um link da RNP e não existe dependência tecnológica com a contratada e decidimos não renovar o contrato.

Número do contrato	10/2015
Objeto do contrato	Manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas dos campi Juazeiro do Norte e Barbalha
Empresa terceirizada	A.A. BELLO FILHO - ME
Medidas tomadas	O Serviço Voip está em implantação, os telefones IP foram adquiridos, diante disso, não foi renovado o contrato e não há dependência tecnológica.

Número do contrato	65/2010
Objeto do contrato	Serviço de telefonia fixa no Campus Crato
Empresa terceirizada	OI
Medidas tomadas	O Serviço Voip foi implantado, os telefones IP foram adquiridos, diante disso, não foi renovado o contrato e não há dependência tecnológica.

Número do contrato	64/2010
Objeto do contrato	Serviço de telefonia fixa no Campus Barbalha
Empresa terceirizada	Embratel
Medidas tomadas	Está sendo planejado o encerramento deste contrato, porque gradativamente toda a telefonia será migrada para a tecnologia VOIP.

Número do contrato	14/2016
Objeto do contrato	Execução de serviços de manutenção e instalação de cabeamento estruturado metálico e óptico, instalação de infraestrutura para sistema de CFTV e eletricidade com fornecimento de material.
Empresa terceirizada	Blink
Medidas tomadas	A contratação é para adequação da rede elétrica e de dados de salas administrativas e laboratórios. Por ser um serviço básico, não gera dependência de tecnologia e nem há necessidade de transferência de conhecimento.

Número do contrato	02/2016
Objeto do contrato	A aquisição do Pergamum - Sistema Integrado de gestão de acervo bibliográfico, incluindo os serviços de migração da base de dados do software atual.
Empresa terceirizada	Associação Paranaense de Cultura - APC
Medidas tomadas	Nenhuma. O software atual informatiza todo o processo de gestão de bibliotecas.

Número do contrato	10/2016
Objeto do contrato	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação.
Empresa terceirizada	SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação.

Medidas tomadas	No plano de execução desses sistemas, a UFCA já incluiu tarefas para transferência de tecnologia e conhecimento das empresas terceirizadas para a instituição, no intuito de manter a Universidade independente das empresas terceirizadas após a implantação desses sistemas.
------------------------	--

4.3.1 Principais sistemas de informação

No Quadro a seguir, são apresentados os principais sistemas de informação sob responsabilidade da DTI.

Quadro 60: Principais Sistemas de Informação

Descrição	Objetivo/Funcionalidades	Responsável / Técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade
FORMS	Atender inscrições simples, de concursos e cursos, criação e submissão de formulários eletrônicos. Possui campos personalizados como não-editáveis e aninhados, opção para upload de arquivos, status da inscrição, formulários de recursos, etc.	José Daniel Tavares Silva	Thalita Maria Firmino de Moura	Baixa
Conferencias.UFCA	Plataforma baseada no OCS do PKP Project especializada em cadastro de eventos acadêmicos que envolvem submissão de artigos científicos.	Artur Luiz da Silva Oliveira	Artur Luiz da Silva Oliveira	Baixa
Periodicos.UFCA	Plataforma baseada no OJS do PKP Project especializada em cadastro de publicações científicas periódicas da instituição.	Artur Luiz da Silva Oliveira	Artur Luiz da Silva Oliveira	Baixa
eBooks.UFCA	Plataforma baseada no OMS do PKP Project especializada na publicação e editoração de livros eletrônicos (ebooks) acadêmicos na instituição.	Artur Luiz da Silva Oliveira	Artur Luiz da Silva Oliveira	Baixa
SIPAC	O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento. Informatiza também os almoxarifados, todo o controle patrimonial, as compras e licitações, o acompanhamento de entrega de empenhos, o controle de obras e manutenções de bens imóveis, o controle dos contratos e convênios celebrados, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis.	Thalita Maria Firmino de Moura	Thalita Maria Firmino de Moura	Média
SIGRH	O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais,	José Daniel Tavares Silva	José Daniel Tavares Silva	Média

	relatórios de RH, plano de gestão e metas, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE, outras são somente de âmbito interno.			
SIGAA	O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato-sensu, stricto-sensu e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).	STI/UFC	Demetrius Barbosa Cartaxo	Alta
Portal da UFCA	Gerenciador de conteúdo baseado em PHP, que visa oferecer um ambiente para publicação de notícias e conteúdo estático destinado à publicidade da UFCA	Lucas Vasconcelos Mendes	Cristina Carneiro de Menezes	Média
Pergamum	Gerencia o acervo das bibliotecas da Universidade e possibilita a consulta e a reserva de livros on-line.	José Daniel Tavares Silva	Lucélia Mara Serra	Alta

4.4 Gestão Ambiental e sustentabilidade

4.4.1 O plano de logística sustentável – PLS da UFCA-CGU

Os PLS são ferramentas de planejamento, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e práticas de racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

A elaboração do PLS da UFCA tem como objetivo principal identificar boas e más práticas de logística sustentável permitindo fornecer direcionamento comum a ser seguido por toda a instituição. O PLS da UFCA identificará responsabilidades, garantir alinhamento com outros instrumentos de planejamento e gestão como o PEI e o PDI, além de oferecer meios para acompanhamento da implementação das ações e resultados, visando o alcance dos objetivos estratégicos institucionais relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de comunicar e envolver o corpo funcional e a comunidade acadêmica da universidade na construção do PLS, todas as informações sobre o projeto de elaboração e futuramente sobre o acompanhamento e avaliação das ações previstas, estarão disponibilizados de forma permanente no seguinte endereço: <https://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proplan/pls>

(a) Comissão Gestora e Matriz de Responsabilidade do PLS na UFCA

Por meio de Portaria da Reitora foi constituída a Comissão Gestora do PLS na UFCA, de caráter permanente, composta por servidores dos setores envolvidos e designada com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS da UFCA. Dentre as atividades desenvolvidas pela comissão foram definidas as responsabilidades de realização de cada ação, de forma relacionada com as atribuições dos diferentes setores da unidade.

Para distribuição de responsabilidades e atividades relativas ao PLS entre os setores da UFCA, de acordo com os conteúdos mínimos obrigatórios e as práticas de sustentabilidade propostas, foi definida a “Matriz de Responsabilidades do PLS”. Uma versão completa dessa matriz, relacionando cada um dos conteúdos mínimos do PLS aos respectivos setores e unidades responsáveis pela elaboração dos diagnósticos e planos de ação previstos na metodologia de elaboração. A seguir uma visão geral das responsabilidades de coordenação, elaboração e apoio na execução e acompanhamento do PLS na UFCA:

Responsáveis pela coordenação do projeto de elaboração do PLS:

- Reitoria, PROPLAN e DCOM como órgãos executivos:
 - REITORIA, por meio da Assessoria do Gabinete da Reitoria;
 - PROPLAN, por meio da Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica;
 - DCOM;
 - Comissão do PLS como órgão deliberativo;

Responsáveis pelo apoio na elaboração e execução do PLS:

- Representantes de setores Acadêmicos e Administrativos diretamente envolvidos com as áreas e ações do PLS:
 - PROAD, PROGEP, PRPI, DGS, DINFRA, DTI, Biblioteca, Direções de Centros e Mestrado PRODER;
 - Representantes de setores Acadêmicos e Administrativos:
 - Gabinete, PROPLAN, PROAD, PROGEP, PRPI, DGS, D-Infra, DTI, Biblioteca, DCOM, Direções de Centros e Mestrado PRODER;

(b) Projeto Estratégico de Elaboração do PLS e Sistema de Gestão Ambiental

No âmbito de trabalho de elaboração do PEI da UFCA, realizou-se um processo de proposição, validação e estruturação de ideias e iniciativas como Projetos Estratégicos, de forma a impactar direta e positivamente os objetivos estratégicos da instituição. O PLS da UFCA foi reconhecido como uma dessas iniciativas estratégicas capazes de mobilizar a instituição para o alcance de seus resultados e por isso, como continuidade desse processo a ideia foi estruturada a partir do contexto e de motivações e documentada por meio de instrumentos como o Termo de Abertura do Projeto – TAP, Estrutura Analítica do Projeto – EAP, Cronograma, Matriz de Responsabilidades, Estratégia de Execução e Matriz de Comunicação.

Contexto e Motivações do Projeto

O Projeto de Elaboração do PLS foi concebido de forma alinhada ao contexto institucional e regional, bem como a diversos tipos de motivações, a saber:

- Motivações Históricas e Acadêmicas para a Sustentabilidade;

- Motivações Regionais para a Sustentabilidade;
- Motivações Constitucionais da UFCA para a Sustentabilidade;
- Motivações Legais para projeto de elaboração do PLS;

Quadro 61: TAP do PLS

Título do projeto	PLS – Logística Sustentável e Gestão Ambiental	
Lider do projeto	Francisco Ildisvan de Araújo	
Período do projeto	09/15	08/17
Valor total do projeto	<Inserir valor previsto para o projeto>	
Contribuição para o Planejamento Estratégico da UFCA		
Integrar as ações da gestão estratégica	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica, com foco na sustentabilidade	Integrar a Universidade com a comunidade
Público-alvo		
UFCA; MPOG; Órgãos de controle; Comunidades locais;		
Objetivo do Projeto		
Elaborar e implementar o Plano de Logística Sustentável como processo participativo com mecanismo de avaliação da implementação das ações previstas. Planejar a elaboração e a implantação de sistema de gestão ambiental.		
Resultados do projeto		
Controle e transparência de ações de sustentabilidade da UFCA	Diminuição do impacto ambiental das ações de logística da UFCA	Promoção da sustentabilidade social das comunidades da região
Promoção da sustentabilidade financeira da UFCA	Plano de implementação do sistema de gestão ambiental	Direcionamento das iniciativas de sustentabilidade desenvolvidas pela UFCA

Quadro 62: EAP e Cronograma do Projeto

ETAPAS	AÇÕES	ENTREGA
PREPARAÇÃO 5%	Instituir comissão gestora	Portaria de nomeação e instituição da comissão
	Assegurar competências técnicas para a comissão gestora	Equipe com as competências técnicas necessárias
	Definir responsabilidades	Termos da matriz de responsabilidades pactuados
	Elaborar premissas e restrições do Projetos	Premissas e restrições dos projetos elaboradas
DIAGNÓSTICO 10%	Elaborar inventário de bens e materiais patrimoniais	Inventário de bens e materiais realizado
	Definir e aplicar instrumento de inventário de boas práticas	Instrumento de inventário definido; Informações coletadas
	Inventário e levantamento de práticas de sustentabilidade e racionalização	Práticas de sustentabilidade e racionalização levantadas

ELABORAÇÃO DO PLANO 50%	Elaborar estudo do Ciclo de vida de bens e materiais	Estudos do Ciclo de vida dos principais bens e materiais
	Elaborar planos de ação das práticas de sustentabilidades	Planos de ação das práticas de sustentabilidade elaborados
	Estabelecer indicadores e metas para cada plano de ação	Indicadores e metas definidos para cada plano de ação
	Definir estratégias de divulgação, conscientização e capacitação	Estratégias de divulgação, conscientização e capacitação definidas
	Elaborar o apêndice obrigatório de materiais de consumo sustentáveis	Apêndice de materiais de consumo sustentáveis elaborado
	Aprovar o Plano no CONSUP	PLS aprovado pelo CONSUP
	Homologar o Plano pela Reitoria	PLS homologado pela Reitoria
IMPLEMENTAÇÃO 15%	Públicar PLS e encaminhar à CISAP	PLS publicizado e encaminhado à CISAP
	Implementar as práticas e ações previstas nos planos de ação	Resultados previstos nos planos de ação
MONITORAMENTO 5%	Acompanhar os resultados dos planos de ação a partir dos indicadores definidos	Relatórios periódicos de monitoramento dos planos de ação
	Compartilhar externamente soluções, experiências e boas práticas	Soluções e boas práticas compartilhadas e incorporadas
	Identificar desvios, obstáculos e necessidades de ações adicionais	Estudo de risco e necessidades adicionais elaborado
AValiação 5%	Consolidar os resultados alcançados	Resultados alcançados consolidados pelos planos de ação
	Identificar ações para o ano subsequente	Lista de ações necessárias para o ano subsequente
	Elaborar relatório anual de avaliação e acompanhamento do PLS	Relatório anual de avaliação e acompanhamento do PLS
PLANEJAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL 10%	Revisar o PLS	Ações corretivas e adicionais incorporadas ao PLS
	Realizar estudo inicial de soluções e certificações em sistemas de gestão ambiental	Estudo de soluções e certificações em sistemas de gestão ambiental
	Escolher e adequar o sistema de gestão ambiental para a UFCA	Método de Sistema de gestão ambiental definido
	Elaborar planejamento do Sistema de Gestão ambiental	Plano de implementação do sistema de gestão ambiental

4.4.2 Outras Ações de Sustentabilidade da UFCA

(a) Outras Ações de Sustentabilidade Realizadas

O curso de Agronomia da UFCA promove desde 2009, época em que ainda pertencia ao *campus* Cariri da UFC, a Semana da Agronomia. No último ano, o evento aconteceu de 06 a 10 de outubro no *campus* da UFCA em Crato, com a temática “Sociedade e Agropecuária Sustentável”, com discussões sobre os desafios da produção agropecuária sustentável.

A Semana da Agronomia tem em sua programação a cada ano, oficinas de cultivo de hortas em pequenos espaços, aproveitamento de resíduos, recuperação de áreas degradadas, além disso, promove debates voltados para os públicos interno e externo sobre a sustentabilidade. Com isso, a UFCA vem demonstrando a sua preocupação em adotar práticas sustentáveis e repassar isso aos a comunidade universitária e sociedade em geral.

A Diretoria do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade, a Coordenação do Curso de Agronomia e o Centro Acadêmico XII de Outubro são organizadores do evento que reúne estudantes, professores, técnicos e agricultores, proporcionando interação, trocas de informações e experiências. Conforme os organizadores, o “evento contribui para a interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão”. A iniciativa também oportuniza aos discentes a reflexão sobre suas possibilidades de atuação profissional, ao oferecer cursos e palestras em diversas áreas afins da Agronomia.

(b) Outras Ações de Sustentabilidade Planejadas

A partir da experiência da UFC, instituição tutora da UFCA que iniciou a implementação de compras que exigem certificações ambientais em materiais tais como copos e papel A4 com selo verde (FSC), o planejamento de compras e licitações da UFCA para 2015 contempla esta possibilidade. Também faz parte do planejamento operativo de compras e contratações da UFCA, a adoção de outros critérios e práticas de sustentabilidade, por meio do uso de instrumentos disponibilizados pelo governo federal e pelo Ministério do Planejamento como o Portal de Contratações Públicas Sustentáveis, o Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET e o Sistema de Catalogação de Material – CATMAT. Estes últimos fazem parte de uma plataforma on-line que permite a instituição realizar pesquisas de produtos e materiais reconhecidamente sustentáveis.

Além disso o planejamento tático e operacional dos órgãos e setores contempla e adota alguns princípios e iniciativas propostas pela A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, como a adoção de práticas sustentáveis na contratação de obras e projetos, planejado para ser implementado a partir da elaboração de um Manual de Obras Sustentáveis pela Diretoria de Infraestrutura da UFCA.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Foram 102 pedidos de acesso à informação gerenciados e atendidos pelo eSIC/UFCA em 2016, sendo todos respondidos efetivamente pelos setores demandados, enquanto que em 2015 recebemos 35 solicitações, um aumento de quase 200% em solicitações recebidas pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

Os setores mais demandados na Universidade Federal do Cariri no eSIC durante o ano de 2016 foram a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Pró-reitoria de Administração (PROAD), com pedidos de informações referentes a vagas, concursos, orçamentos, gastos, investimentos, dentre outros. Os pedidos foram recebidos de várias partes do país e também de estrangeiros. Abaixo segue lista de nossos principais canais de acesso ao cidadão.

Canais de Acesso:

- E-SIC: www.acessoainformacao.gov.br
 - Ticket: www.ufca.edu.br/atendimento/open.php
- DIAP – Campus Juazeiro do Norte
 - Av. Tenente Raimundo Rocha, S/N, Bairro Cidade Universitária, Juazeiro do Norte – Ceará
 - CEP: 63048-080
 - tel.: +55 (88) 3221-9654 ou 3221-9424
 - E-mail: diap@ufca.edu.br
- DIAP- Campus Barbalha
 - Rua Divino Salvador, 284, Bairro do Rosário, Barbalha – Ceará
 - CEP: 63180-00
 - tel.: +55 (88) 3312-5030
 - E-mail: barbalha.diap@ufca.edu.br
- DIAP- Campus Crato
 - Rua Ícaro de Sousa Moreira, s/n - Bairro Barro Branco
 - CEP: 63.130-025
 - tel.: +55 (88) 3221-9500
 - E-mail: crato.diap@ufca.edu.br
- DIAP- Campus Icó
 - Rua Ilídio Sampaio, 2180, Centro, Icó – Ceará
 - CEP: 63430-000
 - tel.: +55 (88) 3561-5308

- E-mail: ico.diap@ufca.edu.br
- DIAP -Campus Brejo Santo
 - Rua Olegário Emídio de Araújo, S/N, Brejo Santo - Ceará
 - CEP: 63260-970
 - tel.: +55 (88) 3531-4833
 - E-mail: brejosanto.diap@ufca.edu.br

Os canais de atendimento permitem que o cidadão realize ou solicite o cadastro de denúncias, elogios, sugestões, reclamações e ainda solicite outras informações, colaborando assim para a melhoria dos serviços prestados pela UFCA.

5.1.1.1 E – Ticket:

Pelo link atendimento online, no site www.ufca.edu.br, o cidadão pode acessar o Sistema de Ticket da Ouvidoria e cadastrar diretamente sua manifestação. Ao término do registro, sua solicitação será tratada pela ouvidoria, a qual irá responder conforme o prazo previsto na Lei de Acesso à Informação ([lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#)). O prazo mencionado na lei supracitada é de (20 dias).

5.1.1.2 e-OUV

Sistema de Ouvidorias do poder executivo Federal. Este sistema é um canal integrado para encaminhamento de manifestações a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na internet e funciona 24 horas. O grande diferencial apresentado por este sistema, trata-se da possibilidade de registros de forma anônima.

Acesse o e-OUV pelo endereço: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/>

E-mail: Pelo e-mail ouvidoria@ufca.edu.br o cidadão pode se manifestar e receber resposta da Ouvidoria.

Telefone: O cidadão pode ser atendido pela Ouvidoria por meio do telefone (88) 3221-9668. De segunda a sexta, de 8h às 12h e de 13h às 17h.

Atendimento Presencial: O cidadão pode comparecer presencialmente na Ouvidoria, no seguinte endereço: Avenida tenente Raimundo Rocha, S/N, Bairro Cidade Universitária – Juazeiro do Norte – CE.

O atendimento presencial ocorre de segunda a sexta, de 8h às 17h, na sala GC1 - Bloco A, Piso Superior.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Divisão de Informação, Atendimento e Protocolo (DIAP), como setor responsável pela informação oficial da Universidade Federal do Cariri, elaborou a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme preconiza o Decreto nº 6.921/2009. A Constituição Federal de 1988 prevê que é dever da Administração Pública publicizar os seus atos. É dizer que temos o dever e a responsabilidade de informar à sociedade sobre os atos praticados pela Instituição, bem como quais serviços são prestados.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um instrumento criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, através do Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar

aos usuários dos serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Público Federal as formas de acesso aos mesmos, assim como os respectivos compromissos estabelecidos e padrões de qualidade almejados no atendimento aos cidadãos.

A UFCA compreende que a informação é um requisito essencial para o exercício pleno da cidadania. O cidadão bem informado pode requerer direitos, contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados através da sua avaliação sistemática e assim, exercer o controle social. Portanto, foram descritos sucintamente os serviços prestados à comunidade interna e externa, com informações sobre as atividades, os órgãos responsáveis, os meios de contato, público-alvo, os horários de funcionamento, entre outros dados necessários ao bom atendimento da comunidade acadêmica e dos cidadãos em geral, e dispostas as orientações de como acessá-los.

Nessa perspectiva, a UFCA disponibiliza sua Carta de Serviços ao Cidadão, podendo ser verificada no Portal da UFCA pela página <http://www.ufca.edu.br/portal/carta-de-servicos-ao-cidadao-3>. Com isso, é possível contribuir no processo de transparência da Administração Pública, sustentada em princípios fundamentais de participação social, comprometimento institucional e acesso à informação. A partir dessa ação, esperam-se ampliar o acesso do cidadão aos serviços da UFCA, estimular sua participação, buscar excelência como uma instituição pública e firmar nosso compromisso com a sociedade.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria Geral da UFCA, se originou da vontade de implantar uma gestão participativa e mais democrática na Universidade, dessa forma contribuindo com a melhoria dos serviços ofertados na instituição.

Criada pela Resolução Nº 10/CONSUP, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013, a Ouvidoria funciona como órgão de assessoramento ao reitor e fica subordinada ao seu gabinete, tendo por objetivo a promoção e defesa dos direitos de servidores docentes, técnico-administrativos, discentes, demais colaboradores e comunidade externa em suas relações com a UFCA,

Desde sua criação, a Ouvidoria Geral da UFCA já atendeu aproximadamente (um mil Oitocentos e Cinquenta) demandas, considerando os atendimentos até dezembro de 2016. Somente no ano de 2016 foram aproximadamente 450 demandas dos mais variados tipos.

A informação supracitada representa um acréscimo de 18% em relação ao ano de 2015, mostrando dessa forma um aprofundamento nos canais de divulgação da Ouvidoria. Cabe ainda destacar que no exercício de 2016, 97% das manifestações foram atendidas no prazo previsto na Lei de acesso a Informação (Lei Nº 12.527/2011).

Trazendo um maior detalhamento dos dados sobreditos, nos meses de setembro e outubro de 2016, quanto aos canais de acesso/comunicação, cabe informar que o sistema OSTicket processou a abertura de 51 tickets (sendo 27 no mês de setembro e 24 no mês de outubro); houve registro de 28 e-mails (sendo 12 no mês de setembro e 16 no mês de outubro); 08 atendimentos presenciais (sendo 05 no mês de setembro e 03 no mês de outubro) e 09 manifestações encaminhadas através e-OUV (Sistema Eletrônico de Ouvidorias do Poder Executivo Federal).

No período citado acima a Ouvidoria recebeu 96 manifestações, dimanando: 26 reclamações, que foram devidamente encaminhadas para os setores competentes; 20 solicitações; 09 denúncias; 04 elogios e 02 sugestões. Merece ser ressaltado, ainda, que a nomenclatura das manifestações mudaram, conforme orientação da Instrução Normativa de Nº 01, da CGU-OGU, de 05 de novembro de 2014. Destarte, as 35 demandas restantes tratavam-se de pedidos de informações, que conforme a estrutura organizacional da UFCA, foram encaminhadas para a Divisão de Informação, Atendimento e Protocolo (DIAP). Torna-se imperioso ressaltar que a nível

nacional o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria recomenda a unificação dos sistemas e-OUV e e-SIC, sendo por essa razão que o cidadão, em primeiro momento, costuma encaminhar pedidos de informação ao setor.

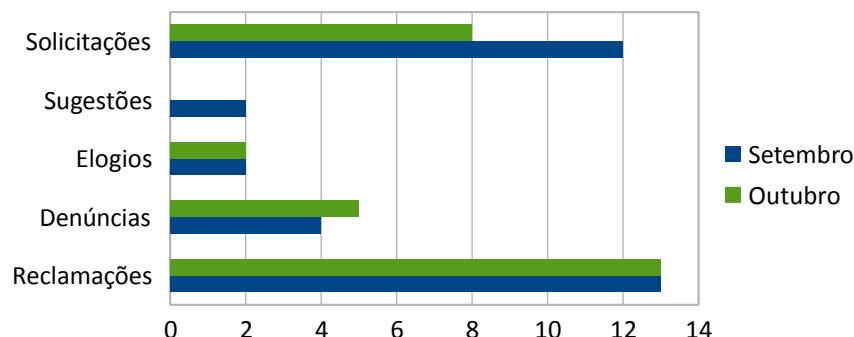


Figura 12: Quantitativo por tipo de atendimento

Em uma análise sucinta do gráfico, verificamos que reclamações e solicitações são as manifestações mais registradas. Entretanto, depreende-se que isso é reflexo do processo pelo qual a Universidade se encontra, em progressiva desvinculação da UFC, sua tutora e necessitando de um trabalhoso processo de licitação para viabilização plena das atividades-meio e fim da instituição. É salutar verificar que as denúncias continuam em pequeno número e são devidamente avaliadas/processadas; as sugestões são tratadas como prioridades, tanto no incentivo como no encaminhamento aos setores, conforme orientação repassada na ciranda nacional de Ouvidorias em 2014 e as reclamações são encaminhadas imediatamente após registro e respondidas em tempo hábil, não ferindo o direito do usuário do serviço público, conforme norma norteadora dos prazos de resposta aos demandantes. Para tanto, a Ouvidoria trabalha com os demais setores, visando excelência no atendimento.

Tabela 24: Demandas de manifestações SET/OUT 2016 - Ouvidoria UFCA

DEMANDAS	Setembro	Outubro
Reclamações	13	13
Solicitações	12	08
Denúncias	04	05
Elogios	02	02
Sugestões	02	0
TOTAL	33	28

Das 61 demandas, todas foram respondidas pelos setores competentes, os pedidos de informação e esclarecimentos de dúvidas foram respondidos em até 03 (três) dias úteis, respeitando, dessa forma, o prazo previsto na Lei de Acesso à Informação e quando o objeto se encontra em transparência ativa no portal da universidade, a Ouvidoria responde de pronto. Dessa forma denotando agilidade no atendimento, e sempre prezando pela qualidade da informação fornecida.

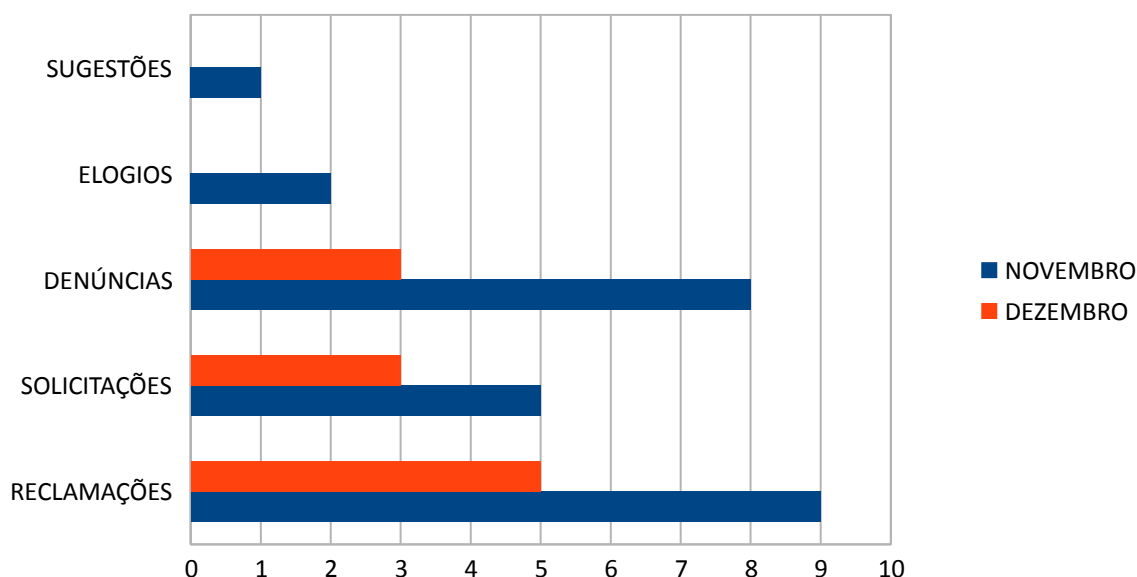


Figura 13: Numero por tipo de atendimentos

Nos meses de Novembro e Dezembro de 2016, percebe-se uma redução nas demandas, entretanto um número maior de elogios, reflexo da implementação parcial do sistema de avaliação da Ouvidoria.

O sistema implementado concerne em uma pesquisa de satisfação com os usuários dos serviços da Ouvidoria, e consequentemente os serviços da UFCA. A avaliação é aplicada ao fim do atendimento prestado pelo setor.

Como se trata de um sistema implementado parcialmente, não teremos dados consubstanciados para apresentar. Lembrando que o sistema de avaliação apresentado nas linhas acima, se trata apenas de um dos métodos de avaliação existente referente aos serviços da UFCA.

As dificuldades existem, inclusive na percepção do que o setor pode e deve fazer para mediar os conflitos. Mas, os resultados, advindos do bom diálogo que se constrói na maior parte dos contatos, são suficientes para tornar a Ouvidoria, cada vez mais, uma ferramenta importante para a Comunidade Acadêmica e sociedade em geral.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A transparência é considerada um princípio da gestão fiscal responsável, ligado ao princípio constitucional da publicidade. Assim, fez-se necessário em âmbito institucional divulgar as informações, sem que haja necessariamente uma demanda explícita da comunidade a fim de demonstrar o comprometimento da UFCA com a transparência. Neste sentido, a CTGP e a DIAP têm por finalidade promover as informações de interesse coletivo e/ou geral divulgadas pela UFCA, de forma espontânea e proativa, independente de solicitações.

Destarte, está disponibilizado no Portal da Universidade, um rol de informações úteis e relevantes à sociedade em geral, através do seguinte caminho de acesso:

<http://www.ufca.edu.br/portal/apresentacao>. Vale ressaltar que além dos princípios da Administração Pública e das diretrizes da LAI, também foi utilizado o Guia de Publicação Ativa nos Sítios Eletrônicos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal como norteador para implantação e disponibilização dos conteúdos obrigatórios, a saber:

1. Institucional
2. Ações e Programas
3. Participação Social
4. Auditorias
5. Convênios
6. Receitas e Despesas
7. Licitações, Contratos e atas
8. Servidores e terceirizados
9. Informações Classificadas
10. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
11. Transparência passiva
12. Boletim Integrado de pessoal e serviços
13. Fundações de apoio

Com o intuito de promover a divulgação de maiores e informações relativas a prestação de contas, fortalecendo uma imagem e gestão transparentes, a UFCA incluirá entre os itens citados acima em seu portal, os processos anuais de contas, transferências voluntárias e um item relativo a curiosidades e perguntas frequentemente feitas pelos cidadãos, estudantes e servidores da instituição, facilitando o acesso a informações. O portal da UFCA passará por reestruturação, definindo um layout mais adequado à visualização das informações.

Em 2016 a gestão deu início ao seu primeiro diagnóstico de transparência, com o objetivo de buscar identificar as necessidades de acesso a informação por parte da comunidade acadêmica e sociedade, analisando o grau de satisfação dos usuários com os serviços de informação ofertados e assim promover melhorias.

Visando promover o fornecimento de dados com maior qualidade e transparência a UFCA criou seu Plano de dados abertos, que objetiva possibilitar a viabilidade da prática e cultura da promoção de ações voltadas para a transparência e comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade na instituição.

O documento foi elaborado como uma ferramenta de planejamento e coordenação da política de dados abertos estabelecida para 2017-2018 de acordo com a Lei de Acesso à Informação – LAI; no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos); no Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais). A universidade permite assim a assimilação por parte de seus gestores e comunidade, de uma gestão pública mais participativa e aprimorada, assim como um sistema de governança mais transparente e democrático.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Coordenadoria de Acessibilidade é coordenada pela Professora Cristina Rejane Feitosa Silva, tendo como missão contribuir para a cultura inclusiva propondo ações que favoreçam o acesso e participação de pessoas com deficiência na instituição, mobilizando os diversos órgãos e segmentos na promoção da acessibilidade, oferecendo suporte e orientação aos professores, coordenadores e servidores técnicos, de modo que em breve todos os setores e comunidade acadêmica já pensem em uma universidade inclusiva como a missão de todos nós. Visando um melhor acompanhamento e atendimento da comunidade acadêmica, a coordenadoria composta por cinco servidores, conta com três divisões que buscam atender as demandas relativas à pessoa com deficiência.

A Coordenadoria está vinculada a Diretoria de Articulação e Relações Institucionais com a Comunidade, um órgão de assessoria direta da Reitoria da Universidade Federal do Cariri, que teve como diretora no ano de 2016 a professora Polliana de Luna Nunes Barreto. A missão da diretoria é articular a comunidade externa (sociedade) e interna (comunidade acadêmica) através de ações integradas com os demais órgãos da universidade com interesses convergentes; provocar e apoiar a institucionalização dessas iniciativas e servir como elemento de interlocução interna. Trazendo para si a tarefa precípua de se apresentar colaborativa em suas proposições, esperando contribuir para o fortalecimento de uma universidade de todos.

Assim, detalhamos por meio deste relatório as atividades destinadas à implantação da acessibilidade do estudante com deficiência, no âmbito da Educação Superior.

5.5.1 Atividades desenvolvidas

- Criação da divisão de Acompanhamento Interno que tem por objetivo realizar o acompanhamento dos alunos com deficiência, promovendo condições de acessibilidades necessárias para o ingresso e permanência do aluno na UFCA.
- Criação da Divisão de Articulação com a Sociedade que tem como objetivo promover a cultura inclusiva na universidade, o contato com associações e comunidades da região do Cariri.
- A Coordenadoria de Acessibilidade atendeu uma média de cinquenta solicitações para produção de material bibliográfico acessível, visto a crescente demanda, uma decisão estratégica foi a criação da Divisão de Produção e Edição de Materiais Bibliográficos Acessíveis que propõe a produção e a criação de um acervo acessível, antecipando a elaboração dessas obras facilitando o acesso rápido dos alunos aos materiais.
- Levantamento realizado em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, por meio de questionário aplicado aos ingressantes na universidade em 2016.1 e 2016.2 com o objetivo de identificar os alunos com deficiência ou necessidade especial, no qual 15 (quinze) discentes declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial.

Quadro 63: Lista de alunos que declararam possuir alguma deficiência ou necessidade especial.

Curso	Quantidade	Tipo de deficiência	Necessidade especial
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	1	Deficiência visual	
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA	1	Deficiência física	
INTERDISCIPLINAR EM	2		Física

CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA			Visual
FILOSOFIA BACHARELADO	1	Deficiência física	
FILOSOFIA LICENCIATURA	1	Deficiência física	
JORNALISMO	2	Deficiência visual	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	Deficiência Física	
AGRONOMIA	1	Deficiência visual	
ENGENHARIA CIVIL	1	Deficiência visual	
ENGENHARIA DE MATERIAIS	1	Deficiência visual	
DESIGN DE PRODUTO	1	Deficiência auditiva	
MÚSICA	1		Mobilidade reduzida

- Contato por telefone e e-mail com cada discente que declarou possuir deficiência ou necessidade especial, mapeando assim suas necessidades para que a coordenadoria viabilizasse previamente as devidas adaptações.
- Contato prévio com os coordenadores e professores dos cursos que receberiam os alunos com deficiência, para orientações e adaptações necessárias.
- Promoção de reuniões entre coordenação, docentes e discentes com deficiência para discutir as primeiras impressões sobre o curso, sugestões de interferências objetivando minimizar as barreiras de ensino e aprendizagem.
- Criação de e-mail específico da Coordenadoria para atendimento a comunidade acadêmica: atendimento.acessibilidade@ufca.edu.br
- Compra do programa OCR ABBYY FineReader 12, para conversão de material didático em formato acessível.
- Solicitação de Profissional Brailista à PROGEP, devido o ingresso de aluno com deficiência visual.
 - Em parceria com a Diretoria de Tecnologia de Informação, realização da Intenção de Registro de Preço na licitação da Universidade Federal Rural do Pernambuco - UFRPE para compra de equipamentos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência, N° da IRP : 153165-00007/2016.
 - Produção de material didático acessível para alunos com deficiência visual. Conforme anexo I.
 - Apoio e suporte na aplicação de provas ao discente com deficiência visual.
 - Aulas de tecnologia assistiva para o aluno com deficiência visual, com o objetivo do discente apreender e aperfeiçoar o uso das tecnologias em seus estudos.
 - Encaminhamento das solicitações para reposição de lâmpadas nas salas de aula à Coordenadoria de Manutenção.
 - Encaminhamento das solicitações de mobiliário para alunos com deficiência ou necessidade especial à Divisão de Patrimônio.

- Parceria com o Programa de Aprendizagem Cooperativa – PACCE, para oferecer suporte e monitoria ao aluno com deficiência visual.
- Parceria com o projeto: Leaders - Estratégia de educação, Acessibilidade e Sustentabilidade por meio da Comunicação. A coordenadoria dará apoio no desenvolvimento das produções técnicas do grupo de extensão, que tem o objetivo a tradução em libras do material audiovisual produzido pelo grupo.
- Visita técnica da Coordenadoria de Acessibilidade à Secretaria de Acessibilidade da UFC, visando à troca de experiências, ações e parcerias com a instituição.
- Visita técnica da Coordenadoria de Acessibilidade aos campi da UFCA (Juazeiro, Crato, Barbalha e Brejo Santo) objetivando identificar as barreiras arquitetônicas existentes, a fim de planejar possíveis intervenções junto à Diretoria de Infraestrutura – DINFRA.
- Encontro com os diretores das escolas vinculadas a CREDE 18 para discutir a contribuição que a UFCA pode proporcionar às escolas estaduais por meio dos cursos de licenciatura e da Coordenadoria de Acessibilidade.
- Visita técnica da consultora Tânia Mara Serzanink de Oliveira representante do projeto “Consolidação e Avaliação das Políticas Públicas da Diversidade” que prevê, dentre suas atividades, a identificação das medidas institucionais para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior. Este momento possibilitou a troca de experiências existentes em outras Instituições Federais de Ensino e autoavaliação do setor.
- Colaboração e a formulação da equipe de testes para o projeto de elaboração do novo portal institucional da UFCA, que visa atender às orientações do Governo Federal. O projeto de melhoria do portal da UFCA é realizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI e Diretoria de Comunicação - DCOM em parceria com a Coordenadoria de Acessibilidade.
- Participação e acompanhamento das reuniões da unidade acadêmica Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes – IISCA, referente ao Projeto Pedagógico do Curso de Letras Libras para implantação.
 - Organização e realização em parceria com Instituto Transformar - INTRA (Comunidade Surda do Cariri) da Audiência Pública: debate acerca dos impactos para a Região do Cariri, da implantação do curso de Letras-Libras na Universidade Federal do Cariri.
 - Realização da visita guiada à exposição fotográfica em 3D no *campus* da UFCA em Juazeiro do Norte, programação do curso “TransOlhar” que estimula o fazer fotográfico por pessoas com deficiência.
 - Visando fomentar o conhecimento a cerca da educação inclusiva no âmbito da educação superior a coordenadoria promoveu o **I Fórum de Educação Inclusiva no Ensino Superior UFCA: Bases Conceituais e Práticas Inclusivas para Pessoas com Deficiência**. Contamos com os membros da Secretária de Acessibilidade UFC Inclui, Profa. Dra. Vanda Magalhães diretora da Secretária de Acessibilidade da UFC, Davi Cândido técnico em assuntos educacionais, Eurijunior Sales técnico em informática e os servidores da própria coordenação Rute da Silva Leandro e João Batista de Oliveira Filho. O Fórum abordou: O profissional Tradutor Intérprete de LIBRAS; Professor Surdo e Alunos Ouvintes, Culturas em Contato; Desafios da Educação Inclusiva; Atendimento Educacional a Alunos com Deficiência no Ensino Superior; A Libras e o Sujeito Surdo; Materiais em Formato Acessível para Pessoas com Deficiência Sensorial;

Audiodescrição e Braille; Conceito, Categorias, Classificação e Histórico de Tecnologia Assistiva; Visão geral da Produção de Tecnologia Assistiva Digital no Brasil; Importância dos Recursos de Tecnologia Assistiva no Processo de Inclusão de Estudantes e Servidores com Deficiência nas IFES.

- Disponibilização na plataforma Forms do questionário aplicado ao servidor aprovado nas vagas destinadas às Pessoas com Deficiência (PcD). Este questionário foi elaborado pela Coordenadoria de Acessibilidade (Acess) em parceria com o Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (Nasse) em observância ao disposto no Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal.
- Aprovação do projeto de extensão UFCA ACESSÍVEL, o qual pretende através de palestras, oficinas e eventos, em escolas da rede municipal e estadual de ensino sensibilizar a sociedade civil sobre as questões relativas à acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência. Neste projeto criamos uma fanpage na rede social facebook, por ser um mecanismo prático e de largo alcance, objetivando divulgar os eventos do projeto, ações da coordenadoria e informações relativas à acessibilidade. As imagens dos eventos realizados em anexo II.

Quadro 64: Ações realizadas pelo projeto de extensão UFCA Acessível

Palestra: “Acessibilidade”	O palestrante e aluno do curso de Filosofia, Bruno Batista, expôs as limitações que a sociedade lhe impunha. A conversa girou em torno do questionamento “O que você entende por acessibilidade?”, direcionando o diálogo de acordo com as vivências de cada estudante, seja em sua vida escolar ou social.
Oficina Inclusiva de Bijuterias	A oficina foi direcionada para os estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA. A atividade proporcionou momentos de criatividade, onde os cegos e surdos puderam fazer criações exclusivas, permitindo até, um futuro empreendedor.
Palestra: “Políticas de Acessibilidade” e Oficina de Sensibilização – II ERECAP	Palestra Políticas de Acessibilidade – Com a Mestranda em Desenvolvimento Regional sustentável, Nághela Gonçalves de Moura, dissertando acerca da legislação sobre Acessibilidade, no II Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas, II ERECAP. Seguida pela oficina de sensibilização vivenciando os ambientes sem ver – os participantes da palestra são convidados a circular pelo ambiente usando vendas e uma bengala, e a cadeira de rodas, sendo chamados a refletir sobre suas considerações a respeito dos locais acessíveis.
Palestra: “Todos Somos Capazes”	O convidado Rafael Santos, expôs suas superações no meio profissional através do esporte. A palestra ocorreu no INTRA junto à comunidade surda do Cariri.

Oficina Modelagem às Cegas	O estudante do curso de design da UFCA, Leonardo Ferreira, junto à Coordenadoria de Acessibilidade desenvolveu uma oficina de modelagem. Os participantes que não possuíam a visão, usaram de sua criatividade na elaboração de formas.
I Fórum de Acessibilidade: “Onde estamos e aonde queremos chegar?”	Uma parceria entre a Faculdade de Medicina e a Coordenadoria de Acessibilidade da UFCA. A coordenadora e professora Cristina Silva, abordou sobre acessibilidade na universidade; o médico preceptor da FAMED, Sávio Samuel, sobre acessibilidade a partir do ponto de vista médico; o professor de Libras da universidade, João Batista, explanou sobre acessibilidade no atendimento aos surdos, por fim, o arquiteto Plínio Silveira e o engenheiro David Andriola, ambos da Diretoria de Infraestrutura - DINFRA, falaram sobre arquitetura e suas contribuições para a acessibilidade.
Palestra: “Design Universal”	O arquiteto da Diretoria de Infraestrutura da UFCA, Plínio Silveira, junto à Coordenadoria de Acessibilidade promoveu palestra sobre Design Universal. O design universal busca o desenvolvimento de produtos, ambientes e serviços acessíveis.
Blitz Inclusiva Exposição Fotográfica Acessível (Feira das Profissões UFCA)	Realizada com o objetivo de simular a experiência da pessoa com deficiência e despertar o sentimento de empatia, a Blitz proporciona para o participante uma pequena amostra dos desafios que cadeirantes, surdos, cegos enfrentam diariamente. Exposição fotográfica acessível com fotos em relevo.
Mesa redonda “Respeito à Libras e a Comunidade surda” (Auditório campus Juazeiro)	Realizada pelos professores de Libras da UFCA, Prof. João Filho e Prof. Mardonio Oliveira e com a presença do Prof. Geraldo Júnior da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Prof. Cristina Rejane Feitosa Silva coordenadora de acessibilidade UFCA e um representante da comunidade surda Cariri e graduando em Letras Libras pela UFPB, José Alex, teve o intuito de difundir a cultura surda e questões pontuais sobre a comunidade surda da região.
Grupo de estudo sobre acessibilidade	Primeiro encontro realizado, com o objetivo de fundamentar e aprofundar o conhecimento da comunidade acadêmica quanto à inclusão e acessibilidade.

CAPACITAÇÕES DA COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE / DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO – PROGEPI

5.5.2 Como Lidar com o Aluno com Deficiência: Superando Barreira Atitudinais

Instrutora: Nághela Gonçalves de Moura, Bacharel em Direito (FAPCE), Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável (UFCA), eleita delegada para a Conferência Nacional dos Direitos Humanos e Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

5.5.3 Acessibilidade na Prática: Didática para Alunos com Necessidades Especiais

Instrutor: Prof. Dr. Cesar Augusto Cusin (FAPCE), Técnico em Processamento de Dados (1995), Graduado em Letras pelas Faculdades Integradas de Itararé (2001), Mestre em Ciência da Computação pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) (2005), Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) (2010). Professor e Coordenador de Pesquisa do Curso de Sistemas de Informação e Coordenador de Pós- Graduação e Pesquisa da Faculdade Paraíso (FAPCE). Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade do W3C (Escritório Brasil). Consultor "ad hoc" de Business Intelligence da Soyuz Sistemas, de Ciência da Informação e Semântica da Seofish e de Acessibilidade do Instituto Döll de Tecnologia e Educação (IDTE).

Curso Básico de Libras - Nível I

O objetivo é fornecer elementos teóricos e práticos, que possibilitem aos servidores adquirirem conhecimento básico referente a Libras - Língua Brasileira de Sinais, visando o acesso a uma língua de modalidade visual-espacial e desenvolvimento da habilidade de comunicação com surdos.

Instrutor: Prof. Mardônio Oliveira, Licenciado em Letras LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Tutor a distância da disciplina de Libras (Instituto UFC Virtual em Parceria com a Universidade Aberta do Brasil- UAB (2013 - 2015). Pós-graduando em LIBRAS da IESA - Instituto Educacional do Sertão em Crato-CE e atualmente é professor da Universidade Federal do Cariri.

Oficina Fotografia para Cegos

Ofertado aos docentes do curso de jornalismo. Instrutora: fotógrafa Nívea Uchôa Formação acadêmica em Geografia e atuou como professora substituta de Fotografia e Cinema da Universidade Regional do Cariri URCA na Escola de Artes Violeta Arraes Fundadora do grupo de fotografia POESIA DA LUZ.

Curso de Audiodescrição para Vídeo

Objetivo: Capacitar os participantes a realizar áudio descrição em produtos audiovisuais, através de aulas teórico-práticas em laboratório de informática e edição de vídeo. Proporcionando o conhecimento do método que traduz imagens acessíveis às pessoas com deficiência visual; desenvolvendo técnicas comunicacionais necessárias para criar imagens na mente daqueles que não estão vendo.

Capacitador: Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira. Comunicador Social formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre e Doutor em Comunicação pela PUC de São Paulo. Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da UFCA. Pesquisador nas áreas de Comunicação Audiovisual, Educação e Comunicação e Didática do Ensino Superior. Jornalista com 22 anos de experiência profissional nas áreas de Rádio, Televisão e Comunicação Social. Atua desde o ano 2000 no ensino superior no Paraná e Ceara.

Curso Básico de Libras Nível I - Turma II

Objetivo: Fornecer elementos teóricos e práticos, que possibilitem aos servidores adquirirem conhecimento básico referente a Libras – Língua Brasileira de Sinais, visando o acesso a uma língua de modalidade visual-espacial e desenvolvimento da habilidade de comunicação com surdos.

Capacitador: João Batista de Oliveira Filho. Licenciado em Letras Libras pela UFSC, polo UFC 2012, especialista em LIBRAS 2016, Professor Auxiliar do Magistério Superior na UFCA desde 2015.

As imagens dos cursos ofertados constarão em anexo III.

5.5.4 tradução e interpretação em libras

Colação de Grau 2015.2
Recepção dos Calouros.
Curso Acessibilidade na Prática: Didática para Alunos com Necessidades Especiais.
Somo IISCA Somos UFCA – Qual Universidade Queremos?
Evento “Filosofando com Deficientes”/ Palestra sobre a Lei de Libras.
10ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo – PROCULT.
Fórum Aberto de Cultura – PROCULT.
I Fórum de Inovação e Empreendedorismo da UFCA.
Reuniões com a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.
Reuniões do Conselho Superior – CONSUP.
Reuniões com o Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes IISCA – para tratar do PPC do curso Letras Libras.
Acompanhamento de interpretação intersetorial para os professores.
Aulas de LIBRAS ministradas pelos professores Mardonio Oliveira e João Filho, conforme a solicitação dos mesmos.
I Encontro Nacional de Ensino e Letramento em Escrita da Língua de Sinais – I ENELELS
Recepção dos Ingressantes
Colação de Grau 2016.1
Movimento Científico Norte-Nordeste / Mostra Científica do Cariri (MOCIN/MOCICA) realizado no IFCE Juazeiro.
Minicurso sobre Projeto Pedagógico e Legislação da Educação
Treinamento sobre Assessoria Curricular
Reunião do Conselho do IISCA
Reunião do CONSUP
Reunião com a professora Carmita (campus Brejo santo)
Reunião com a PROEN e PROPLAN (Últimos ajustes do PPC de Libras)
Reunião da Câmara de ensino (Aprovação do PPC do Curso de Letras Libras)
IX Semana Comemorativa ao dia do Surdo (Mesa Redonda no Senac)

IX Semana Comemorativa ao dia do Surdo (8ª Passeata em comemoração ao dia do surdo)
Fórum de Educação Inclusiva no Ensino Superior UFCA: Bases Conceituais e Práticas Inclusivas para Pessoas com Deficiências
IX Semana Comemorativa ao dia do Surdo (Mesa Redonda UFCA)
Reunião com a CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos TAEs UFCA para análise do corpo técnico do curso de Letras/Libras
Reunião Conselho do IISCA
Reunião com os Pró – Reitores no Multiuso
Acompanhando intersectorial ao professor Mardonio
Reunião do CONSUP da UFCA (Aprovação da criação do curso de licenciatura em Letras Libras)
Tradução versão voz do vídeo “História dos Surdos ao Longo dos Anos”
Entrevista realizada com os professores de Libras pela TV Verdes Vales Cariri

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

Esse item do referido Relatório tem como finalidade demonstrar os resultados obtidos por essa UPC na condução da sua Gestão Financeira. No primeiro semestre de 2016, foram muitas as dificuldades enfrentadas para a execução das metas estabelecidas, decorrente dos contingenciamentos realizados e da tempestividade dos ingressos financeiros (em torno de apenas 40%) para a quitação dos compromissos. Este percentual aumentou no decorrer do exercício, encerrando 2016 com o pagamento de 99% do total das despesas liquidadas.

No exercício de 2016 foi registrado a título de Ingressos o montante de R\$ 105.918.170,15. As receitas orçamentárias somaram um total de R\$ 537.710,51 correspondem a 0,51% do total dos ingressos financeiros do Órgão, sendo R\$ 504.682,38 oriundas das arrecadações realizadas pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, como aluguéis, taxa de Inscrição em concurso público e serviços de hospedagem e alimentação (receitas do Restaurante universitário) da universidade e R\$ 34.604,13 referente a devolução de recursos relativos a despesas pagas o exercício anterior.

As transferências financeiras recebidas são proveniente das Transferências Intergovernamentais representaram o principal tipo ingresso financeiro no órgão, no exercício de 2016 somaram um total de R\$ 91.770.891,68, isso representa 86,64% de todos ingressos financeiros. Os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 13.138.536,98, representam 12,40% da totalidade dos ingressos, sendo em grande parte impactado pelos Restos a Pagar Não Processados.

Para melhor entendimento, segue detalhamento a seguir:

Quadro 65: Ingressos

INGRESSOS	
ESPECIFICAÇÃO	2016
Receitas Orçamentárias	537.710,51
Ordinárias	34.604,13
Vinculadas	504.682,38
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	504.682,38
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.576,00
Transferências Financeiras Recebidas	91.770.891,68
Resultantes da Execução Orçamentária	75.680.777,19
Repasse Recebido	75.680.777,19
Independentes da Execução Orçamentária	16.090.114,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.883.652,60
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.206.461,89
Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	13.138.536,98

Inscrição dos Restos a Pagar Processados	48.194,05
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	12.653.649,81
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	436.693,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-
Saldo do Exercício Anterior	471.030,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	471.030,98
TOTAL	105.918.170,15

Fonte: SLAFI WEB, 2017

As Despesas Orçamentárias no valor de R\$ 88.170.341,80 significaram a principal espécie de dispêndios financeiros do órgão, em 2016, representaram 83,24% do total da despesa da UPC (R\$ 105.918.170,15). Sendo R\$ 21.586.626,20 despesas ordinárias e R\$ 66.583.715,60 despesas vinculadas a educação. As despesas extraorçamentárias representam 15,46% dos dispêndios, foram impactados pelos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício de 2016. Conforme demonstra quadro a seguir:

Quadro 66: Dispêndios

DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2016
Despesas Orçamentárias	88.170.341,80
Ordinárias	21.586.626,20
Vinculadas	66.583.715,60
Educação	66.305.289,88
Operação de Crédito	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	273.024,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos	5.401,72
Transferências Financeiras	267.291,62
Concedidas	
Resultantes da Execução Orçamentária	43.708,23
Repasse Concedido	43.708,23
Independentes da Execução Orçamentária	223.583,39
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	187.403,26
Movimento de Saldos Patrimoniais	36.180,13
Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-
Despesas Extraorçamentárias	16.374.841,56
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	491.483,82

Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.462.015,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	421.342,49
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Saldo para o Exercício Seguinte	1.105.695,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.105.695,17
TOTAL	105.918.170,15

6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Entendendo que a sustentabilidade financeira é fator relevante para a longevidade de suas atividades é que esta Universidade busca gerir adequadamente os recursos necessários para a implantação da estratégia e a expansão da UFCA, elaborando e executando o planejamento e a gestão orçamentária institucional. A alocação dos recursos obtidos, independente da fonte, tem como prioridade as atividades fins da instituição, bem como a assistência estudantil e o investimento em infraestrutura. Sendo assim, busca-se acompanhar a variação orçamentária para melhor aplicação dos recursos disponíveis, a fim de propiciar a continuidade dos compromissos estabelecidos. Esta Universidade estimula, ainda, a busca por alternativas para captação de recursos adicionais que não estejam previstos no orçamento anual para garantia de sua sustentabilidade financeira.

6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) foi criado em 2003 pelo MEC, e tem como objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Neste ano de 2016 a UFCA teve uma proposta aprovada no edital PROEXT/MEC 2016, o projeto “Música nas escolas do Cariri”, coordenado pelo professor do curso de música José Robson Maia de Almeida. Além da continuidade dos dois programas aprovados no edital PROEXT/MEC 2015, o programa “Paidéia – Cidade Educadora”, coordenado pelo professor Eduardo Vivian da Cunha e o programa “Nas ondas da Terra: Comunicação Radiofônica em Assentamentos Rurais”, executado pela Victória Régia Arrais de Paiva. O montante recebido pelas três ações foi de R\$ 332.206,40.

A partir das parcerias estabelecidas e com orçamento próprio, a PRPI ofereceu em 2016 um total de 119 cotas de fomento a pesquisa, sendo 23 cotas para Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) fomentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 50 para PIBIC doutor financiadas pela UFCA, 5 para Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) fomentadas pela UFCA, 22 cotas mantidas pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e 10 cotas destinadas aos professores Mestres e mantidas pela UFCA. Um destaque negativo, foram as cotas de PIBIC ensino médio, reduzidas de 20 para 9 durante o ano de 2016.

Foram elaboradas duas resoluções com o objetivo de dar mais transparência às ações da PRPI, as quais após apreciação na Câmara de Pesquisa foram aprovadas pelo Conselho Superior desta Universidade. A primeira, estabelece normas para criação e manutenção de grupos de pesquisa e a segunda estabelece normas para cadastro de projeto de pesquisa nesta pró-reitoria.

Entre 15 e 17 de junho foram realizados o II Encontro de Iniciação Científica e o I Fórum

de Inovação e Empreendedorismo, os quais ocorreram simultaneamente e em alguns momentos com o compartilhamento de espaços. O envolvimento dos bolsistas de iniciação científica com eventos maiores proporcionam intercâmbio de conhecimento e fortalecimento das pesquisas realizadas. Para a realização destes eventos foram utilizados R\$ 14.194,00 originários do Programa de Auxílio à Realização de Eventos Científicos da FUNCAP (solicitado de forma individual por pesquisador) e R\$ 8.072,59 da UFCA, disponibilizados sob a forma de diárias e passagens aos palestrantes convidados.

A pós-graduação na UFCA foi um dos destaques no ano de 2016, ano em que foi aprovada a resolução número 11/2016/CONSUP que estabelece normas, regulando e disciplinando o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. Esta fase de normatização culminou na criação de dois novos cursos, quais sejam, Inovação Social em Economia Solidária e Permacultura. Iniciou-se também a primeira turma do mestrado profissional em Biblioteconomia aprovado pela CAPES no final de 2015. Por fim, foi definido e consolidado o sistema de emissão de diplomas, um passo importante da UFCA em relação a sua tutora.

Contribuímos também com a realização da III Mostra UFCA, realizada nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2016, com o gerenciamento da plataforma de submissão dos trabalhos científicos, bem como a publicação dos relatos de experiências submetidos ao evento e apresentação de alguns projetos desenvolvidos no âmbito do programa PIBIC Mestre. A certificação geral do evento, para mediadores e participantes, também ficou sob a responsabilidade desta Pró-reitoria.

Como forma de contribuir ainda mais para a divulgação científica, a PRPI ofereceu o serviço de formatação e normalização dos arquivos submetidos aos eventos científicos desta Universidade, além daqueles submetidos para publicação na plataforma online (www.ebooks.ufca.edu.br). Além disso, foram lançados dois editais, um para a publicação de anais de eventos e outro dedicado ao decênio da UFC/UFCA. Foram publicadas ainda, as primeiras edições das revistas científicas *Ciências e Sustentabilidade*, mantida pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), e a *Folha de Rosto*, publicada pelo curso de Biblioteconomia, direcionada para pesquisas na área da Ciência da Informação.

Em relação ao ensino de graduação, os programas realizados por meio do fomento foram: PET- Programa de Educação Tutorial e PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de, no máximo, seis anos, desde que obedecidas as normas do Programa.

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Os quadros abaixo demonstram as informações sobre as alocações feitas com os recursos

captados por esta UPC em relação a Ensino, Pesquisa e Extensão, a saber:

Com os recursos obtidos em edital do MEC a Pró-reitoria de Extensão realizou o pagamento de bolsas e ajudas de custos a estudantes desta universidade e pagamento de diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais vinculados as ações do PROEXT. O montante de recurso utilizado para pagar as bolsas do PROEXT em 2016, no período de janeiro a dezembro, foi de R\$ 111.200,00.

Tabela 25: Quantitativo de bolsas pagas pelas ações do PROEXT/2016

Mês	Paidéia		Nas Ondas da Terra		Música nas escolas	
	Qnt.	Valor	Qnt.	Valor	Qnt.	Valor
Janeiro	16	R\$ 6.400,00	6	R\$ 2.400,00	-	-
Fevereiro	15	R\$ 6.000,00	5	R\$ 2.000,00	-	-
Março	15	R\$ 6.000,00	6	R\$ 2.400,00	-	-
Abril	15	R\$ 6.000,00	6	R\$ 2.400,00	-	-
Mai	15	R\$ 6.000,00	5	R\$ 2.000,00	-	-
Junho	15	R\$ 6.000,00	6	R\$ 2.400,00	-	-
Julho	16	R\$ 6.400,00	6	R\$ 2.400,00	4	R\$ 1.600,00
Agosto	16	R\$ 6.400,00	5	R\$ 2.000,00	4	R\$ 1.600,00
Setembro	16	R\$ 6.400,00	6	R\$ 2.400,00	5	R\$ 2.000,00
Outubro	14	R\$ 5.600,00	6	R\$ 2.400,00	5	R\$ 2.000,00
Novembro	14	R\$ 5.600,00	6	R\$ 2.400,00	5	R\$ 2.000,00
Dezembro	14	R\$ 5.600,00	6	R\$ 2.400,00	5	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 72.400,00*		R\$ 27.600,00		R\$ 11.200,00
Total Geral						R\$ 111.200,00

**Desse total R\$ 4.800,00 foram custeados pela Universidade.*

As ações do PROEXT podem fazer o pagamento de ajudas de custo para os alunos, quando os mesmos se deslocam para outras localidades com o objetivo de executar alguma atividade relativa ao seu projeto. Neste ano, apenas o programa “Paidéia – Cidade Educadora” fez uso desse auxílio. A resolução N°29/CONSUP, de 16 de outubro de 2015, regulamenta este auxílio financeiro a estudantes de graduação vinculados às ações de extensão em execução pelo Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação – PROEXT/MEC. A tabela a seguir ilustra as atividades realizadas e o valor total pago aos estudantes.

Quadro 67: Ajudas de custo do Programa Paidéia

Atividade	Período	Quantidade de Alunos	Valor Total
Participação de estudante no Encontro Nacional dos Estudantes – ENEAP na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal – RN.	16 a 19 de agosto	01	R\$ 802,40
Participação de estudantes em curso de Permacultura em Morada da Jurema, Crato – CE.	19 a 21 de outubro	02	R\$ 300,00
Participação em semana de planejamento de ações do Projeto Edifique Ações, este vinculado ao	24 a 27 de outubro	02	R\$ 400,00

Programa Paidéia			
Participação de estudantes no 3º Seminário de Convivência com o Semiárido em Piranhas – AL.	3 e 4 de novembro	03	R\$ 1.062,00
Total			R\$ 2.564,40

Para os programas e projeto é possível custear diárias e passagens a servidores e a colaboradores que realizam atividades nas ações de extensão. Os quadros abaixo demonstram como cada programa/projeto utilizou o recurso estão abaixo:

Quadro 68: Diárias e Passagens do Programa Paidéia

Balanco de diárias e passagens – Programa Paidéia				
Descrição	Nota de empenho	Valor empenhado	Valor utilizado	% Utilizado
Diárias - Servidor	2016NE000199	R\$ 9.920,00	R\$ 9.821,42	99,0%
Diárias – Colaborador eventual	2016NE000201	R\$ 2.250,00	R\$ 2.035,50	90,5%
Passagens	2016NE000253	R\$ 12.850,00	R\$ 7.590,95	59,1%
TOTAL DIÁRIAS + PASSAGENS		R\$ 25.020,00	R\$ 19.447,87	77,7%

Quadro 69: Diárias e Passagens do Programa Nas Ondas da Terra

Balanco de diárias e passagens – Programa Nas Ondas da Terra				
Descrição	Nota de empenho	Valor empenhado	Valor utilizado	% Utilizado
Diárias - Servidor	2016NE000204	R\$ 13.735,20	R\$ 2.568,10	18,7%
Diárias – Colaborador eventual	2016NE000203	R\$ 26.200,00	R\$ 3.990,80	15,2%
Passagens	2016NE000252	R\$ 6.000,00	R\$ 2.735,34	45,6%
TOTAL DIÁRIAS + PASSAGENS		R\$ 45.935,20	R\$ 9.294,24	20,2%

Quadro 70: Diárias e Passagens do Projeto Música nas escolas

Balanco de diárias e passagens – Projeto Música nas Escolas				
Descrição	Nota de empenho	Valor empenhado	Valor utilizado	% Utilizado

Diárias - Servidor	2016NE000200	R\$ 5.734,80	R\$ 5.668,02	98,8%
Diárias – Colaborador eventual	2016NE000202	R\$ 13.200,00	R\$ 7.521,40	57,0%
Passagens	2016NE000254	R\$ 10.100,00	R\$ 8.443,25	83,6%
TOTAL DIÁRIAS + PASSAGENS		R\$ 29.034,80	R\$ 21.632,67	74,5%

Quadro 71: Diárias e Passagens do PROEXT

Balanço de diárias e passagens – Total PROEXT			
Descrição	Valor empenhado	Valor Utilizado	% Utilizado
Diárias - Servidor	R\$ 29.390,00	R\$ 18.057,54	61,4%
Diárias – Colaborador eventual	R\$ 41.650,00	R\$ 13.547,70	32,5%
Passagens	R\$ 28.950,00	R\$ 18.769,54	64,8%
TOTAL DIÁRIAS + PASSAGENS	R\$ 99.990,00	R\$ 50.374,78	50,4%

Neste ano o recurso deste edital chegou a Universidade por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), em meados de julho. Os programas e projetos também receberam recursos para aquisição de material de consumo, para contratação de serviço de pessoa física e jurídica. Entretanto, os mesmos não puderam ser executados em razão do curto período entre a vigência do termo e o fim do exercício.

Abaixo, encontra-se um quadro resumo com as bolsas mantidas por agências de fomento:

Quadro 72: Bolsas mantidas por agências de fomento

Modalidade	Fomento	Período de Vigência	Valor da Bolsa	Quantidade de bolsas
PIBIC	CNPq	08/2015 A 07/2016	R\$ 400,00	23
PIBIC	CNPq	08/2016 A 07/2017	R\$ 400,00	20 ³
PIBIC	FUNCAP	08/2015 A 07/2016	R\$ 400,00	22
PIBIC	FUNCAP	09/2016 A 08/2017	R\$ 400,00	22
PIBIT	CNPq	08/2016 A 07/2017	R\$ 400,00	3 ⁴
PIBIC ENSINO MÉDIO	CNPq	08/2015 A 07/2016	R\$ 100,00	20
PIBIC ENSINO MÉDIO	CNPq	08/2016 A 07/2017	R\$ 100,00	9 ⁵

Foram elaboradas duas resoluções com o objetivo de dar mais transparência às ações da

3Cota acrescida em 5 a partir de janeiro de 2017.

4Cota acrescida em 1 a partir de janeiro de 2017.

5Cota acrescida em 1 a partir de janeiro de 2017.

PRPI, as quais após apreciação na Câmara de Pesquisa foram aprovadas pelo Conselho Superior desta Universidade. A primeira, estabelece normas para criação e manutenção de grupos de pesquisa e a segunda estabelece normas para cadastro de projeto de pesquisa nesta pró-reitoria.

6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

6.3.1 Depreciação

Esse item expõe a forma como a Universidade Federal do Cariri (UFCA) adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

Em atendimento a NBC T 16.9 o método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pela UFCA é o de quotas constantes, conforme item 7.2 da macrofunção 02.03.30, baseia-se ainda nos valores estabelecidos pelo item 6.3 da aludida macrofunção, a qual estabelece o tempo vida útil e o respectivo valor residual para cada grupo de bens móveis sujeitos à depreciação. Já a depreciação de bens imóveis é registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo da norma foi padronização de procedimentos contábeis nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta para permitir a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitassem a análise e tomada de decisões.

Quadro 73: Depreciação acumulada do bens móveis

Conta contábil Referenciada		Depreciação Acumulada
123110101	Aparelhos de medição de orientação	(28.631,35)
123110103	Equipam/Utensílios médicos, odontológico, Lab. e hosp.	(10.783,95)
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	(4.688,35)
123110106	Máquinas e equipamentos industriais	(11,67)
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	(2.606,08)
123110125	Maquinas utensílios e equipamentos diversos	(11.973,39)
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	(558.503,54)
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	(4.510,40)
123110303	Mobiliário em Geral	(82.623,94)
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	(26.016,88)
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	(8.145,36)
123110405	Equipamentos para áudio vídeo e foto	(45.143,18)
123110501	Veículos de geral	(232,20)
123110503	Veículos de tração mecânica	(47.219,75)
Total		(831.090,04)

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017

6.3.2 Amortização e Exaustão

O cálculo da Amortização da UFCA ainda não está sendo realizado, em 2016 a Universidade contabilizou no mês de setembro a aquisição de licença de Software de Biblioteca (1.2.4.1.1.02.02 – Software com vida útil indefinida) no valor de R\$ 10.300,00 a aquisição foi

efetivado através de um contrato com vigência perpétua, não sendo cabível o cálculo da amortização, conforme Pronunciamento Técnico CPC - 04. E o cálculo referente à Exaustão não se aplica à Universidade.

6.3.3 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

A realização, avaliação e mensuração das disponibilidades, créditos e dívidas teve como metodologia adotada o valor original. Já para a mensuração e avaliação dos estoques foi adotada a metodologia do valor de aquisição. Para avaliar e mensurar o imobilizado e intangível foi utilizado o valor de aquisição ou construção, deduzida a depreciação acumulada. A adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 tem impacto significativo sobre o resultado apurado no exercício em razão de dar maior fidedignidade às demonstrações contábeis, uma vez que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, assim como a depreciação expressos nas referidas normas estão em consonância com os princípios contábeis da oportunidade, competência e prudência.

6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Este subitem tem por objetivo identificar o estágio em que se encontra a implantação de sistemática de apuração de custos pela Universidade e em que medida os seus produtos são utilizados para subsidiar a tomada de decisões.

Vale ressaltar que a Universidade não detinha, no exercício de 2016, sistema informatizado para apuração dos custos.

6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e as notas explicativas estão apresentadas no anexo IV.

6.6 Doação de bens da Universidade Federal do Ceará para Universidade Federal do Cariri.

A criação da UFCA se deu através da lei 12.826/2013, que no seu artigo 5º, III, dispõem:

5º O patrimônio da UFCA será constituído por:
- bens patrimoniais da UFC disponibilizados para o funcionamento dos campi de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte na data de publicação desta Lei, formalizando-se a transferência nos termos da legislação e procedimentos de regência.

O processo de nº23067.013278/2016.43, " Doação dos bens para o campus do Cariri", foi realizado no dia 31/10/2016 através do SIAFI.

Segue o termo de doação de bens móveis no anexo V

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve deliberações do TCU, no âmbito da UFCA, para o exercício em auditoria.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Internos

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201601515, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, foram apresentados pela Controladoria Regional da União no Estado do Ceará os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela UFCA, de acordo com o relatório de auditoria anual de contas n.º: 201601515, referente ao ano de 2015.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 02 a 06/05/2016, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela UFCA, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Encontra-se no Sistema Monitor da CGU, software que é responsável por enviar as recomendações e receber o envio das providências, 13 recomendações, das quais todas encontram-se com providências para resolução tomadas e passando por revisão da Auditoria Interna da UFCA para posterior envio oficial a CGU.

Seguem recomendações com sua descrição e providências abaixo:

Quadro 74: Recomendação 166656

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166656	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
DAE		
Descrição da recomendação		
Providencie, junto aos beneficiários de CPF ***.XXX.XXX-** e CPF ***.XXX.XXX-**, o ressarcimento dos valores de R\$ 3.600,00, individualmente, e R\$ 7.200,00, no total, recebidos indevidamente no exercício de 2015.		
Providências		
Foram enviados e-mails aos referidos alunos contendo as respectivas GRUs com prazo de vencimento até 31/12/2016 para ressarcimento dos valores. Os mesmos encontram-se regularizados com as devoluções efetuadas.		

Quadro 75 Recomendação 166657

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor

166657	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
DAE		
Descrição da recomendação		
Aperfeiçoe os controles internos referentes a processos seletivos de beneficiários do Programa oriundos de outras cidades que não fazem parte da região onde se situa a UFCA, por meio de visitas domiciliares, ou, na sua impossibilidade, através de checagem das informações fornecidas pelo candidato por consultas a portais de transparência, a sítios eletrônicos de busca e redes sociais.		
Providências		
Foi desenvolvida uma matriz de risco que será utilizada nos processos seletivos da DAE, visando identificar potenciais situações de irregularidades. Inicialmente foi realizado o diagnostico situacional, conforme, a fim de descrever a coordenadoria e suas especificidades. Em seguida, identificou-se o risco de algumas etapas que compõem o processo seletivo das bolsas e auxílios. Para cada risco estimou-se a probabilidade (frequência de ocorrência) e classificou os impactos (consequência pela sua gravidade), conseguindo assim o nível de risco. O Mapa descrito é a representação gráfica dos riscos. Por fim, estão descritas as repostas aos riscos encontrados. As visitas domiciliares, quando possíveis, já são realizadas, assim como a checagem das informações fornecidas pelos candidatos por consultas a portais de transparência, sítios eletrônicos e redes sociais.		

Quadro 76: Recomendação 166658

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166658	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Adotar as devidas providências junto a FCPC e a UFC com vistas à devolução da diferença do valor de R\$ 45.687,20 e de R\$ 69.687,20, respectivamente, apropriados indevidamente por estas, em relação ao valor contratualmente estabelecido com a UFCA para realização do Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo", que era de R\$ 24.000,00 e pela ausência de previsão legal para a retenção de valores pela UFC.		
Providências		
Foi realizada a devolução de valor R\$ 45.687,20 por parte da FCPC a UFCA. Após os devidos contatos e solicitações de justificativas junto a UFC quanto ao recolhimento do valor de R\$ 69.687,20, apropriado dos valores arrecadados, foram recolhidos para devida apresentação, os documentos comprobatórios (Ofício, processo e comprovantes de pagamento e repasse) e considerações enviadas pela UFC para o recebimento do repasse que lhe foi feito em função do Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo".		

Quadro 77: Recomendação 166659

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166659	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		

Informar o motivo para não realização das despesas correspondentes aos serviços previstos na Meta 5 relativos a Impressão de Caderno de Provas do Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo", que deveriam ser necessários para realização deste evento.

Providências

A justificativa foi enviada e documentada pela UFCA para devida apresentação e prestação de contas aos órgãos de controle.

Quadro 78: Recomendação 166660

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166660	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Exigir as devidas justificativas junto a UFC quanto ao recolhimento do valor de R\$ 69,687,20, apropriado dos valores arrecadados do Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo", haja vista o que estabeleceu o Termo de Cooperação - Protocolo de Transição firmado entre a referida IFE e a UFCA.		
Providências		
Após os devidos contatos e solicitações de justificativas junto a UFC quanto ao recolhimento do valor de R\$ 69.687,20, apropriado dos valores arrecadados, foram recolhidos para devida apresentação, os documentos comprobatórios (Ofício, processo e comprovantes de pagamento e repasse) e considerações enviadas pela UFC para o recebimento do repasse que lhe foi feito em função do Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo".		

Quadro 79 Recomendação 166661

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166661	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Apresentar as devidas justificativas para o excessivo volume de recursos despendidos no Projeto "Concurso Público Técnico Administrativo" o qual extrapolou o valor estabelecido no contrato firmado com a FCPC em mais de 110%, em especial no tocante as despesas relativas a pagamento de terceiros pessoa física, que atingiu o importe de R\$ 367.988,07.		
Providências		
A justificativa foi enviada e documentada pela UFCA para devida apresentação e prestação de contas aos órgãos de controle.		

Quadro 80 - Recomendação 166662

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166662	158719	06/10/2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Reimplantar as parcelas de devolução ao Erário nas fichas financeiras dos três servidores que totalizaram R\$ 53.764,87.		
Providências		
Conforme consta no Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, todos os três casos restam superados. Caso 1. Servidor Matrícula SIAPE XXXXXXXX – inconsistência com impacto financeiro solucionada, ou seja, efetuou-se a reimplantação das parcelas de devolução ao erário na sua ficha financeira. Caso 2. Servidor Matrícula SIAPE XXXXXXXX – inconsistência com solução impedida por controvérsia judicial, ou seja, não cabe executar parcela de reposição ao erário para esse servidor pois este se encontra acautelado em sede de decisão judicial. Caso 3. Servidor Matrícula SIAPE XXXXXXXX – inconsistência com solução impedida por controvérsia judicial, ou seja, não cabe executar parcela de reposição ao erário para esse servidor pois este se encontra acautelado em sede de 'Coisa julgada', art. 502 da Lei 13.105/2015.		

Quadro 81 Recomendação 166663

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166663	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Apresentar as três declarações de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, ainda pendentes, dos seguintes servidores: SIAPE XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX.		
Providências		
Informamos que os contatos com os 3 servidores foram todos efetuados e apenas uma declaração de acumulação de cargos resta pendente para ser apresentada a PROGEP.		

Quadro 82 Recomendação 166664

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166664	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Apresentar resultados efetivos quanto ao aprimoramento dos mecanismos de controle da gestão desta Universidade na área de acumulação de cargos e/ou funções exercidas por seus servidores, após a criação da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos (CPAC/UFCA).		
Providências		
Será verificado com a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e o Núcleo de Controle Interno da PROGEP.		

Quadro 83 Recomendação 166665

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166665	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROGEP		
Descrição da recomendação		
Adotar as medidas necessárias para que, doravante, o prazo previsto no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, relativo à disponibilização das informações cadastradas no Sistema SISAC ao órgão de controle, dos processos dos servidores desta Universidade sejam devidamente obedecidos.		
Providências		
Determinar o fluxo do processo de registro de atos de admissão no sistema SISAC.		

Quadro 84: Recomendação 166666

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166666	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROPLAN		
Descrição da recomendação		
Fazer gestão junto ao TCU para a alteração do Rol de Responsáveis por intermédio da inserção dos dados dos titulares das Pró Reitorias de Gestão de Pessoas, de Cultura e de Ensino não contemplados nos registros do sistema e-Contas.		
Providências		
O contato com o TCU para alteração e atualização do Rol de Responsáveis referente às contas de 2015 já foi realizado e estamos seguindo as orientações do mesmo para concluirmos. Foi realizado levantamento e confirmação dos membros do CONSUP no exercício 2015 que deverão estar presentes no Rol de Responsáveis e solicitada alteração pelo TCU por ofício.		

Quadro 85 Recomendação 166667

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166667	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROPLAN		
Descrição da recomendação		
Fazer gestão junto ao TCU para a alteração do Rol de Responsáveis da unidade, no sentido de serem excluídos os registros dos seguintes CPF no Rol de Responsáveis inserido no sistema e-Contas, haja vista que, conforme consulta ao Siape, as funções ocupadas por tais não se enquadram nas naturezas de responsabilidade especificadas no caput do art. 10 da IN TCU nº 63/2010;		

Providências
O contato com o TCU para alteração e atualização do Rol de Responsáveis referente às contas de 2015 já foi realizado e estamos seguindo as orientações do mesmo para concluirmos. Foi realizado levantamento e confirmação dos membros do CONSUP no exercício 2015 que deverão estar presentes no Rol de Responsáveis e solicitada alteração pelo TCU por ofício.

Quadro 86 Recomendação 166668

Caracterização da recomendação da CGU		
Recomendação	Unidade Gestora	Envio ao gestor
166668	158719	06/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
PROPLAN		
Descrição da recomendação		
Fazer gestão junto ao TCU para a alteração do Rol de Responsáveis da unidade, no sentido de serem incluídos no Rol de Responsáveis, os membros do Conselho Superior da UFCA - CONSUP, em face das características específicas de suas atribuições e responsabilidades estabelecida em seu ato constitutivo, que se coadunam com o disposto no inciso III do artigo 10 da IN TCU 63/2010.		
Providências		
O contato com o TCU para alteração e atualização do Rol de Responsáveis referente às contas de 2015 já foi realizado e estamos seguindo as orientações do mesmo para concluirmos. Foi realizado levantamento e confirmação dos membros do CONSUP no exercício 2015 que deverão estar presentes no Rol de Responsáveis e solicitada alteração pelo TCU por ofício.		

Logo que recebidas às recomendações da CGU, também passando por recomendações da Auditoria Interna da universidade, a Reitoria convocou reunião com todos os gestores responsáveis pelos setores envolvidos, com a Auditoria Interna e PROPLAN para analisar todo o relatório enviado pela CGU e elaborar as providências necessárias para solucionar todas as irregularidades. Foi elaborado o Plano de Providências Permanente contendo as recomendações e providências e apresentado em reunião com a CGU em Fortaleza-CE.

Com o intuito de centrar atenções e promover um acompanhamento constante de recomendações dos órgãos de controle, assim como manter uma comunicação ativa com os mesmos e com os setores demandados de recomendações na instituição, a Reitoria delegou a responsabilidade pelo acompanhamento e busca de soluções junto aos setores, para a Coordenadoria de Transparência, Governança e Gestão de Projetos, a qual já é responsável pela elaboração e organização do Relatório de Gestão.

Para complementar os cuidados acerca de todo o monitoramento, será instituída a Assessoria de Controle Interno, com a missão de acompanhar todo o processo de atendimento das recomendações e intermediar a comunicação entre a gestão da UFCA e os órgãos de controle.

A UFCA tem primado pela transparência e preocupação em realizar suas atividades sempre atendendo todos os parâmetros legais e éticos. A gestão da instituição tem mantido o interesse em solicitar sempre orientações aos órgãos de controle para atendimento e prevenção de possíveis recomendações. Boa parte do acompanhamento das recomendações é realizado através do Sistema Monitor. Para melhor visualizar o processo de acompanhamento e atendimento de recomendações da CGU, segue abaixo fluxograma:

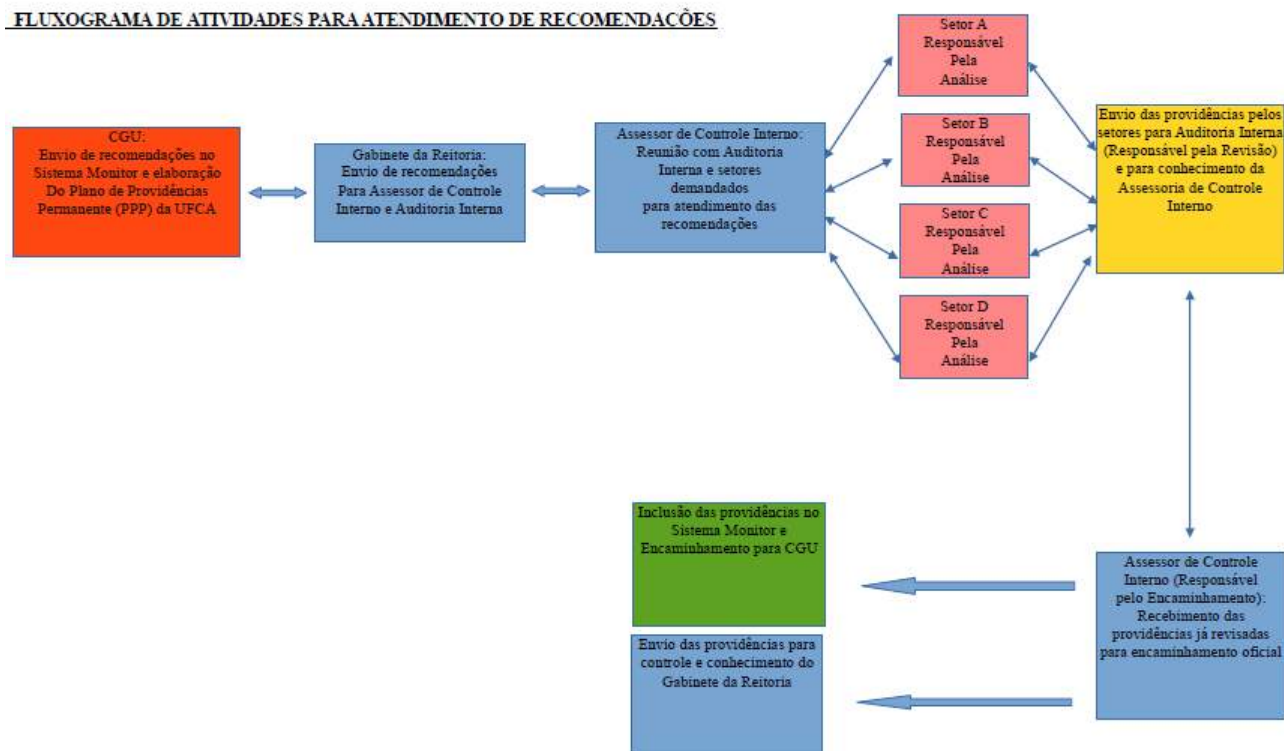
FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES PARA ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

Figura 14: Atividades para atendimento de recomendações
Fonte: PROPLAN

7.3 Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por Dano ao Erário

Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias julgados, no exercício auditório, não resultaram em medidas administrativas que justificassem cobrança de ressarcimento ao erário.

No que se refere a Tomadas de Contas Especiais (TCE), no exercício em auditoria, não foi objeto de execução, uma vez que esta UPC não teve circunstâncias que se enquadrasse aos fins deste instrumento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Essa UPC observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, através de controle realizado por Planilhas Eletrônicas, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo, quando presentes, relevantes razões de interesse público para a não observância.

O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso. A unidade responsável pelos pagamentos dessa UPC recebe as demandas de pagamento de diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste que foram efetivamente realizados, para posterior envio do

processo ao setor responsável pelo pagamento.

Devido aos trâmites internos destacados no parágrafo anterior, entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Após esse registro, todos os documentos são lançados em Planilha Eletrônica, por ordem de liquidação, para posterior pagamento.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Observa-se, contudo, que todos os processos abertos foram paralisados em razão de informativo disponibilizado em 13/04/2015, no SIASG, comunicação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, dando conta de que o TCU conheceu do Pedido de Reexame com efeito suspensivo, em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013. Haja vista que não houve novas orientações dos órgãos superiores, os processos continuam paralisados.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 87: Despesas com Publicidade

	Programa/ Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores Pagos
Institucional	. Verdi Design (Edital de Tomada de Preço nº 27/2014 – Nota de Empenho nº 2016OB800615	R\$ 54.684,28	R\$ 54.684,00
	- Empresa Fundamental Locação de Equipamentos de Informática Eventos LTDA-ME. Nota de Empenho nº 2016OB8000157	R\$ 0,00	R\$ 14.935,91
	- Arsenal Brindes Personalizados – Ata de Registro de Preços nº 26/2016	R\$ 2.858,70	R\$ 293,20
	- Unilima Uniformes e Confecções Ltda – Ata de Registro de Preços nº 26/2016	R\$ 4.480,17	R\$ 4.480,17

	- Gráfica São Mateus Ltda - ME – Ata de Registro de Preços nº 26/2016	R\$ 99.504,28	R\$53.962,99
Legal			
Mercadológica			
Utilidade Pública			

Fonte: Contabilidade

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 88: Cursos de graduação que ofertam libras com disciplina obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática	1284895	Brejo Santo	Está ofertando a disciplina de Libras	Link: http://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/interdisciplinar-de-ciencias-naturais
Música	150097	Juazeiro do Norte	Está ofertando a disciplina de Libras	Link: http://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/musica
Filosofia	99346	Juazeiro do Norte	Está ofertando a disciplina de Libras	Link: http://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/filosofia

8 RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

8.1 Relatório e/ou parecer da Unidade de Auditoria

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Cariri – UFCA, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, artigo 15, do Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002 e ao disposto no artigo 8º, inciso I da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, vem apresentar Relatório e Parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual – Exercício 2016.

A Prestação de Contas da UFCA se dará com as seguintes peças, junto ao Sistema E-Contas do TCU: o Relatório de Gestão e o Rol de Responsáveis. O primeiro contempla as informações requeridas na Decisão Normativa TCU 154/2016 e na Portaria TCU 59 de 17 de janeiro de 2017, como também as orientações e informações disponibilizadas no Sistema E-Contas do TCU.

DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 154, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016:

Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão e informações suplementares referentes à prestação de contas do exercício de 2016, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

PORTARIA-TCU Nº 59, DE 17 DE JANEIRO DE 2017:

Dispõe sobre as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares para a prestação de contas referentes ao exercício de 2016, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 154, de 19 de outubro de 2016.

Com base nas ações de auditoria realizadas em 2016, para as quais foram emitidos relatórios de auditoria, percebeu-se que existem oportunidades de melhoria na gestão quanto aos seguintes aspectos:

- Aprimoramento dos controles administrativos de processos organizacionais primários (diretamente relacionados à missão da instituição) e de apoio (atividades-meio);
- Formalização de procedimentos e revisão de normas internas, de modo a adequá-las à expansão das atividades universitárias e às mudanças no contexto em que a Universidade está inserida;
- Fortalecimento dos mecanismos e instâncias de governança na instituição;
- Conscientização dos diversos atores organizacionais sobre os benefícios decorrentes de uma gestão orientada por riscos, de modo que, a partir da disseminação desse conceito, seja possível desenvolver estudos com vistas à formalização de política organizacional, definição de estrutura apropriada e sedimentação dos processos para gerir riscos.

Os aspectos supracitados estiveram presentes nas constatações de auditoria e foram reportados, por meio de recomendações, aos gestores responsáveis, os quais elaboraram Planos de Providências no intuito de corrigir as situações relatadas. É pertinente ainda ressaltar que as não conformidades identificadas se originaram de fragilidades em determinados controles internos, as quais ocasionaram, por conseguinte, falhas involuntárias ou não intencionais, não configurando má-fé.

Como será descrito logo a seguir, nos itens específicos deste Parecer, as conclusões dos trabalhos de auditoria também são comunicadas tempestivamente à alta administração, bem como ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), haja vista o posicionamento da Unidade de Auditoria Interna na estrutura organizacional da UJ e a vinculação técnica ao Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Posto isso, analisemos as questões propostas na Decisão Normativa nº 154/2016, conforme orientação anexada ao sistema E-Contas, a saber:

Quanto à demonstração das informações relevantes sobre a unidade de auditoria interna e sua atuação, importa considerar os seguintes pontos:

8.1.1 Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

Durante o ano de 2016, foram executadas as ações previstas no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, com fito a avaliar a capacidade de os controles internos administrativos da UFCA identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como mitigarem os riscos referentes aos processos relevantes.

Dentre as ações realizadas, destaca-se a de Auditoria Baseada em Risco, em que foram consultados os gestores da UFCA, nos níveis estratégico e tático, sobre 20 (vinte) questões baseadas no questionário do TCU, relacionadas a: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. A percepção do auditor também foi levada em consideração no processo de avaliação das áreas auditadas.

Ressalta-se que as atividades da auditoria interna buscaram cumprir as diversas exigências das orientações normativas da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU), bem como aos critérios para priorização e escalonamento das atividades a serem executadas no decorrer do exercício. O número de ações programáticas para o funcionamento da UFCA acarreta na necessária seleção de atividades, escopos e diligências para o exercício, com o propósito de melhor examinar as diversas áreas da Instituição, com a devida extensão e profundidade. Com isso, a Auditoria estabeleceu critérios básicos utilizados na escolha das ações desenvolvidas ao longo do exercício. Em seu processo de planejamento dos trabalhos, para melhor selecionar as áreas a serem auditadas, apoiou-se em critérios de materialidade, relevância e criticidade.

Assim, na escolha das atividades da auditoria, partimos dos programas, ações e atividades dispostas no Quadro de Créditos Orçamentários da Lei Orçamentária Anual (LOA), da UFCA, embora se tenha a compreensão de que em ambientes orçamentários nos quais existe grande diferença entre o orçado, o contratado e o pago, o exame dos valores envolvidos em cada uma dessas fases da despesa pode ser necessário.

Além do volume dos recursos, o contexto no qual se insere também foi levado em consideração: importância relativa do valor envolvido comparado com o projeto, o programa ou com o orçamento da entidade; grau de influência com outro projeto ou área envolvida, ou; proporção da atividade examinada em relação ao total das atividades existentes.

No que diz respeito à relevância priorizou-se áreas e processos com impacto significativo para o alcance dos objetivos da entidade, como por exemplo: ações que poderiam comprometer atividades importantes para os fins da Instituição; causar problemas de imagem para a entidade ou restrições nas contas dos dirigentes; descumprimento de regras que podem significar vulnerabilidade para o sistema de controle; descumprimento de regras que pode causar problema trabalhista. Esse cuidado se reflete nas ações realizadas no exercício, tais como: análise insalubridade e periculosidade, concessão de bolsa e ajuda de custo.

No que diz respeito à criticidade, as escolhas foram baseadas em consultas realizadas a outras unidades de auditoria interna do MEC durante o exercício de 2015 sobre as áreas de maior criticidade em Instituições de ensino. Isso se deu em virtude desta Unidade ser recém-criada e não possuir base histórica própria que subsidiasse as escolhas quanto a este critério que poderia ser visualizado em elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos operacionais latentes, como por exemplo: interstício longo entre a última auditoria e a atual; deficiências conhecidas e repetitivas nos controles internos; falta de informação ou informação inconsistente; o distanciamento físico do gestor dos fatos onde as ações acontecem. Com o objetivo de aprimorar a análise desse critério, durante o exercício de 2016, como citado anteriormente, aplicou-se a Metodologia de Auditoria Baseada em Risco nas áreas para que se pudesse ter conhecimento maior de pontos, processos, controles que são mais vulneráveis. Além disso, as ações desenvolvidas também ampliaram a maturidade da Unidade de Auditoria Interna para análises futuras.

Com base no exposto, seguiu-se a construção de Matriz de Risco proposta para execução das ações de auditoria em 2016, demonstrada a seguir:

a) Materialidade: é apurada com base no orçamento. Essa abordagem leva em consideração o montante dos recursos orçamentários e financeiros envolvidos

a.1) Para um melhor entendimento e facilitação na apuração da matriz de risco, atribuímos fatores de 1 a 5, de acordo com o resultado que se pretende encontrar, partindo de “muito alta materialidade”, correspondendo ao fator 5, até “muito baixa materialidade”, correspondendo ao fator 1.

a.2) Podemos verificar na quadro abaixo o fator e a descrição da materialidade de acordo com o percentual do orçamento (X)

Quadro 89: Apuração da materialidade

Fator de Risco	Descrição	Inferior	% Orçamento	Superior
5	Muito alta materialidade		X >	25%
4	Alta materialidade	10%	< X <	25%
3	Média materialidade	1%	< X <	10%
2	Baixa materialidade	0,10%	< X <	1%
1	Muito baixa materialidade	0,10%	> X	

b) Relevância: importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade. Para o entendimento do critério que será utilizado no mapeamento dos processos e matriz de riscos, são apresentados 5 fatores, que resultarão da combinação da quantidade de “aspectos a serem considerados”. Vale ressaltar que, quanto maior for o fator, maior será a relevância da ação. As ações com fatores 4 ou 5 são consideradas relevantes, pois estão, respectivamente, relacionadas ao planejamento estratégico da Instituição e ligadas diretamente ao cumprimento da missão institucional; as que apresentam fatores 2 ou 3 são denominadas essenciais, visto que, respectivamente, podem comprometer a imagem institucional e o serviço prestado ao cidadão; e, por fim, as ações com fator 1 são definidas como coadjuvantes, representando os programas prioritários. Em resumo, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados. Se for relevante, atribuímos 5 ou 4; essencial, 3 ou 2; e coadjuvante, 1.

Quadro 90: Apuração da Relevância

Fator	Descrição	Aspectos a serem considerados
-------	-----------	-------------------------------

5	Relevante	Atividade ligada diretamente ao cumprimento da Missão Institucional
4		Atividade relacionada ao planejamento estratégico da Instituição
3	Essencial	Atividades que comprometem o serviço prestado (atividade-fim da instituição) /causam impacto na comunidade interna (servidores e alunos)
2	Coadjuvante	Atividades que possam comprometer a imagem institucional
1		Atividades que causem impacto direto na sociedade e comunidade externa e outras atividades

c) Criticidade: A hierarquização pela criticidade levou em consideração os aspectos: intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento(c1); propensão a erros e fraudes (c2), e; falhas/faltas conhecidas nos órgãos de controle (c3). O fator relativo à criticidade é formado pela média aritmética dos componentes empregados para quantificar o risco, representado da seguinte forma: (resultado de C1 + resultado de C2 + resultado de C3) / 3.

c.1) Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento (quanto maior o intervalo, maior a pontuação).

Atribuição da pontuação se dará da seguinte forma: se a última auditoria tiver sido realizada em até 6 meses, terá pontuação igual a zero (0); de sete a doze meses, será igual a um (1); de treze a dezoito meses, será igual a dois (2); de dezenove a vinte e quatro meses, será igual a três (3); de 25 e 30 meses, será igual a quatro (4); e acima de 30 meses, será igual a cinco (5).

c.2) Propensão a fraudes e erros

Atribuição de nota (I) para propensão de erros e fraudes muito baixa; nota (2) para propensão baixa; nota (3) para média propensão; nota (4) para alta propensão a erros e fraudes e nota (5) para propensão de erros e fraudes muito alta.

c.3) Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição (quanto mais falhas conhecidas, maior a pontuação).

Atribuir-se-á a seguinte pontuação: se for um (1), não houve faltas/falhas de controles internos conhecidas; se for dois (2), houve indícios de faltas/falhas; se for três (3), houve faltas/falhas conhecidas e já auditadas internamente; se for quatro (4), houve faltas/falhas conhecidas e apontadas pela CGU; e se for cinco (5), houve faltas/falhas conhecidas e apontadas pelo TCU.

Os aspectos supramencionados, bem como suas respectivas pontuações, podem ser resumidos conforme o quadro a seguir:

Quadro 91: Apuração da Criticidade

CRITÉRIOS DA CRITICIDADE			
COMPONENTE I			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Última auditoria realizada até 6 meses	0
		De 7 a 12 meses	1
		De 13 a 18 meses	2
		De 19 a 24 meses	3
		De 25 a 30 meses	4
		Ação nunca avaliada e Auditada	5
COMPONENTE 2			
Propensão a fraudes e erros			
Propensão das atividades a fraudes	Quanto maior a propensão,	Muito baixa propensão a fraudes ou erros	1

e erros	maior a pontuação	Baixa propensão a fraudes e erros	2
		Média propensão a fraudes e erros	3
		Alta propensão a fraudes e erros	4
		Muito alta propensão a fraudes e erros	5
COMPONENTE 3			
Falta/falha conhecida nos controles internos da Instituição			
Falta/falta conhecida nos controles internos da instituição	Quanto maior o número falta/falta e apontamento pelos órgãos de controle, maior a pontuação	Sem falhas/faltas de controles internos conhecidas	1
		Indícios de faltas/falhas	2
		Faltas/falhas conhecidas e já auditadas internamente	3
		Falhas conhecidas e apontadas pela CGU/TCU	4
		Falhas conhecidas e apontadas pelo TCU	5

8.1.2 Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis;

No exercício de 2016 foi executada a ação de auditoria referente à Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar, com fito a avaliar os procedimentos de controles internos no tocante à inscrição, pagamento, cancelamento, reinscrição de restos a pagar e a adequação destes às normas legais.

A ação em comento originando o Relatório de Auditoria nº 004/2016, o qual gerou 01 informação, 07 constatações e 12 recomendações, a saber:

Quadro 92: Ação de auditoria no gestão de execução orçamentária

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio 2017
Inscrição de restos a pagar não processados em afronta ao Art. 35, do Decreto nº 93.872/86, e à jurisprudência do TCU.	Proceder, no final de cada exercício, à anulação das notas de empenho que sequer tenham sido formalmente assumidas por credor específico, sob pena de descumprimento legal (Art. 35, do Decreto nº 93.872/86) e da jurisprudência do TCU (Acórdãos TCU 2731/2008, 2071/2010, 2554/2011 e 1601/2014).	Comprometimento para não realização de empenho sem credores específicos de acordo com a legislação específica. Controle Sistemático (planilhas).	Atendida
Inscrição em restos a pagar processados e não processados de pequenos valores, que ensejam registros nas demonstrações contábeis da Unidade Gestora, quando poderia optar pelo pagamento ou anulação.	Empreender esforços para evitar inscrever em restos a pagar valores baixos, optando pelo pagamento ou anulação no curso do exercício financeiro.	Acionamos aos setores demandantes para anulação dos empenhos de pequenos valores.	Atendida
	Orientar os gestores/fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços que, no curso do exercício financeiro, se certifique quanto à obrigação pendente com os credores e, quando não houver, proceder a anulação dos saldos de empenhos.	Acionamos aos setores demandantes para anulação dos empenhos de pequenos valores. Controle periódico, envio de e-mails e memorandos.	Atendida
Baixo desempenho da execução orçamentária da Ação 14XP - Implantação da Universidade Federal do Carri – UFCA e consequente atendimento abaixo da meta física para o exercício 2015.	Reduzir os restos a pagar não processados referentes a despesas de capital, quer seja pelo regular pagamento ou pela anulação do saldo não utilizado no exercício.	Controle através de planilhas extraídas do Sistema Tesouro Gerencial para execução dos empenhos no exercício corrente.	Atendida
	Provocar a atuação dos órgãos	Controle através de	Atendida

	competentes do MEC, no sentido de que os recursos financeiros sejam disponibilizados em tempo hábil para que a execução dos mesmos possa se dar ainda dentro do exercício e em conformidade com a legislação vigente.	planilhas em confronto à disponibilização do financeiro.	
Manutenção em restos a pagar não processados de saldo de R\$ 10.946.726,33, oriundos do exercício de 2014, e inscrição em restos a pagar não processados no valor de R\$ 13.085.411,63 no exercício de 2015, podendo comprometer programação financeira e o planejamento para os anos seguintes.	Promover melhorias no planejamento quanto à emissão de empenhos para despesa de capital, com o intuito de reduzir a inscrição de restos a pagar não processados.	Controle através de planilhas extraídas do sistema Tesouro Gerencial para execução dos empenhos no exercício corrente. Controle sistemático.	Atendida
Desconformidade do cronograma de pagamentos de restos a pagar de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993 contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, obras e prestação de serviços.	Aprimorar os controles internos para contemplar todo o exercício financeiro, com o intuito de garantir a conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993, contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.	Controle através de planilhas e emissão de Portaria com orientações acerca da ordem cronológica dos pagamentos.	Atendida
Reinscrição de Resto a Pagar cancelado no valor de R\$ 21.866,86, evidenciando as necessidades de promover melhorias nos controles quanto à observância dos prazos de cumprimento da obrigação com os credores, configurado pela realização de acompanhamento sistemático.	Promover a reinscrição de restos a pagar decorrentes de notas de empenho, observando os prazos de cumprimento da obrigação, de modo a evidenciar o acompanhamento sistemático, com a finalidade de aferir o efetivo interesse da Administração em exigir do credor as referidas obrigações.	Utilização da planilha de controle dos saldos atualizados de empenhos inscritos em restos a pagar 2014 / 2015.	Atendida
	Efetivar melhorias nos controles quanto ao cancelamento de restos a pagar, de modo a evitar que uma vez existindo uma obrigação reconhecida com um credor específico o resto a pagar não seja cancelado, evitando assim a sua reinscrição.	Controle através de planilhas extraídas do sistema Tesouro Gerencial para execução dos empenhos no exercício corrente. Memorandos.	Atendida
Emissão do empenho nº 2015NE800008 não prévio ou contemporâneo à contratação, consoante os artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964; deficiências nos controles quanto aos reforços e anulações e empenhos realizados em novembro de 2015 e anulados integralmente em dezembro de 2015.	Empreender esforços para integral observância das fases da despesa pública, de modo que os empenhos realizados pela UG sejam prévios ou contemporâneos às contratações.	Atendimento aos artigos 58 a 70 da Lei 4.320/1964 para não emissão de empenho não prévio ao fato gerador da despesa.	Atendida
	Promover melhorias nos controles quanto às necessidades efetivas de reforços e anulações, para evitar de reforçar e anular o mesmo empenho inúmeras vezes.	Atendimento aos artigos 58 a 70 da Lei 4.320/1964 para não emissão de empenho não prévio ao fato gerador da despesa. Utilização da planilha: "SALDO DE EMPENHOS – CONTRATOS".	Atendida
	Orientar os gestores quanto à necessidade	Atendimento aos	Monitorando

	de realizar a anulação dos empenhos em tempo hábil, evitando realizá-la somente ao final do exercício.	artigos 58 a 70 da Lei 4.320/1964 para não emissão de empenho não prévio ao fato gerador da despesa. Utilização da planilha: “S A L D O D E E M P E N H O S – CONTRATOS”.	
--	--	---	--

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação, notadamente nas melhorias dos controles internos administrativos:

- Utilização da planilha “Execução dos Empenhos emitidos em nome da própria Unidade gestora – 2016”, com o intuito de apropriar os empenhos que têm como beneficiária a própria universidade, e proceder, no final de cada exercício, à anulação das notas de empenho que não tenham sido formalmente assumidas por credor específico;
- Melhorias nos controles internos administrativos quanto a conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993, mediante a utilização de planilha (forma de controle adotada) e a emissão da Portaria nº 69 de agosto de 2016 que regulamenta, no âmbito da Universidade Federal do Cariri, a ordem cronológica de pagamentos, determinada pelo art. 5º da Lei 8.666/1993, elencando as exceções para quebra da ordem cronológica das obrigações;
- Melhorias na execução financeira dos Restos a Pagar não Processados dos saldos remanescentes dos exercícios 2014 e 2015, foram pagos R\$ 14.087.472,46 e cancelados R\$ 698.851,96 no exercício de 2016;
- Melhorias nos controles quanto ao acompanhamento sistemático por meio das planilhas: “Controle dos saldos atualizados de empenhos inscritos em restos a pagar” e “Saldos de empenhos – contratos” com a finalidade de aferir o efetivo interesse da Administração em exigir do credor as referidas obrigações, as necessidades efetivas de reforços e anulações, para evitar de reforçar e anular o mesmo empenho inúmeras vezes e a orientação aos gestores quanto à necessidade de realizar a anulação dos empenhos em tempo hábil, evitando realizá-la somente ao final do exercício.

Embora seja notória para a Unidade de Auditoria Interna a melhoria nos controles internos relacionados a área de Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar, acredita-se na necessidade de melhorias dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis, sobretudo considerando a criação recente da Instituição bem como a inexistência de outras ações executadas pela Unidade de Auditoria Interna, no exercício de 2016, que se debruçassem diretamente sobre essa questão e que contribuiriam para uma análise mais aprofundada.

Em virtude disso, encontram-se em execução as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, para o presente ano, 2017, em que consta a ação Gestão e Execução Orçamentária que tem como objetivo: acompanhar a execução do orçamento anual da UFCA, verificando o cumprimento das exigências legais sobre gestão orçamentária, das metas, limites e destinações estabelecidas, conforme proposta orçamentária, do exercício de 2017 enviada ao MEC, bem como examinar os resultados atingidos quanto a eficiência, eficácia e economicidade da gestão.

8.1.3 Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

A Unidade de Auditoria Interna da UFCA, ao final de cada ação prevista no PAINT 2016, elaborou Relatório, com a conclusão dos resultados encontrados na ação prevista. Durante a elaboração desses, foram feitas algumas recomendações, sendo estas devidamente encaminhadas para cada setor analisado.

A posteriori, encaminhou-se um plano de providência permanente (PPP) para que a área auditada se posicionasse sobre as recomendações sugeridas nos relatórios da auditoria, descrevendo as ações a serem aplicadas para solucionar as inconsistências verificadas, apresentando documentos comprobatórios da implantação das recomendações.

O plano de providência configura-se também como ferramenta de trabalho utilizada para subsidiar o requerimento de providências. Estas, por sua vez, servem para direcionar os gestores acerca de temas específicos que se apresentarem como relevantes para a Universidade, exigindo uma atenção mais significativa e eficaz para dirimir fragilidades.

Deste modo, o acompanhamento da implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna da UFCA é feito por meio da emissão do plano e da análise das respectivas respostas e documentos probatórios emitidos pelos setores auditados. Além disso, quando necessário, os auditores realizam visitas *in loco* para constatar a implantação das recomendações.

Não obstante, o controle dos PPP's é feito através de planilhas de Excel, onde são observadas as recomendações implantadas e as pendentes de implementação. Por meio dessa planilha, também é possível acompanhar os prazos concedidos para os setores tomarem as providências necessárias para sanar as fragilidades encontradas nas auditorias. Destarte, a Auditoria Interna realiza um controle contínuo da implementação de suas recomendações.

Ademais, mensalmente é apresentado, ao dirigente máximo da Instituição, relatório gerencial sobre a situação das recomendações, conforme Instrução Normativa CGU nº 24/2015.

Buscando colaborar com o fortalecimento da gestão, a Auditoria Interna realiza também trabalho preventivo, com encontros que reúnam gestores bem como a comunidade acadêmica para tratar de assuntos atinentes aos controles internos da Instituição, com vista à minimizar as inconsistências da gestão através da procura pela adequação das ações com o sistema normativo pátrio.

Com efeito, a Auditoria prima pela concretização dos princípios elencados na Carta Magna Brasileira – legalidade, efetividade, publicidade, impessoalidade e moralidade – como norte a serem impostos nas políticas públicas adotadas. De sorte que se busca ofertar os posicionamentos e as melhores soluções determinadas pelos tribunais e órgãos de controle nacionais, destacando, o amoldamento da gestão as políticas públicas do governo através da divulgação e compartilhamento dos “Ementários de Gestão Pública”.

8.1.4 Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Em cumprimento ao Manual da Unidade de Auditoria Interna da UFCA, item 2.6, que versa sobre Monitoramento da Efetividade do Trabalho de Auditoria, após a entrega do Relatório, deve-se monitorar a aceitação e a implementação das recomendações.

Com base nas informações coletadas durante o monitoramento, há a classificação das recomendações, segundo o grau de implementação, em uma das categorias: implementada, não implementada, parcialmente implementada, em implementação, não mais aplicável.

Deste modo, consoante explanado em tópico anterior, para viabilizar o monitoramento das recomendações emitidas, tornando-as mais eficientes, há a elaboração de Planilha com as recomendações enviadas aos setores, assim como, consta nos papéis de trabalho da Unidade de Auditoria Interna, documento destinado ao PPP, com as constatações, recomendações, manifestação do gestor e providência adotadas.

Ademais, está previsto para o primeiro semestre do presente ano, a utilização de sistema informatizado (SIPAC – Módulo Auditoria e Controle Interno), com o objetivo de auxiliar o monitoramento das recomendações.

8.1.5 Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.

As ações de controle executadas em 2016 foram norteadas pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), elaborado em conformidade com as normas da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU - IN nº 01, de 03 de janeiro de 2007 e IN CGU nº 07, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela IN CGU nº 09, de 14 de novembro de 2007.

Considerando que a Universidade Federal do Cariri, criada em 05 de junho de 2013, encontra-se em fase de implantação e construção dos planos, metas e objetivos constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional e, ainda, considerando a formação recente da Unidade de Auditoria Interna, para elaboração do PAINT/2016 foram considerados os seguintes fatores: os programas e ações definidos em orçamento e sua materialidade e relevância; a legislação aplicável; as necessidades da UFCA (objetivos operacionais e administrativos para 2016); a execução de novas obras; volumes de recursos destinados à assistência estudantil e projetos de ensino, pesquisa e extensão; a capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna e a prática de outros órgãos de controle e/ou outras instituições governamentais.

De acordo com as boas práticas relativas à auditoria interna, tem-se realizado planejamento específico para cada ação de auditoria (constante ou não do PAINT), por meio dos Programas de Auditoria, nos quais são definidos o montante em recursos auditados, o escopo e os objetivos dos exames e a carga horária a ser despendida na realização das ações.

Quadro 93: Síntese das ações executadas em 2016

PERÍODO PREVISTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	AÇÃO DO PAINT	OBJETIVOS	RELATÓRIO
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna	Apresentar o resultado dos trabalhos desenvolvidos em 2015 pela Auditoria Interna, cumprindo o que preceitua a legislação quanto à elaboração do RAIN (IN n.º 01/2007).	RAIN
01/09/2016 a 31/10/2016	01/09/2016 a 31/10/2016	Elaboração do PAINT 2017	Cumprir o que preceitua a legislação quanto à elaboração do PAINT (IN n.º 7/2006).	PAINT
01/02/2016 a 31/03/2016	01/02/2016 a 31/03/2016	Parecer das contas do Relatório de Gestão 2015 e 2016 - Atuação da AUDIN	Elaborar e consolidar o item sobre a atuação da unidade de auditoria interna no Relatório de Gestão.	Não se aplica
01/03/2016 a 23/12/2016	01/03/2016 a 23/12/2016	Plano de Providências Permanente – PPP	Gerenciar o Plano de Providências Permanente decorrente de ações da Auditoria Interna, CGU e TCU.	Não se aplica
01/03/2016 a 29/04/2016	01/03/2016 a 20/05/2016	Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade.	Verificar a legalidade e legitimidade dos atos praticados no gerenciamento dos recursos humanos e examinar os controles internos adotados, relacionados ao pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade.	003/2016
01/03/2016 a 01/04/2016	01/03/2016 a 08/04/2016	Fiscalização de contratos: Terceirização	Verificar os normativos internos, a fiscalização, o monitoramento, a gestão dos contratos e os pagamentos que	002/2016

			envolvem terceirização de mão de obra.	
01/04/2016 a 31/05/2016	01/04/2016 a 15/08/2016	Obras	Verificar as contratações públicas referentes a obras e serviços de engenharia, quanto ao cumprimento da legalidade, legitimidade, sustentabilidade ambiental e os contratos, termos aditivos e pagamentos decorrentes.	005/2016
01/08/2016 a 30/09/2016	01/08/2016 a 27/01/2017	Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade – Pós-homologação.	Avaliar a regularidade dos processos de contratação de aquisição de bens e serviços.	007/2016
04/01/2016 a 31/03/2016	04/01/2016 a 31/03/2016	Verificar o Inventário Anual Bens Móveis.	Verificar os controles internos, estoques e os registros contábeis quanto aos bens móveis no setor de patrimônio da UFCA e a adequação destes as normas legais.	001/2016
01/03/2016 a 31/05/2016	01/03/2016 a 31/05/2016	Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar	Verificar os controles acerca da execução orçamentária e financeira por parte de PROPLAN / PROAD sobre os valores registrados em Restos a Pagar.	004/2016
03/10/2016 a 30/11/2016	Em andamento	Concessão de auxílio financeiro e ajuda de custo	Avaliar os controles internos da gestão das concessões de bolsas, auxílio financeiro e ajuda de custo ofertado no âmbito do UFCA, no que concerne ao cumprimento das obrigações.	Em andamento
01/02/2016 a 30/09/2016	01/02/2016 a 30/09/2016	Auditoria baseada em Risco nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP)	Identificar os controles internos adotados em Unidades Administrativas da UFCA, visando mensurar a adoção de critérios que contribuam para gestão de riscos e fortalecimento da governança.	006/2016
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Assessoramento à Gestão Superior: orientação para dirimir dúvidas que surgirem na execução das atividades da Instituição;	Prestar assessoramento aos gestores a fim de auxiliar preventivamente na tomada de decisões, visando assegurar a adequação dos atos de gestão à legislação e aos resultados quanto a economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal.	Não se aplica
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Ação Não Planejada e Atendimento aos órgãos de controle: CGU, TCU e Ministério Público, e Auditorias Especiais	Atender a demanda de auditoria imprevista que possam surgir durante o exercício de 2016, incluindo dar apoio quando da realização de trabalhos dos órgãos de controle na UFCA e verificar o atendimento das decisões do Tribunal de Contas da União e das solicitações e recomendações da Controladoria Geral da União.	Não se aplica
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Rotinas Administrativas	Buscar maximizar os resultados, por meio de procedimentos administrativos dotados de eficiência e economicidade, quanto ao uso dos bens patrimoniais e humanos disponibilizados na área.	Não se aplica
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Ações de Comunicação e Integração da AUDIN	Promover a integração e comunicação da AUDIN/UFCA com todos os setores da universidade.	Não se aplica
04/01/2016 a 23/12/2016	04/01/2016 a 23/12/2016	Normativos e Controles Internos da Auditoria	Desenvolver ou aprimorar os controles internos da auditoria interna, visando mitigar riscos e otimizar os trabalhos desenvolvidos pelos servidores lotados na área.	Não se aplica

Destaca-se que, mesmo havendo o cumprimento inicial do prazo, durante a execução das ações “3.3 – Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade – Pós-homologação” e “5.2 – Concessão de Auxílio Financeiro e Ajuda de Custo”, ocorreram casos fortuitos, os quais, consequentemente, prorrogando o prazo estabelecido. Entre os dias 1º de novembro a 19 de dezembro/2016 houve a suspensão das atividades dos servidores técnico-administrativos em função da greve da categoria, sendo que, mesmo não subsistindo a paralisação das atividades na Unidade de Auditoria Interna, foi respeitado o direito de greve dos servidores, ficando suspenso possíveis exigências junto aos setores. Ademais, após o retorno das atividades acadêmicas, finda a greve, encontrava-se a Universidade em recesso de final de ano, conforme Ofício Circular nº 622/2016-MP, sendo os esforços empreendidos para o andamento das ações somente retornados após o dia 02

de janeiro do presente ano.

A ação “3.3 - Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade – Pós-homologação” foi finalizada em 27 de janeiro de 2017 e a ação “5.2 – Concessão de Auxílio Financeiro e Ajuda de Custo” concluída no mês de fevereiro do corrente ano.

Para o PAINT de 2016, conforme consta na Quadro acima, foram planejadas 08 (oito) ações de auditoria, quais sejam: 1) Verificar o Inventário Anual Bens Móveis, 2) Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar, 3) Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade, 4) Concessão de Auxílio Financeiro e Ajuda de Custo, 5) Fiscalização de Contratos – Terceirização, 6) Obras, 7) Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade, 8) Auditoria Baseada em Risco nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP).

Destaca-se as seguintes informações quanto ao período de execução posterior ao período previsto:

- “Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade”

Escopo: Analisar uma amostra de 20% do total dos servidores que receberam tais benefícios, verificando nesta amostra os pagamentos dos adicionais, assim como os controles acerca da concessão e da exclusão por transferência.

Com o aumento do percentual do escopo, de 20% (vinte por cento) para 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento), bem como quanto à 03(três) solicitações de prorrogações, solicitadas pelo setor auditado, para atendimento das S. A., a conclusão das atividades só foi possível no mês de maio.

Quadro 94: S.A.'s referentes a pagamentos adicionais de insalubridade e periculosidade

S.A's	Prazo inicial	Prazo Prorrogado
S.A 012/2016	13/04/2016	19/04/2016
S.A 013/2016	14/04/2016	19/04/2016
S.A 018/2016	02/05/2016	03/05/2016

- “Fiscalização de contratos: Terceirização”

Escopo: Analisar uma amostra de 10% do total dos Contratos de terceirização, no âmbito da UFCA, verificando nesta amostra os processos de pagamento e os controles internos utilizados pelos fiscais e gestores.

Faz-se necessário destacar que, em virtude da pequena quantidade de contratos com execução em 2015, apenas 9 (nove), optou-se por analisar 5 (cinco) desses, correspondente a cerca de 55,55% dos contratos, e não 10%, conforme descrito no escopo, como também a formalidade de aproximadamente 20,63% dos pagamentos relativos à amostra.

Além do acréscimo ao escopo, houve uma solicitação de prorrogação de prazo.

- “Obras”

Escopo: Verificar a formalidade dos processos licitatórios de obras, medições e pagamentos na proporção de 5% do total das contratações públicas referentes a obras e serviços de

engenharia, com execução em 2015.

Faz-se necessário ressaltar que, em virtude da pequena quantidade de contratos com execução em 2015, apenas 7 (sete), optou-se por analisar 3 (três) desses. Assim, foram analisados cerca de 42,86% dos contratos, e não 5%, conforme previsto inicialmente no escopo.

Destaca-se que fora previsto para o dia 16/05/2016, a entrega do Relatório Preliminar, contudo, o aumento do percentual do escopo, seguido de reiteradas solicitações de prorrogação de prazo das Solicitações de Auditoria (SA's), detalhadas abaixo, impossibilitaram o cumprimento do período estipulado.

Quadro 95: S.A's referente a contratações públicas de obras e serviços de engenharia

Nº da SA	Emissão da SA	Prazo para Atendimento	Solicitação de Prorrogação	Prazo Concedido
014/2016	13/04/2016	15/04/2016	-	-
015/2016	18/04/2016	25/04/2016	05 dias (Memorando nº 48/PROAD)	Até 02/05/2016
020/2016	17/05/2016	23/05/2016	15 dias (Memorando nº 81/PROPLAN)	Até 01/06/2016
021/2016	25/05/2016	01/06/2016	10 dias (Memorando nº 64/DINFRA)	Até 10/06/2016
025/2016	13/06/2016	17/06/2016	10 dias (Memorando nº 69/DINFRA)	Até 27/06/2016

- “Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade – Pós-homologação”

Escopo: Verificar a regularidade dos processos de contratação quanto a sua legalidade, legitimidade e economicidade, considerando as modalidades de certame, inclusive dispensas e inexigibilidades. A amostragem será aleatória, selecionada mediante critérios de relevância, materialidade e criticidade, num total de 5% do total de licitações realizadas nos meses de abril a dezembro de 2015.

Destaca-se que fora previsto para o dia 16/09/2016, a entrega do Relatório Preliminar, contudo, o aumento do percentual do escopo, seguido das solicitações de prorrogação de prazo das Solicitações de Auditoria (SA's), detalhadas abaixo, impossibilitaram o cumprimento do período estipulado.

Quadro 96: S.A.'s referentes a licitações dos meses de abril a dezembro de 2015

Nº da S.A.	Emissão da S.A.	Prazo para Atendimento	Solicitação de Prorrogação	Prazo Concedido	Atendimento
029/2016	02/08/2016	05/08/2016	-	-	08/08/2016
030/2016	09/08/2016	18/08/2016	10 dias (Memorando nº 113/2016/PROAD/UFCA)	29/08/2016	29/08/2016
031/2016	09/09/2016	19/09/2016	06/10/2016 (Memorando nº 124/2016/PROAD/UFCA)	29/09/2016	11/10/2016

Ressalta-se que em virtude de ainda estarmos sendo tutoriados pela Universidade Federal do Ceará, a maior parte dos processos encontravam-se fisicamente nos arquivos dessa instituição, localizada a aproximadamente 560km da UFCA. Na execução das ações de auditoria, houve a necessidade de solicitação destes, pelas áreas auditadas, para atender a demanda da AUDIN, e, assim, esta Unidade finalizar as ações planejadas.

Informa-se que, embora a equipe da AUDIN tenha iniciado suas atividades em 2015, por

meio de realização de cursos, online e presencial, visitas técnicas, elaboração do Regimento Interno, do Manual e dos papéis de trabalho, somente no ano de 2016 realizou-se, efetivamente, as ações de auditoria.

Ademais, no ano de 2016, a Auditoria Interna não recebeu denúncia nem realizou auditorias especiais, ou seja, aquelas não previstas no PAINT 2016.

Segue, abaixo, o quantitativo de recomendações emitidas por Relatório e o estágio de sua implementação no exercício de 2016, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAIN, incluindo neste último caso os prazos de implementação e as justificativas do gestor, conforme aduz o art. 15, VII, da IN 24 de 15 de novembro de 2015.

8.1.6 Área controle da gestão

8.1.6.1 Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAIN)

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, referente ao exercício de 2016, foi elaborado e encaminhado, conforme o prazo previsto no Art. 16, da Instrução Normativa nº 24/2015 – CGU, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

As informações que subsidiaram o referido Relatório encontram-se em planilhas atualizadas mensalmente, considerando os relatórios e monitoramentos das ações executadas; o envio de documentos (Acórdãos, Portarias, Decretos, Instruções Normativas, Leis etc) de interesse das unidades administrativas e/ou acadêmicas; reuniões de busca conjunta de soluções, entre outras; apresentação dos relatórios no CONSUP; e capacitações realizadas pelos servidores da Unidade de Auditoria Interna.

8.1.6.2 Elaboração do PAINT 2017

O Plano Anual de Auditoria Interna, para o exercício de 2017, foi elaborado nos meses de setembro e outubro de 2016, conforme previsto no PAINT, pelas servidoras Waleska James Sousa Félix e Maria Rosiane Melo dos Santos, respectivamente, Chefe e Chefe Adjunta da Unidade de Auditoria Interna.

A proposta do PAINT 2017 foi encaminhada para a CGU Regional Ceará, em 31 de outubro de 2016, consoante Art. 5º da Instrução Normativa CGU nº 24/2015. Após a apreciação do referido Órgão de Controle Interno, o Conselho Superior *Pro Tempore* da Universidade Federal do Cariri aprovou o plano, por meio da Resolução nº 51/CONSUP, de 23 de dezembro de 2016, conforme disposto no Art. 7º da mesma IN.

Para o exercício de 2017, foram planejadas as seguintes ações:

Quadro 97: Ações planejadas pra 2017

MACROPROCESSO	AÇÃO	PERÍODO	HORAS PREVISTAS
1. GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA	1.1 Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAIN 2016).	02/01 a 24/02/17	480h
	1.2 Elaboração do PAINT 2017	01/09 a 31/10/17	320h
	1.3 Parecer das contas do Relatório de gestão 2017 Atuação da AUDIN	02/01 a 31/03/17	180h
	1.4 Monitoramento (Plano de Providências Permanente – PPP)	02/01 a 22/12/17	450h
	1.5 Rotinas Administrativas	02/01 a 23/12/17	600h
	1.6 Ações de Comunicação e Integração da AUDIN	02/01 a 22/12/17	400h
	1.7 Normativos e Controles Internos da Auditoria	02/01 a 22/12/17	600h
2. GESTÃO DE PESSOAS	2.1 Admissão (Servidores Docentes)	02/01 a 23/03/17	456h
	2.2 Folha de Pagamento	17/04 a 31/07/17	632h

3. GESTÃO DE SUPRIMENTOS, BENS E SERVIÇOS	3.1 Processos licitatórios e os contratos a eles pertinentes, exceto Obras e Serviços de Engenharia e Locação de Mão de Obra (Terceirização)	02/01 a 31/03/17	400h
4. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.1 Planejamento de TI	01/08 a 15/09/17	300h
5. GESTÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.1 Gestão e Execução Orçamentária.	02/01 a 10/12/17	620h
6. GESTÃO PATRIMONIAL	6.1 Sistema de Bibliotecas	11/09 a 31/10/17	250h
7. CONTROLES INTERNOS	7.1 Auditoria Baseada em Risco (ABR)	01/06 a 29/08/17	400h
	7.2 Resoluções do CONSUP	02/01 a 22/12/17	400h
8. GESTÃO DAS ÁREAS FINIS	8.1 Controles Internos da PROEX1	01/06 a 31/08/17	500h
9. RESERVA TÉCNICA	9.1 Assessoramento à Gestão Superior: orientação para dirimir dúvidas que surgirem na execução das atividades da Instituição;	02/01 a 22/12/17	500h
	9.2 Ação Não Planejada e Atendimento aos órgãos de controle: CGU, TCU e Ministério Público, e Auditorias Especiais	02/01 a 22/12/17	400h
10. CAPACITAÇÕES	10.1 Ações de Capacitação previstas para a Auditoria Interna	02/01 a 22/12/17	760h

8.1.6.3 Parecer das contas do Relatório de Gestão 2015 - Atuação da AUDIN

O parecer do Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2015, foi elaborado no período de fevereiro e março de 2016, conforme previsto no PAINT 2016.

Desde novembro de 2015, após a publicação das Decisões Normativas nº 146 e 147, do Tribunal de Contas da União – TCU, foram empreendidos esforços, juntamente às partes interessadas da Unidade Prestadora de Contas, com o objetivo de assessorar a elaboração do Relatório de Gestão 2015, por meio de realização de seminário e o tempestivo preenchimento das informações relativas à atuação da Unidade de Auditoria.

O parecer desta Unidade encontra-se nas folhas 156 a 165 do referido Relatório, disponível no site da Universidade Federal do Cariri, conforme link abaixo:

- http://www.ufca.edu.br/portal/files/PPC%20Adm%20Pub/RG_-_FINAL_FINAL_2015.pdf

8.1.6.4 Plano de Providências Permanente – PPP

Dentre as ações realizadas em 2016, foram elaborados Planos de Providência Permanentes – PPP's para 05 (cinco), a saber:

Quadro 98: Plano de Providencias Permanentes

Ação	Total de Recomendações	Recomendações Atendidas	Recomendações Pendentes
2.1 – Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade	24	14	10
3.1 – Fiscalização de Contratos – Terceirização	17	15	02
3.2 – Obras	37	06	31
4.1 – Verificar o Inventário Anual Bens Móveis	20	03	17
5.1 – Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar	12	07	05

8.1.7 Área gestão de recursos humanos

8.1.7.1 Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade.

A ação foi realizada no período de 01/03/2016 a 20/05/2016, sob a coordenação da servidora Raíza Caroline Salvador de Oliveira, originando o Relatório de Auditoria nº 003/2016, o qual gerou 09 informações, 12 constatações e 24 recomendações. Até dezembro de 2016, foram executados 5 monitoramentos, tendo sido atendidas 14 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 99: Pontos críticos em recursos humanos

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Ausência do Laudo Pericial, em desacordo com o Art. 6º, do Decreto nº 97.458/1989.	Aprimorar os controles da PROGEP, de forma a verificar se consta, nos processos de concessão, o laudo pericial, autorizando o pagamento dos adicionais.	Criação de <i>checklist</i> para a verificação dos processos dos servidores, após a emissão da minuta da portaria de concessão do adicional e antes da assinatura pelo Pró-Reitor.	Em andamento
Deficiência no controle permanente da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos, em dissonância com o Art.69, da Lei 8.112/1990.	Adotar medidas que verifiquem frequentemente as atividades realizadas em locais insalubres ou perigosos, mantendo permanente controle destas.	Promoção de visita técnica do Servidor Médico (com especialização em Medicina do Trabalho) lotado no NASSE / PROGEP / UFCA ao DESMET / COQVT / PROGEP / UFC, para capacitá-lo a fim de que com este servidor a UFCA forme equipe própria	Em andamento
Divergência na memória de cálculo dos processos e ausência de pagamento retroativo.	Efetuar o pagamento relativo aos retroativos devidamente concedidos, com base no Art. 6º do Decreto 97.458/1989.	Os procedimentos relacionados a PROGEP com relação aos adicionais no módulo de exercícios anteriores já foram realizados, a quitação de valores referente a exercício anterior depende de liberação de recurso por parte do MPOG, cabendo ao órgão apenas a autorização do pagamento. Conforme explicado anteriormente, os processos tramitam em prazo razoável considerando a demanda de atividades e quantidade de servidores do setor.	Em andamento

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- Emissão de novas Portarias de Localização dos servidores que percebem adicionais de insalubridade e periculosidade;
- Confecção de *Check-list* para verificação da documentação relativa aos processos dos servidores;
- Declaração cientificando o servidor sobre a devida comunicação à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas de quaisquer alterações ocorridas no setor em que esteja lotado;
- Pagamento de adicionais retroativos realizados, bem como comunicação à SEGEP sobre possíveis cronogramas de pagamento dos respectivos retroativos.

8.1.8 Área gestão de suprimentos, bens e serviços

8.1.8.1 Fiscalização de contratos: Terceirização

A ação foi realizada no período de 01/03/2016 a 08/04/2016, sob a coordenação do servidor Edson Menezes Vilar, originando o Relatório de Auditoria nº 002/2016, o qual gerou 06 informações, 10 constatações e 17 recomendações. Até dezembro de 2016, foram executados 5 monitoramentos, tendo sido atendidas 15 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 100: Pontos críticos em fiscalização de contratos - terceirização

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Inobservância aos termos do inciso I, do art. 19-A, da IN nº 06/2013 – SLTI/MPOG, no tocante à implementação da Conta Vinculada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.	Implementar a conta vinculada nos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra ou justificar, caso seja comprovada a inviabilidade de utilização da referida conta, consoante § 2º, do art. 19-A, da IN nº 06/2013 – SLTI/MPOG.	A Coordenadoria de Contratos e Convênios tentará implementar a conta vinculada até dezembro/2016.	Em andamento
Incoerência no 2º termo aditivo ao contrato nº 010/2013, no tocante à vigência (a mesma da publicação do 1ª termo aditivo) e à Natureza da Despesa (339039, sendo 339037 no 1º termo).	Proceder análise do caso citado acima e considerar as possíveis medidas para sanar a ocorrência.	A Universidade Federal do Cariri busca junto a Universidade Federal do Ceará a regularização da situação constada	Em andamento

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- Os gestores e fiscais foram orientados em promover reunião inicial com o representante legal da contratada, registrando devidamente em Ata, de acordo com o Memorando Circular nº 04/2016/CCON/PROAD/UFCA.
- A CCON realizou uma revisão de todos os contratos e seus respectivos termos aditivos, quanto à verificação do cumprimento relativo aos percentuais dos valores das garantias oferecidas e de seus prazos de vigência.
- A CCON promoveu a sensibilização dos gestores e fiscais sobre a importância do cumprimento das garantias contratuais, no tocante ao prazo, e ao valor se deu através do envio de Memorando Circular nº 04/2016/CCON/PROAD/UFCA.
- A CCON encaminhou o Memorando Circular nº 05/2016/CCON/PROAD/UFCA, recomendando que os gestores e fiscais de contratos solicitem carta de representação da contratada, com indicação de preposto para todo o período de vigência contratual, a fim de que tal procedimento seja realizado previamente ao início da execução do contrato.
- Os controles relativos ao acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos e seus respectivos termos aditivos estão sendo realizados pela CCON, através de planilhas e memorandos enviados aos gestores e fiscais de contratos, com antecedência de 120 (cento e vinte) dias, solicitando manifestação acerca do interesse na prorrogação contratual. Ademais, visando o contínuo aprimoramento dos controles realizados pela CCON, foi criada a Divisão de Acompanhamento e Controle, a qual tem como atribuições (disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/proad/atribuicoes>), dentre outras: Manter atualizadas as informações para a

gestão dos contratos; Realizar o acompanhamento da vigência dos contratos e demais prazos estabelecidos, junto aos fiscais.

- A CCON encaminhou o memorando circular nº 07/2016/CCON/PROAD/UFCA, complementando a recomendação dada aos gestores e fiscais para que solicitem carta de apresentação da contratada, devidamente assinada, com indicação de preposto para todo o período de vigência contratual, a fim de que tal procedimento seja realizado previamente ao início da execução do contrato.
- A CCON encaminhou o Memorando Circular nº 08/2016/CCON/PROAD/UFCA, informando aos gestores e fiscais de contratos administrativos que deverão seguir o Manual de Fiscalização de Contratos da UFC, definido como o documento padrão adotado pela Universidade, conforme orientação do Gabinete da Reitoria.
- A CCON encaminhou o Memorando Circular nº 009/2016/CCON/PROAD/UFCA, que trata de recomendação quanto à indicação de gestores e fiscais de contratos, orientando que, quando das referidas indicações, o quantitativo de contratos fiscalizados por servidor deverá ser analisado e avaliado, com vistas a garantir efetiva fiscalização contratual e a mitigação dos riscos desta atividade. Ademais, a unidade auditada elaborou um modelo de memorando de solicitação de designação de gestor e fiscais de contrato, no qual deixa registrado a orientação expressa no Memorando acima.

8.1.8.2 Obras

A ação foi realizada no período de 01/04/2016 a 15/08/2016, sob a coordenação do servidor Edson Menezes Vilar, originando o Relatório de Auditoria nº 005/2016, o qual gerou 10 informações, 21 constatações e 37 recomendações. Até dezembro de 2016, foi executado 1 monitoramento, tendo sido atendidas 6 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 101: Pontos críticos em obras

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Ausência de aprovação, por órgão competente, da avaliação do impacto ambiental.	Providenciar a devida consulta, junto ao órgão ambiental, com vistas a detectar a necessidade do licenciamento ambiental para as obras em andamento da Universidade Federal do Cariri - UFCA, avaliando a conveniência e a oportunidade de atender a demanda, caso se mostre necessária.	Foi realizada a consulta na Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos – SEMASP do município de Juazeiro do Norte e lá foi recebido um requerimento, solicitação de carta de anuência (ver modelo anexo) para preenchimento. Após preencher todas as documentações necessárias será dado entrada no órgão competente.	Em andamento
Ausência de Alvará de Construção, emitido por órgão municipal competente.	Providenciar consulta, junto ao órgão municipal competente, sobre a necessidade de expedição do Alvará de Construção das obras em andamento na Universidade Federal do Cariri – UFCA, avaliando a conveniência e a oportunidade de atender a demanda, caso se mostre necessária.	Foi realizada a consulta, na Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA do município de Juazeiro do Norte e lá foi recebido um check list de documentação necessária para expedição de alvará (ver anexo). Após preencher todas as documentações necessárias será dado entrada no órgão competente.	Em andamento

Pagamento realizado em favor da empresa Pollux, referente à administração da obra, decorrente dos dois contratos (06/2015 e 15/2015). Observa-se, contudo, apenas um engenheiro responsável por ambas as obras, dividindo o tempo para atender as atividades de execução das duas, enquanto a Universidade está pagando o serviço para cada obra.	Exigir da contratada o fiel cumprimento do contrato, uma vez que, após sua assinatura, a empresa assume concordância com os termos firmados, vinculando-se às condições estabelecidas na proposta apresentada.	A contratada foi informada sobre a questão, exigiu-se um engenheiro residente pertinente a obra do contrato 15/2015, não remunerando a administração da obra até apresentação do mesmo.	Em andamento
Não apresentação de ART do autor do Projeto Básico, em afronta ao disposto no art. 1º da Lei 6.496/1977, no art. 1º da Resolução Confea 425/1998, no art. 7º da Resolução Confea 361/1991, no Art. 10 do Decreto nº 7.983/2013 e na Súmula-TCU 260.	Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos autores dos Projetos Básicos referentes às obras em andamento na Universidade Federal do Cariri – UFCA.	A recomendação está sendo providenciada junto com a UFC, foi órgão que nos forneceu os projetos (solicitação via Ofício nº 11/2016/DINFRA). Após a autorização, será elaborado um documento das alterações que foram necessárias e será gerada uma ART de projeto destas alterações. Sobre a autorização do projeto de quadra esportiva foi feito contato com o FNDE, por telefone 0800616161 através do protocolo nº 20160010785732, atendente Eduardo, mas não foi obtido sucesso porque ele não conseguiu localizar a obra no sistema SIMEC, pelo fale conosco do FNDE também foram feitas várias tentativas para encaminhar o e-mail, mas estava dando erro até o momento (conforme print em anexo).	Em andamento

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- A Coordenadoria de Contratos – CCON está adotando a verificação do SICAF antes das contratações, alterações / prorrogações e demais procedimentos contratuais, a fim de comprovar que as empresas estejam em situação regular;
- Os fiscais foram sensibilizados a sistematizar e aprimorar a fiscalização da representação do preposto no local da obra. Está sendo feito o controle da presença através de assinaturas nos diários de obras e dos boletins de medição, bem como a fiel presença no canteiro de obras, através da constatação do próprio fiscal;
- A Coordenadoria de Obras e Projetos Complementares providenciou a assinatura dos profissionais responsáveis pelas ART's de fiscalização e execução das obras referentes aos contratos nº 06/2015 e 09/2015;
- Foi elaborado um *check list* para controle de documentação de início de obra, garantindo a emissão da ordem de serviço somente com as documentações listadas apresentadas;
- Sensibilizou-se os servidores, por meio de reunião interna, no tocante ao cumprimento das determinações expressas nos Arts. 6º, IX, e 12, da Lei nº 8.666/1993. Diante do exposto, considera-se atendida a recomendação.

8.1.8.3 Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade – Pós-homologação.

A ação, sob a coordenação do servidor Edson Menezes Vilar, teve início em 01/08/2016 e ainda está em curso, em virtude da impossibilidade de encaminhamentos decorrente da greve dos servidores técnico-administrativos da UFCA. O Relatório de Auditoria nº 007/2016, em sua versão preliminar, gerou 04 informações, 20 constatações e 26 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 102: pontos críticos em processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Ausência de Minuta do Termo de Contrato, consequentemente sem o instrumento contratual, nos autos do processo nº 23067.006027/2015-21, contrariando o disposto na Lei nº 8.666/93, Art. 38, parágrafo único, e ausência dos Termos de Contrato nos processos nº 23067.008383/2015-80 e 23067.020396/2014-46, em descumprimento à Orientação Normativa nº 02/2009 – AGU.	Fazer constar nos autos dos próximos processos licitatórios, as minutas dos contratos, previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, conforme disposto no parágrafo único do Art. 38, da Lei nº 8.666/1993.	Aguardando informações do setor auditado.	Não Iniciado
Deficiências no planejamento decorrente de solicitação de anulação de empenho, emitida um mês depois do pedido de emissão de empenho, com base na justificativa de que os espaços da UFCA que receberão os itens são menores que a quantidade solicitada (fl. 02, processo nº 0122391.000408/2015-23). Oito dias depois, encaminhou-se solicitação de estorno de anulação do mesmo empenho, com a justificativa de que a Nota de Empenho havia sido entregue ao fornecedor (fls. 40 e 41, processo nº 0122391.000408/2015-23).	Promover melhorias no planejamento quanto à aquisição de materiais permanentes, analisando, previamente à solicitação de empenho, se os espaços físicos são compatíveis com a demanda requisitada. Aguardando informações do setor auditado.	Aguardando informações do setor auditado.	Não Iniciado
Ausência de exigência editalícia de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, para habilitação dos licitantes, em descumprimento à Lei nº 8.666/1993, Art. 29, III; à Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, XIII; e ao Decreto nº 5.450/05, Art. 14, V	Aprimorar os controles internos, de forma a garantir que, nos próximos editais de licitação, exija-se dos licitantes a devida comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, cumprindo o que determina a Lei nº 8.666/1993, Art. 29, III; a Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, XIII; e o Decreto nº 5.450/05, Art. 14, V	Aguardando informações do setor auditado.	Não Iniciado

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- Elaboração de *Check lists* de verificação e de conferência dos processos licitatórios, que serão adotados em todos os processos a partir de 23 de janeiro de 2017;
- Aperfeiçoamento da Portaria de designação de pregoeiro e equipe de apoio, informando claramente quais servidores atuarão em cada função, de forma a atender o exigido no Decreto nº 5.450/2005, Art. 9º, VI, e na Lei nº 10.520/2002, Art. 3º, IV;
- Aperfeiçoamento da estrutura das Atas de Registro de Preços, incluindo ao documento a sua indicação numérica, de forma a melhorar o controle interno e garantir que seja o mesmo número a ser publicado no DOU;
- Elaboração de modelo de edital a ser adotado, contendo a exigência de regularidade fiscal municipal para habilitação do licitante.

8.1.9 Área gestão patrimonial

8.1.9.1 Verificar o inventário anual bens móveis

A ação foi realizada entre os meses de janeiro a março de 2016, conforme previsto no PAINT, sob a coordenação do servidor Antonio Rafael Valério de Oliveira, originando o Relatório de Auditoria nº 001/2016, o qual gerou 08 Constatações e 20 Recomendações. Até dezembro de 2016, foram executados 5 monitoramentos, tendo sido atendidas 3 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 103: pontos críticos no inventário de bens móveis

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Ausência de inventário anual de bens móveis, em desacordo aos itens 8.1 e 8.2 da IN 205/88/SEDAP/PR e aos arts. 94 e 96 da lei 4.320, de 17/3/1964	Realizar inventário anual nos termos da IN 205/88-SEDAP/PR e dos artigos 94 e 96 da Lei 4.320/64 de todos os bens da Universidade Federal do Cariri – UFCA.	Nomeação da Comissão Inventariante e realização do Inventário	Em andamento
Controle de chaves deficiente, tornando vulnerável a guarda dos bens, sobretudo os equipamentos de laboratórios, que possuem valores elevados de aquisição e apresentam fácil mobilidade.	Estabelecer controles específicos para as áreas de uso comum: salas de aula, pátios e corredores de acesso aos blocos (extintores).	Realização de estudo para identificar responsável pela carga de bem de uso comum e atribuição de carga patrimonial aos respectivos responsáveis pelos bens de uso comum.	Em andamento

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- Realização de “Seminário de Conscientização e Controle Patrimonial”, promovido pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio (CMP) com participação da Unidade de Auditoria, com fito a promover melhorias controles internos administrativos para cuidar da localização, recolhimento, manutenção e redistribuição, por meio da promoção de ações de conscientização para toda a comunidade acadêmica acerca da responsabilidade e a necessidade de comunicação (ciência) à CADM no caso de movimentação de equipamento ou material permanente;
- Envio de memorandos circulares (CMP/PROAD) como o objetivo de promover ações de conscientização para toda a comunidade acadêmica, com fito a promover melhorias controles internos administrativos para cuidar da localização, recolhimento, manutenção e redistribuição dos bens patrimoniais;
- Formalização da transferência dos bens patrimoniais da UFC para a UFCA nos termos da legislação e procedimentos de regência, como assegura o inciso III, art. 5º, da Lei nº 12.826, 05 de junho de 2013;
- Mediante a atuação da AUDIN foram aprimorados os controles para o acesso e utilização das chaves existentes na portaria, com o objetivo de aumentar a segurança dos bens e coibir o acesso de pessoas estranhas ao setor.

8.1.10 Área gestão orçamentária e financeira

8.1.10.1 Gestão da execução orçamentária e financeira: restos a pagar

A ação foi realizada entre os meses de março a maio de 2016, conforme previsto no PAINT, sob a coordenação do servidor Antonio Rafael Valério de Oliveira, originando o Relatório

de Auditoria nº 004/2016, o qual gerou 01 informação, 07 constatações e 12 recomendações. Até dezembro de 2016, foram executados 4 monitoramentos, tendo sido atendidas 7 recomendações.

Destacam-se os pontos mais críticos:

Quadro 104: pontos críticos na gestão da execução orçamentária e financeira

Constatação	Recomendação	Providência	Estágio
Baixo desempenho da execução orçamentária da Ação 14XP - Implantação da Universidade Federal do Cariri – UFCA e consequente atendimento abaixo da meta física para o exercício 2015.	Reduzir os restos a pagar não processados referentes a despesas de capital, quer seja pelo regular pagamento ou pela anulação do saldo não utilizado no exercício.	Controle através de planilhas extraídas do Sistema Tesouro Gerencial para execução dos empenhos no exercício corrente.	Atendida
Desconformidade do cronograma de pagamentos de restos a pagar de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993 contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, obras e prestação de serviços.	Aprimorar os controles internos para contemplar todo o exercício financeiro, com o intuito de garantir a conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993, contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.	Controle através de planilhas e emissão de Portaria com orientações acerca da ordem cronológica dos pagamentos.	Atendida
Reinscrição de Resto a Pagar cancelado no valor de R\$ 21.866,86, evidenciando as necessidades de promover melhorias nos controles quanto à observância dos prazos de cumprimento da obrigação com os credores, configurado pela realização de acompanhamento sistemático.	Promover a reinscrição de restos a pagar decorrentes de notas de empenho, observando os prazos de cumprimento da obrigação, de modo a evidenciar o acompanhamento sistemático, com a finalidade de aferir o efetivo interesse da Administração em exigir do credor as referidas obrigações.	Utilização da planilha de controle dos saldos atualizados de empenhos inscritos em restos a pagar 2014 / 2015.	Em andamento

Elencam-se os benefícios decorrentes da ação:

- Utilização da planilha “Execução dos Empenhos emitidos em nome da própria Unidade gestora – 2016”, com o intuito de apropriar os empenhos que têm como beneficiária a própria universidade, e proceder, no final de cada exercício, à anulação das notas de empenho que não tenham sido formalmente assumidas por credor específico;
- Melhorias nos controles internos administrativos quanto a conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993, mediante a utilização de planilha (forma de controle adotada) e a emissão da Portaria nº 69 de agosto de 2016 que regulamenta, no âmbito da Universidade Federal do Cariri, a ordem cronológica de pagamentos, determinada pelo art. 5º da Lei 8.666/1993, elencando as exceções para quebra da ordem cronológica das obrigações;
- Melhorias na execução financeira dos Restos a Pagar não Processados dos saldos remanescentes dos exercícios 2014 e 2015, foram pagos R\$ 14.087.472,46 e cancelados R\$ 698.851,96 no exercício de 2016;
- Melhorias nos controles quanto ao acompanhamento sistemático por meio das planilhas: “Controle dos saldos atualizados de empenhos inscritos em restos a pagar” e “Saldos de empenhos – contratos” com a finalidade de aferir o efetivo interesse da Administração em

exigir do credor as referidas obrigações, as necessidades efetivas de reforços e anulações, para evitar de reforçar e anular o mesmo empenho inúmeras vezes e a orientação aos gestores quanto à necessidade de realizar a anulação dos empenhos em tempo hábil, evitando realizá-la somente ao final do exercício.

8.1.10.2 Concessão de auxílio financeiro e ajuda de custo

A ação, sob a coordenação da servidora Raíza Caroline Salvador de Oliveira, teve início em 03/10/2016 e ainda está em curso, em virtude da impossibilidade de encaminhamentos decorrente da greve dos servidores técnico-administrativos da UFCA. Aguarda-se as manifestações dos setores auditados para consolidação e elaboração do Relatório de Auditoria nº 008/2016, versão preliminar.

Diante do exposto, ainda não há como indicar o número de informações, constatações e recomendações geradas pelo relatório desta ação.

8.1.11 Área operacional

8.1.11.1 Auditoria Baseada em Risco nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP)

A ação foi realizada entre os meses de fevereiro a setembro de 2016, conforme previsto no PAINT, sob a coordenação da servidora Maria Rosiane Melo dos Santos, originando o Relatório de Auditoria nº 006/2016, que contribuiu para a definição das ações a serem executadas no ano subsequente, fornecendo subsídios para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna 2017.

- Por meio do “Café com Auditoria” foi possível levar à comunidade acadêmica a importância da Gestão de Riscos para Instituição
- Com a Aplicação da Metodologia Auditoria Baseada em Riscos, foi possível subsidiar as ações no Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2017, elencando as áreas de maior vulnerabilidade;
- As coordenadorias de Licitação, Admissão e Planejamento e Controle Orçamentário iniciaram o mapeamento dos processos críticos e identificação dos riscos, por meio da Matriz de Riscos;
- Criação da função de Assessor de Controle Interno na UFCA que auxilie nas tomadas de providências relacionadas ao atendimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna da UFCA.

8.1.12 Reserva Técnica

8.1.12.1 Assessoramento à Gestão Superior: orientação para dirimir dúvidas que surgirem na execução das atividades da Instituição

O assessoramento à Gestão Superior se deu por meio de reuniões, encaminhamento de Acórdãos e demais Legislações específicas de interesse dos diversos setores administrativos e/ou acadêmicos, como também a promoção do Café com Auditoria.

Em atendimento ao § 1º do Art. 17, da Instrução Normativa nº 24/2015 - CGU, foram realizadas, mensalmente, reuniões com representantes da Reitoria, com o objetivo de informar sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, bem como das ações em execução.

Ao término de cada ação, um representante da Auditoria Interna apresentou ao CONSUP o

resumo do Relatório Final de Auditoria, de forma a dar ciência ao órgão máximo da Instituição, conforme preconiza o Art. 13 da IN supracitada.

Destaca-se também que, no dia 15 de junho de 2016, a Auditoria Interna promoveu o primeiro “Café com Auditoria”, que teve como objetivo apresentar questões relevantes para a gestão e o controle da Instituição, contando com a participação de gestores da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

O projeto abordou os seguintes temas: Controles Internos, framework COSO (estrutura integrada de controles internos desenvolvida pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras), Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Risco.

Ademais, no exercício de 2016, foram encaminhados aos setores administrativos e/ou acadêmicos da UFCA, com possibilidade de dirimir dúvidas acerca do arquivo enviado, o montante de 229 documentos, dentre estes: Acórdãos, Portarias, Decretos, Instruções Normativas, Orientações Normativas, Leis, Ação Direta de Inconstitucionalidade e Decisões Normativas.

Por fim, cabe dizer que, os achados de auditoria, o processo de monitoramento e a leitura do Relatório de Gestão do exercício de 2016, nos levou a direcionar as ações de auditoria do exercício de 2017 para uma melhor compreensão e análise dos fatores intervenientes relativos à execução das ações orçamentárias e do tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

8.1.12.2 Ação Não Planejada e Atendimento aos órgãos de controle: CGU, TCU e Ministério Público, e Auditorias Especiais

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União realizou 03 (três) ações, durante o exercício de 2016, na Universidade Federal do Cariri – UFCA, com o acompanhamento direto e a intermediação da Unidade de Auditoria Interna, configurando assim o atendimento aos órgãos de controle.

No dia 25 de janeiro de 2016, por meio do Ofício nº 693/2016/NAC-1/CGU-Regional/CE, o MTF-CGU iniciou a Auditoria Operacional, visando o mapeamento do relacionamento das Instituições de Ensino e suas Fundações de Apoio, que deu origem ao Relatório Preliminar nº 201505843.

Posteriormente, deu-se início à ação relacionada ao Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, resultando no Relatório Preliminar nº 21505834.

Por fim, foi realizada a auditoria anual de contas do Relatório de Gestão 2015, dando origem ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201601515, o Parecer de Dirigente do Órgão de Controle Interno nº 201601515 e o Certificado de Auditoria Anual de Contas.

No tocante às auditorias especiais, atuação do TCU e/ou do Ministério Público, não houve demanda que ensejasse a laboração da Unidade de Auditoria Interna.

8.1.13 Gestão da Auditoria

8.1.13.1 Ações de Comunicação e Integração da AUDIN

A comunicação e integração da Auditoria com o público interno e externo ocorreu, dentre outras formas, por meio da página da AUDIN na internet, disponível no site da UFCA:

<http://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/auditoria>

As informações disponibilizadas na página são atualizadas periodicamente e referem-se à

legislação aplicável ao trabalho da auditoria, informativos internos, relatórios de auditoria, estrutura organizacional, Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), a fim de subsidiar os servidores com informações que contribuam na realização dos trabalhos e na tomada de decisões, dar ampla publicidade e transparência das ações.

Ademais, no exercício de 2016, foram encaminhados aos setores administrativos e/ou acadêmicos da UFCA, com possibilidade de dirimir dúvidas acerca do arquivo enviado, o montante de 229 documentos, dentre estes: Acórdãos, Portarias, Decretos, Instruções Normativas, Orientações Normativas, Leis, Ação Direta de Inconstitucionalidade e Decisões Normativas, especificados no gráfico abaixo:

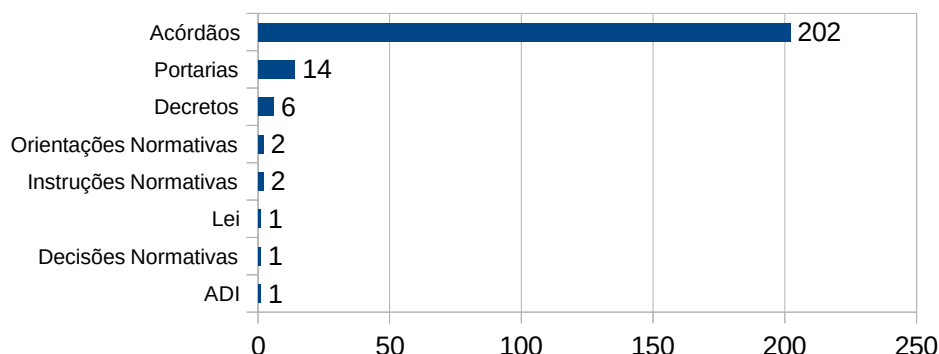


Figura 15: Ações de Comunicação e Integração da AUDIN

Destaca-se também que, no dia 15 de junho de 2016, a Auditoria Interna promoveu o primeiro “Café com Auditoria”, que teve como objetivo apresentar questões relevantes para a gestão e o controle da Instituição, contando com a participação de gestores da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

O projeto abordou os seguintes temas: Controles Internos, framework COSO (estrutura integrada de controles internos desenvolvida pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras), Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Risco.

Outrossim, em complementação à Ação 4.1 – Verificar o Inventário Anual – Bens Móveis, a Auditoria Interna participou do Seminário de Conscientização e Controle Patrimonial, a convite da Coordenadoria de Materiais e Patrimônio – CMP, com o objetivo de cumprir o previsto no plano de ação e no Plano de Providências Permanente – PPP.

8.1.14 Normativos e Controles Internos da Auditoria

No tocante ao aprimoramento dos normativos internos, destacam-se a aprovação do Regimento Interno da Auditoria, por meio da Resolução nº 36/CONSUP, de 23 de maio de 2016, as melhorias e revisões promovidas no Manual de Auditoria e nos papéis de trabalho.

Em 2016, realizou-se o levantamento de informações acerca das ações executadas para a criação de indicadores, como também, deu-se início ao mapeamento dos macroprocessos e processos da Auditoria, conforme imagens a seguir:

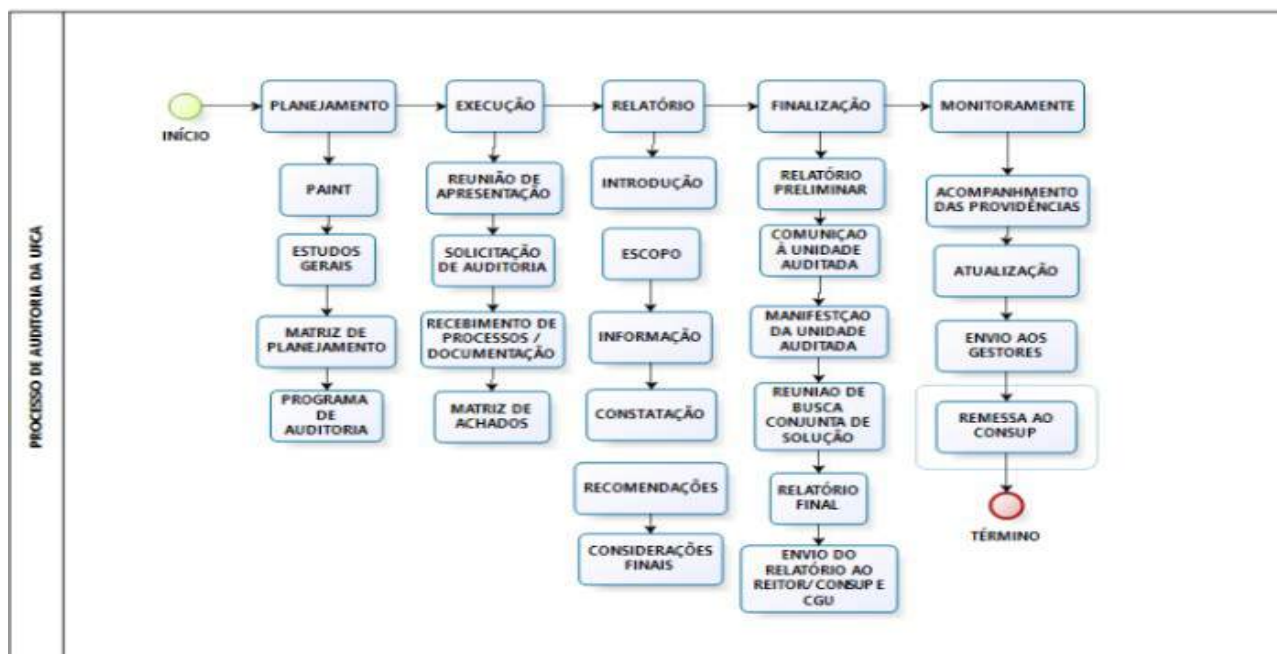


Figura 16: Processo Global de Auditoria

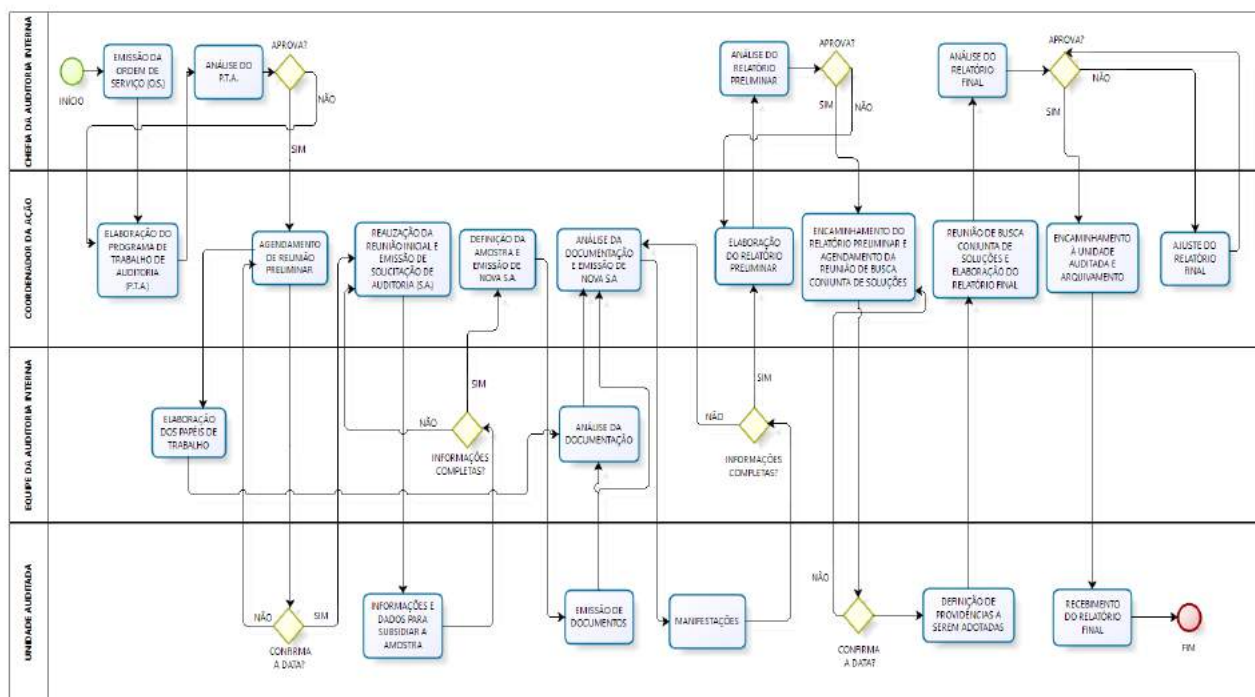


Figura 17: Processo e papéis

Ademais, durante o exercício de 2016, os servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna participaram de cursos e capacitações, com vista a aperfeiçoar as atividades a serem desenvolvidas no setor, totalizando 1589 horas.

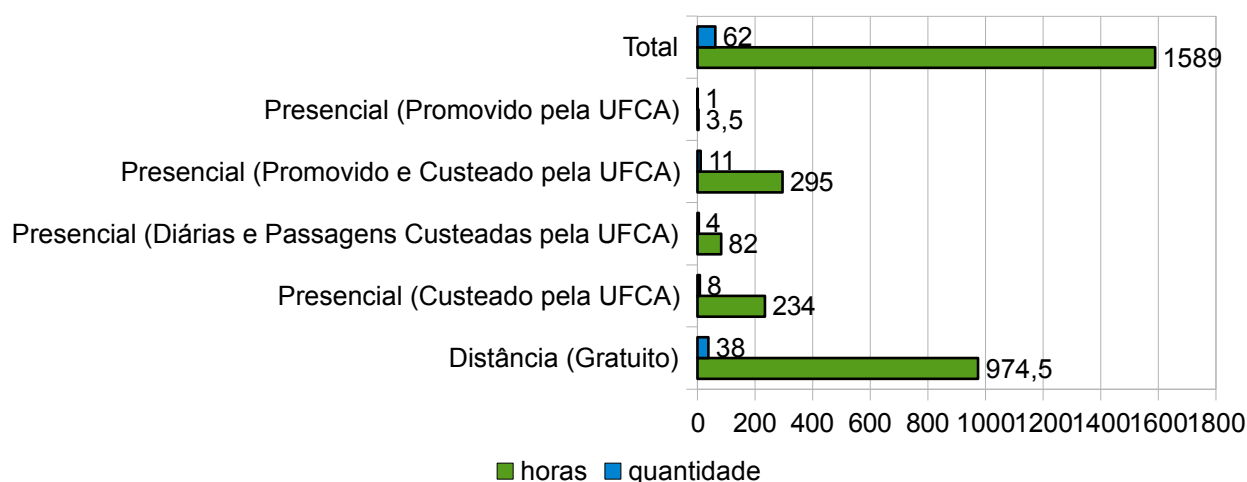


Figura 18: Capacitações realizadas com servidores da AUDIN

8.1.14.1 informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Cariri, localizada no campus de Juazeiro do Norte, atua à frente de quatro áreas estratégicas para melhor desenvolver suas atividades. Além da chefia, há os departamentos de: auditoria orçamentária, financeira, patrimonial e contabilidade; auditoria de suprimentos, bens e serviços; auditoria de controle e gestão de pessoas; auditoria operacional.

A Auditoria Interna atende aos cinco campi, que constituem a Universidade Federal do Cariri. Suas atividades são planejadas por ocasião do desenvolvimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), levando em consideração os critérios de materialidade, relevância e criticidade, e são descritas, ao final de cada exercício, no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Desse modo, as ações desenvolvidas pelo setor de Auditoria conseguem abranger as atividades administrativas e acadêmicas da Instituição, em consonância com o que preconiza o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

No tocante às informações quantitativas e qualitativas das auditorias realizadas no exercício de referência do relatório de gestão, são demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 105: Informações quantitativas e qualitativas da auditoria

ÁREAS DA AUDITORIA	AÇÕES REALIZADAS	PERÍODO PREVISTO	PERÍODO REALIZADO	RELATÓRIO GERADO	RESUMO DE DADOS DO RELATÓRIO	RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS	ARQUIVOS ENVIADOS
Departamento de Auditoria Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contabilidade	4.1 – Verificar o Inventário Anual Bens Móveis	04/01/2016 a 31/03/2016	04/01/2016 a 31/03/2016	Relatório de Auditoria nº 001/2016	08 Constatações; 20 Recomendações	Monitoramento II – 02 Monitoramento IV – 01	25 Acórdãos; 07 Portarias; 05 Decretos; DN nº 154/2016; IN TCU nº 76/2016; IN CONJUNTA CGU/MPOG nº 1/2016.
	5.1 – Gestão da Execução Orçamentária e Financeira: Restos a Pagar	01/03/2016 a 31/05/2016	01/03/2016 a 31/05/2016	Relatório de Auditoria nº 004/2016	01 Informação; 07 Constatações; 12 Recomendações	Monitoramento I – 03 Monitoramento III – 03 Monitoramento IV – 01	

Departamento de Auditoria de Controle e Gestão de Pessoas	2.1 – Recursos Humanos: pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade	01/03/2016 a 29/04/2016	01/03/2016 a 20/05/2016	Relatório de Auditoria nº 003/2016	09 Informações; 12 Constatações; 24 Recomendações	Monitoramento I – 04 Monitoramento II – 04 Monitoramento III – 06	17 Acórdãos; 01 Decreto; 07 Portarias; 02 Orientações Normativas; ADI 3721/2016; Lei nº 13.324/2016 .
	5.2 – Concessão de Auxílio Financeiro e Ajuda de Custo	03/10/2016 a 30/11/2016	Em andamento	Não Iniciado	Não Iniciado	-	
Departamento de Auditoria de Suprimentos, Bens e Serviços	3.1 – Fiscalização de Contratos – Terceirização	01/03/2016 a 01/04/2016	01/03/2016 a 08/04/2016	Relatório de Auditoria nº 002/2016	06 Informações; 10 Constatações; 17 Recomendações	Monitoramento I – 07 Monitoramento II – 03 Monitoramento III – 01 Monitoramento V – 04	139 acórdãos.
	3.2 – Obras	01/04/2016 a 31/05/2016	01/04/2016 a 15/08/2016	Relatório de Auditoria nº 005/2016	10 Informações; 21 Constatações; 37 Recomendações	Monitoramento I – 06	
	3.3 – Processos Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade	01/08/2016 a 30/09/2016	Em andamento	Relatório de Auditoria nº 007/2016 (Preliminar)	Em andamento	-	
Departamento de Auditoria Operacional	6.1 – Auditoria Baseada em Risco nas Pró-Reitorias de Administração (PROAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e de Gestão de Pessoas (PROGEP)	01/02/2016 a 30/09/2016	01/02/2016 a 30/09/2016	Relatório de Auditoria nº 006/2016	-	-	21 Acórdãos.

8.1.15 Conclusão

Compreendemos ter a Unidade de Auditoria Interna cumprido devidamente com suas competências regimentais no ano de 2016, ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa da UFCA. Buscou executar os trabalhos com dedicação e esforço, prestando assistência aos gestores como órgão que também prima pelo fortalecimento da gestão e pelo cumprimento das recomendações de auditoria do exercício.

Em que pese as dificuldades encontradas no decorrer do exercício para executar todas as atividades que foram planejadas no PAINT/2016 e aprovadas pelo dirigente máximo e com ciência dada ao CONSUP, os esforços para mapear fragilidades e corrigi-las têm apresentado frutos, resultando em melhoria nos controles internos dentro da UFCA. Foi possível identificar aprimoramentos como resultado de medidas tomadas pelos setores auditados em resposta aos questionamentos e orientações veiculados pela unidade de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna vem buscando aprimoramento qualitativo de sua atuação através da capacitação de sua equipe, dos desenhos de seus processos, da melhoria contínua da operacionalização de procedimentos, e da implementação de sistema informatizado de auditoria, além do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos através de interação regular com outras unidades de auditoria interna de Instituições de Ensino. Desta forma acredita-se empreender esforços para consolidação de uma atuação com foco na orientação e prevenção.

O desenvolvimento das atividades de auditoria no exercício de 2016 nos faz ressaltar que,

embora os controles internos administrativos no âmbito da UFCA apresentem fragilidades, haja vista os pontos levantados por ocasião do exame auditoriais empreendidos no exercício, o empenho e comprometimento dos gestores em aperfeiçoar os procedimentos tornando-os mais eficientes e em conformidade com a legislação pátria também se faz presente.

Com base no exposto, e observando os aspectos relevantes deste relatório, conclui-se que a gestão da Universidade Federal do Cariri – UFCA, cumpriu com seu dever de prestar contas, obedecendo à legislação pertinente, o que faz opinar, esta Auditoria Interna, que a prestação anual está em condições de ser submetida à apreciação do Órgão/Unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, posteriormente, ao Tribunal de Contas da União.

Juazeiro do Norte, 22 de março de 2017.



Waleska James Sousa Félix
Chefe da Unidade de Auditoria Interna
Universidade Federal do Cariri
SIAPE 1677086

8.2 Parecer de Colegiado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CONSELHO SUPERIOR

PARECER N.º 01/2017/CONSUP/UFCA

Processo n.º: 122391.000743/2017-65

Interessado: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Assunto: análise da Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão do Exercício de 2016, a ser apresentado pela Universidade Federal do Cariri aos órgãos de controle como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

BREVE RELATÓRIO

1. Trata-se da análise da Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão do Exercício de 2016, a ser apresentada pela Universidade Federal do Cariri aos órgãos de controle como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Portaria TCU nº 59/2017.
2. A Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão do Exercício de 2016, foi encaminhada por e-mail pela Coordenadoria de Transparência, Governança e Gestão de Riscos, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento desta universidade, à Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores - SODS, em 13 de março do ano corrente, solicitando apreciação e parecer do Conselho Superior desta instituição.

Parecer n.º 01/2017/CONSUP/UFCA

23/MARÇO/2017

1

3. Designado em ato da Reitoria pela portaria nº 49, de 14 de março de 2017 para emitir parecer e relatá-lo nessa reunião, seguem abaixo as considerações pertinentes.

DA EXPOSIÇÃO DO FATO E ANÁLISE

4. A Administração da UFCA apresenta, sinteticamente, suas ações realizadas, bem como ações previstas, porém não executadas, esclarecendo os motivos que levaram a instituição a não alcançar o objetivo total. O relatório e seus anexos procuram trazer informações das ações administrativas e visam, também, dar conhecimento à comunidade interna e externa daquilo que foi realizado ao longo do exercício de 2016.
5. Quanto ao desempenho orçamentário e operacional cumpre ressaltar sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UPC. Em relação a ação 14XP – Implantação da UFCA, observa-se que a execução da meta física em 2016, que equivale ao valor da instituição implantada, correspondeu a 5,08%. Isso se deve ao fato de que, para o cálculo da referida meta, verifica-se apenas os valores liquidados, não se observando os valores inscritos em restos a pagar não processados, que correspondem a cerca de 50,2% dos valores consignados à ação de implantação da UFCA. A justificativa para tal inscrição é decorrente dos investimentos em edificações necessárias a criação de infraestrutura que possibilite o crescimento e expansão da instituição. Dos R\$ 11.295.968,49 inscritos em restos a pagar não processados, 55% correspondem a despesas com investimentos em obras em andamento desta universidade. Todavia, considera-se o resultado obtido como satisfatório, haja vista que boa parte da inexecução do orçamento deve-se ao contingenciamento das despesas discricionárias realizado pelo Governo Federal.
6. Quanto à ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior, o indicador de eficácia em relação à LOA, considerando-se a relação entre a meta física realizada e a prevista, é de 370,1%, o que exprime o significativo trabalho que a Diretoria de Assistência Estudantil realizou junto aos discentes em situação de vulnerabilidade social, garantindo, assim, que os mesmos tenham condições de permanecer na universidade. O Relatório de Gestão do Exercício de 2016 ressalta que o resultado obtido se apresenta superestimado, pois a meta física prevista é baseada no número de alunos atendidos e a meta física realizada é baseada no número de benefícios concedidos.
7. Foi analisado que alguns fatores interferiram no desempenho da execução orçamentária. Além do contingenciamento já citado, que resultou o não repasse de limite orçamentário suficiente para a execução de todo o orçamento destinado à UFCA, verifica-se, ainda, a realização de alguns pregões desertos, fracassados e com itens cancelados no período de 2016, interferindo diretamente na execução orçamentária. O planejamento da execução foi frustrado por estes fatores externos cuja universidade não detém qualquer controle.
8. Ao observar o indicador de desempenho custo corrente sem hospital universitário por aluno equivalente, percebemos que houve um aumento de 25,86% no custo por aluno da UFCA em 2016, contrastando com uma redução de 1,80% no ano anterior. O resultado se explica, a princípio, pelo aumento no custo corrente da Universidade, devido ao seu processo de expansão. Além disso, observou-se uma redução do componente Aluno Equivalente, justificada pela queda na diferença entre o número de ingressantes e diplomados, especialmente em cursos com peso maior, como Medicina.

Parecer n.º 01/2017/CONSUP/UFCA

23/MARÇO/2017

2



9. Ao averiguar a alocação dos recursos percebe-se o cuidado da administração em priorizar as atividades-fim da instituição, bem como a assistência estudantil, e o investimento em infraestrutura, de acordo com o disposto em seu Planejamento Estratégico. Cumpre salientar, que esta IFES tem buscado alcançar a aplicação adequada dos recursos disponíveis e garantir a sustentabilidade financeira da instituição.
10. Ressalta-se, também, a evolução da capacidade de execução orçamentária e financeira do exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015, bem como a melhoria de qualidade da apresentação, organização e conteúdo do próprio documento analisado, mostrando que, apesar dos possíveis contratempos, esta instituição tem buscado aperfeiçoar seus processos e atender, de forma efetiva e responsável, as necessidades da comunidade acadêmica.

CONCLUSÃO

Em decorrência da análise técnica deste processo, tendo em vista não existir nenhum óbice de ordem legal ou contábil, a relatoria manifesta-se favorável à aprovação do Relatório de Gestão 2016 da UFCA (Prestação de Contas Anual – Relatório de Gestão do Exercício de 2016), conforme disposto no processo nº 122391.000743/2017-65.

Assim opina, s.m.j.

CONSUP/UFCA, em 23 de março de 2017.


SILVERIO DE PAIVA FREITAS JÚNIOR

Conselheiro Parecerista
SIAPE 1772643

Silverio de Paiva Freitas Júnior
Pró-Reitor de Administração
Universidade Federal do Cariri
SIAPE: 1772643

8.3 Relatório de Instância ou Área de Correição

Conforme a Portaria-CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), a UFCA solicitou adesão ao referido Sistema em fevereiro de 2016, entretanto, com alegação de problemas técnicos, a CGU só liberou o acesso em 20 de dezembro de 2016. Após liberação, não houve instauração de nenhum processo disciplinar e por meio de sua Coordenadoria de Acompanhamento das Comissões Permanentes e Relacionamento com as Fundações de Apoio, a UFCA iniciou o cadastro de todos os processos ulteriores. Ante exposto, informamos não ser possível apresentar dados oriundos do Sistema CGU-PAD neste exercício.

Mesmo a UFCA não possuindo o acesso ao sistema CGU-PAD, manteve o controle de todos os procedimentos disciplinares instaurados por meios próprios. Conforme informado no tópico 3.3 do presente relatório, no exercício auditado, a UFCA executou suas atividades de correição, instaurando ao longo de 2016, cerca de 13 (treze) processos disciplinares. Dentre eles, 5 (cinco) Processos Administrativo-Disciplinares-PAD, 7 (sete) sindicâncias investigativas e 1 (uma) Investigação Preliminar. Dos Processos Administrativo-Disciplinares (PADs): 2 (dois) foram para apurar supostas irregularidades de discentes da Universidade (em andamento), 2 (dois) foram para apurar supostas irregularidades cometidas por servidores da Instituição (julgados) e 1 (um) para apurar supostas irregularidades de servidor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) cometida nesta Instituição (aguardando julgamento). Das Sindicâncias: 7 (sete) Sindicâncias investigativas e todas estão em andamento. Da investigação preliminar: 1 (uma), referente a uma denúncia protocolada sob o nº 00106.003074/2015-12 pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e encaminhada pela Corregedoria Setorial da Área de Educação. Após apuração dos fatos por meio de investigação preliminar, não foi detectado nenhum ato ilícito e, conseqüentemente, o processo foi arquivado.

As principais constatações averiguadas que levaram abertura de sindicâncias ou procedimentos administrativos disciplinares foram: desrespeito às normas internas por servidores ou discentes da Instituição; abandono de cargo, inassiduidade e acumulação ilegal de cargos, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, acidentes envolvendo veículos oficiais desta UPC, conforme Instrução Normativa nº 183, de 8 de setembro de 1986.

8.4 Declarações de Integridade

8.4.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS

DECLARAÇÃO

Eu, Elizandra Batista da Silva Costa, CPF nº 924.413.003-34, Coordenadora de Contratos, exercido na Universidade Federal do Cariri, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos contratos firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Juazeiro do Norte, 31 de Janeiro de 2017.


Elizandra Batista da Silva Costa
CPF [REDACTED]
Coordenadora de Contratos
Universidade Federal do Cariri

Figura 19: Declaração de integridade e completude dos contratos

8.4.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de Admissão de Pessoal, relativos ao pessoal da Universidade Federal do Cariri no ano de 2016, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SI-SAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art.71 da Constituição Federal e art.2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Barbalha, 2 de março de 2017.



Roberto Rodrigues Ramos

Pró Reitor de Gestão de Pessoas
Universidade Federal do Cariri

Figura 20: Atos de admissão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que os atos de Aposentadorias, relativos ao pessoal da Universidade Federal do Cariri no ano de 2016 e 2017, estão em processo de cadastro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art.71 da Constituição Federal e art.2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Declaro, ainda, que o ato de Pensão Vitalícia foi registrado no SISAC e enviado a CGU/CE, tendo o mesmo retornado para correções e posterior reenvio.

Barbalha, 2 de março de 2017.

Roberto Rodrigues Ramos

Pró Reitor de Gestão de Pessoas
Universidade Federal do Cariri

Figura 21: Atos de Aposentadorias

8.4.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores efetivos, os ocupantes de cargos comissionados, e os que exercem funções gratificadas da Universidade Federal do Cariri – UFCA, obrigados pela Lei nº 8.730/1993, disponibilizaram a declaração de bens e rendas e autorizaram o acesso das mesmas junto a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle, em conformidade com o Art. 3º §2º do Decreto 5.483/2005, bem como pela IN – TCU Nº 65, de 20 de Abril de 2011.

A Priori a sistemática de coleta dessas informações é feita no momento da nomeação dos servidores, onde todos preenchem as informações de seu patrimônio e anexam, junto a mesma, a última declaração de imposto de renda pessoa física, e posteriormente é solicitada anualmente de cada servidor sua declaração de imposto de renda pessoa física para que conste em sua pasta funcional toda sua evolução patrimonial no decorrer de sua carreira.

Concluimos que as informações citadas acima estão disponíveis fisicamente e em mídias digitais nas pastas funcionais de cada servidor desta Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Barbalha, 02 Março de 2017.

Roberto Rodrigues Ramos
CPF: [REDACTED]
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Universidade Federal do Cariri

Figura 22: Declaração de bens e rendas

8.4.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC/MEC, cuja responsabilidade pela coleta e atualização do referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIMEC/MEC conforme as orientações do Ministério da Educação.

Juazeiro do Norte, 08 de março de 2017


Jeová Torres Silva Junior
525813063-00

Pró-reitor de Planejamento e Orçamento

Universidade Federal do Cariri

(*) Esta UPC informa que as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária da União foram prestadas no módulo de acompanhamento orçamentário do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC/MEC, cabendo a Subsecretaria Planejamento e Orçamento – SPO/MEC o envio para o SIOP.

8.4.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A unidade Jurisdicionada tem adotado as medidas necessárias com vistas ao alinhamento das Normas de Contabilidade aplicada ao Setor Público no âmbito da execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

Em cumprimento a IN – STN 6/2007, o registro da Conformidade Contábil é realizado pelo contabilista devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, designado e credenciado no SIAFI para este fim, o qual exerce o acompanhamento e orientação contábil da UG executora, bem como a Conformidade dos Registros de Gestão é realizada pelo servidor formalmente designado pelo Titular da Unidade Gestora Executora, o qual constará no Rol de Responsáveis, junto com o respectivo substituto, evitando de emitir documentos, no intuito de preservar a segregação de funções.

O trabalho de Conformidade de Registro de Gestão compreende a Conformidade diária e documental que consiste em acompanhar os lançamentos efetuados no SIAFI (NE, OB, NL, NS, etc.) confrontando-os com os documentos que lhe dão suporte (contrato, certidões negativas, validade de notas fiscais, certificação/atesto de notas fiscais, etc.)

Durante o exercício de 2016 foram lançadas as restrições 402, 403, 415 e 416, haja vista que as inconsistências observadas não eram passíveis de correção em tempo hábil. T o d a v i a o registro da Conformidade Contábil apontou algumas restrições nos registros mensais os quais, em sua maioria, decorrem basicamente dos seguintes fatores:

1. Erro na Classificação da despesa, e a incompatibilização entre o saldo contábil de bens móveis com Relatório de Movimentação Mensal de Bens Moveis em virtude da não incorporação pelo setor de patrimônio dos bens transferidos a título doação pela Universidade Federal Ceará a este órgão.
2. Restrições contábeis apontadas pela falta de registro da conformidade diária no SIAFI, suprida pela realização da conformidade diretamente nos autos dos processos.

Frise-se que a falta de registro de conformidade de registro de gestão sob a forma de conformidade diária no SIAFI deve-se ao fato da rigidez imposta ao servidor responsável por essa conformidade, haja vista que em razão da segregação de funções, este servidor não pode possuir status de executor no SIAFI, limitando assim a indicação de substitutos para a realização dessa tarefa nos períodos de afastamento do titular.

8.4.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA			158719
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa) regidos pela Lei nº 4.320/64 e pela Normas Brasileira de Contabilidade Aplicado ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Incompatibilização entre o saldo contábil de Bens Móveis c/ o Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB b) Falta de registro da depreciação dos bens Coleções e Materiais Bibliográficos Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Juazeiro do Norte - CE	Data	27/01/2017
Contador Responsável	Francimerio Miguel Sucupira	CRC nº	PB-010885/O-3 S-CE



Francimerio Miguel Sucupira
Contador
Universidade Federal do Cariri
SIAPE – 2151326

9 INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

9.1 Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

No referido período não foram desenvolvidos projetos pelas fundações de apoio.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I

Radical Chique e o Novo Jornalismo - Tom Wolfe
Escritura Lavrada em Pauta e Alinhavos de Fé – Josimey Costa da Silva
Jornalismo e Literatura a Sedução da Palavra – Organizadores Gustavo de Castro e Alex Galeno
Jornalismo Literário – Felipe Pena
O Jornalismo como Gênero Literário – Alceu Amoroso Lima
A Modernização da Imprensa – Alzira Alves de Abreu
A História da Imprensa 01, 02 e 03 – Organizadores Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca
O Nascimento da Imprensa Brasileira – Isabel Lustosa
Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? - Immanuel Kant
O que é o Iluminismo – Foucault
A Tradição da Diversidade Cultural – Jacinto Lins Brandão
O Decrescimento Feliz – Maurizio Pallante
O Existencialismo é um Humanismo – Jean-Paul Sartre
A Sociedade do Espetáculo – Guy Debort
Sociologia – Anthony Giddens
Hell's Angel's - Hunter S Thompsom
A Caverna
Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento - Immanuel Kant
O que é o Iluminismo? - Foucault
A Tradição da Diversidade Cultural - Jacyntho Lins Brandão
O Decrescimento Feliz - Maurizio Pallante
Existencialismo Humanismo – Sartre
A Sociedade do Espetáculo – Guy Debord
Estudos de Sociologia do Desvio – Howard S Becker
Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado _ Ignacy Sachs
Para pensar o desenvolvimento sustentável _ MARCEL BURSZTYN
Ser e Tempo – Martin Heidegger
O HOMEM E O TEMPO Lv XI - Santo agostinho
Saber cuidar : ética do humano - compaixão pela terra - Leonardo Boff.
A Inclusão do Outro - Estudos de teoria política – Jurgen Habermas

Microfísica do Poder – Michel Foucault
Educação Inclusiva parte 1 - Peter Mittler
Educação Inclusiva parte 2 - Peter Mittler
Educação Inclusiva parte 3 - Peter Mittler
Memória e Vida - Henri Bergson
O direito à cidade - Henri Lefebvre
O Desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira - Gilberto Velho
Desvio e divergência: uma crítica da patologia social - Gilberto Velho
Outsiders: estudos de sociologia do desvio - Howard S. Becker
Políticas Públicas Sociais para as Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil - Izabel M. M. de Loureiro Maior
Técnicas de Análise Qualitativa
Para Aprender Políticas Públicas V.1: Conceitos e Teorias
Para Aprender Políticas Públicas V.5: As abordagens das políticas públicas
Para Aprender Políticas Públicas V.7: Teorias e Modelos de Análise Contemporâneos de Políticas Públicas
Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil_Débora Diniz
Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – Carlos Pimenta
Social Theories – Talcott Parsons
Políticas Públicas_Introdução: percebendo as políticas públicas
Michel Foucault - A vida dos homens infames
Michel Foucault - As palavras e as coisas
Michel Foucault - Aula de 6 de Janeiro de 1982
Michel Foucault - Do governo dos vivos
Michel Foucault - Em defesa da sociedade
Michel Foucault - Os anormais
Michel Foucault - A arqueologia do saber
Michel Foucault - A hermenêutica do sujeito
Michel Foucault - A história da sexualidade (Uso dos prazeres)
Michel Foucault - A ordem do discurso
Michel Foucault - A verdade e as formas jurídicas
Michel Foucault - Ditos e escritos
Michel Foucault - Doença mental e Psicologia

Michel Foucault - Estética - Literatura e Pintura, Música e Cinema - A linguagem ao infinito
Michel Foucault - Estética - Literatura e Pintura, Música e Cinema
Michel Foucault - Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão
Michel Foucault - História da loucura
Michel Foucault - História da sexualidade (A vontade de saber)
Michel Foucault - História da Subjetividade
Michel Foucault - Isto não é um cachimbo
Michel Foucault - Nascimento da Biopolítica
Michel Foucault - O governo de si e dos outros
Michel Foucault - O nascimento da clínica
Michel Foucault - O que é um autor
Michel Foucault - Segurança, Território, População
Michel Foucault - Verdade e Subjetividade
Michel Foucault - (Freud, Nietzsche e Marx) Theatrum Philosophicum
Michel Foucault e Noam Chomsky - La natureza humana (Justiça versus poder)
Michel Foucault - A vida dos homens infames - Cópia

Anexo II



Figura 1: Logo do projeto UFCA Acessível - Inspirado no símbolo de acessibilidade da ONU



Figura 2: Participação no II ERECAP Nordeste – IF Crato

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 3: Oficina Inclusiva de Bijuterias para Cegos e Surdos - CEJA Juazeiro do Norte.

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 4: Oficina Modelagem às Cegas – CEJA Juazeiro do Norte Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 5: Palestra Design Universal para os Alunos do Curso de Design - Campus Juazeiro do Norte.

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 6: Cartaz de Divulgação do Fórum – Acessibilidade Onde Estamos e Aonde Queremos Chegar?

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016

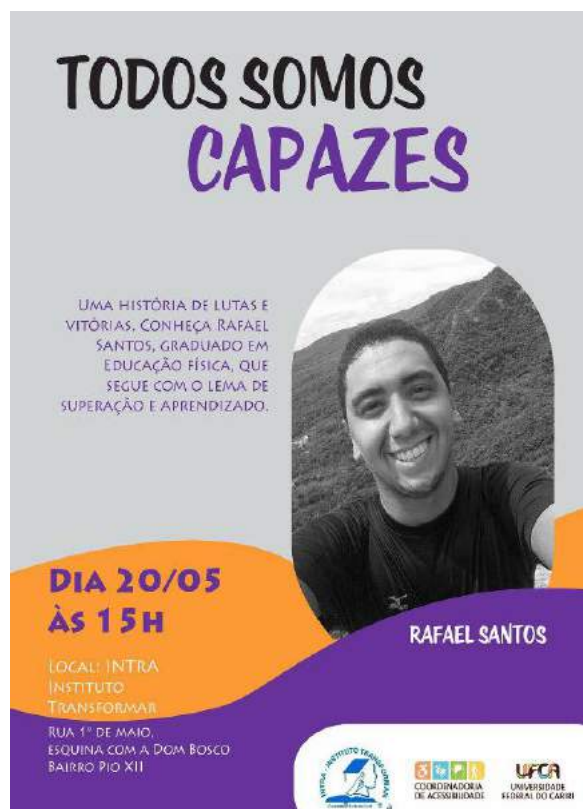


Figura 7: Cartaz de Divulgação Palestra Todos Somos Capazes.

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 8: Exposição Fotográfica Acessível



Figura 09: Audiência Pública: Debate Acerca dos Impactos para a Região do Cariri

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 10: Mesa redonda “Respeito à Libras e a Comunidade surda”

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Figura 11: I Fórum de Educação Inclusiva no Ensino Superior UFCA: Bases Conceituais e Práticas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016

Anexo III



*Figura 1: Capacitação - Como lidar com o aluno com deficiência: Superando Barreiras Atitudinais
Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016*



Fonte: Arquivo da Coordenadoria de Acessibilidade, 2016



Anexo IV



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015
Receitas Orçamentárias	04.001	537.710,51	227.889,30	Despesas Orçamentárias	04.004	88.170.341,80	72.896.271,43
Ordinárias		34.604,13	-	Ordinárias		21.586.626,20	10.116.439,03
Vinculadas		504.682,38	458.970,23	Vinculadas		66.583.715,60	62.779.832,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		504.682,38	458.970,23	Educação		66.305.289,88	46.917.625,25
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.576,00	-231.080,93	Operação de Crédito			15.350.449,97
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		273.024,00	511.757,18
				Outros Recursos Vinculados a Fundos		5.401,72	
Transferências Financeiras Recebidas	04.002	91.770.891,68	67.082.534,62	Transferências Financeiras Concedidas		267.291,62	556.834,27
Resultantes da Execução Orçamentária		75.680.777,19	59.977.046,04	Resultantes da Execução Orçamentária		43.708,23	162.866,67
Repasso Recebido		75.680.777,19	59.977.046,04	Repasso Concedido		43.708,23	162.866,67
Independentes da Execução Orçamentária		16.090.114,49	7.105.488,58	Independentes da Execução Orçamentária		223.583,39	393.967,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		14.883.652,60	6.323.327,81	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		187.403,26	162.866,67
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.206.461,89	782.160,77	Movimento de Saldos Patrimoniais		36.180,13	231.080,93
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários	04.003	13.138.536,98	13.122.695,69	Despesas Extraorçamentárias	04.005	16.374.841,56	6.662.088,76
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		48.194,05	291.965,16	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		491.483,82	156.681,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		12.653.649,81	12.805.202,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		15.462.015,25	6.479.879,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		436.693,12	25.528,23	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		421.342,49	25.528,23
Outros Recebimentos Extraorçamentários		-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo do Exercício Anterior		471.030,98	153.105,83	Saldo para o Exercício Seguinte		1.105.695,17	471.030,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	01.001	471.030,98	153.105,83	Caixa e Equivalentes de Caixa		1.105.695,17	471.030,98
TOTAL		105.918.170,15	80.586.225,44	TOTAL		105.918.170,15	80.586.225,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSION 27/01/2017	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		952.013,00	952.013,00	537.710,51	-414.302,49
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		952.013,00	952.013,00	537.710,51	-414.302,49
DÉFICIT				87.632.631,29	87.632.631,29
TOTAL		952.013,00	952.013,00	88.170.341,80	87.218.328,80
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		67.123.802,00	79.107.017,00	78.099.060,44	74.557.229,76	74.509.035,71	1.007.956,56
Pessoal e Encargos Sociais		45.398.036,00	55.248.931,00	54.253.442,98	54.248.442,98	54.248.442,98	995.488,02
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	03.002 03.005	21.725.766,00	23.858.086,00	23.845.617,46	20.308.786,78	20.260.592,73	12.468,54
DESPESAS DE CAPITAL		17.311.274,00	15.514.285,00	10.071.281,36	959.462,23	959.462,23	5.443.003,64
Investimentos	03.003	17.311.274,00	15.514.285,00	10.071.281,36	959.462,23	959.462,23	5.443.003,64
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	03.004	84.435.076,00	94.621.302,00	88.170.341,80	75.516.691,99	75.468.497,94	6.450.960,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
MISSÃO 27/01/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - Caixa e Equivalente Caixa - A conta Caixa e Equivalente Caixa é constituída em sua totalidade pelos valores do item Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (11112.20.01), representa a 3,30 % do ativo. No primeiro semestre houve um aumento de 19,31% em relação a 31/12/2015.

04.001 - BF - Ingressos - Receitas Orçamentárias - As Receitas Orçamentárias somaram um total de R\$ 537.710,51 correspondem a 0,51% do total dos ingressos financeiros do Órgão, sendo [R\$ 504.682,38] oriundas das arrecadações realizadas pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, como aluguéis, taxa de inscrição em concurso público e serviços de hospedagem e alimentação (receitas do Restaurante universitário) da universidade e [R\$ 34.604,13] referente a devolução de recursos relativos a despesas do exercício anterior.

04.002 - BF - Ingressos - Transferência Financeira Recebidas - As transferências financeiras recebidas são proveniente das Transferências Intergovernamentais representaram o principal tipo ingresso financeiro no órgão, no exercício de 2016 somaram um total de R\$ 91.770.991,68, isso representa 88,64% de todos ingressos financeiros. Em relação a 2015 houve um aumento de 36,80%. Maior parte desses valores [R\$ 75.680.777,19], refere-se a aos repasses financeiros relacionados a execução orçamentárias do exercício de 2016.

04.003 - BF - Ingressos - Recebimentos Extraorçamentários - Os Recebimentos Extraorçamentários no valor de R\$ 13.138.536,98, representam 12,40% da totalidade dos ingressos, sendo em grande parte impactado pelos Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício 2016.

04.004 - BF - Dispendios - Despesas Orçamentárias - As Despesas Orçamentárias [R\$ 88.170.341,80] significaram a principal espécie de dispendios financeiros do órgão, em 2017 elas representaram 83,24%. Sendo R\$ 21.586.626,20 despesas ordinárias e R\$ 66.583.715,60 despesas vinculadas a educação.

04.005 - BF - Dispendios - Despesas Extraorçamentárias - As despesas extraorçamentárias representam 15,46% dos dispendios, foram impactados pelos Restos a Pagar inscritos em exercicios anteriores e pagos no exercicio de 2016.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		1.502.552,11	595.237,76	PASSIVO CIRCULANTE		400.533,99	491.926,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	01.001	1.105.695,17	471.030,98	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	01.005	-	-
Créditos a Curto Prazo	01.002	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		190.621,59	891,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	01.004 01.005 01.006	58.040,86	491.463,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	01.002 01.003	205.235,35	123.315,14	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões de Curto Prazo		-	-
		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		342.493,13	442,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.698.968,76	6.704.568,43	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões de Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	Resultado Diferido		-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		400.533,99	491.926,32
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS		-	-			-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-			-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-			-	-
Imobilizado	01.002	24.688.688,76	6.704.568,43			-	-
	01.003					-	-
	01.004					-	-
Bens Móveis	01.002	10.607.547,17	2.247.207,87			-	-
Bens Móveis		11.438.637,21	2.388.753,79			-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	01.004	-931.090,04	-141.545,92			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-			-	-
Bens Imóveis	01.002	14.061.141,59	4.457.360,56			-	-
Bens Imóveis		14.061.141,59	4.457.360,56			-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-			-	-
Intangível	01.003	10.300,00	-			-	-
Softwares		10.300,00	-			-	-
Softwares		10.300,00	-			-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Aberto)

EMIÇÃO
27/01/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		84.435.075,00	94.621.302,00	88.170.341,80	75.516.691,99	75.468.497,94	6.450.960,20
TOTAL		84.435.075,00	94.621.302,00	88.170.341,80	75.516.691,99	75.468.497,94	6.450.960,20

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	521.442,52	2.268.751,56	1.384.389,60	1.374.542,79	793.051,17	622.600,12
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	521.442,52	2.268.751,56	1.384.389,60	1.374.542,79	793.051,17	622.600,12
DESPESAS DE CAPITAL	10.159.997,55	10.536.450,74	14.087.472,46	14.087.472,46	698.851,96	5.910.123,87
Investimentos	10.159.997,55	10.536.450,74	14.087.472,46	14.087.472,46	698.851,96	5.910.123,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.681.440,07	12.805.202,30	15.471.862,06	15.462.015,25	1.491.903,13	6.532.723,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N. E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		442,50	15.282,66	15.282,66	442,50	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	03.006	442,50	15.282,66	15.282,66	442,50	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	476.201,16	476.201,16	-	-
Investimentos	03.006	-	476.201,16	476.201,16	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		442,50	491.483,82	491.483,82	442,50	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

03.001 - BO - Receitas de Serviços - As Receitas de Serviços representaram o maior montante de arrecadação no Órgão (R\$ 479.446,31). Essas receitas referem-se a serviços administrativos e comerciais gerais, correspondendo 89,16% das receitas totais arrecadadas. Até 31.12.2016 foi realizado apenas 52,02% das receitas previstas nesta Origem, conforme está descrito em planilha anexa.

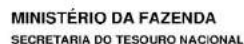
03.002 - BO - Outras despesas correntes - Dentro as DESPESAS CORRENTES, as outras despesas correntes, representaram 27,04% das despesas totais. Sendo que foi executado 99,95% do total fixado para esse grupo.

03.003 - BO - Despesas de Capital: Investimentos - Das DESPESAS DE CAPITAL, os investimentos, representaram 11,42% das despesas totais. A execução em relação ao que foi fixado para o grupo foi de 64,92% . A maior parte Grande parte do que foi executado refere-se a obras e instalações, num total de R\$ 6.632.351,32 milhões

03.004 - BO - Subtotal despesa - A execução das despesas com os recursos consignados na LOA de 2016, por grupo, teve o seguinte percentual: Pessoal e Encargos Sociais, com 98,20%; Outras Despesas Correntes, com 99,95% e Investimentos com 64,92%. O grupo que teve a maior representatividade foi o de Pessoal e Encargos representando 88,58% das despesas totais.

03.005 - BO Despesas: Movimentação Orçamentária - Dos totais das descentralizações de créditos orçamentários concedidas destaca-se a descentralização efetuada a Universidade Federal do Ceará no montante de R\$ 437.613,84 mil na sua maioria é referente a a contratos sub-rogados decorrente de termo de cooperação.

03.006 - BO - Restos a Pagar - Informações Sobre restos a Pagar em anexo.

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Universidade Federal do Cariri



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO
27/01/2017

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos do Uso de Imóveis		-	-				
Direitos do Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada do Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		26.201.540,87	7.299.806,19	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.201.540,87	7.299.806,19

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	1.105.695,17	471.030,98	PASSIVO FINANCEIRO	19.249.918,48	23.978.568,69
ATIVO PERMANENTE	25.095.845,70	6.828.775,21	PASSIVO PERMANENTE	327.142,50	-
SALDO PATRIMONIAL		16.678.762,50	SALDO PATRIMONIAL	6.624.479,89	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	N. E.	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.441.015,74	2.530.115,68	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		21.487.726,13	17.928.670,45
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.441.015,74	2.530.115,68	Execução dos Atos Potenciais Passivos		21.487.726,13	17.928.670,45
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.873.784,75	1.435.196,89	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.567.230,99	1.094.918,79	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congô		6.577.375,46	6.691.008,32
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	01.006 01.007	14.910.350,67	11.237.662,13
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
TOTAL	3.441.015,74	2.530.115,68	TOTAL		21.487.726,13	17.928.670,45

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-136.212,16
Recursos Vinculados	-18.008.011,15
Educação	-18.141.738,05
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	133.726,90
TOTAL	-18.144.223,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - BP - Caixa e Equivalente Caixa - 26449 - A conta Caixa e Equivalente Caixa é constituída em sua totalidade pelos valores do item Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (1.1.1.1.2.20.01), representa a 4,04 % do ativo. No terceiro semestre apresenta um aumento de 73,89% em relação a 31/12/2015.

01.002 - BP - Imobilizado e Bens Móveis e Imóveis - 26449 - O Imobilizado representa 86,72% do Ativo no Balanço Patrimonial do Órgão é composto de Bens Móveis(32,65%) e Bens Imóveis (55,97%). Houve um aumento de 168,31% em relação a 31/12/2015. Esse Aumento em decorreu em parte da aquisição de materiais permanentes (Bens Móveis) como: Equipamentos de processamentos de dados (1.2.3.1.1.02.01); Mobiliário em Geral(1.2.3.1.1.03.03) e Veículo de Tração Mecânica (1.2.3.1.1.05.03), e dos valores das Obras em Andamento (Bens Imóveis). A Universidade Federal do Cariri foi criada em 05 de junho de 2013 a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará, todos os Bens Imóveis as quais a UFCA encontra-se instalada pertence a UFC, mas em processo de transferência a UFCA. Os valores constantes a título de Bens Imóveis do subgrupo Imobilizado do Balanço Patrimonial da UFCA, referem-se o item Bens Imóveis em Andamento em virtude da Universidade está em processo de expansão.

01.003 - Estoques - A conta estoque é composta por Materiais de Consumo(11561.01.00), houve um aumento de 41,46% no primeiro semestre em relação a 31/12/2016. A conta representa 1,02% do ativo.

01.004 - BP - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - 26449 - Informações sobre a conta Fornecedores e Contas a Pagar segue anexo.

01.005 - Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo - A conta Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo registram um valor R\$ 2.207.606,67, trata-se do Décimo Terceiro Salário a Pagar (21111.01.02) e Férias a Pagar (21111.01.03). Não há saldo em 31/12/2015.

01.006 - BP - Obrigações Contratuais - 26449 - Segue anexo informações sobre o saldo das Obrigações Contratuais a Executar na UFCA no 3º Semestre de 2016.

01.007 - BP - Obrigações Contratuais - Segue anexo informações em planilhas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO
27/01/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		95.946.846,95	67.954.054,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições			
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	02.001	503.000,38	454.023,90
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	02.001	503.000,38	454.023,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	02.002	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	02.001	95.409.136,44	67.082.534,62
Transferências Intergovernamentais	02.002	91.770.891,68	67.082.534,62
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	02.003	3.638.244,76	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			412.549,19
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	412.549,19
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		34.710,13	4.946,33
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
-------------------	---

EMISSION 27/01/2017	PAGINA 2
------------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	02.003	34.710,13	4.946,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		76.703.955,67	61.315.498,11
Pessoal e Encargos	02.003	57.963.465,70	48.608.900,67
	02.004		
Remuneração a Pessoal		45.497.454,35	38.793.855,76
Encargos Patronais		8.181.985,21	7.010.367,27
Benefícios a Pessoal		4.175.126,14	2.804.677,64
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		108.900,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	02.004	132.930,63	115.801,97
	02.005		
Aposentadorias e Reformas		5.858,92	-
Pensões		110.582,59	102.254,55
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		16.489,12	13.547,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	02.005	11.986.288,29	6.846.656,64
	02.006		
Uso de Material de Consumo		473.861,71	83.323,95
Serviços		10.809.818,50	6.630.956,86
Depreciação, Amortização e Exaustão		702.608,08	132.375,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		534,40	1.372,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		534,40	1.372,02
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas	02.006	315.632,46	578.701,13
Transferências Intragovernamentais		267.291,62	556.834,27
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		48.340,84	21.866,86
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		14.446,00	342.625,93
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO
27/01/2017

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
Perdas Involuntárias		314,88	-
Incorporação de Passivos		14.131,12	92.963,41
Desincorporação de Ativos		-	249.662,52
Tributárias		248.687,52	225.807,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.315,87	642,80
Contribuições		244.371,65	225.164,32
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	02.006	6.041.970,67	4.595.632,63
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		5.382.664,38	4.364.551,70
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		659.306,29	231.080,93
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		19.242.091,28	6.638.555,93

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

02.001 - Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - O valores constantes na DVP referente a Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços consiste nas denominadas "Receitas Próprias" da universidade, no primeiro semestre de 2016 houve uma redução de 17,72% em relação ao primeiro semestre de 2015.

02.002 - Transferências Intragovernamentais - As Transferências Intragovernamentais correspondem 99,33% das Variações Patrimoniais Aumentativas da universidade sendo que destes valores 81,74% refere-se aos Repasses Recebidos e 16,16% as transferências para pagamentos de Restos a Pagar.

02.003 - DVP - Pessoal e Encargos - 26449 - O acréscimo no item PESSOAL E ENCARGOS, conta contábil 3.1.0.0.0.00.00, apresentou variação positiva de 28,83%, no terceiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015. Esse crescimento se dá devido ao aumento no número de servidores convocados para suprir as vagas disponíveis para a UFCA, tendo em vista o seu projeto de expansão.

02.004 - Pessoal e Encargos - As despesas com Pessoal e Encargos correspondem a 70,68% das Variações Patrimoniais Diminutivas, em relação ao primeiro semestre de 2016, houve um aumento de 29,01% comparando com o mesmo período de 2015.

02.005 - DVP - Uso de Bens, Serviços e Comuns de Capital Fixo - 26449 - O acréscimo no item USO DE BENS, SERVIÇOS E COMUNS DE CAPITAL FIXO, conta contábil 3.3.0.0.0.00.00, apresentou crescimento positivo de 68,89%. Esse crescimento se deu devido ao aumento nas contas, "consumo de material de estoque" (3.3.1.1.1.01.00), "consumo de combustível e lubrificante" (3.3.1.1.1.03.00), "consumo de material de processamento" (3.3.1.1.1.05.00), e "consumo de material hospitalar" (3.3.1.1.1.07.00).

02.006 - DVP - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - 26449 - O acréscimo no item OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, conta contábil 3.9.0.0.0.00.00, apresentou crescimento de 24,80%. Esse aumentou se deu em virtude do aumento nas contas, "bolsa de estudo no país" (3.9.4.1.1.01.00) e "auxílio para desenvolvimento do estudo" (3.9.4.1.1.03.00).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 27/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26410 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N. E.	2018	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	05.001	15.157.800,04	6.342.439,95
INGRESSOS			
Receitas Derivadas e Originárias		92.745.295,81	67.335.952,15
Receita Tributária		537.710,51	227.889,30
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		23.554,07	15.114,84
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		479.445,31	437.909,05
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		34.710,13	-225.134,60
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e do Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		92.207.584,80	67.108.052,85
Ingressos Extrabudgetários		436.693,12	25.528,23
Transferências Financeiras Recebidas		91.770.891,68	67.082.534,62
DESEMBOLSOS		475.587.495,27	460.993.512,20
Pessoal e Demais Despesas	05.002	-67.210.487,42	-52.930.249,58
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-120.993,25	-105.344,90
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-67.071.494,17	-52.901.004,68
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-3.700,00
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-18.000,00	-19.200,00
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26410 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMIÇÃO 27/01/2017 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N. E.	2018	2015
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-8.688.373,74	-7.480.900,12
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-8.640.032,80	-7.459.033,26
Outras Transferências Concedidas		-48.340,94	-21.866,86
Outros Desembolsos das Operações		-688.634,11	-582.362,50
Despêndios Extrorçamentários		-421.342,49	-25.528,23
Transferências Financeiras Concedidas		-267.291,62	-556.834,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-15.523.135,85	-6.024.514,80
INGRESSOS			
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-15.523.135,85	-6.024.514,80
Aquisição de Ativo Não Circulante	05.002	-15.512.835,85	-6.024.514,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-10.300,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS			
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		634.654,19	317.925,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26448 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
-------------------	---

EMIÇÃO 27/01/2017	PÁGINA 3
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N. E.	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		471.030,98	153.105,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		1.105.695,17	471.030,98



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26448 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	PERÍODO
2016	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMIÇÃO	PÁGINA
27/01/2017	4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

NOTAS EXPLICATIVAS

05.001 - DFC-Ingressos - Fluxo de Caixa das Atividades das Operações - A DFC evidencia as alterações de caixa e equivalentes provenientes dos ingressos financeiros no Órgão. No exercício financeiro de 2016 os ingressos foram oriundos de Receitas Originárias como Exploração de Bens, Direitos e Serviços (R\$ 503.000,38) e das Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 91.770.801,68) houve em relação ao exercício de 2015 um aumento de 37,74% nos ingressos dos Fluxo de caixa das atividades das Operações.

05.002 - DFC - Desembolsos - Os principais desembolsos realizados no Órgão foram relativos às atividades das Atividades Operacionais (R\$ 67.210.487,42) e de Investimentos (R\$ 15.523.135,85).



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF
Divisão de Contabilidade - DCCNT

Notas Explicativas

Nota 01 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, a Universidade Federal do Cariri, autarquia vinculada ao Ministério da Educação apresentou um saldo em aberto de R\$ 58.040,86 mil relacionados a dívida com fornecedores e contas a pagar nacionais de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

		R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)	
Circulante	R\$ 58.040,86	R\$ 491.483,82	-88,19	
Nacionais	R\$ 58.040,86	R\$ 491.483,82	-88,19	
Estrangeiros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	
Não Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	
Nacionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	
Estrangeiros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	
Total	R\$ 58.040,86	R\$ 491.483,82	-88,19	

Fonte: SIAFI, 2016 e 2015.

A totalidade dos valores devido a fornecedores refere-se a contas a pagar credores nacionais, representando cerca de 100,00% do total a ser pago. Em relação a 31/12/2015 houve uma redução de 88,19% em virtude dos repasses financeiros realizados pela Secretária de Planejamento e Orçamento - SPO no final de exercício de 2016.

Na tabela apresentada a seguir, detalhamos os saldos por fornecedores contas a pagar credores nacionais em aberto, na data base de 31/12/2016.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

		R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2016	AV (%)	
Fornecedor A: 00.000.000/0001-91 - CPGF	R\$ 46.828,87	88,68	
Fornecedor B: 12.747.465/0001-90 - Harabello Passagens e Turismo	R\$ 11.211,99	19,32	
Demais	R\$ 0,00	0,00	
Total	R\$ 58.040,86	100,00	

Fonte: SIAFI, 2016

Em relação aos fornecedores A e B eles representam 100,00% do total a ser pago. A seguir apresentamos o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor A: CPGF – Contratação de passagens aérea junto a companhias credenciadas.
(b) Fornecedor B: Harabello Passagens e Turismo – Prestação de serviços e agenciamento de viagens.

Em relação aos fornecedores CPGF e Harabello Passagens, no quadro a seguir detalhamos as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
CPGF	Contratação de passagens aéreas junto as companhias credenciadas.	R\$ 46.828,87	29 de dezembro de 2016
Harabello Passagens	Prestação de serviços e agenciamento de viagens	R\$ 11.211,99	13 de dezembro de 2016

Fontes: SIAFI, 2016; Órgão 26440, Unidade Gestora 158719

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Pró-Reitoria de Administração – PROAD
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF
Divisão de Contabilidade – DCONT

Notas Explicativas

*O valor devido ao fornecedor Harabello Passagens no total de R\$ 11.211,99, refere-se ao lançamento em duplicidade na apropriação das Faturas nº 0042 e 50633 no exercício de 2016. O valor foi cancelada em 10/01/2017.

O principal valor do grupo fornecedor refere-se ao Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF. Em 29/12/2016 foi liquidado a fatura CPGF, para os serviços de contratação de passagens aéreas junto a companhias credenciadas, competência 12/2016.

Versão: 1.0.0

Atualizada em: 31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
 Pró-Reitoria de Administração – PROAD
 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF
 Divisão de Contabilidade – DCONT

Notas Explicativas

Nota 01 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, a Universidade Federal do Cariri, autarquia vinculado ao Ministério da Educação possuía um saldo de R\$ 14.910.350,67 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

Fornecimento de Bens	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/03/20a2	31/03/20a1	AH (%)	
Fornecimento de Bens	R\$ 470.732,12	R\$ 260.694,10	3,16	
Seguros	R\$ 59.571,73	R\$ 36245,48	0,40	
Serviços	R\$ 14.380.046,82	R\$ 10.940.722,55	96,44	
Demais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	
Total	R\$ 14.910.350,67	R\$ 11.237.662,13	100,00	

Fonte: SIAFI, 2016 e 2015.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam o maior percentual (ou cerca de 96,44%) do total das obrigações assumidas pela universidade ao final de 31/12/2016.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 8 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2016.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2016	AV (%)
Contrato 08/2016: C.W. M. Coelho de Alencar	R\$ 3.124.832,00	20,96
Contrato 07/2016: Esparta Segurança LTDA	R\$ 2.021.563,45	13,56
Contrato 12/2015: Serval Serviços de Limpeza LTDA	R\$ 1.956.114,92	13,12
Contrato 09/2015: Construtora Borges Carneiro	R\$ 1.376.264,17	9,23
Contrato 08/2014: D & L Serviços de Apoio Administrativo	R\$ 1.162.200,61	7,79
*Contrato 01/2014: Companhia Energética do Ceará	R\$ 885.606,47	5,94
Contrato 05/2015: Servfz Serviços de Mão de Obras	R\$ 874.955,52	5,87
Contrato 06/2015 e 15/2015: Pollux – Construções LTDA	R\$ 621.367,36	4,17
Demais	R\$ 2.887.446,17	19,37%
Total	R\$ 14.910.350,67	100,00

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação aos contratos apresentados na tabela 02, os serviços prestados através dos contratos 06/2016, 07/2016, 12/2016 e 09/2015 representam 56,87% dos saldos das obrigações contratuais assumidas pela UFCA em 31/12/2016. A seguir é apresentado informações mais detalhadas sobre esses principais contratos

(a) **Contrato 08/2016:** C M W Coelho de Alencar - prestação de serviço de fornecimento de refeições prontas: almoço e jantar, nos campi de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, de segunda a sexta-feira durante o período letivo, com vigência de 02/06/2016 até 01/06/2017;

(b) **Contrato 07/2016:** Esparta Segurança LTDA - contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços comuns de natureza continuada na área específica de vigilância armada, com fornecimento de materiais, equipamentos e com dedicação exclusiva de mão de obra, para as dependências da Universidade Federal do Cariri, nos Campi de Barbalha/CE, Brejo Santo/CE, Crato/CE, Icó/CE e Juazeiro do Norte/CE, bem como nos demais que possam ser criados na vigência do contrato, teve início em 01/06/2016 com término em 31/05/2017.

(c) **Contrato 12/2015:** Serval Serviços de Limpeza - contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços comuns de natureza continuada nas áreas específicas de serviços de

Versão: 1.0.0 Atualizada em: 31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
 Pró-Reitoria de Administração – PROAD
 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF
 Divisão de Contabilidade – DCONT

Notas Explicativas

receptionista, telefonista, carregador, almoxarife, operador de máquinas fotocopadora, assistente de apoio a gestão e porteiro. Os serviços deverão ser executados nas dependências da UFCA, nos campi de Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Brejo Santo, Icó e demais unidades acadêmicas administrativas. O contrato teve vigência de 03/08/2015 a 09/03/2016, foi prorrogado por 12 meses através do segundo Termo Aditivo

(d) **Contrato 09/2015:** Construtora Borges Carneiro - o contrato referente a Construção de um prédio multiuso com 05 pavimentos, 02 galpões e passarela de acesso - 6ª etapa do Campus do Cariri/Juazeiro do Norte - CE/UFCA, com vigência de 15/04/2015 a 30/11/2017;

(e) **Contrato 08/2014:** D & L Serviços de Apoio Administrativo - Prestação de serviços com disponibilidade de pessoal nas categorias de motoristas. O contrato teve sua vigência sua primeira vigência no período de 08/09/2014 a 08/09/2015, posteriormente foi prorrogado para o período de 09/09/2015 a 08/09/2016, através do 4º Termo Aditivo pelo período de 09/09/2016 a 08/09/2017, conforme o 5º Termo Aditivo.

(f) **Contrato 01/2014:** Prestação de serviço referente ao fornecimento de energia elétrica. Teve a primeira vigência no período de 09/04/2014 à 09/04/2015 foi prorrogado posteriormente pelos períodos de 09/04/2015 à 08/04/2016 e 09/04/2016 a 08/04/2017, conforme respectivamente 1º Termos Aditivos;

(g) **Contrato 05/2015:** Servfáz serviço de Mão de Obras - a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços comuns de natureza continuada nas áreas específicas de limpeza, higienização e conservação diária para as dependências da UFCA, nos campi de Barbalha, Brejo Santo, Crato, Icó e Juazeiro do Norte, bem como nos demais que possam ser criados na vigência do contrato, vigência até 23/02/2017;

(h) **Contrato 06/2015 e 15/2015:** Pollux Construções LTDA - a Universidade Federal do Cariri possui dois contratos com a referida empresa. O contrato 06/2015 refere-se a Construção de uma residência universitária, três quadras esportivas cobertas com vestiários - 8ª etapa Juazeiro do Norte - UFCA, sendo uma das quadras no Centro de Ciências Agrárias - Campus Crato, o contrato teve vigência de 09/03/2015 à 29/10/2016 prorrogada inicialmente através do primeiro Termo Aditivo até 26/06/2017 e posteriormente até 23/11/2017 através do segundo Termo Aditivo. O contrato 15/2015, refere-se a construção de um prédio multiuso com 5 (cinco) pavimentos, passarela de acesso e estação de tratamento de esgoto no campus do Crato /UFCA, com vigência de 06/11/2015 A 26/10/2017.

Em relação aos contratados apresentados na tabela 02, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
C. W. M. Coelho de Alencar	Fornecimento de refeições	R\$ 4.266.240,00	R\$ 3.124.832,00	02/06/2016 a 01/09/2017
Esparta Segurança LTDA	Vigilância armada	R\$ 3.259.563,60	R\$ 2.021.563,45	01/06/2016 a 31/05/2017
Serval Serviços de Limpeza LTDA	Serviço de apoio administrativo	R\$ 2.548.048,20	R\$ 1.956.114,92	05/05/2016 a 09/03/2017
Construtora Borges Carneiro LTDA	Obras e instalações	R\$ 7.411.435,62	R\$ 1.376.264,17	03/08/2017 A 30/11/2017
D & L Serviços de Apoio Administrativo	Serviços de apoio administrativo – motoristas	R\$ 707.400,60	R\$ 1.162.200,61	09/09/2016 a 08/09/2017
Companhia Energética do Ceará	Fornecimento energia elétrica	R\$1.244.705,38	R\$ 885.606,47	09/04/2016 a 08/04/2017
Servfáz Serviços de Mão de Obras LTDA	Serviços de limpeza e conservação	R\$1.270.976,04	R\$ 874.955,52	24/02/2016 a

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
 Pró-Reitoria de Administração – PROAD
 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF
 Divisão de Contabilidade – DCONT

Notas Explicativas

				23/02/2017
**Pollux Construções LTDA	—	Obras e instalações		

Fontes: SIASG, 2016; Órgão 28440; Unidade Gestora 158719.

** Pollux – Construções LTDA. A empresa possui dois contratos celebrado com a UFCA. O contrato 06/2015, cujo valor contratado foi de R\$ 6.820.717,65, com vigência até 23/11/2017, e o contrato 15/2015 no valor de 5.326.817,84 com vigência até 26/10/2017. Verificando o CONRAZÃO no SIAFI, constata-se um saldo de R\$ 2.512.577,53 referente aos valores contratados com com empresa, todavia num estudo mais detalhada sobre a execução dos dois contratos pode-se observar que este saldo não representa fielmente a execução dos mesmos conforme discriminado a seguir.

Considerando ainda os dados apresentados no quadro 02, o principal valor do grupo obrigações contratuais registrado no SIAFI refere-se ao contrato da empresa C. W. M. Coelho de Alencar. Em 18/05/2016 a UFCA celebrou o contrato 08/2016 no valor de R\$ R\$ 4.266.240,00, referente ao fornecimento de refeições prontas, por intermédio do Pregão Eletrônico nº 07/2016, cujo prazo de execução final é 01/06/2017

Versão: 1.0.0

Atualizada em: 31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF
Divisão de Contabilidade - DCONT

Notas Explicativas

Nota 01 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Cariri, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, possui na sua totalidade em 31/dez/2016 saldo de restos a pagar provenientes de créditos próprios oriundos do Ministério da Educação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

UG EXECUTORA	TOTAL INSCRITO R\$	%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA	23.486.642,37	97,73%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN	162.886,66	0,68%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	382.608,93	1,59%
TOTAL	24.032.137,96	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos, apresentado na tabela acima, 97,73% foram executados pelo próprio órgão, enquanto 2,27% foram executados por outros órgãos, por meio de destaques orçamentários, conforme resumo apresentado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos: Origem do orçamento executado (resumo)

R\$ milhões						
Órgão	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
UFCA	23.487	15.472	15.462	1.492	6.523	97,73%
DEMAIS	545	246	246	244	55	2,27%
TOTAL	24.032	15.718	15.708	1.736	6.578	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (Inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total de restos a pagar cancelados na UFCA, apresentado na tabela acima, 59,75% referem-se as despesas correntes, relativo a saldo de contratos não mais utilizados.

A tabela abaixo, demonstra que cerca de 86,12% do saldo inscrito se refere as despesas com investimentos, cujo montante refere-se as contratações de empresas de construção civil, aquisições de móveis, máquinas e equipamentos em virtude da universidade encontrar-se em processo de expansão.

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

31/12/2016



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF
Divisão de Contabilidade - DCONT

Notas Explicativas

Tabela 3 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos: Grupo de Natureza de Despesa

R\$ milhões						
Órgão	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.336	1.631	1.621	1.037	668	13,88%
INVESTIMENTO	20.697	14.087	14.087	699	5.910	86,12%
TOTAL	24.032	15.718	15.708	1.736	6.578	100%

O valor das despesas inscritas em restos a pagar não processados na UFCA se justifica pela existência de excepcionalidades legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Desse modo, conforme explicitado na tabela abaixo, a totalidade dos saldos de restos a pagar não processados constantes na UFCA é representada por despesas excepcionadas pelo dispositivo legal supracitado.

Tabela 4 – Exceções à inscrição de restos a pagar não processados

R\$ milhões						
	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
RPNP TOTAL UFCA	24.032	15.718	15.708	1.736	6.578	100%
Exceções do Art. 68, § 3º, II, Dec. 93.872/86	24.032	15.718	15.708	1.736	6.578	100%
RPNP Total na UFCA (-) Exceções do Decreto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RPNP TOTAL NA UFCA	24.032	15.718	15.708	1.736	6.578	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos)

Percebe-se, portanto, que 100% dos saldos de restos a pagar inscritos pela UFCA se referem a valores excetuados pelo artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86.

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

31/12/2016

Anexo V



Universidade Federal do Ceará

Gabinete do Pró-Reitor



Processo nº 23067 – P13278/2016-43

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Pelo presente termo transfere-se a propriedade de bens móveis por meio de doação, de acordo com o Decreto 99.658, de 30/10/90, com a Lei nº 8.666, de 21/06/93, Instrução Normativa nº 205 de 08 de abril de 1988, considerando o Termo de Colaboração Técnica celebrado entre a União e a Universidade Federal do Ceará - UFC, publicado no Diário Oficial da União, pag. 64, Seção 3, de 08 de julho de 2013, para a implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, sob tutoria da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, CNPJ nº 07.272.636/0001/31, com endereço à Avenida da Universidade, 2853, bairro de Benfica, nesta Cidade de Fortaleza-CE, neste ato denominada DOADORA e representada por seu Reitor, Prof. Henry de Holanda Campos, em face da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA**, CNPJ nº 18.621.825/0001-99, situada à Av. Tenente Raimundo Rocha, s/n, Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.048-080, neste ato denominada DONATÁRIA, representada por seu Reitor Prof. Ricardo Luiz Lange Ness, abaixo nominado e assinado, ficando justo e contratado o seguinte:

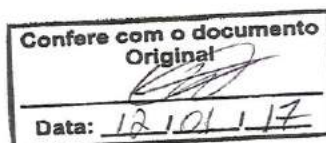
CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo tem por objeto a doação dos bens móveis constantes na relação de bens dispostos às fls. 03 a 1035, do Processo nº 23067-P13278/2016-43, cujos recursos orçamentários e financeiros, para aquisição dos mesmos foram descentralizados para a Universidade Federal do Ceará, tutora da DONATÁRIA, à época.

CLÁUSULA SEGUNDA

A DONATÁRIA obriga-se a utilizar os bens do ANEXO do presente Termo para os fins a que se destinam e se compromete a incorporá-los ao seu acervo patrimonial.

ATL



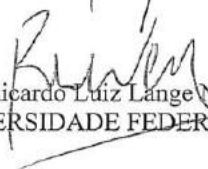
**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Por este ato, a **DOADORA** transfere à **DONATÁRIA**, irrevogavelmente, o domínio, a posse, conferindo-lhe a propriedade sobre os ditos bens.

Assim, estando justas e pactuadas, assinam as partes, este Termo de Doação de Bens Moveis, em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito jurídico e legal, na presença das testemunhas adiante nomeadas e que assinam abaixo.

Fortaleza/CE, ____/____/2016.

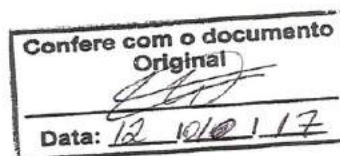

Prof. Henry de Holanda Campos
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC


Prof. Ricardo Luiz Lange Ness
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



ATL

Anexo VI – Declaração de Aprovação do Colegiado

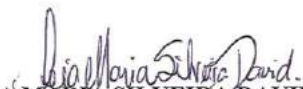


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Relatório de Gestão, exercício 2016, conforme documentação constante no Processo n.º 122391.000743/2017-65, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Superior *Pro tempore* – Consup da Universidade Federal do Cariri em reunião realizada no dia 23 de março de 2017.

Juazeiro do Norte, 28 de março de 2017.


LIA MARIA SILVEIRA DAVID

Secretaria dos órgãos Deliberativos Superiores

Lia Maria Silveira David
Coordenadoria dos Órgãos de
Deliberação Coletiva
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
STAPE - 1853778